

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO ACADÊMICO EM HISTÓRIAS E CONEXÕES
ATLÂNTICAS: CULTURAS E PODERES

**“ESTORIAS HORDENADAS” DA CRÔNICA DE D. JOÃO I: AS CONFIGURAÇÕES
MATRIMONIAIS LOPESIANAS (SÉCULO XV)**

São Luís (MA)
2024

CAMILA RABELO PEREIRA

**“ESTORIAS HORDENADAS” DA CRÓNICA DE D. JOÃO I: AS CONFIGURAÇÕES
MATRIMONIAIS LOPESIANAS (SÉCULO XV)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Histórias e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes–Doutorado Acadêmico, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do Grau de Doutora, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer.

SÃO LUÍS (MA)
2024

CAMILA RABELO PEREIRA

**“ESTORIAS HORDENADAS” DA CRÓNICA DE D. JOÃO I: AS CONFIGURAÇÕES
MATRIMONIAIS LOPESIANAS (SÉCULO XV)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Histórias e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes–Doutorado Acadêmico, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do Grau de Doutora, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer
UFMA/PPGHIS (Orientadora)

Profa. Dra. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva
UFRJ/PPGHIS (Membro Externo)

Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira
UFMA/PPGHIS (Membro Interno)

Prof. Dr. Marcus Vinicius de Abreu Baccega
UFMA/PPGHIS (Membro Interno)

Profa. Dra. Miriam Cabral Coser
UNIRIO/PPGH (Membro Externo)

Pereira, Camila Rabelo.

“Estorias Hordenadas” da Crónica de D. João I: as Configurações Matrimoniais Lopesianas (Século XV) / Camila Rabelo Pereira. - 2024.

214 p.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Casamento. 2. Dinastia de Avis. 3. Diplomacia. 4. Fernão Lopes. 5. Tratado luso-britânico. I. Zierer, Prof^a. Dra. Adriana Maria de Souza. II. Título.

DEDICATÓRIA

Aos meus Orixás.

Às minhas ancestrais.

Aos meus ancestrais.

À minha família.

Aos meus pais por toda dedicação ao longo de suas vidas.

Aos meus amigos e amigas.

À minha avó Áurea Juliana da Silva, mulher
semianalfabeta (*In memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Roseane Pereira Rabelo Pereira e Carlos Estevam Rabelo Pereira que sempre estiveram ao meu lado, nos bons e maus momentos. Obrigada pelos afetos, e por mostrarem a importância do conhecimento em minha vida. O incentivo contínuo para que o ensino fosse uma prioridade obteve consequências.

Aos meus queridos irmãos Carlos Estevam Rabelo Pereira Júnior, David Estevam de Jesus Pereira e Davi Estevam Nascimento Rabelo Pereira pelos momentos de descontração, e por me incentivarem a continuar minha jornada.

Aos meus tio Ronaldo da Silva Pereira, às minhas tias Rosana da Silva Pereira, Rosângela da Silva Pereira e Maria Aparecida Rabelo Pereira por estarem ao meu lado desde a infância, oferecendo suporte nas horas necessárias.

À minha querida prima Renata Cilene Pereira dos Santos, quero lhe dizer que nossos sonhos de menina estão se concretizando, as tardes que passávamos planejando deram frutos. Não saíram conforme o planejado, mas de alguma forma sinto que estamos no caminho. Com muito amor te agradeço pelo zelo. Saiba que aonde for, você estará comigo, carrego nossas doces lembranças, de momentos felizes, e risadas despreziosas de duas meninas que queriam conquistar o mundo.

À minha doce e potente Gabriele Pereira agradeço pelos conselhos e pelas longas conversas, mais do que primas, a considero irmã de alma. Sempre que precisei estive ao meu lado, oferecendo o melhor que podia. Espero um dia retribuir todo esse afeto.

À Professora Doutora Adriana Zierer, por ter acreditado em meu potencial desde a graduação. Obrigada pelas demonstrações de afeto, zelo e carinho; mesmo quando pensei em desistir, você estava ao meu lado.

Aos meus queridos amigos e amigas historiadores (as) pelo apoio peculiar:

Yann Maia por todos os conselhos, o seu olhar minimalista e contemplativo acerca da vida é um incentivo, obrigada pelas crônicas semanais que provocam a reflexão; você é um mistério, um ser humano ímpar, com ânsia de viver. Todas as vezes que tive medo, as suas palavras os exorcizaram.

Victor Ferreira por sua preocupação constante com o meu bem-estar; o seu olhar doce e meigo, que bom que o universo nos uniu. Em um determinado momento nossas energias se alinharam, e amo te abraçar. Obrigada pela proteção constante. Enxergo seu afeto por seus olhos.

Julian Motta, nossa amizade é com muito dandê, risos, abraços e empatia. Compartilho contigo os olhares, as músicas, as viagens, os afetos, as risadas, os choros, os devaneios, mas principalmente, um lugar chamado saudade.

Raissa Cirino, a nossa jornada é recente, mas o nosso entrosamento diz o contrário, espero que possamos tomar vários cafés amargos adoçados com sorrisos frouxos. Agradeço pelos conselhos, a sua sensatez inspira a todos em sua volta. Você é conselheira em sua essência., como uma boa libriana busca o equilíbrio e almeja a perfeição. Uma mulher dedicada, determinada e coerente, as suas vitórias inspiram.

Às minhas amigas/irmãs que a História me proporcionou: Marla Jéssica Campos, Dandara Câmara e Rakell Rays dos Anjos, obrigada por estarem comigo nesta jornada, entre risos e choros continuamos compartilhando a experiência de viver, admiro vocês. Cada uma tem seu jeito, somos muito diferentes umas das outras, mas juntas somos força e nos completamos.

Ao meu querido incentivador que proporciona risadas memoráveis, Jaksoel Cantanhede. O seu charme inconfundível e sua vontade de viver fazem de você uma aurora boreal. Não existe neblina que resista ao teu sorriso contagiante.

À querida e charmosa Mariana Serra por todas as vezes que ofereceu abrigo para que pudesse escrever, e pelos incentivos e conselhos.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para este momento agradeço imensamente, o trajeto não foi fácil, mas aprendi com cada um.

EPÍGRAFE

*Eu vi mamãe Oxum na cachoeira
Sentada na beira do rio*

*Eu vi mamãe Oxum na cachoeira
Sentada na beira do rio*

*Colhendo lírio, lírio ê
Colhendo lírio, lírio á
Colhendo lírio
Pra enfeitar nosso congá*

RESUMO

A finalidade desta pesquisa foi compreender a lógica das relações políticas em Portugal acerca do Movimento de Avis (1383-1385) sob a ótica lopesiana, utilizando o método da Análise do Discurso na *Crónica D. João I*. Para isso analisamos as relações estabelecidas entre os corpos femininos e corpos masculinos pelo cronista-historiador a partir do matrimônio. O casamento foi utilizado no Medievo para estabelecer alianças entre os reinos e as linhagens, e para a manutenção do *status quo*. Em Portugal a união matrimonial era um assunto público, que ganhou maior notoriedade a partir da dinastia de Avis, que contratou Fernão Lopes com o objetivo de fomentar uma memória coesa, coerente, ordenada e edificante sobre os fatos que possibilitaram a ascensão régia do Mestre de Avis. Assim, inicialmente verificamos as origens do escritor, e seu contexto, para que a partir dessas informações identificássemos as especificidades das constituições matrimoniais lopesianas. Além disso, identificamos as relações diplomáticas estabelecidas entre os reinos de Portugal e da Inglaterra, e suas consequências foram analisadas por meio dos enunciados escritos por Fernão Lopes. A aliança militar, política e econômica luso-britânica foi assinada em 1386, e foi sedimentada por meio do casamento entre D. Filipa de Lencastre e D. João I, nesta pesquisa pontuamos o trajeto realizado pelos cavaleiros João de Gante e o Mestre de Avis para que a união matrimonial ocorresse, e o Tratado de Windsor fosse legitimado. As constituições matrimoniais lopesianas são maniqueístas, e estabelecidas para validar seu discurso, assim o cronista-historiador contrapõe o casamento entre D. Leonor Teles e D. Fernando (dinastia de Borgonha) com o de D. Filipa de Lencastre e D. João I (dinastia de Avis).

Palavras-chave: Casamento. Dinastia de Avis. Diplomacia. Fernão Lopes. Tratado luso-britânico.

ABSTRACT

The purpose of this research was to understand the logic of political relations in Portugal regarding the Avis Movement (1383-1385) from a Lopesian perspective, using the method of Discourse Analysis in the Chronicle of D. João I. To do this, we analyzed the relationships established between the female bodies and male bodies by the chronicler-historian from the point of marriage. Marriage was used in the Middle Ages to establish alliances between kingdoms and lineages, and to maintain the “*status quo*”. In Portugal, the marriage union was a public matter, which gained greater notoriety from the Avis dynasty on, who hired Fernão Lopes with the aim of fostering a cohesive, coherent, orderly and edifying memory of the facts that made possible the royal ascension of the Master. Thus, we initially verified the origins of the writer, and his context, so that from this information we could identify the specificities of Lopesian marriage constitutions. Furthermore, we identified the diplomatic relations established between the kingdoms of Portugal and England, and their consequences were analyzed through statements written by Fernão Lopes. The Luso-British military, political and economic alliance was signed in 1386, and was consolidated through the marriage between D. Filipa of Lancastre and D. João I, in this research we point out the route taken by the knights Johan of Gant and the Master of Avis for the marriage to occur, and the Treaty of Windsor to be legitimized. The Lopesian marriage constitutions are Manichaeic, and established to validate his discourse, so the chronicler-historian contrasts the marriage between D. Leonor Teles and D. Fernando (Burgundy dynasty) with that of D. Filipa Lancastre and D. João I (Avis dynasty).

Keywords: Marriage. Avis Dynasty. Diplomacy. Fernão Lopes. Portuguese-British treaty.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue comprender la lógica de las relaciones políticas en Portugal en torno al Movimiento Avis (1383-1385) desde una perspectiva lopesiana, utilizando el método de Análisis del Discurso en la Crónica de D. João I. Para ello, analizamos la relaciones que establece el cronista-historiador entre los cuerpos femeninos y masculinos a partir del matrimonio. El matrimonio se utilizaba en la Edad Media para establecer alianzas entre reinos y linajes, y para mantener el “*status quo*”. En Portugal, la unión matrimonial era un asunto público, que adquirió mayor notoriedad a partir de la dinastía Avis, que contrató a Fernão Lopes con el objetivo de fomentar una memoria cohesiva, coherente, ordenada y edificante de los hechos que hicieron posible la ascensión real del Maestro. de Notificación. Así, verificamos inicialmente los orígenes del escritor, y su contexto, para que a partir de esta información pudiéramos identificar las especificidades de las constituciones matrimoniales lopesianas. Además, identificamos las relaciones diplomáticas establecidas entre los reinos de Portugal e Inglaterra, y se analizaron sus consecuencias a través de declaraciones escritas por Fernão Lopes. La alianza militar, política y económica luso-británica fue firmada en 1386, y se consolidó mediante el matrimonio entre D. Filipa de Lencastre y D. João I, en esta investigación señalamos el recorrido por los caballeros João de Gante y los Mestre de Avis para que se produjera la unión matrimonial y se legitimara el Tratado de Windsor. Las constituciones matrimoniales lopesianas son maniqueas, y se establecen para validar su discurso, por lo que el cronista-historiador contrasta el matrimonio entre D. Leonor Teles y D. Fernando (dinastía de Borgoña) con el de D. Filipa de Lencastre y D. João I (dinastía Avis).

Palabras clave: Matrimonio. Dinastía Avis. Diplomacia. Fernão Lopes. Tratado luso-británico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - A ESCRITA CRONÍSTICA HISTÓRICA DE FERNÃO LOPES	35
1.1 Fernão Lopes: historiador ou cronista?.....	36
1.2 Análise do Discurso de Fernão Lopes a Partir da Crónica de D. João I I.....	54
CAPÍTULO 2- A HONRA E A DESONRA DOS MATRIMÔNIOS RÉGIOS NA CRÓNICA DE D. JOÃO I	75
2.1 A Dinastia de Borgonha: o Casamento “Desonrado” de D. Leonor Teles e D. Fernando..	79
2.2 D. Filipa de Lencastre e D. João I: a “honrada” família avisina	100
CAPÍTULO 3 – GENTIIS HOMEËS: A RELAÇÃO DIPLOMÁTICA LUSO-INGLESA NA CRÓNICA DE D. JOÃO I, O TRATADO DE WINDSOR	117
3.1 Um Reino Amigo: a Monarquia Britânica na Crônica de D. João I.....	118
3.1.1 A Política Externa de D. Fernando.....	122
3.2 A Construção da Memória da Política Externa de D. João I por Fernão Lopes.....	135
3.2.1 O Tratado de Windsor.....	153
CAPÍTULO 4 - A ALIANÇA POLÍTICA ENTRE OS LENCASTRES E OS AVIS: UMA ESTRATÉGIA DE PODER ENTRE LINHAGENS	165
4.1 Um Acordo Entre Cavaleiros: os Prelúdios do Matrimônio de D. João I e D. Filipa de Lencastre na Crónica de D. João I.....	167
4.2 A Descendência de D. Filipa de Lencastre: que Homem Era o Duque dAlemcastro?.....	172
4.3 A Sedimentação da Aliança Luso-Britânica: negociações Para o Casamento de D. João I Com D. Filipa de Lencastre.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS	209

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - As Características da Escrita de Fernão Lopes na Crónica de D. João I.....	57
Quadro 2 - Mapeamento dos Capítulos em que Fernão Lopes Menciona a Inglaterra na Crónica de D. João I I.....	119
Quadro 3 – Termos do Tratado de Windsor descritos na Crónica de D. João I.....	157

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a cultura política engendrada por Fernão Lopes no século XV, acerca das relações matrimoniais, por meio da *Crónica de D. João I*. Destaca-se que esta crônica foi elaborada com a finalidade de narrar o Movimento de Avis (1383-1385), e encomendada por D. Duarte, filho do rei D. João I. Assim, a narrativa possibilita a compreensão da centralização e fortalecimento do poder monárquico avisino em Portugal.

Destaca-se que a relevância deste trabalho aponta-se em quatro arguições: a primeira é a importância de compreender a arte de ligar os fios narrativos desenvolvidos por Fernão Lopes. Pois, não há dúvidas sobre o ímpeto político das crônicas lopesianas. Os textos possibilitaram que a arte literária fosse utilizada para corroer o *status social*, e diminuir o poder político da nobreza tradicional portuguesa através de símbolos e representações.

Pois, os nobres mesmo empregando ações de resistência, acabaram sendo absolvidos e sujeitados a uma cultura política que centralizou o poder na figura do monarca nos anos finais do Medievo. Em Portugal, esse processo de centralização atingiu o seu ápice com a consolidação do Estado Nacional.

A segunda são os poucos estudos acerca dos aspectos políticos do casamento (geralmente as pesquisas focam nos elementos sócio-culturais). Na Idade Média o matrimônio não era somente uma tentativa de garantir a descendência, mas também de suma importância para a nobreza conservar as estruturas de poder e de propriedade. O casamento era uma instituição utilizada para firmar alianças entre os reinos e as famílias nobres, por isso, dependia da dinâmica política e econômica.

Os reis portugueses esforçaram-se durante a Idade Média para que os seus súditos adotassem a disciplina da Igreja, associando o sacramento ao contrato matrimonial. A boa ordem civil aconselhava-os a tal atitude, independentemente das motivações religiosas. As implicações civis do casamento, essencialmente patrimoniais e tutelares, tornaram o casamento objeto do discurso real.

O terceiro ponto de relevância desta pesquisa é a compreensão dos elementos que constituem o modelo "legítimo" de relação matrimonial cristão que está presente no processo de colonização e constituição do Brasil. É inegável que as relações matrimoniais foram e continuam a ser ressignificadas na contemporaneidade. Os laços matrimoniais configurados na Idade Média, possui notáveis analogias com as normas e os comportamentos sociais sobre

a mesma instituição vigente no Brasil no período colonial, dentre elas destaca-se a única sexualidade permitida socialmente.

Ainda hoje, as discussões que envolvem o casamento persistem e representam muito das mudanças que ocorreram na nossa sociedade. O casamento homoafetivo, por exemplo, é amplamente discutido na sociedade atualmente, principalmente nas esferas políticas, onde a pluralidade e a diferença devem ser contempladas, e nas organizações religiosas que se posicionam contra, e acreditam serem as únicas instituições legítimas capazes de consagrar a união matrimonial.

Por fim, aponta-se como quarto ponto a compreensão das relações entre os reinos da Inglaterra e de Portugal. Os tratados de amizade e assistência mútua ocorreram segundo Pinto (2015) desde o século XIV, e continuaram durante o período da colonização do Brasil. Em 1806, Napoleão Bonaparte decretou o Bloqueio Continental determinando que os países europeus fechassem os portos para os navios ingleses. A monarquia luso que já mantinha uma longa aliança política e comercial com o reino inglês não aderiu ao Bloqueio Continental. Assim, no dia 22 de janeiro de 1808, a família real portuguesa chegou a Salvador, em fuga das tropas do exército francês, comandadas por Napoleão Bonaparte. Fato que colaborou para a abertura dos Portos às Nações Amigas, e quebra do monopólio comercial entre a metrópole e a colônia, o que favoreceu principalmente a Inglaterra.

Mediante a explicitação da importância desta pesquisa, aponta-se que a narrativa é uma metáfora da ascensão social alcançada pelo autor Fernão Lopes, que é um homem possivelmente proveniente da "*arraia miúda*" em Portugal. A elevação da dinastia de Avis, também é sua ascensão, pois a sua escolha como cronista oficial não pode ser desprezada. Este trabalho só poderia ter sido dado a um homem capacitado a tal função, e que também deveria possuir sentimento de gratidão, já que seu lugar social (cargo), só foi possível de ser alcançado pelas mudanças sociais e políticas que ocorreram a partir do Movimento de Avis.

Compreender no campo da História as relações de poder estabelecidas no Medievo português através de textos considerados literários tornou-se viável a partir de uma Nova História Política, que ampliou o conceito de poder tornando-o fluído. A utilização de narrativas cronísticas como objeto de estudo das relações de poder possibilita ao historiador dialogar com diferentes paradigmas, conceitos e objetos. Além disso, essa reformulação do campo político nos estudos historiográficos permitiu aos historiadores revisitar os fatos, a partir de novos olhares e pluralidades de análise e compreensão das sociedades.

Em consonância com as possibilidades da Nova História Política, esta pesquisa utilizou a *Crónica de D. João I*, considerando o lugar social e a lógica discursiva do cronista,

e também a cultura política engendrada nas crônicas lopesianas acerca das configurações matrimoniais no século XV. De acordo com o exposto esta pesquisa norteia-se pela seguinte problemática: Como Fernão Lopes compreendia a função do matrimônio na cultura política portuguesa no processo da ascensão avisina?

De acordo com a problemática exposta acima, foi estabelecido como objetivo geral a análise dos campos de produção de saberes, considerando as conexões, o lugar social, o contexto e a lógica do discurso de Fernão Lopes acerca do casamento no século XV, por meio da *Crónica de D. João I*. E os seguintes objetivos específicos: Compreender o por que Fernão Lopes representou as configurações matrimoniais de D. João I e D. Filipa, em oposição ao casamento de D. Leonor Teles e D. Fernando em suas narrativas no século XV; Configurar as redes políticas que possibilitaram as conexões atlânticas entre os reinos de Portugal e Inglaterra que ocorreram durante a governança do monarca português D. João I (1385-1433); e Examinar como Fernão Lopes compreendia a lógica dos acordos políticos realizados por meio do matrimônio na *Crónica de D. João I*.

O Movimento de Avis em Portugal (1383-1385) dá início a uma nova dinastia que desenvolveu um discurso político apologético e legitimador, utilizando as festas públicas, o teatro e a literatura, especialmente com a contratação de cronistas oficiais para escrever a memória do reino português. Dentre esses funcionários contratados, destaca-se Fernão Lopes, que redigiu as crônicas dos reis portugueses D. Pedro (1357-1367), D. Fernando (1367-1383), e D. João I (1385-1433) no século XV.

As crônicas escritas por Fernão Lopes (guarda-mor da Torre do Tombo), foram encomendadas pelo infante de Portugal D. Duarte (tornou-se rei entre 1433 a 1438), filho de D. João I (primeiro rei da dinastia avisina, que exerceu o poder de 1385 a 1433). Nos relatos o autor organizou os fatos que possibilitaram a ascensão de D. João I, filho ilegítimo de D. Pedro (1357-1367), ao trono de Portugal.

A partir da segunda geração da dinastia de Avis, os membros da realeza começaram a contratar cronistas oficiais para organizar a memória da monarquia portuguesa, o primeiro foi o rei D. Duarte, filho/sucessor de D. João I. Os discursos produzidos sob o olhar da "ínclita Geração" buscavam fortalecer a centralização política perante a nobreza tradicional, e legitimar o poder monárquico através de novos alicerces, já que até então os reis eram determinados pela genealogia (laços sanguíneos). Porém, o primeiro rei da dinastia avisina era filho bastardo de D. Pedro I, logo não tinha direito de ocupar o trono português.

Pesquisadoras como Maleval (2010) apontam que Fernão Lopes nasceu em torno de 1380, possivelmente em Lisboa, por isso, teria acompanhado e vivenciado o processo de

mudança dinástica, e suas consequências. Portanto, o cronista formou-se em um contexto próximo aos acontecimentos que se faziam recentes na memória dos portugueses, principalmente, o Movimento de Avis e as guerras contra Castela.

A crônica, escrita no âmbito da corte régia e destinada a um público cortesão, tinha a preocupação de transmitir os interesses políticos, ideológicos, econômicos, culturais e religiosos da dinastia de Avis, que se consolidou no reinado de D. Duarte. Pois, segundo Bakhtin (2009, p. 32), "qualquer produto de consumo pode, da mesma forma, ser transformado em signo ideológico", e com isso, legitimar uma nova ordem política.

De acordo com Mattoso (1994, p.45), em Portugal, o processo de Reconquista, assim como a complexificação da sociedade gerou uma heterogeneidade cultural, política e social, o que possibilitou o acúmulo de recursos suficientes para a imposição do poder monárquico sobre a nobreza tradicional. Mesmo com recursos, a monarquia acumulou uma série de problemas, que durante o governo de D. Fernando (meio-irmão de D. João I, e último rei da dinastia de Borgonha¹), geraram tensões sociais que se agravaram após a sua morte, e ocasionaram a contestação da eficiência do poder monárquico, exercido pela nobreza tradicional.

D. Leonor Teles (1350-1405) e D. Fernando (1345-1383) não tiveram filhos, apenas uma única filha chamada Beatriz (1373-1408), que fora entregue em acordo de casamento ao rei D. Juan de Castela (1358-1390). Essa aliança matrimonial criava a possibilidade de o rei castelhano tornar-se também rei de Portugal, fato que D. Fernando procurou evitar mediante delimitações estabelecidas no *Tratado de Salvaterra de Magos* (1383). Assim, para evitar uma possível união futura dos dois reinos, ficaram estabelecidas nesse acordo as regras de sucessão ao trono, dentre elas destaca-se que D. Leonor Teles seria a regente de Portugal até que D. Beatriz tivesse herdeiro com idade de 14 (quatorze) anos.

Com a morte de D. Fernando, a rainha tornou-se a regente do reino português. Durante a sua regência, a oposição a D. Leonor Teles aumentou especialmente em Lisboa, onde se iniciou o Movimento de Avis, em dezembro de 1383, quando o conde de Andeiro (tido por Fernão Lopes como amante da rainha), foi assassinado por D. João I, o Mestre de Avis.

Diversos segmentos da sociedade portuguesa se opuseram ao poder exercido pela nobreza tradicional, como exemplo cita-se o povo ("arraia miúda"²), os comerciantes e os

¹ A dinastia de Borgonha foi a primeira a exercer o poder régio em Portugal, após a morte de D. Fernando (1345-1383), a dinastia Avis ascende ao poder, liderada pelo Mestre de Avis, nomeado como D. João I.

² Fernão Lopes designa nas crônicas as camadas desfavorecidas como "arraia miúda" ou "povo miúdo".

nobres secundogênitos pertencentes à aristocracia feudal. Esses grupos sociais lutaram ao lado do Mestre de Avis contra o segmento social até então mais poderoso: a aristocracia tradicional local, o que ocasionou uma bipolarização política no reino português. Porém, a partir do reinado de D. João I, a monarquia portuguesa conseguiu fortalecer e consolidar o poder do Estado, neutralizando principalmente a influência da nobreza tradicional local ao aliar-se aos novos e desfavorecidos grupos sociais (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 20).

O movimento iniciado em Lisboa em 1383 contra a rainha e a nobreza tradicional local espalhou-se por várias regiões de Portugal, forçando D. Leonor Teles a abdicar de seu cargo de regente, que foi posteriormente ocupado pelo Mestre de Avis. Em 1385, D. João I foi escolhido o novo rei de Portugal nas Cortes de Coimbra. Assim, a ascensão da dinastia de Avis ao poder régio é o resultado dessas transformações que se delineavam em Portugal, e que ganharam substrato com o reinado de D. Fernando.

As crises no governo fernandino eram constantes e teriam sido intensificadas quando o rei decidiu se casar com D. Leonor Teles (1350-1405), pois segundo Fernão Lopes o matrimônio aumentou o descontentamento de parte do reino português. Os descontentes acreditavam que o soberano poderia ter realizado alianças matrimoniais com herdeiras dos reinos vizinhos que poderiam lhe oferecer vantagens políticas.

Durante a Idade Média o matrimônio era utilizado para referendar um acordo entre as famílias ou os reinos, por isso, os nobres preocupavam-se com a manutenção da instituição, o que auxiliava na manutenção das estruturas sociais, determinando os papéis femininos e masculinos. O casamento em seu aspecto político tinha função de conquistar aliados e obter apoio material nas ações bélicas. (SILVA, 2020)

Na crônica, um dos elementos simbólicos mais importantes presentes no discurso foi a constituição estratégica das configurações matrimoniais, exemplificadas principalmente por meio dos casamentos de D. Fernando com D. Leonor Teles, e de D. João I com D. Filipa de Lencastre. Pois, para o cronista as uniões matrimoniais dos monarcas influenciaram a governança do reino português.

Pois, para a manutenção do *status quo* na Idade Média Central os reis, os príncipes, as rainhas, as princesas e demais membros da nobreza sujeitavam-se a casamentos com o interesse de firmar tratados e assegurar a estabilidade econômica de uma região. O caráter irrevogável que a união matrimonial possuía tinha sentido de estabilidade nas relações entre os grupos de interesse.

Percebe-se um empenho por parte de ambos, do cronista e da família real avisina, de fundamentar e registrar uma memória coletiva de Portugal, em que D. João I, apesar de ser

bastado, era o escolhido de Deus, por isso era reconhecido pela "arraia miúda", como o homem ideal para assumir o trono português. E, para Fernão Lopes, um dos elementos que referendou a escolha do Mestre de Avis como monarca foi a escolha da sua esposa, D. Filipa de Lencastre, que era uma das filhas/herdeiras que pertencia à mais importante família do reino inglês, o que propiciou uma aliança próspera aos lusos. Enquanto a governança do rei anterior, D. Fernando, teria sido prejudicada por seu matrimônio com D. Leonor Teles, considerada uma mulher de origem duvidosa.

O matrimônio concretizou uma aliança duradoura e benéfica entre os reinos luso e britânico, fato que se opunha ao casamento de D. Leonor Teles e D. Fernando. D. João I sairia fortalecido como rei de Portugal com o reconhecimento da legitimidade da dinastia avisina por meio da assinatura do Tratado de Windsor (1386), entre Portugal e Inglaterra. O acordo foi consolidado por meio da união matrimonial do monarca avisino com D. Filipa.

Conforme o matrimônio foi ganhando importância durante a Idade Média, ele passou a ser um instrumento para garantir a descendência e também de suma importância para a nobreza conservar as estruturas de poder e de propriedade. Pois, “o casamento na Idade Média era um negócio entre os homens, um negócio entre linhagens que resultava numa série de consequências, que eram maiores quanto mais altas fossem essas linhagens” (COSER, 2008, p. 94). O matrimônio era uma instituição utilizada para firmar alianças entre os reinos e as famílias nobres, por isso, era um dos fatores que determinava a dinâmica política e econômica.

No decorrer da Idade Média houve um esforço para que os súditos adotassem a disciplina da Igreja, associando o sacramento ao contrato matrimonial. A boa ordem civil aconselhava-os a tal atitude, independentemente das motivações religiosas. As implicações civis do casamento, essencialmente patrimoniais e tutelares, tornaram no objeto do discurso régio e religioso.

Pontua-se que a *Crónica de D. João I* é uma metáfora da ascensão social alcançada pelo autor Fernão Lopes, que é um homem possivelmente proveniente da "arraia miúda" em Portugal. O estabelecimento da dinastia de Avis valida a sua ascensão social, pois a sua escolha como cronista oficial não pode ser desprezada. Este ofício só poderia ter sido dado a um homem capacitado a tal função e que também deveria possuir um sentimento de gratidão, já que o seu lugar social (cargo), só foi possível de ser alcançado devido às mudanças sociais e políticas que ocorreram a partir do Movimento de Avis.

Assim, para compreender a cultura política produzida no discurso lopesiano é necessário analisar o texto, o contexto, as interconexões do cronista e o lugar social ao qual

ele pertencia, já que a linguagem empregada por Fernão Lopes se configura como um instrumento de transcrição das suas experiências.

Analisar as conexões sociais de Fernão Lopes (texto/contexto), construídas e delimitadas por ele em relação ao casamento na *Crónica de D. João I*, possibilitou a compreensão da monarquia portuguesa a partir do Movimento de Avis, através do casamento, que é uma instituição que busca(va) normatizar as relações afetivas entre homens e mulheres. Para isso, analisaremos as sociabilidades construídas e desconstruídas por Fernão Lopes a partir da *Crónica*. Esse saber contribuirá para a compreensão das tessituras sociais, políticas e culturais dos últimos anos da Idade Média portuguesa.

Nesse ensejo, foram analisados o texto, o contexto e as conexões elaboradas pelo cronista através da construção das relações matrimoniais, que colaboraram para a legitimação da dinastia de Avis interna e externamente, através da aliança entre Portugal e Inglaterra, com o casamento de D. João I e D. Felipa de Lencastre, a partir do prisma da História Global.

Sublinha-se que é compreensível o estranhamento da adoção da História Global para compreender sociedades antigas/pré-modernas, até mesmo porque se pode partir do argumento de que essas sociedades não experienciaram o processo de globalização. Porém, rever objetos de pesquisas por novas abordagens, contribuem de forma profícua para o não engessamento do conhecimento historiográfico de uma determinada temporalidade e espaço.

Como um campo recente de abordagem historiográfica, a História Global possui múltiplas tendências, que buscam explicar, compreender e analisar as variadas conexões em diversas temporalidades e contextos. E isso nos causa estranhamento e medo, porém ela também nos possibilita inovar o campo de saber o qual escolhemos: a História.

Como já citamos, esta pesquisa tem como documento de estudo a *Crónica de D. João I*, e isso, em primeira instância provoca uma sensação dúbia de conforto/desconforto. Afinal é uma temporalidade eurocêntrica, ou seja, é uma periodização como afirma Bovo (2017), especificamente europeia e cristã, pautada na temporalidade linear, progressiva e evolutiva.

No primeiro momento nos gera conforto explicar a consolidação no Atlântico da monarquia portuguesa. Afinal, esse período, segundo Le Goff (2006), seria a gênese da Europa Ocidental. Porém, a medievalidade é uma baliza cronológica que conferiu sentido às ideias civilizatórias que formataram a História substanciada pela ideia de eurocentrismo.

O ideal eurocêntrico excluiu e silenciou outras historicidades, como a africana, a asiática, e até mesmo a Europa Oriental, que não se encaixaram na fórmula de progressão linear que subdividiu a história em gavetas estabelecidas a partir da história da Europa Cristã

(Pré-História; História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea). O conforto de estudar a Idade Média, pelo prisma da História Global, seria pela falsa sensação da facilidade para realizar as conexões, porém o desconforto vem da busca por contribuições significativas para o saber histórico.

Estudar a Idade Média pela perspectiva das histórias conectadas pode nos levar a esta armadilha historiográfica, já que, podemos prosseguir colaborando com uma lógica narrativa, que continuará privilegiando a Europa Cristã como centro e referencial de evolução em nível global. Com o reconhecimento das problemáticas de estudar esta temporalidade, dentre elas, destaca-se o engessamento da periodização, em contrapartida o pesquisador poderá contribuir para o saber da ciência histórica, pois essas armadilhas epistemológicas podem ser desconstruídas, problematizadas e evitadas pelos medievalistas.

Destaca-se que as histórias conectadas buscam estabelecer abordagens em torno dos cruzamentos históricos a partir de variadas durações (curta, média e longa), em diferentes escalas. As escalas devem levar em consideração as espacialidades e temporalidades que configuram as relações em cada sociedade ou grupo estudado, para que assim as especificidades possam ser identificadas. Nesse ensejo encaixamos o objeto desta pesquisa, já que também são necessárias novas perspectivas e debates acerca das conexões históricas das sociedades pré-modernas. Pois,

Diante de um momento histórico que encara com pessimismo o legado eurocêntrico do Ocidente, estudos que abordam a perspectiva das Histórias conectadas da Idade Média encontram espaço auspicioso para seu desenvolvimento por algumas razões. A primeira delas está em qualificar essa temporalidade, tradicionalmente atribuída à Europa ocidental, a partir do estudo de comunidades conectadas em escala suprarregional e supracontinental, incluindo abordagens em perspectiva eurásiana e africana. Essas novas abordagens buscam demonstrar a prosperidade de análises sobre a movimentação de pessoas, a circulação de ideias e materiais, bem como as intersecções de procedimentos de governança e regulação no enfrentamento de conflitos sociais e intempéries naturais comuns às diversas comunidades anteriores às grandes navegações atlânticas (BAYARD; BOVO, 2000, p. 13).

O legado eurocêntrico citado por Bayard e Bovo (2000), não pode ser encarado como negativo. Os historiadores podem adotar novos prismas e abordagens que possibilitem a desconstrução de ideias consolidadas por meio de análises que conectem vários contextos. As novas abordagens nos possibilitam conectar pessoas, espaços, ideais e materiais que nos levam à análise próspera de conflitos, intersecções e governanças em espacialidades e temporalidades similares ou diferentes.

Segundo Silva (2020), a História ao se estabelecer como ciência no século XIX, cadenciou narrativas que buscavam compreender as origens dos Estados e nações, o que fez

com que a Idade Média fosse uma temporalidade primordial para a compreensão dessa gênese. Pois, teria sido o período de fundação das nações europeias, ou seja, o berço da civilização Ocidental. Tornando os Estados europeus espelhos para outras nações que almejavam atingir o progresso político, econômico, social e cultural. Na metade do século XX, mediante as guerras e conflitos, emergiu uma nova tendência que associou o período entre os séculos V e XV, com a formação da Europa, um bloco unificado e homogêneo, que compartilhava traços culturais, políticos e econômicos, formando uma identidade coletiva.

Mediante as novas abordagens historiográficas, ocorreram rupturas, alianças e conexões que nos fizeram repensar acerca dos limites impostos pelo nacionalismo e a influência dos arcabouços acadêmicos eurocêntricos. Questionamentos pertinentes foram e estão sendo fomentados a partir das possibilidades e das mudanças constantes de perspectivas. Porém, diante de tantas dúvidas, muitos concordam que são necessárias para o avanço da História, como campo de saber científico, modificações nas abordagens históricas, ou seja, “novas maneiras de interpretar e explicar as experiências históricas a partir do viés global” (BAYARD; BOVO, 2000, p. 11). Crossley (2015) aponta que as novas tendências acadêmicas intituladas “pós-modernas” ou “pós-coloniais”, questionavam os produtos intelectuais que continuavam a colaborar para a manutenção do eurocentrismo, excluindo assim outras sociabilidades.

Bovo e Bayard (2000) afirmam que houve mudanças significativas em nível global que possibilitaram alianças e conexões culturais, econômicas e políticas, afetando variados campos de saberes, dentre eles a História. Essas modificações ocasionaram, a partir de 1990, novas abordagens historiográficas, que instituíram o campo da História Global (Global History). Nesse bojo, salienta-se que

Novas abordagens historiográficas surgiram dessa seara, que apesar de ter na década de 1990 o momento de constituição formal do campo, com institucionalização efetiva de associações (World History Association) e periódicos, encontrou o germe de sua essência na ousadia de enfoques historiográficos anteriores (BLOCH, 1930; BRAUDEL, 1949; MCNEILL, 1963) (BAYARD; BOVO, 2000, p. 11).

“O sistema mundial europeu que se tornou o tronco da narrativa histórica” (CROSSLEY, 2015, p. 143), propagou e estabeleceu termos/conceitos como desenvolvimento, subdesenvolvimento, civilização, atraso, baixo, subalterno, progresso, evolução, modernização, dependência, entre outros. Tais conceitos limitam as possibilidades de análises de outras dimensões que experienciaram uma diversidade social, política, econômica e cultural distante dos paradigmas eurocêntricos. A emergência das periferias

possibilitou aos historiadores refutar a ideia de que a experiência ocidental seria a medida cabal de toda a História.

Com as múltiplas possibilidades da História Global, Barros (2019) salienta que emergiram diversos nomes como: história interconectada, histórias cruzadas, história comparada, entrelaçamento de histórias, de narrativas, abordagens transnacionais, entre outros. Para o historiador, as denominações são designações que dependem da abordagem do pesquisador, ou seja, são procedimentos relacionais, que possuem variados nomes, mas com objetivo semelhante, são escolhidos de acordo com a relação do pesquisador com seu objeto de pesquisa.

E essas demandas historiográficas estão em sintonia com as novas necessidades planetárias. Porém, aplicar o método da História Global para a compreensão de sociedades antigas ou pré-modernas que não experienciaram o processo de globalização é um desafio para os historiadores medievalistas, que devem evitar a busca pelo mito das origens e focar nas tessituras sociais, políticas, econômicas e culturais que possibilitaram as conexões entre as diversas sociabilidades que existiram durante o Medievo.

Silva (2020) destaca que o espaço é fabricado, e, por isso, adquire significados; assim seria necessário compreender o agente da fabricação da espacialidade e das representações. Neste sentido nossa ênfase consiste em analisar e examinar as conexões estabelecidas por Fernão Lopes acerca do matrimônio na *Crónica de D. João I*.

O itinerário percorrido por Fernão Lopes ao narrar a Crise de 1383-1385 em Portugal, pontuando cada espaço no qual D. João I, ou os seus aliados atuaram, nos possibilita perceber a afirmação do poder da monarquia sobre os súditos, a centralização e o projeto de poder fomentado pela dinastia avisina para legitimar o seu poder político.

Pois, para o reino português existir foi necessário forjar um espaço social que abrigava uma comunidade que possuía práticas sociais, culturais, políticas e econômicas comuns de produção, ocupação e apropriação. Assim, nesta pesquisa não buscamos a essência, mas sim a construção das mobilidades que permitiram a constituição da memória coletiva e oficial, escrita e selecionada por Fernão Lopes, que procurou dar sentido ao processo avisino, ou seja, aos agentes externos e internos que estavam atuando no espaço político em que o cronista estava inserido. Assim, poderemos analisar como as ideias de Fernão Lopes influenciaram a construção do seu próprio grupo social, e de si mesmo.

Destaca-se que a memória coletiva propagada na *Crónica de D. João I* está de acordo com os modelos cristãos que permeavam as relações em Portugal entre os séculos XIV-XV. O discurso produzido por Lopes possuía como objetivo produzir sujeitos e uma

memória coletiva. Pois, o novo grupo político no poder utilizou elementos culturais populares do povo português, por meios das representações, para embasar uma memória que forjava um sentimento de coletividade e unidade no reino.

A partir das análises realizadas no campo das ciências sociais sobre a memória, definimos que a memória coletiva é composta pelas lembranças, pensamentos e ideais comuns ao indivíduo do grupo, ou seja, ela pertence a comunidade/grupo no qual o ser social está inserido (HALBWACHS, 2013).

Dentre as múltiplas funções dos textos, elenca-se como a essencial de lembrar de forma coletiva aos indivíduos a qual grupo eles pertencem. Le Goff (1990, p. 368), aponta que “a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder”. Esse jogo político em Portugal fundamentou os alicerces para fortalecer e centralizar o poder do Estado monárquico português, em detrimento dos opositores.

Na Crónica de Fernão Lopes existem continuidades, descontinuidades, conformidades, resistências, transações, conexões, disputas e incorporações intencionais que nos permitem compreender a mobilidade da sociedade portuguesa nos anos finais da Idade Média por meio de uma memória coletiva fabricada que desvela uma rede de conexões políticas e sociais.

A conexão entre os reinos da Inglaterra e Portugal nos permite refutar a ideia de uma Idade Média fechada e estática, pois as interconexões entre os reinos com o objetivo de manter boas relações e a circulação de pessoas, nos fazem questionar a estagnação atribuída a esse período, nos levando à ideia de fluidez que forja identidades mistas, as quais possuem pontos identitários comuns e compartilhados.

Esta pesquisa tornou-se desafiante, pois devido ao processo de reformulação historiográfica que vivenciamos, são muitas possibilidades de abordagens e modismos. A maneira como esse estudo foi conduzido somente foi possível em virtude das significações, ressignificações, formulações e reformulações da epistemologia historiográfica. Assim, em consonância com a História Global, destacamos que esta pesquisa foi possibilitada também pela reformulação da *História Política*.

Segundo René Rémond (1996), existem modas intelectuais ou descobertas que conseqüentemente desenham e configuram a disciplina histórica a partir de um determinado tempo e isso possibilita novas perspectivas e metodologias para o desenvolvimento do trabalho do historiador. As "modas" intelectuais apontadas por Rémond que influenciaram a renovação da História Política no século XX foram principalmente o movimento dos *Annales*

e o Marxismo. Acerca desses diferentes momentos deste campo da História, Hilário Franco Júnior afirma que:

Por muito tempo a História Política gozou de enorme prestígio, deixando em plano bem inferior os outros tipos de produção historiográfica. Contudo, à medida que se transformava a própria realidade política, questionava-se o valor de estudos voltados apenas para a camada dirigente. Como a história de setores mais amplos da população não poderia ser feita sem o conhecimento das realidades sociais e econômicas do passado, trabalhos nesse sentido é que passaram a atrair a atenção dos melhores estudiosos. Apenas depois de atingido um nível qualitativo alto nesses estudos é que a História Política pôde ser reabilitada (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 49).

A reabilitação da História Política mudou a produção historiográfica, que passou a levar em consideração a multiplicidade de atuação de cada ser humano em sua sociedade. Pois, como em outros campos de atuação dos homens e das mulheres, a vida política também está embrenhada por símbolos, metáforas e ritos que por muito tempo foram desconsiderados como elementos configuradores da política, empobrecendo a análise do historiador.

Algumas correntes teórico-metodológicas se opuseram à História Política Tradicional no século XX, dentre elas destacam-se: o *Movimento dos Annales*, o (s) Marxismo (s), o quantitativismo e o estruturalismo. Essas oposições colaboraram para a abertura de novas perspectivas para o estudo das relações de poder existentes em diferentes sociedades e temporalidades.

A primeira geração da *Escola dos Annales* estigmatizou a História Política, ao caracterizá-la como factual, e a segunda geração, que teve como principal expoente o historiador Braudel, reduziu os fatos políticos ao "tempo curto". Já os historiadores marxistas no século XX foram oposição, ao caracterizá-la como excludente e elitista. A História positivista elaborada no século XIX foi condenada por centralizar os seus relatos nos grandes feitos políticos, buscando escrever uma história linear, oficial, factual e narrativa.

As características citadas acima faziam a História ter os três seguintes ídolos: discurso histórico-narrativo cronológico e linear; o processo histórico desvinculado da totalidade contextual à qual ele pertencia; e a centralização das análises em ações de determinados e poucos agentes históricos que seriam responsáveis por conduzir a história sozinhos (individualismo).

O avanço da História propiciado pela História Econômica e Social fez-se em detrimento e declínio do ramo político, contudo Peter Burke (1997) no livro *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia* afirma que no final da década de 70 do século XX, houve ao mesmo tempo reações contrárias à história quantitativa e

determinista (sobretudo o "economicismo" Marxista) e aos *Annales* (especialmente Braudel). Isso acarretou principalmente três consequências positivas: uma mudança antropológica; um retorno à política e o ressurgimento da narrativa.

Burke (1997) denota que uma crítica recorrente e errônea aos *Annales* é a indiferença em relação à política. Essa apreciação não seria condizente com a prática, pois mesmo sendo uma área da História negligenciada pelos historiadores franceses como Febvre e Braudel, houve significativos trabalhos desenvolvidos pelos medievalistas que participaram do movimento, como Le Goff e Duby.

Barros (2012) afirma que, com o “retorno do Político”, novos objetos e modalidades foram enfatizados pela História Política; os novos interesses desse campo da História permitiram conectar modalidades historiográficas híbridas como a História Política e a História Cultural. É a partir desse bojo que podemos afirmar que iremos analisar a cultura política lopesiana por meio das configurações matrimoniais mediante a sua construção em um texto considerado literário. Pois,

A expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos [...] e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico. A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural, e, também, constituinte deste (BORGES, 2010, p. 98).

Os textos literários são um reflexo e refletem sobre o contexto social ao qual pertencem. Eles expressam os conflitos e as dissonâncias culturais e sociais em seus aspectos múltiplos, por isso, como produto sociocultural que representa as experiências humanas vividas, constitui-se como uma testemunha excepcional dos fatos históricos

A interação social apontada por Borges (2010) é definida por Bakhtin (2009) como dialogismo, que trata das relações entre os signos sociais (valorados segundo a sociedade em que se estão inseridos), constituindo o enunciado, compreendido como unidade de interação das sociabilidades. A relação dialógica do autor é constituída e constitui o mundo social e cultural no qual o texto literário está inserido. Para que ocorram as relações dialógicas, é preciso que o material linguístico ou semiótico adentre a esfera do discurso, ou seja, se transforme em enunciado, e neste está fixa a posição de um sujeito social, as contradições e as divergências discursivas do contexto em que o texto foi escrito.

Assim, o uso da crônica nesta pesquisa não foi uma busca para confirmar os acontecimentos do passado, mas sim foi utilizada para que possamos compreender como Fernão Lopes representava a si mesmo e o contexto em que estava inserido. Ao entender o texto, os enunciados, os discursos e o lugar social e geopolítico do cronista buscamos contribuir para a compreensão da cultura política da época, dos seus valores e para os sentimentos que moviam as sociabilidades. Na História Política Tradicional,

a cidade-estado, os impérios, as monarquias, ou num plano mais abstrato, a República e\ou Estado, foram os centro ou núcleos que polarizaram as narrativas históricas, e nestas, o papel dos políticos e\ou homens de Estado, as teorias filosóficas, jurídicas e teológicas acerca das origens, instituições e fins da Republica. Surgiu e consolidou-se assim, ao longo de muitos séculos, "a história dos historiadores" ou, apenas, a história. Bem mais tarde, esta história foi identificada como um tipo de história: a *história política tradicional* (FALCON, 1997, p. 62, grifo do autor).

O historiador encontrava-se preso a uma visão elitista, centralizada e institucionalizada do poder que definia temas, objetos, métodos e princípios excludentes das múltiplas significações e significados dos homens, das mulheres, das diferentes sociedades e temporalidades. Essa exclusão ocasionou uma reformulação da História Política a partir da década de 70 do século XX.

Por meio da História Marxista e do Movimento dos *Annales*, ampliou-se o campo de abordagem da historiografia, dos grupos sociais e das temáticas até então excluídas, que ganharam importância; é nesse bojo que a História Política é enriquecida pela inclusão de novos conceitos e objetos de pesquisa. Num primeiro momento ela foi colocada de lado por fixar suas análises nas ações de “grandes” homens ou do Estado. Porém, "a história política iria pouco a pouco retomar sua força graças ao empréstimo de métodos, espírito e abordagem teórica das próprias ciências sociais que a haviam empurrado para os bastidores" (LE GOFF, 2007, p. 14).

A História Política, segundo Rémond (1996) arcou com os custos da renovação da disciplina que ocorreram no século XX, sendo rotulada como obsoleta, arcaica, antiquada, individualista, factual, elitista e idealista. Essas características a tornaram inimiga daqueles que desejavam uma mudança de perspectiva na epistemologia e metodologia da História. Assim, o sumiço e a ressurgimento da História Política é o resultado da mudança no processo da própria pesquisa histórica e do ambiente ideológico. Sobre as críticas ao campo da política Falcon (1997) alega que:

Entre os historiadores, existe, sem dúvida, um relativo consenso quando se trata de criticar o empirismo positivista e a forma narrativa tradicional do discurso histórico político. Na tentativa de se redefinir o político, sua realidade e especificidade, entraram em jogo a noção de social e o conceito de representação. (FALCON, 1997, p. 77)

As pertinentes críticas às abordagens tradicionais ocasionaram o declínio e a condenação de estudos no campo político na História durante alguns anos. Porém, essas críticas permitiram o ressurgimento da Nova História Política que se apropriou de conceitos utilizados em outros campos da História. Isso gerou mudanças nas perspectivas de análise das relações de poder que passaram a levar em consideração as representações, os elementos simbólicos e ritualísticos.

Segundo Chartier (1990), as representações são categorizações e divisões que organizam o mundo social, e por serem variáveis, são estabelecidas e elaboradas de acordo com as disposições dos segmentos sociais a qual pertencem. Por meio dos discursos, as representações almejam à universalidade, porém são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam com o objetivo de legitimar o poder e a dominação destes.

As representações não são imparciais, pois através delas são produzidas estratégias e práticas que procuram impor uma autoridade legítima, sendo utilizadas para conferir ao outro ou a si mesmo uma compreensão de mundo social que corrobora com a imposição, a dominação e a manutenção do *status quo*.

Assim, nesta pesquisa utilizou-se como referencial para analisar as relações de poder exercidas pela monarquia no século XV em Portugal, o conceito de representação de Chartier (1990). Os elementos da produção da crônica utilizados neste trabalho são instrumentos para legitimar e perpassar a compreensão do mundo social a partir da lógica discursiva de Fernão Lopes e do grupo ao qual ele servia: a dinastia de Avis.

Dentre os mecanismos de dominação, destacamos as configurações matrimoniais realizadas por Fernão Lopes por meio de elementos simbólicos, que na cronística histórica delimitam como deveria ou não ser o casamento entre os membros da monarquia. As uniões nupciais entre os reis e rainhas são utilizadas para delimitar e padronizar o comportamento dos súditos.

Pinto (2015) aponta que os matrimônios realizados pelos monarcas eram um instrumento para consolidar alianças. Fernão Lopes, ao representar os matrimônios, os associa às alianças políticas estabelecidas entre os reinos luso e britânico, dando ênfase ao Tratado de Windsor (1386), pois este legitimava o reconhecimento do Mestre de Avis como rei. Na

Crónica de D. João I, o cronista pontua os acordos e a ajuda mútua entre Portugal e Inglaterra.

Ainda em Chartier (1990) vemos que a representação é o produto resultante de uma prática. A Literatura é enquadrada como representação do real, pois é o produto de uma prática simbólica que se transformou em outras representações através da emolduração da realidade. Já que, "cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade" (BAKHTIN, p. 33, 2009). Destaca-se que as representações nesta tese são estudadas por meio da Análise do Discurso.

A Análise do Discurso possibilitou uma maior inserção dos textos literários nos estudos historiográficos. Essa área do conhecimento permitiu ao historiador, a partir de 1950, desenvolver procedimentos, metodologias, e incorporar conceitos que contribuíram para uma melhor compreensão e análise das particularidades de cada sociedade e temporalidade em diversos campos: político, econômico, social e cultural. As diferentes perspectivas sobre os discursos nos fizeram perceber novos objetos ou revisar objetos de estudos já analisados pela historiografia. Sobre a trajetória do uso desta área de conhecimento, Silva (2002) aponta que:

Os estudos de Semântica, Semiótica e Teoria Literária influenciam, desde a década de 50, a reflexão histórica. As principais contribuições advindas destas áreas do conhecimento alertam para a falta de correspondência direta entre texto, autoria e contexto; destacam que os textos possuem leis próprias de estruturação e construção; sublinham que não existem sentidos naturais ou verdades atemporais e universais. A partir destas contestações, tornou-se evidente que o trabalho do historiador, ao reconstruir o passado, é uma tarefa muito mais complexa do que ler e interpretar os documentos. Fazia-se necessário analisá-los, considerando as particularidades formais dos textos e os processos de produção de sentido. Os historiadores, então, passaram a incorporar conceitos e técnicas, denominadas genericamente como Análise do Discurso, aos seus trabalhos. Contudo, as categorias e as formas de analisar os discursos são múltiplas, variando de teórico para teórico (SILVA, 2002, p. 194).

Pontua-se que a Análise do Discurso é um campo da linguística e da comunicação que procura analisar a estrutura de um texto e compreender as construções ideológicas que o elaboraram, pois, o discurso é uma construção linguística atrelada ao contexto social no qual o texto é desenvolvido. As ideologias presentes em um discurso são diretamente determinadas pelo contexto político-social no qual vive o seu autor.

Cardoso e Vainfas (1997) ao discorrerem sobre a Análise do Discurso, salientam a importância dessa metodologia para os estudos do pensamento político por meio dos enunciados. Esses historiadores norteiam como deve ser a prática historiográfica que utiliza como método a Análise do Discurso ao afirmarem que o historiador precisa correlacionar em

seu trabalho as relações de oposições; as relações de associações (contextuais); e as relações de identidade.

Essas três relações possibilitariam ao historiador compreender a organização do discurso, as ideias, os acontecimentos, as confluências, o contexto, a apropriação e o tipo de documento. Assim a Análise do Discurso mostrou-se uma metodologia eficaz para aqueles que utilizam como objeto de pesquisa os textos literários. Correlacionar as três relações nos possibilita compreender a cultura política no discurso lopesiano.

Por meio da crônica lopesiana identificaram-se as continuidades, as discontinuidades, os significados e as ressignificações. Pois, os discursos e os enunciados nas narrativas cronísticas ganham e produzem sentido a partir do seu contexto de produção, recepção, circulação e transmissão do enunciado.

Para a Análise do Discurso, não existe sujeito sem discurso e este se constrói na/e pela linguagem. Presente ao processo identitário se constitui num jogo polifônico no qual múltiplas vozes e dizeres questionam, afirmam e/ou fragmentam as identidades, que são contínuas e descontínuas e resultado das disputas e tensões sociais. Assim,

Em seus escritos, Bakhtin deixa clara sua concepção dialógica de língua, conseqüentemente, também o será a de sujeito: ambos (língua e sujeito) são povoados por discursos alheios e por relações dialógicas (confronto, aceitação, recusa, negação...) entre esses discursos. Nessas relações, são reproduzidas as dinâmicas sociais e as lutas ideológicas presentes em uma dada comunidade de classes (CAVALCANTE FILHO, 2011, p.4).

Segundo Bakhtin (2009), neste jogo polifônico o sujeito social não se constitui apenas de seus dizeres. Não há um sentido original, mas sim sentidos históricos que estão presentes na sociedade e na temporalidade, sendo atravessados por outras vozes que os compõem. Na linguística, a polifonia é a presença de outros textos dentro de um texto, ocasionada pela inserção do autor num contexto que já inclui previamente textos anteriores que o inspiram e/ou influenciam por meio de signos presentes nos produtos ideológicos. Na perspectiva bakhtiniana cada signo ideológico não é apenas um reflexo da realidade, mas sim um fragmento material dessa realidade, assim todo símbolo ideológico teria uma encarnação material.

Para Norbert Elias (1994, p. 19), não há dúvida de que cada ser humano é criado por outros que existiam antes dele; sem dúvida, ele cresce e vive como parte de uma associação de pessoas, de um todo social, seja este qual for. Mas isso não significa nem que o indivíduo seja menos importante do que a sociedade, nem que ele seja um "meio" e a

sociedade o "fim". Já que o sujeito social constrói sua identidade através de continuidades e descontinuidades, que são assinaladas por rupturas, fragmentações e deslocamentos. Pois,

todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual as formas do signo são condicionadas pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece (BAKHTIN, 2009, p. 45).

O sujeito social é moldado e fragmentado por uma pluralidade de centros de poder e demandas políticas, culturais e sociais (polifonia), constituídas por diferentes formações discursivas e distintas vozes que atribuem significado ao ser social através de experiências coletivas e individuais. Já que o signo é real, e faz parte da materialidade, e sua linguagem transcreve a realidade de acordo com o lugar social e geopolítico do autor.

A narrativa utilizada nesta pesquisa, assim como as demais produzidas no período medieval, possuem modelos exemplares de comportamento para a sociedade na qual estavam inseridas, por meio de representações idealizadas. Essas idealizações demonstraram as relações de poder pautadas a partir do significado que a sociedade portuguesa medieval dava para as instituições, como exemplo, o matrimônio.

Na crônica, Fernão Lopes dá ênfase aos acontecimentos que levaram a dinastia de Avis ao poder régio. Nos seus escritos são detalhados e valorizados os fatos decisivos que influenciaram a cultura política portuguesa dos finais da Idade Média.

Os escritos lopesianos contam uma história a serviço de um grupo político, assim a arte e a política conectam-se, e nos permitem compreender o jogo de continuidades e descontinuidades que ocorreram nos anos finais do Medievo português. Por isso, analisamos a relação de Fernão Lopes e o ambiente em que viveu, as interconexões com o *corpus literário*, na medida do possível a recepção dos leitores, o modo como compôs as configurações matrimoniais (imagem, representações, recursos linguísticos, símbolos e retórica). Para isso, foi necessário refletir sobre os diálogos possíveis entre os diferentes campos teóricos, cuja delimitação é a temática da linguagem. Portanto, foi necessário considerar as particularidades formais dos textos e os processos de produção de sentido.

Segundo Bakhtin (2009), a linguagem assim como o processo de leitura se constitui em um ato interativo, portanto dialógico, no qual se pressupõem as construções do autor e os construtos que o cercam. Por isso, é necessário analisar o enunciado, a enunciação e a cooperação. Bakhtin concebe a linguagem como parte crucial para a construção da realidade dialógica, uma vez que as trocas discursivas entre o eu e o outro possibilitam a elaboração de

enunciados e de enunciações que se concretizam a partir da compreensão do ato interlocutivo entre os sujeitos que se comunicam.

Silva (2002) aponta que é necessário na Análise do Discurso considerar as particularidades dos enunciados (sistema abstrato de organização); os elementos extralinguísticos à enunciação; e a sua circulação, recepção e transmissão. De acordo com os apontamentos da historiadora, para instrumentalizar esta pesquisa devemos nos familiarizar com o sistema de organização da enunciação (estudo das estruturas e formas dos documentos estudados); catalogar e ler criticamente os textos que possuem estudos sobre os documentos e a temática de pesquisa, assim como, se possível, o levantamento de elementos extra-textuais (datação; circunstâncias de produção do texto; o emissor; o lugar social e geopolítico da confecção do documento; e o processo de composição); e definir uma técnica de análise.

Quanto à instrumentalização da metodologia, Silva (2002) define cinco técnicas utilizadas para realizar a Análise do Discurso: análise da narrativa; análise retórica; análise sincrônica e diacrônica; análise semântica; e análise lexicográfica. Esses procedimentos devem ser escolhidos e utilizados de acordo com o texto, a problemática e o objetivo da pesquisa.

Nesta pesquisa, de acordo com a problemática e os objetivos, escolhemos a Análise da Narrativa (indicada para textos narrativos e/ou descritivos). Por meio desta técnica buscamos identificar e analisar os diversos elementos que configuram a crônica e que a tornam um todo de sentido.

As disputas e tensões sociais em Portugal entre 1383 a 1438, fizeram com que diversos grupos sociais estivessem em constantes competições pelo poder no cenário político, esses conflitos levaram a Dinastia Avisina a utilizar instrumentos simbólicos para legitimar e impor o poder monárquico perante os seus opositores.

Para analisar as relações de poder será utilizada nesta pesquisa a definição de poder simbólico de Bourdieu (1989). Por encomenda da “Ínclita Geração”, Fernão Lopes operacionalizou as narrativas literárias para legitimar o poder régio por meio da representação simbólica dos matrimônios de D. João I e D. Filipa de Lencastre, e de D. Fernando com D. Leonor Teles. O matrimônio entre o Mestre de Avis e a sua nobre esposa originou a família dinástica avisina que segundo o discurso de Fernão Lopes, levaria o reino português a um "novo tempo" de paz e prosperidade por serem escolhidos por Deus (Sétima Idade). Na construção da cronística histórica, o autor, para embasar seu discurso dos "novos tempos", utilizou analogias e representações de personagens, os construindo como contrapontos.

Para Bourdieu (1989), o poder simbólico é aquele que constrói a realidade, pois ele possui meios para afirmar o significado imediato do mundo, instituindo classificações, hierarquias, valores, padrões e conceitos que se apresentam aos sujeitos como espontâneos e naturais. Os atores sociais se lançam em um cenário de competição contínua que visa à aquisição e o controle de diversas espécies de poder, assim para Bourdieu (1989):

Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados (BOURDIEU, 1989, p.11).

E aquilo que chamamos de "poder" não passa, na verdade, de uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a autorregulação e o destino de outras pessoas (ELIAS, 1994, p. 51).

As *Crônicas* de Fernão Lopes são produtos culturais oficiais do poder régio utilizados para forjar uma memória coletiva portuguesa, e padrões sócio-culturais para as relações entre súditos por meio do sistema simbólico forjado pelo cronista a serviço dos membros da Dinastia Avisina. A aplicação do conceito de poder simbólico de Bourdieu (1989) nesta pesquisa objetivou principalmente compreender a cultura política em Portugal no século XV, a partir da crônica lopesiana. Esta análise nos permitiu entender a realidade prática por detrás das construções arbitrárias que conservaram a ordem estabelecida, sob a égide dos “novos tempos” na gênese do Estado Nacional em Portugal.

Destaca-se que no Capítulo 1 foi realizada uma análise do lugar social de Fernão Lopes, e das principais particularidades da *Crônica de D. João I*, ou seja, serão elencados alguns recursos linguísticos utilizados pelo cronista histórico, com o objetivo de compreender o texto e o contexto a partir da ótica de Fernão Lopes, acerca do Movimento Avisino.

No Capítulo 2, compararam-se as configurações matrimoniais elaboradas por Fernão Lopes acerca do casamento de D. João I e D. Filipa, em oposição ao de D. Leonor Teles e D. Fernando. Na crônica, um dos elementos simbólicos mais importantes presentes no discurso foi a constituição estratégica das configurações matrimoniais, exemplificadas principalmente, por meio dos casamentos de D. Fernando com D. Leonor Teles, e de D. João I com D. Filipa de Lencastre. Pois, para o cronista as uniões matrimoniais dos monarcas

influenciaram na governança do reino português. Na Idade Média os reis, os príncipes, as rainhas, as princesas e demais membros da nobreza sujeitavam-se a casamentos com o interesse de firmar tratados e assegurar a estabilidade econômica de uma região. O caráter irrevogável que a união matrimonial possuía tinha sentido de estabilidade nas relações entre os grupos de interesse.

No Capítulo 3 será examinado como Fernão Lopes compreendia a lógica dos acordos políticos realizados por meio do matrimônio na *Crónica de D. João I*. pois, o matrimônio concretizou uma aliança duradoura e benéfica entre os reinos luso e britânico, fato que se opõe ao casamento de D. Leonor Teles e D. Fernando. D. João I sairia fortalecido como rei de Portugal com o reconhecimento da legitimidade da dinastia avisina por meio da assinatura do Tratado de Windsor (1386), entre Portugal e Inglaterra. O acordo foi consolidado por meio da união matrimonial do monarca avisino com D. Filipa.

E por fim, no Capítulo 4, o foco será configurar as redes políticas que possibilitaram as conexões atlânticas entre os reinos de Portugal e Inglaterra que ocorreram durante a governança do monarca português D. João I (1385-1433), e que possibilitaram desdobramentos. As relações entre os reinos da Inglaterra e de Portugal. Os tratados de amizade e assistência mútua ocorreram segundo Pinto (2015) desde o século XIV, e continuaram durante o período da colonização do Brasil.

CAPÍTULO 1 – A ESCRITA CRONÍSTICA HISTÓRICA DE FERNÃO LOPES

A *Crónica de D. Pedro*, a *Crónica de D. Fernando* e a *Crónica de D. João I* (1ª e 2ª partes), escritas por Fernão Lopes, são referentes a um processo marcado por rearranjos e mudanças políticas que influenciaram o pensamento histórico e a cultura política em Portugal, durante o século XIV, e isso possibilita traçar uma gênese da cultura política engendrada a partir do Movimento de Avis (1383-1385), fomentada para legitimar a ascensão da Dinastia Avisina ao poder monárquico. Pois,

A Revolução de Avis em Portugal (1383-1385) dá início a uma nova dinastia que desenvolve um determinado discurso político, através da literatura, das festas públicas, do teatro e especialmente com a contratação de cronistas oficiais para escreverem a memória do reino português. Seus primeiros cronistas, Fernão Lopes e Gomes Eanes Zurara, representam dois momentos políticos diferentes na primeira fase da nova dinastia, o primeiro identificado com a sua legitimação e a afirmação do que era ser português e o segundo com a expansão armada no norte da África, como expressão de honra e glória do reino. Mas, em que pesem as diferenças, são representantes da dinastia que tinha como projeto a elevação do rei a soberano de fato do reino português, em torno do qual produzia-se uma memória, por sua vez subsídio da formação da identidade nacional portuguesa (COSER, 2007, p. 703).

A escrita de uma memória coletiva por Fernão Lopes, configura-se como uma das estratégias utilizadas pela dinastia de Avis para legitimar o seu poder político, em que o cronista oficial, contratado por D. Duarte (filho de D. João I), por meio da literatura seleciona, enfatiza e silencia fatos produzindo um discurso político apologético que colabora para que o Movimento de Avis (1383-1385), seja visto como uma ruptura com as tradições que determinavam os lugares sociais dos medievos nos anos finais da Idade Média em Portugal. Já que,

Mais do que testemunhar fatos, Fernão Lopes teve a atribuição de “contá-los” de uma determinada maneira. Sua função primordial, parece-nos, era de fazer circular mensagens produtoras de um novo sentido para o mundo e as trocas sociais. Para além de seu valor como testemunho de uma época, Fernão Lopes deve ser considerado como um sujeito destinado a falar de coisas que assombravam o reinado dos primeiros príncipes de Avis, e que ameaçavam a consolidação de suas posições como titulares do reino. (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 99).

Como Accorsi Junior (1997) aponta, Fernão Lopes recebeu a incumbência de escrever crônicas que deveriam atender aos interesses avisinos, porém esse fato não deve ser usado para descredibilizar as narrativas produzidas por ele. Nas crônicas lopesianas, percebe-se um narrador ativamente engajado em organizar os fatos, e preocupado em manter o interesse do leitor, por meio da ordenação do texto e da constante afirmação das “verdades”, que seriam fruto de pesquisas apuradas. Além disso, Fernão Lopes passa a se construir

enquanto fonte de autoridade através da exposição de um conjunto de métodos que o “estoriador” deve seguir.

Pois, “O conhecimento desta verdade exigiu todos os esforços do autor, até ao ponto, segundo ele, de esgotar todas as possibilidades e de se julgar habilitado a afirmar: “Mais certidão não pudemos ter do que a contida nesta obra” (SARAIVA, 1998, p. 176). Fernão Lopes, influenciado pela sua profissão de tabelião, escreveu suas obras inspirado pelo espírito jurídico em que utilizou a dicotomia entre o falso e o verdadeiro. Nesse ensejo, o cronista atesta que a sua obra é a única verdade aceitável, já que é fruto de um trabalho exaustivo que esgotou todas as possibilidades (VENTURA, 1992).

“Por outro lado (obviamente), há uma interpretação dos factos ocorridos, uma procura de coerência e de sentido em acontecimentos dispersos, de modo a propor, a justificar e legitimar o *status quo*” (VENTURA, 1992, p. 2). Os processos políticos que ocorreram durante o Movimento de Avis desestabilizaram a vigente ordem, causando assim a desordem, porém nas narrativas lopesianas, há um cuidado em ordenar em capítulos os fatos ocorridos do passado recente de Portugal. A escrita normatizadora do cronista dá sentido ao caos, a partir de narrativas oficiais, cadenciadas e dimensionadas para legitimar a “verdadeira históri”, ou seja, a única aceitável, pois, segundo o próprio, os fatos foram apurados.

Assim, para a compreensão da Crise de 1383-1385 em Portugal, no século XIV e suas consequências, neste capítulo foi realizada uma análise do lugar social de Fernão Lopes, e das principais particularidades da *Crónica de D. João I*, ou seja, foram elencados alguns recursos linguísticos utilizados pelo cronista-historiador, com o objetivo de compreender o texto e o contexto, a partir da ótica de Fernão Lopes, acerca desse período.

1.1 Fernão Lopes: historiador ou cronista?

Fernão Lopes atingiu um notório destaque na corte portuguesa ao ser escolhido como cronista oficial do reino pela dinastia de Avis. Em relação à sua vida pouco se sabe, ele teria nascido em Lisboa, entre 1380 a 1390, em uma família de poucas posses. Porém, teria conseguido acesso a uma boa educação, o que lhe permitiu ocupar os seguintes cargos oficiais: guarda-mor da Torre do Tombo; cronista, escolhido por D. Duarte (filho de D. João I), para narrar as histórias dos seguintes reis: D. Pedro, D. Fernando e D. João I, respectivos monarcas de Portugal; atuou também como secretário particular do infante D. Fernando, e tabelião-geral do reino.

Em sua trajetória como funcionário real, Lopes ascendeu socialmente, ocupando cargos de destaque e confiança em Portugal, apesar de sua origem humilde, o que demonstra a sua ascensão social a partir de valores como competência, algo que só foi possível com a também elevação política da dinastia de Avis ao poder régio. Acerca da trajetória de Fernão Lopes,

Primeiro cronista oficial do reino, desempenhou diversas funções ao longo dos três primeiros reinados da dinastia de Avis. Em 1418, foi nomeado guarda-mor da Torre do Tombo, sendo responsável por dar certidões de documentos régios. Neste mesmo ano, já era escrivão dos livros do infante D. Duarte e, no seguinte, dos livros do rei D. João I. Em 1421, aparece como escrivão da puridade do infante D. Fernando, tarefa que desempenhou até a morte deste em 1433. Por volta de 1430, torna-se notário geral (tabelião), cargo de nomeação régia, que requeria exame e habilitava a lavrar documentos em qualquer parte do reino. Em 1434, recebe a já referida tença anual de 14.000 reais para escrever as crônicas dos reis de Portugal, tarefa que provavelmente já vinha desempenhando anteriormente e só seria assumida por um novo cronista em 1450. Um ano antes, teve sua tença aumentada para 20.000 reais. Em 1454 é reformado (COSER, 2007, p. 711).

Os dados biográficos sobre Fernão Lopes são inconclusivos, ele teria nascido entre 1380 a 1390 na cidade de Lisboa, em uma família de origem humilde. Durante a sua juventude, faziam-se recentes na memória dos portugueses os acontecimentos e personagens do Movimento de Avis (1383 a 1385). Este processo configura-se como um golpe sucessório, já que havia herdeiros legítimos para ocupar o trono. Auxiliado pela população camponesa, comerciantes, alguns membros da nobreza e ordens religiosas, principalmente os franciscanos, D. João I, Mestre de Avis, retirou o comando da regente D. Leonor Teles, e descredibilizou os seus outros adversários, que poderiam também ocupar o poder. O cronista:

Tinha a profissão de tabelião, ou notário, “geral”, isto é, com a regalia de a poder exercer em qualquer localidade do reino. O cargo era de nomeação régia, mediante exame, e exigia um mínimo de letras, o que o colocava na franja dos clérigos, cujo hábito chegavam a usar, embora os clérigos de estatuto superior considerassem isso um abuso. Em 1418 era guarda-mor da Torre do Tombo ou, como hoje diríamos, chefe do arquivo público do Reino, a quem competia passar certidões de documentos régios. Em 1434, D. Duarte concedeu-lhe uma boa tença vitalícia pelo trabalho que teve em pôr em crónica as histórias dos reis “que antigamente em Portugal foram” e também os “grandes feitos” de “Elrei meu senhor e pai”. É uma recompensa de trabalhos passados e futuros, pois se supõe que Fernão Lopes já redigira a Crónica de Portugal de 1419, de que D. Duarte, então infante, assume a autoria, como já vimos. Foi também “escrivão da puridade” do infante D. Fernando, que morreu em Ceuta, e, como tal, assinou o seu testamento. Como tantos outros vilãos, obteve carta de nobreza, pois se intitula em 1434 “vassalo de el-rei”. Foi aposentado de guarda-mor da Torre do Tomo, por estar “mui velho e flaco”, em 1454, isto é, 5 anos depois de Alfarrobeira (SARAIVA, 1998, p. 167).

Dessa maneira, Fernão Lopes testemunhou as consequências do Movimento de Avis relatadas na sua última obra, a *Crónica de D. João I*, elaborada em torno de 1443-1450. Além disso, ele pôde consultar os protagonistas envolvidos na resistência contra Castela, e na paz firmada no ano de 1411. O registro mais antigo da vida de Fernão Lopes é um documento de 1418 que atesta a função de Guarda-mor da Torre do Tombo, e escrivão de D. Duarte.

Em 1419, como também escrivão de D. João I. Algum tempo depois, em 1422, aparece intitulado escrivão da puridade do infante D. Fernando, mas somente na data de 1434, com o reinado de D. Duarte, Fernão Lopes recebe a incumbência oficial de colocar os feitos portugueses na forma de crônicas, que seria confirmada pela regência de D. Pedro e no posterior governo de Afonso V. Cinco anos após o conflito de Alfarrobeira, em 1454, foi legalmente aposentado de todas as funções. Destaca-se que,

A formação de Fernão Lopes também é uma incógnita. Não se sabe se teria cursado a universidade, o Estudo Geral, ou apenas uma escola conventual. O ofício de notário exigia um saber especializado, mas não necessariamente universitário. As citações em seus escritos evocam alguns autores antigos – como Aristóteles, Tito Lívio, Santo Agostinho e Beda –, textos bíblicos, crônicas – as de Pero Lopes de Ayala, de Martim Afonso de Melo, de Christophorus e a Crônica do Condestabre – e revelam a influência dos romances arturianos, de forma que, mesmo que o cronista não tenha recebido uma educação formal, teve acesso a um leque amplo de leituras. Mas, para além da sua formação, os ofícios de tabelião e guarda-mor da Torre do Tombo, paralelos ao de cronista, conferiram a Fernão Lopes uma singularidade que é a marca de suas crônicas (COSER, 2007, p. 713).

Fernão Lopes era o cronista oficial contratado por D. Duarte e, portanto, a serviço da dinastia avisina. No cargo de guarda-mor da Torre do Tombo teve acesso a diversos documentos de chancelaria, bulas papais, testamentos, entre outros materiais que credibilizavam as narrativas escritas por ele, além de usufruir de relatos orais que ainda circulavam na sociedade portuguesa no século XV. Saraiva (1988) afirma:

Fernão Lopes é o cronista ao serviço da corte de D. João I e de seus filhos. A nova dinastia resultara de um golpe de Estado apoiado numa insurreição popular, que culminou nas Cortes de Coimbra de 1385, em que D. João, mestre de Aviz, foi eleito rei. D. João deveu essa eleição ao facto de ter assumido a chefia do movimento popular que rejeitava o legítimo herdeiro do trono, D. João de Castela, casado com a filha do falecido D. Fernando. Pesava portanto um labéu de ilegitimidade sobre a nova dinastia e a missão principal de Fernão Lopes, como cronista da corte, era justificá-la. Fernão Lopes pertencia à primeira geração de depois dos combatentes de Lisboa em 1383 e dos da batalha de Aljubarrota, isto é, a geração dos filhos de D. João I (SARAIVA, 1988, p. 166).

Por meio do cargo de escrivão-mor, Fernão Lopes contribuía para a produção e conservação de documentos, por isso, para os seus contemporâneos ele tinha as qualidades

indispensáveis para escrever as crônicas, como conhecer o arquivo, capacidade de localizar documento de maneira ágil, compromisso em testemunhar a verdade dos fatos, dentre outros.

Fernão Lopes viveu em um período de agitações e transformações sociais, em que nenhum grupo político era incontestável em Portugal, a sociedade passava por mudanças e instabilidades, em que a aristocracia, acostumada com o poder, passava por um processo de desqualificação social. A nobreza era vista como sugadora das riquezas do reino luso; da mudança hierárquica entre os nobres surgem os *homens bons*, que requeriam maior participação política.

Em uma sociedade estratificada, as mudanças ocasionaram uma fragilidade social que acarretou constantes disputas. O cronista-historiador vivenciou um momento de transição e instabilidade política, em que as bases sociais eram contestadas, uma parte da nobreza senhorial perdeu o prestígio por apoiar a invasão castelhana, o que foi considerado uma traição e causou constantes lutas locais.

Em Portugal os fatos históricos eram registrados por meio de crônicas, ou seja, a escrita histórica era realizada, geralmente, a partir de narrativas cronísticas, sendo assim uma tradição cultural da época, que possui como cronistas de expressividade Gomes Eanes Zurara (1410/20-1473); Damião de Góis (1502-1574); João de Barros (1496-1570); e Fernão Lopes (1380/90-1460). Esses cronistas passaram por momentos de transição, logo a escrita tinha diferentes referenciais, pois nos anos finais da Idade Média são modificados os conceitos que norteavam a tessitura dos textos cronísticos. Acerca do conceito de crônica:

A longevidade do vocábulo crônica e sua especial transformação na diacronia merecem algumas palavras que dêem conta de seu sentido aqui. Aberto o Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa, é possível elencar alguns traços que compõem o gênero na sua modalidade ibérica entre os séculos XIV e XV: perspectivação do passado, Reconquista, traduções, memória de um reino e justificação narrativa¹, poderíamos acrescentar: sucessão, tradição e verdade. A historiografia medieval portuguesa nasceu do primeiro elemento listado, escudada pela tradução e logo seguiu em direção à memória e à justificação, sobretudo quando se evoca o labor do primeiro cronista régio, Fernão Lopes (1385-1460). (GUIMARÃES, 2012, p. 2).

As escritas das crônicas no Medievo ficavam a cargo dos clérigos. Os senhores da nobreza muitas vezes atribuíam o trabalho de narrar suas histórias ao clero, assim esses tinham a função de escrever narrativas cronísticas que eram permeadas pelos parâmetros cristãos da época. As crônicas eram sucintas e misturavam os acontecimentos políticos daquele contexto com os bíblicos, sendo a Bíblia uma fonte para a marcação dos eventos. As

interpretações e compreensões dos fatos eram permeados pela cronologia cristã e seus ideais, ou seja, havia um monopólio clerical da escrita da História:

Com o advento do cristianismo, a fé e o conhecimento da Bíblia reflectem-se nas produções historiográficas. Com o cristianismo a concepção de história procura uma transcendência na explicação da vida humana. Para os primeiros historiadores cristãos, cujo paradigma é Santo Agostinho, a história deverá ser Universal e ela tem sentido, de princípio a fim, porque acima da vontade humana está a Providência Divina, ou seja, o desígnio de Deus para o mundo, que lhe dá significado. Assim a História é a concretização no tempo, do desígnio de Deus para os Homens. (ESTEVEES, 2013, p. 170).

Os clérigos utilizavam as escrituras encontradas na Bíblia como fontes inquestionáveis para entender o passado. Assim, a história era produzida por uma visão teológica cristã. As balizas temporais cristãs eram baseadas no nascimento de Cristo, e tornaram-se o parâmetro para a história vivida pelos medievos até os anos finais da Idade Média, em que cronistas como Fernão Lopes, apesar de serem permeados pelos ideais religiosos vigentes, adotaram uma postura diferente ao utilizar outras fontes para escrever os seus textos.

Os marcos bíblicos serviram de baliza para dividir o tempo dos homens em sete idades que seriam universais e inquestionáveis segundo os dogmas da Igreja. Assim, a história vivida pelos homens dependia e estava ligada à história teológica cristã. O tempo não dependia das ações dos homens e mulheres, mas estes dependiam deles. Para os clérigos todos os eventos obedeciam e seguiam um plano divino e misterioso, traçado por Deus. A cronologia era universal, todos pertenciam e tinham a mesma história, o que se torna um empecilho para a construção da nacionalidade portuguesa, que precisava criar uma identidade coletiva.

Mediante aos conflitos da Idade Média, a Igreja Católica se torna a única instituição apta e segura para escrever sobre os fatos históricos, assim detentora do saber divino na Terra. A instituição monopolizava o domínio da escrita, o que ocasionava uma dependência dos nobres governantes, quando estes precisavam legitimar seus poderes políticos. Destaca-se que segundo Gianez (2009), a Igreja ofereceu aos medievos um código acessível e universal: a Bíblia, que norteava as ações sociais, legisladoras e políticas dos sujeitos, e que tinha como interprete e mediadores os clérigos.

Os textos reproduzidos pelos copistas em latim dificultavam o acesso à leitura. Os clérigos utilizam os anais para registrar os eventos. Muitas vezes, a cronologia era fantasiosa, como nos milagres, era difícil determinar a espacialidade e a temporalidade, mas o objetivo

era educar através do fabuloso, uma expansão do mundo, mas pautados nos ideais cristãos. Assim, o irreal misturava-se com o real, o imaginário era um elemento essencial a divulgação dos parâmetros da cristandade. O fato de os textos serem em latim ocasionava uma dificuldade de acesso dos não-clérigos aos textos escritos.

Destaca-se que é na corte de Afonso X que ocorreu a institucionalização da escola dos tradutores de Toledo, dotada de recursos que promoviam a vernaculização das compilações. Assim, durante o período afonsino os escritos passaram por um processo de independência e laicização, pois houve a construção de modelos laicos de manuscritos, o que possibilitou a abertura para outras “verdades”. Este fato influenciou outras cortes a buscarem a laicização da narrativa histórica.

A produção de códices na língua vernácula criou condições favoráveis que possibilitavam o alcance de um outro público, as aristocracias, que não sabiam latim. Com um ambiente favorável o *scriptorium* afonsino empreendeu a laboração de dois textos historiográficos: a *General Estoria* e a *Estoria de España*, que se tornaram a base da historiografia ibérica posterior. Isso deslocava o domínio da história vivida narrada pela Igreja, porém desvelava um paradoxo, como conciliar a datação da história universal com a história particular, ou seja, era necessário equilibrar e controlar os assuntos gerais e locais (SARAIVA, 1988).

Na formação da coletividade fazia-se necessária a defesa de uma história local que validasse as particularidades de um povo, porém uma cronologia não poderia suplantá-la, afinal o domínio da Igreja era extenso, e seus ideais eram utilizados para justificar ações. Em relação à corte afonsina,

O *scriptorium* de Afonso X executou um programa ambicioso de escrita da história universal, acomodando as origens da Hispânia nas narrativas bíblicas. A Estoria de España resgatou as descendências de Noé e delas derivou reis, nobres e heróis ibéricos. Essa recuperação de uma longa história sacra, entrelaçada na profana, iniciada na refundação da humanidade depois do castigo do dilúvio, esperava fixar o espaço do mundo ibérico no oculto plano divino. Na percepção dos copistas de Afonso X, a história consistia na fortuna dos homens após a queda do paraíso. Não, exatamente, a apreensão das mudanças sociais ou de um contexto específico, que assinalavam uma matéria menor, mas a compreensão do destino de toda a cristandade e dos elementos que possibilitavam cumpri-lo de uma forma perfeita. Essa situação histórica das sociedades e dos indivíduos expressava-se numa cadeia de transferência de valores, poderes e saberes universais oriundos de Deus. Os sábios, no passar das gerações, num labor lento e misterioso, beneficiado pela bondade divina, conheceram algumas verdades, as quais ensinavam uma vida virtuosa e um perfeito governo dos súditos. Contudo, o conhecimento conservou-se de modo fragmentado na escrita de diferentes línguas e em diversas regiões, sofrendo, no decorrer do tempo, um processo de reunião, acréscimos e constantes translações, transferindo-se os valores e os poderes (GIANEZ, 2009, p. 89).

As crônicas de Afonso X atendiam às expectativas de reconstrução do passado de Castela, excluindo reinos como Portugal, das narrativas, mas isso não impedia que estes tentassem fomentar suas próprias narrativas, explicando sua existência e interesses. O reino português também precisava criar e recriar suas memórias no imaginário social, para que pudesse legitimar a sua realidade. Um combate ideológico e historiográfico necessário para fundamentar um reino em determinado espaço físico.

A corte afonsina serve de referência e modelo para Portugal, pois era necessário legitimar o poder real, através da compilação de memórias. Criar uma memória oficial torna-se necessário para diluir e ocultar as contradições existentes na sucessão dinástica de Portugal. O Mestre de Avis, por meio de um golpe de Estado, como nomeia Rebelo (1983), alcança o poder político ao ser nomeado rei, porém o seu lugar como tal era questionado. Com isso, as crônicas afonsinas serviram de modelo nesse processo de constituição de uma identidade portuguesa.

Destaca-se a grande influência da historiografia de Castela, a partir do reinado de Afonso X, para a corte portuguesa. A escrita portuguesa influenciada pelo reino hispânico, daria início a um processo para escrever sua própria história a partir da *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Assim, esta crônica vai servir de modelo para a reconstituição do passado por meio dos manuscritos. A *Crónica de 1344* é universalizante e ao mesmo tempo local, pois ela liga a história de Castela, enaltecendo o reino. Assim,

A Crónica Geral de Espanha de 1344 é o resultado do interesse historiográfico atestado pelas obras indicadas. É um interesse comum aos vários reinos da Espanha (manifestado em Portugal pelos Anais e pelo Cronicon chamado de Acenheiro), mas que teve a sua expressão culminante na *Crónica Geral de Espanã*, empreendida por Afonso X cerca de 1270, grande vaga que irradiou para toda a Península (SARAIVA, 1988, p. 160).

O modelo cronístico afonsino influenciou o reino português com a possibilidade de um modelo de escrita da história, que se distanciava da forma clerical. Era necessário para Portugal impor sua presença na Península Ibérica. A luta de Reconquista, contra nos mouros, representava um passado comum, de união entre os senhores cristãos, que durante o processo honraram a função de nobres cavaleiros, protegendo seu território contra o inimigo infiel. Esse fato ligava as tradicionais linhagens a um ponto comum da História do reino, e lhe conferia não somente prestígio, como também o reconhecimento da sua nobreza.

“A Crônica de 1344 produziu uma escrita da história oriunda de um tempo-espaço comum e indistinto, que reunia a cristandade sob uma única condição e tomava quaisquer

escrituras e vestígios do passado numa acepção bíblica” (GIANEZ, 2009, p. 96). Uma história universal orquestrada pela providência divina, que interferia diretamente na realidade ao fornecer objetivos e razões para as ações dos homens e das mulheres no Medievo. Nos textos o querer divino é superior, e imutável, fugindo do alcance dos homens.

Para fortalecer a instituição régia era necessário também controlar a documentação, para isso, a monarquia estabeleceu um lugar específico para guardar as documentações, a Torre do Tombo. Um arquivo responsável por guardar os documentos escritos produzidos no âmbito da corte com fins informativos e comprovativos. A realeza, seguindo os passos de outras casas senhoriais, organizou instrumentos de coleta e conservação dos documentos.

A Torre do Tombo tornou-se o local de armazenamento da memória oficial da monarquia portuguesa, porém, a sua função ia além de guardar e preservar os testemunhos documentais. A determinação de um lugar específico para ser o arquivo oficial, ocasionou o acesso mais rápido e eficaz às informações que posteriormente seriam consultas, o que implica seus usos e consequências (REBELO, 1983).

As crônicas foram um gênero da escrita histórica largamente difundido em Portugal a partir dos anos finais da Idade Média, ou seja, é um discurso histórico, que apesar das falhas factuais deve ser considerado como primordial para a compreensão da cultura política e do contexto social e cultural da época. Por isso, denominados as narrativas de Fernão Lopes como cronísticas históricas ou crônicas históricas; além disso, ele declara-se “estoriador”. Pois,

A crônica histórica tardo-medieval é uma realização discursiva narrativa, construída a partir de pressupostos de uma tradição literária cristã, retomada e recriada por seus cultores, com intenção de verdade, ainda que incorpore elementos ficcionais que servem a essa verdade. Ela foi geral ou particular, construída à volta de um reinado ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo (com exemplos e contra-exemplos) para a sociedade política (GUIMARÃES, 2012, p. 4).

A crônica histórica ganha espaço nos anos finais da Idade Média, pois havia a necessidade de legitimar, principalmente, no campo político, os reis e suas governanças; nesse ensejo os cronistas históricos ganham relevância na produção de uma memória oficial, que serve de exemplo para a sociedade. Pois, as relações sociais exercem influência sobre as formas como cada sociedade organiza-se, já que, “todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação.” (BAKHTIN, 2009, p. 45). Logo, existe uma relação indissociável entre o indivíduo e a

sociedade pautada nas relações mútuas, que se relacionam entre si, e são associadas, nesse sentido podemos afirmar que Fernão Lopes como um homem do seu tempo, refletiu em seus textos tanto sua individualidade, quanto o lugar social em que se encontrava, ou seja, o seu contexto de existência. Pois,

Considerados num nível mais profundo, tanto os indivíduos quanto a sociedade conjuntamente formada por eles são igualmente desprovidos de objetivo. Nenhum dos dois existe sem o outro. Antes de mais nada, na verdade, eles simplesmente existem – o indivíduo na companhia de outros, a sociedade como uma sociedade de indivíduos – de um modo tão desprovido de objetivo quanto as estrelas, que, juntas, formam um sistema solar, ou os sistemas solares que formam a Via Láctea (ELIAS, 1994, p. 18).

As sociedades são constituídas por indivíduos que em associação formam um corpo social complexificado. Assim, cada ser humano é criado por outros seres humanos que vivem em associação, e que são constituídos por discursos e signos que ocasionam contradições, tensões e conflitos que se embricam formando o corpo social, e que reflete nos signos ideológicos, como se percebe na *Crónica de D. João I*.

No Medievo, a história e a ficção não eram separadas Luiz Costa Lima (1986), ao discutir acerca do discurso ficcional de Lopes, demonstra que não havia relevância de qualquer baliza distintiva, “Para o homem medieval, não há qualquer marca distintiva entre história e ficção. Desde que não se oponham à verdade religiosa, ambas são confiáveis, porque ambas são tomadas como verdadeiras” (LIMA, 1986, p. 23). Porém, Lima ressalta que apesar de este ser um cronista medieval, nas suas narrativas Fernão Lopes distingue a história vivida, ou seja, os fatos da ficção.

Ventura (1992) afirma que a escrita da história avisina está carregada pelo imaginário português. Os mitos ganham também uma dimensão política que atua na constituição da memória da história vivida, justificando e convencendo os súditos acerca da legitimidade da dinastia de Avis. Assim, a “lógica racional imbrica na lógica simbólica, de modo a conduzir o leitor” (VENTURA, 1992, p. 2), de forma ordenada a compreender os fatos por uma lógica lopesiana.

Destaca-se que na *Crónica de D. João I*, prevalece o tempo dos homens, em relação ao tempo teocrático/eclesiástico. Assim, rompendo a lógica da Idade Média, Lopes estrutura seu texto com método e forma, diferenciando o tempo dos fatos, o que lhe possibilita ordenar os acontecimentos, e inserir o tempo como ponto macro-estrutural do Movimento de Avis. Pois, o tempo em Fernão Lopes é passível de verificação, ao contrário do tempo teocrático.

A História como ciência passou por diversas mutações, e se o historiador é filho do seu tempo, logo a maneira de se escrever história também é fruto de uma espacialidade e temporalidade, assim se afirma para os contemporâneos, que o cronista Fernão Lopes estava realizando um trabalho de historiador:

Houve um tempo em que a história e a interpretação dos acontecimentos, que em Portugal ocorreram na segunda metade do século XIV e tiveram como ponto culminante o grande levantamento popular de 1383, se fazia quase inteiramente a partir das crônicas de Fernão Lopes (REBELO, 1983, p. 15).

Apesar de outras documentações sobre o período terem sido elencadas como objeto de estudo pelos historiadores, as crônicas de Fernão Lopes continuam sendo fontes essenciais para a compreensão das tessituras sociais desse período em Portugal. As narrativas constituem e são constituídas pelo espaço e a temporalidades às quais estão ligadas.

O conceito de história em Fernão Lopes apresenta um novo entendimento acerca da herança do pensamento clássico e medieval na Península Ibérica. Recombinando essas estruturas sob o regramento de uma “verdade nua”, Lopes engendrou uma ruptura na tradicional forma de conceber o tempo e a história, abrindo um diferente campo de experiência na cronística histórica.

Deve-se ver as crônicas de Fernão Lopes, não somente como vestígios do passado, mas também como textos que norteiam o fazer histórico de uma época, em determinado espaço. A constante preocupação em identificar os erros, e se os fatos narrados condizem com a realidade, ou se foram inventados e floreados, não nos impede de desvelar a cultura política, e as condições dos modos de produção, leitura e releitura das narrativas. O objetivo do historiador não deve ser primordialmente identificar a verdade factual, mas analisar e compreender o texto e o contexto das concepções dos vestígios históricos. Segundo Rebelo (1983),

O discurso histórico de Fernão Lopes como entidade estrutural e significativa, que é a representação de uma realidade empírica e não uma exata duplicação dela, dentro de uma estratégia de códigos retóricos e da dialética de um processo, que é comum a todo e qualquer gênero de discurso. A cronística como historiografia medieval, e a história-ciência, que muito mais tarde lhe sucede, munida de um equipamento técnico muito mais completo e afinado do que aquele que tinha à sua disposição Fernão Lopes – autor indiscutivelmente muito avançado para o seu tempo – é sempre um discurso de outros discursos, que se fazem e se refazem numa interminável urdidura de textos recebidos e renovados, em função de um esforço permanente de aproximação, por tentativa e erro, do referente social, que norteia a sua ambição de veracidade, tão frequentemente proclamada em todas as épocas e todas as latitudes (REBELO, 1983, p. 16).

É importante salientar que a condição de invenção do discurso nos possibilita analisar o passado. As narrativas históricas escritas por Fernão Lopes elencam representações de um espaço, logo imprimem em seu discurso aquilo que Bakhtin (2009) chama de polifonia. Pois, um discurso é construído por meio de outros discursos, assim nos textos encontram-se dissonâncias e consonâncias que pertencem ao corpo social e são traduzidas em signos.

O pensamento histórico é permeado por continuidades, descontinuidades e mudanças que nos permitem compreender as diferentes experiências nos tempos e espaços. Lopes em seus textos acaba rompendo com a lógica tradicional de conceber o tempo e a História na Idade Média, já que o conjunto narrativo segue um linear histórico pautado nas ações de homens e mulheres. Em relação à temporalidade, o cronista expõe os fatos de forma cadenciada. O tempo não é de Deus, ou seja, não é determinado por uma força divina. Porém, Lopes não deixa de nortear seu texto pelos ideais cristãos, lhe atribuindo também a função moral e didática.

Luís de Souza Rebelo (1983) aponta que o cronista utilizou parâmetros culturais e sociais existentes, porém, para dar conta das contradições e instabilidades, a narrativa foi deslocada para adaptar e integrar as velhas estruturas mentais com o sentido do novo. Pois, é um “discurso histórico concebido e elaborado dentro de certos programas de persuasão, cujo eixo semiológico assenta na questão de poder político considerado em função da família real.” (REBELO, 1983, p. 18).

Na *Crônica de D. João I*, o ser social, ou seja, Fernão Lopes, é refletido no signo ideológico, assim como o seu contexto permeado por confrontos de interesses sociais, por isso, a crônica lopesiana configura-se como uma arena onde se desenvolvem as lutas políticas pelo trono português no século XIV. O signo demonstra a pluralidade social, em que são cruzados diferentes valores, tornando,

O signo ideológico vivo e dinâmico fazendo dele um instrumento de refração e de deformação do ser. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta de índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente. (BAKHTIN, 2009, p. 48).

Na busca por unificar e homogeneizar a sociedade portuguesa, a dinastia avisina utilizou como instrumento a organização das memórias do reino, o que lhe possibilitou abafar as vozes dissonantes, ou seja, contrárias ao Mestre de Avis, logo as crônicas produzidas por Fernão Lopes são signos ideológicos estruturados e utilizados como a única verdade possível acerca dos fatos.

Ao utilizar o termo “*verdade nua*”, Fernão Lopes atribui o sentido de verdade, ou seja, de objetividade histórica as suas narrativas. Algo que não seria praticado pelos seus pares, “*Esta mundanal afeição fez a alguũs estoriadores, que os feitos de Castella, com os de Portugall escpreverom, posto que homeẽs de boa autoridade fossem, fossem desviar da dereita estrada, e correr per semideiros escusos, por as minguas das terras de que eram.*” (CDJ (Volume I), Prólogo, p. 2, grifo nosso).

Lopes aponta que os historiadores da sua época pelo seu amor à terra ou pela gratidão a algo ou alguém poderiam se desviar do caminho correto, ou seja, ocultarem ou mudarem os fatos. A afeição à terra seria perigosa para o “*estoriador*”, que além disso pode ser enganado pela ignorância contida nas velhas escrituras e pelos autores, porém o cronista afirma que a sua vontade é ser fiel à verdade. Segundo Saraiva (1988), a verdade em Fernão Lopes é contraditória porque nem sempre se tem claro quais as fontes foram utilizadas pelo cronista-historiador.

Lopes não cita suas fontes explicitamente, porém para referendar seus escritos reforça durante a narrativa as suas pesquisas, e até aponta que “*Mas examinadas taaes opinioẽes segumdo huũ estoriador scpreve, nom satisfazem ao rrazoado ntemdimento.*” (CDJ (Volume I), Capítulo CXLVII, p. 300). Essa passagem demonstra a preocupação do cronista de legitimar a sua escrita e o seu espaço social ao afirmar que consultou exaustivamente as fontes disponíveis.

Apesar de não citar suas fontes de maneira explícita, percebe-se que ele teve contatos com textos bases para a sua escrita, já que, “compreender um signo consiste em aproximar o signo aprendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos.” (BAKHTIN, 2009, p. 34). Assim, os signos possuem um elo, pois eles interagem criando ideologias. Destaca-se que Fernão Lopes, como um homem da sua época, não tem conceito de plágio, e, por isso, não demonstra grandes preocupações em especificar autoria. Assim a sua obra é um depósito da obra de vários outros autores e dos seus próprios conhecimentos sem muitas vezes indicar o que foi buscar e a onde.

A verdade para Fernão Lopes somente poderia ser validada por meio da cadência dos fatos narrados, porém estes são distinguíveis pelos valores sociais em que estavam inseridos, com concisão e clareza, o autor buscou estabelecer uma verdade histórica objetiva e sintética, de acordo com o seu contexto, seus valores e ideais. A cronística histórica lopesiana é atravessada por lógicas discursivas com que se buscou construir uma unidade ordenada dos

acontecimentos. Ele busca forçar em manter a imparcialidade, porém se sabe que a neutralidade é perpassada pela subjetividade de Lopes e pelos interesses avisinos. Assim,

Um elemento interessante a ser ressaltado sobre a figura do cronista é que ele, diferentemente dos outros de seu tempo, agia com preocupação em encontrar documentos verdadeiros e buscava atestar a veracidade das fontes – ia a locais para verificar dados, conferia o nome em túmulos e consultava a documentação a que teve acesso na Torre do Tombo. Isso não quer dizer que seus escritos fossem “neutros”, uma vez que escreveu como funcionário contratado da Dinastia de Avis e com o objetivo de legitimar esta dinastia (ZIERER, 2018, p. 230).

Lopes atribuiu valores aos eventos e aos personagens, pois a sua “*verdade nua*” é permeada pelos interesses políticos da dinastia que o contratou com a finalidade de unir por meio das palavras um território dividido; mediante a missão, o autor utiliza, muitas vezes, o seu texto para louvar os avisinos. Mesmo assim, o texto tem uma relevância significativa para a compreensão do Movimento de Avis, e seus desdobramentos.

Luiz Costa Lima (1986) aponta que as crônicas lopesianas rompem com a tradição portuguesa da prosa medievalista. Fernão Lopes obteve uma liberdade narrativa fruto da sua posição social, o que lhe permitiu a utilização da subjetividade em alguns momentos, mas sempre reafirmando o compromisso e a busca pela verdade.

Mas o que determina a importância dos textos de Fernão Lopes é a abordagem do contexto histórico-social a partir do qual ele escreve, os anos finais do quatrocentos em Portugal. Além, da nova concepção de poder, em que o cronista histórica inverte a legitimidade de governar, ao embasá-la em critérios como bondade, ética e amor à terra. Pois, na lógica medieval, o poder monárquico era hereditário, e reservado aos filhos legítimos, critérios que não eram preenchidos pelo Mestre de Avis.

A originalidade de Fernão Lopes não é constituída somente por sua vivência do Movimento de Avis, mas também pela inversão da ordem social e o rompimento com a cadeia de linhagem que envolvia a monarquia portuguesa, a partir do Mestre de Avis. Pois, ao legitimar D. João I, como rei de Portugal, o cronista rompe com a estreita observância das tradições cristãs, ao fundamentar que a virtude do rei era baseada em seu senso de justiça, ou seja, em seus valores compartilhados pelos “verdadeiros portugueses”. Fernão Lopes, em seu texto, aponta para um deslocamento das bases sociais no fim do Medieval, que vai se consolidar na Modernidade.

Nesse ensejo, Lopes também subverte a ordem social e da escrita ao introduzir a coletividade, representada pelo povo. No decorrer da narrativa há uma defesa do bem comum, dos “*verdadeiros portugueses*”, que condenavam os interesses particulares, dando já a ideia

de um todo (um nascente sentimento de nacionalidade), acima do poder estamental que era lógica social medieval portuguesa (REBELO, 1983).

Pois, mediante a desordem em Portugal, os sistemas tradicionais já não eram mais capazes de atender às demandas sociais. Os valores pregados pela nobreza tradicional, como por exemplo, a guerra que ocasionaria uma glória pessoal e a riqueza, não eram mais satisfatórios, a preocupação com o coletivo, ou seja, em forjar uma identidade homogênea permeou a governança de D. João I.

Destaca-se que mesmo atendendo aos interesses políticos, o cronista demonstra compromisso com a verdade, que também é um dos pontos de originalidade das obras do autor, o qual utilizava um método diferente das práticas discursivas existentes na época, atitudes que deram origem a um discurso histórico submetido à “*verdade nua*”.

Lopes aponta para a necessidade de verificar a veracidade das fontes ao dizer: “*Oo! Com quanto cuidado e diligência vimos grandes volumes de livros, de desvairadas languageês e terras.*” (CDJ (Volume I), Prólogo, p. 2). O cronista não deveria apenas buscar informações, mas também compará-las para assim obter a verdade, ou seja, Fernão Lopes aplica o método comparativo, em que as fontes seriam a base do conhecimento histórico, porém deveriam ser depuradas pelo “*estoriador*”, que possuiria um compromisso com a “*verdade nua*”.

O fazer do discurso historiográfico requer do historiador uma problemática que terá como consequência a representação dos fatos; para isso, são necessários métodos, organização e investigação. Assim, Fernão Lopes como “*estoriador*” não somente narra os acontecimentos, mas os investiga, consultando várias fontes, aplica um método para análise dos eventos, e organiza de forma cadenciada as ações, o que embasa o discurso lopesiano em três parâmetros: historiografia, ficção e literatura.

Os três parâmetros criam uma atmosfera na narrativa lopesiana que envolve objetividade e subjetividade, que alicerçam a escrita da Crónica de D. João I, e reverbera na fórmula cronística histórica que é envolta pela moral cristã, ou seja, pelo sagrado, mas possui a preocupação constante de legitimar as relações de poder no plano físico. Essa relação é atravessada por signos que ganham significado e significante para aqueles que consumiram os escritos de Fernão Lopes.

O discurso histórico aceitável tem seu arcabouço teórico desenvolvido no século XIX, em que são elaborados critérios normativos que filtram o que seria um trabalho historiográfico ou não, embasado na ideia de objetividade e neutralidade. Seguindo os

critérios estabelecidos pelos historiadores, a narrativa lopesiana, por sua estrutura, não se encaixaria como um trabalho historiográfico. Em relação a isso, Rebelo (1383) afirma:

A História que não hesita em considerá-la, a despeito das suas proclamações de veracidade e cientismo, como sendo, de facto, uma escrita de ficção, a tal ponto que o gradual deperecimento ou esvaziamento da narrativa histórica se explicaria, porque o signo da História passou a ser cada vez menos o real do que o inteligível. Postura extrema decerto e voluntariamente polémica, que tende a menosprezar a intencionalidade de uma escrita, cujo esforço se exerce porfiadamente no sentido de entender esse mesmo real, tendo como constante preocupação estabelecer disciplinarmente as bases da sua própria positividade, essencial à definição do seu estatuto científico (REBELO, 1983, p. 17).

Ao considerar o labor de Fernão Lopes apenas como compilações de histórias ficcionais, despreza-se a ideia de que cada tempo possui sua forma de produzir textos historiográficos. Portanto, deve-se levar em consideração a espacialidade e a temporalidade em que Fernão Lopes viveu, o que lhe propiciou desenvolver um método para explicar a História de Portugal.

Como um homem de seu tempo, ele catalogou os fatos com a pretensão de dizer a verdade, porém essa verdade estava permeada pelos interesses tanto do cronista, quanto daqueles que o contrataram para a tarefa. Mesmo dentro desse emaranhado de interesses, percebe-se uma liberdade de organização textual, que lhe permitiu consultar e comparar documentações diferentes para escrever as suas crônicas.

Por isso, iremos utilizar o termo **cronista-historiador** para nos referir a Fernão Lopes, a terminologia busca legitimar a autodenominação dele ao se intitular “*estoriador*”, e ao mesmo tempo salienta-se que o estilo textual utilizado para percorrer acerca dos fatos no período lopesiano era a crônica.

A História é uma das formas de compreender o passado; para Lopes era necessário dar à sua escrita legitimidade e credibilidade, assim ele utiliza um modo de exposição dos fatos, escrita e produção diferente de muitos cronistas da sua época. Lopes modifica a forma de dimensionar a realidade, explorando um ambiente desordenado, que é ordenado e cadenciado a partir das suas narrativas, dividida por capítulos, nos quais os fatos são minuciosamente retratados, principalmente o Volume I da *Crónica de D. João I*.

Os fatos históricos possuem várias versões dependendo do olhar de quem os analisa, e isso gera contradições dentro da sociedade, principalmente, em um contexto da predominância da oralidade, como o Medieval, e um acontecimento como a Crise de 1383-1385 em Portugal, composto por vários desdobramentos ocasionou múltiplas versões. Assim, o texto de Fernão Lopes deveria suprimir as versões, sendo a única verdade aceitável, já que

era fruto de pesquisas comprovadas por meio de documentos, sendo então a “*verdade nua*”. Mesmo sendo um texto encomendado, Fernão Lopes afirma sua independência ao se diferenciar de outros “*estoriadores*”, que se deixariam levar pela afeição demasiada à terra.

Ele aponta os perigos, pois o narrador deve “hordernar”, ou seja, cadenciar os fatos, com compromisso com a verdade, e para isso seria necessário deixar de lado as afeições e desejos. Assim, o cronista-historiador afirma e reafirma a sua preocupação com a averiguação da verdade, ao afirmar que:

E seemdo achado em alguüs livros o comtrario do ella falla, cuidaae que nom sabedormente, mas erramdo muito, disserom taaes cousas. Se outros per ventuita em esta crônica buscam fremosura e novidade de palavras, e nem a çertidom das estórias, desprazer lhe há de nosso rrazoado, muito ligeiro a eles douvir, e nom sem gram trabalho a nos de hordenar (CDJ (Volume I), Prólogo, p. 3).

Lopes deixa evidente no prólogo que sua intenção não é usar palavras bonitas, mas sim verificar a veracidade das histórias. Além disso, chama atenção para o método correto do labor historiográfico, que seria consultar extensa documentação com a finalidade de conhecer a realidade passada. O cronista-historiador não deixa claro ou até mesmo não cita as fontes que utilizou, tanto os escritos religiosos, como os documentos, que são suprimidos no decorrer da narrativa. Aos escritos de Lopes é atribuído o *status* de verdade, pois sua credibilidade foi associada ao seu cargo.

A necessidade de afirmar a preponderância das fontes na construção da narrativa de D. João I configura-se como essencial para solucionar as contestações e a ambiguidade do poder monárquico conquistado por um filho ilegítimo. E até mesmo justifica o lugar social conquistado por Fernão Lopes (nobres), portanto o cronista-historiador não somente defendeu o poder monárquico avisino, mas seu cargo como guarda-mor da Torre do Tombo, validando-se como o escolhido ideal para escrever a história de Portugal.

Destaca-se que apesar da ludicidade da *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes escreveu acerca de um período com acentuada violência no reino português entre grupos que desejam a manutenção do *status quo*, contra aqueles que pretendiam ascender ao poder.

A escrita da História que nasce em associação com a Literatura, realizada por Fernão Lopes, é o resultado de conflitos violentos e populares em Portugal, entre 1383 a 1385. No referido contexto o poder régio e centralizado ganha forças, sendo uma das vias para solucionar os conflitos internos, com isso, a nobreza tradicional perde espaço e influência política, o que gera mais desordens (REBELO, 1983).

A crise no reino português recupera as relações entre os súditos e o rei, pois a monarquia comandada por D. João I, parecia ser a solução para resolver as demandas sociais, nesse ensejo Lopes, na *Crónica de D. João I*, buscou, constantemente, reafirmar o pacto entre o monarca e os “*verdadeiros portugueses*”, com a finalidade de constituírem um reino longo e próspero, para o bem de todos.

Com o objetivo de colaborar para a construção de uma memória coletiva, as crônicas históricas de Lopes possuem limites cronológicos e geográficos bem precisos, diferente das crônicas tradicionais, que seguiam uma história universal, ou seja, comum para toda a Cristandade.

A escrita da História de Fernão Lopes aborda uma história local e personalizada, o que contraria a forma como eram narrados os fatos históricos durante a Idade Média pela Igreja, pois os anais cristãos abordavam a história universal e exemplar baseada na Bíblia, que mesclava com uns elementos locais, porém reafirmando uma origem comum, ao buscar “recuperar” os instantes da criação do mundo e dos homens.

O passado ambíguo é um ponto de enfraquecimento do poder avisino, logo a sua percepção é o ponto de partida motivador da reflexão de Fernão Lopes. Pois, o Movimento de Avis ao enfraquecer as formas tradicionais de autoridade social, política e intelectual, possibilita o surgimento da pluralidade de versões sobre os fatos. Assim, o domínio da memória se torna essencial para a superação da crise fundamentada na desordem e na contestação dos lugares sociais. Em relação à forma como os “*estoriadores*” deveriam escrever suas narrativas, Lopes afirma que:

Certo he que quaaesquer estórias muito melhor sse emtemdem e nembram se som perfeitamente e bem hordenadas, que o seemdo per outra maneira; e posto que nossa teençom seja, de estas que escrever queremos, ho serem em boom e claro istilo, porem tam gramde aaz destorias nos som prestes, mormente em este logar, que desviam muito de tall hordenamça nosso desejo e voomtade. (CDJ (Volume I), Capítulo XXIX, p. 59).

O cronista-historiador explica como deveria proceder o historiador ao elaborar seu texto, que deveria ser ordenado para que os leitores pudessem entender e guardar na memória os acontecimentos, para isso, seria necessário ter um estilo bom e claro, ou seja, escrever em uma linguagem acessível para aqueles que iriam ler, nesse trecho Fernão Lopes justifica o uso do coloquialismo para aproximar o texto do leitor.

Fernão Lopes propõe-se, enquanto autor, a ser um observador atento e rigoroso dos fatos, ao consultar as diferentes versões das histórias disponíveis, comparando-as,

integrando-as e compilando-as, ou seja, tornando-as simples versões ou partes da verdade. Essas ações acabam por requerer a ação de um sujeito metodologicamente preparado para recompor a unidade e coerência que devem caracterizar a “*verdade nua*”. A verdade que no vivido dos eventos, na ação histórica, parece ter sido perdida ou incapaz de ser entendida pelos próprios agentes.

Esse processo de subjetivação, ou seja, de criação de um autor/sujeito que possui competências, que o capacitam a relatar a verdade, resolve a percepção da multiplicidade dos relatos e, ao mesmo tempo, serve como esfera onde a ‘naturalidade’ do mundo pode ser recuperada enquanto verdade para todos. O lugar social de Lopes lhe possibilita reivindicar e afirmar que seu relato realístico é fiel à realidade, possuindo integridade.

No texto de Fernão Lopes o interesse é baseado em vislumbrar o futuro do reino e do rei de Portugal, baseado em costumes locais, ele busca reafirmar uma identidade portuguesa fundamentada em um futuro próspero. O cronista busca deslocar o reino português de um passado comum vivido na Península Ibérica com os castelhanos. A escrita do cronista identifica uma nova cultura política que surge nos anos finais da Idade Média, que inverte a lógica do sangue, ao considerar mais relevante as virtudes do que a origem de nascimento. Pois,

Identificando-se com os grupos sociais que nessa época contestavam a hierarquia tradicional, Fernão Lopes pôde ter o sentimento de uma dinâmica que deslocava as bases da sociedade, isto é, de um processo histórico global que escapa a qualquer outro cronista da Idade Média. Foi por isso que ele pôde ser muito mais objetivo do que aqueles que partiram do pressuposto de que nada aconteceria senão efemérides e que deixavam de fora ou simplesmente emitiam juízo de valor sobre o acontecimento que o futuro mostrou muito importantes. A visão histórica de Fernão Lopes é, por exemplo, infinitamente mais rica que a do seu sucessor Zurara, que apenas tratava de justificar os privilégios dos fidalgos (SARAIVA, 1988, p. 178).

Como testemunha das consequências do Movimento de Avis (1383-1385), Fernão Lopes conseguiu, segundo Saraiva (1988), capturar o sentimento dinâmico que deslocou as bases da sociedade portuguesa nos anos finais da Idade Média.

A forma como Fernão Lopes narra a história contraria a lógica teocrática do período, e isso era um desafio: obter a verdade do fato, ou seja, mostrar a “*verdade nua*”. A finalidade era mostrar o início de uma era próspera para o reino, e não um fim escatológico, como o Juízo Final. Por isso, a *Crónica de D. João I*, não aborda o fim de um reinado/era, mas sim a consolidação da dinastia de Avis.

Até os anos finais da Idade Média, a crônica era formal e cronológica, ou seja, possuía uma forma discursiva tradicional que não conseguia dar conta da situação de

instabilidade social em que se encontrava o reino português durante o Movimento de Avis (1383-1385). O abalo das tradicionais bases sociais requeria uma nova forma de elaborar e dimensionar os fatos, assim Lopes buscou racionalizar um período de instabilidade. As inovações no campo textual não representaram uma ruptura total com os valores sociais, mas sim uma reinterpretação desses valores de acordo com os interesses avisinios e a lógica narrativa do cronista histórico.

1.2 Análise do Discurso de Fernão Lopes a Partir da Crónica de D. João I

A *Crónica de D. João I* é uma edição realizada pelos estudiosos Magalhães Basto e M. P. Lopes de Almeida, publicada em 1990, pela Editora Civilização, localizada em Lisboa. A estrutura segue fiel ao códice 352, pois foi publicada com o português original da versão transcrita em 1644, assim como a divisão do texto em dois volumes. *A Crónica de D. João I*,

inicia-se imediatamente após o momento da morte de D. Fernando. Conta a morte do conde Andeiro, aqui já citado e a posterior fuga da rainha D. Leonor Teles para Santarém. Tal fato acarretou a afirmação de D. João como regedor do reino (1383) e posteriormente como rei (1385). A sua caminhada em direção ao trono foi facilitada por meios dos conflitos bélicos os quais Portugal tratava contra Castela. O primeiro destes foi a Batalha de Atoleiros (6 de abril de 1384) seguida do Cerco de Lisboa (1384) em que as forças castelhanas foram derrotadas pela primeira vez apesar de que o exército de origem portuguesa estava em número maior (RIBEIRO, 2017, p. 23).

A crônica narra o início da regência de D. Leonor Teles (1383), até alguns anos após a eleição do Mestre de Avis como rei de Portugal nas Cortes de Coimbra em 1385. Os temas mais explorados pelo cronista são a governança de D. Leonor Teles e sua suposta relação extraconjugal, o acordo luso-britânico (Tratado de Windsor em 1386), a guerra contra Castela, e os benefícios oferecidos por D. João I aos seus aliados após a sua consolidação como monarca português.

No primeiro volume da *Crónica de D. João I*, há a introdução realizada por Humberto Barquero Moreno, licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Lisboa. O historiador exalta a importância da *Crônica de D. João I*, e do trabalho de Fernão Lopes ao relatar os fatos dos anos finais do Medievo. Além da introdução, a versão também é composta por: prefácio escrito por Antônio Sérgio, que analisa alguns pontos do discurso produzido por Fernão Lopes, principalmente as datas. Este aponta que o

"novo mundo" que teria nascido com a ascensão da dinastia avisina, em que a crise estaria superada, e os portugueses estariam vivendo um progresso contínuo, não condiz com a realidade social e política vivenciada em Portugal no século XV.

A crônica foi composta no século XV, por isso, apresenta-se em português arcaico, o que se configura como um desafio ao trabalho com as documentações. Frente a tais dificuldades, apenas o contato extensivo e analítico com as narrativas, e o diálogo com outros especialistas permitiram a correta compreensão dos enunciados.

A edição é composta por uma introdução escrita por Humberto Barquero Moreno (*Crónica de D. João I*), que ajuda a esclarecer um pouco ao leitor sobre a estrutura dessa crônica e seus processos de composição, já que é um especialista que estudou a obra.

A narrativa foi composta com um fim determinado, pois é encomendada por alguém, do qual emana poder. No caso das crônicas de Fernão Lopes, o comitente dessas obras era o infante da dinastia de Avis, D. Duarte, que se tornou rei e representou os interesses da instituição à qual ele pertencia. Tendo em mente tais elementos é que poderemos realizar a correta abordagem e análise do texto lopesiano.

Destaca-se que a crônica medieval no século XV, é uma prática discursiva que narrava uma determinada perspectiva do passado. Fomentada a partir principalmente de desígnios de uma tradição literária cristã, em que a memória é selecionada, retomada, ressignificada e recriada por seus escritores, que dispõem cronologicamente os fatos, em um enredo que tem a pretensão de ser a verdade a respeito dos eventos.

No relato, os elementos ficcionais são incorporados como verdadeiros, com o intuito de preencher lacunas, explicadas pela ação divina (VENTURA, 1992). Essas narrativas eram gerais ou particulares, ou seja, poderiam falar de um reino ou indivíduos; e eram utilizadas para legitimar e servir de modelo para a sociedade à qual pertenciam, por meio de exemplos positivos e negativos.

Poucos relatos sobre o Movimento de Avis e a mudança dinástica sobreviveram à ação do tempo, por isso a *Crónica*, se tornou uma narrativa privilegiada para que os historiadores pudessem compreender e analisar a cultura política em Portugal no século XV (REBELO, 1983). Evidencia-se que o autor da narrativa a classifica como texto histórico. Apesar de os relatos terem lacunas não podemos ignorá-los, pois ele é um indício da realidade representada por Fernão Lopes. Indícios que nos possibilita compreender a gênese do Estado Nacional Português a partir da ascensão avisina ao poder.

A Análise do Discurso da *Crónica de D. João I* estará pautada segundo as ideias de Bakhtin (2009) e Fiorin (2012), pois a finalidade é estudar a historicidade do texto, levando

em consideração que o texto é constituído de linguagens (verbal e visual), e que são sistemas que constroem sentidos em determinada temporalidade e espacialidade, em que são estabelecidas relações entre diferentes discursos. Pontua-se que também foi levada em consideração a relação entre indivíduo e sociedade, pois o texto de Lopes demonstra a conjuntura social de Portugal:

O objetivo das crônicas de Fernão Lopes (1380-1460) era contar a história de Portugal, principalmente através de seus reis. É uma história de homens e para homens, na qual as mulheres são pano de fundo das realizações, e que está sendo escrita no momento de consolidação de uma nova dinastia em Portugal, após o movimento que se convencionou chamar de Revolução de Avis (1383-1385) (COSER, 2010, p. 246).

Como cronista oficial, Fernão Lopes escreveu a *Crónica de D. Pedro*, *Crónica de D. Fernando*, a *Crónica de D. João I* (Volume I), que narra as consequências da morte do rei D. Fernando até a eleição do Mestre de Avis, como rei de Portugal, e a *Crónica de D. João I* (Volume II), que abrange do reinado de D. João I, até a paz com Castela em 1411. A trilogia lopesiana configura-se como um “discurso histórico-político, que se desenrola em uma lógica sucessão de fatos (REBELO, 1983). As tramas de Fernão Lopes são construídas para que não restem dúvidas sobre o seu enredo e o destino de seus protagonistas. Assim, ele utiliza a escrita como ferramenta do poder. As crônicas lopesianas são um produto ideológico, e como tal:

Faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. (BAKHTIN, 2009, p. 31).

As crônicas históricas de Fernão Lopes configuram-se como um signo ideológico do século XIV, sendo assim faz parte da materialidade objetiva da consciência social da sua época. Sendo uma linguagem que é utilizada para transcrever uma determinada realidade, um signo não somente faz parte de uma realidade, mas como também conjectura mesma. Pois, cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAKHTIN, 2009, p. 33). Como indivíduo Lopes faz parte de um todo em desordem, pautado por contradições, que ele tenta ordenar, dialogando com o leitor acerca de um fato recente na memória dos portugueses.

Em relação ao contexto da *Crónica de D. João I*, a narrativa começa em 1383 com os seguintes fatos históricos: a morte do rei D. Fernando; a regência de D. Leonor Teles; o

Movimento de Avis; o Mestre de Avis pede auxílio ao rei Ricardo II, da Inglaterra; e elevação do Mestre de Avis como regedor e defensor do reino. Em 1384, Castela invade o reino português e ocorrem diversos confrontos, os que mais se destacam são: Cerco de Lisboa (1384); Batalha de Atouros (1384); Batalha de Aljubarrota (1385); e Batalha de Valverde (1385). Após vencer todas as batalhas, em 1385, o Mestre de Avis foi aclamado como rei nas Cortes de Coimbra, e inicia seu reinado como D. João I. Todos esses acontecimentos são abordados por Lopes, com riqueza de detalhes, o que destoava das crônicas produzidas no Medievo, até então.

Antes do século XII, as crônicas eram geralmente textos produzidos pelos clérigos, que narravam os fatos de forma linear, registrando os eventos, porém de forma objetiva, sem avaliar ou analisar as razões que os ocasionaram, logo os acontecimentos não eram interpretados, ou validados, apenas registrados.

Após o século XII, as crônicas deixaram de ser domínio dos clérigos, passando por um processo de laicização. Assim, os cronistas começaram a enriquecer os fatos, dando notoriedade para as minúcias, e também acrescentando comentários pessoais em relação aos fatos, o que conferia subjetividade aos textos.

As crônicas durante o Medievo eram um meio para registrar os acontecimentos, logo são textos que possibilitam ao historiador conhecer o passado, porém, atualmente, a crônica é considerada como gênero literário. Assim se cria uma dicotomia: Fernão Lopes é historiador ou cronista, ou ambos?

Esses questionamentos condizem com a contradição advinda do século XIX, que determinou os padrões de textos que deveriam ser considerados historiográficos, com o intuito de respaldar a História como ciência. Assim, a classificação da crônica como gênero literário é uma classificação moderna, logo não pode ser utilizada para se referir às crônicas históricas; sabe-se que na tentativa de fomentar a História como ciência, textos classificados como literários, ou seja, ficcionais, não possuíam valor como documento para a História.

O cronista, em relação aos seus pares, diz: *“Esta mundanal afeiçoam fez a alguñs estoriadores, que os feitos de Castella, com os de Portugall escpreverom, posto que homeñs de boa autoridade fossem, desviar da direita estrada.”* (CDJ I, (Volume I) Prólogo, p. 2). Mediante esse trecho, Fernão Lopes se coloca na função de historiador, ao apontar para aqueles que seriam seus pares, mas também reconhece que existem entre aqueles que exercem a mesma função, um problema central, que não lhes permite serem fiéis à verdade, o que seria o excessivo amor/afeição à terra. A afeição à terra faria homens com conhecimentos e honestos, se desviassem da verdade, escolhendo fatos de acordo com seus laços sociais.

As crônicas históricas escritas por Fernão Lopes possuem um ponto em comum com outras crônicas do Medievo: registram os acontecimentos históricos por ordem cronológica. Porém, as narrativas lopesianas apresentam pontos inovadores como: narram os acontecimentos com riqueza de detalhes, o que confere aos escritos maior visualismo e veracidade; incluem grupos e perspectivas antes desprezadas, nomeadamente a do povo (“arraia miúda”); possuem uma dimensão interpretativa e estética; e apresentam comentários pessoais do autor. A seguir, quadro demonstrativo a partir da Análise do Discurso da *Crónica de D. João I* (Quadro I):

Quadro 1 - As Características da Escrita de Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*

AS CARACTERÍSTICAS DA ESCRITA DE FERNÃO LOPES NA CRÓNICA DE D. JOÃO I	
Estruturação do texto	Capítulos cadenciados e cronologicamente posicionados
	A narrativa intercala descrição com diálogos
	Utilização de discursos diretos
	Linguagem simples
	Linguagem oralizante
	Utilização de interjeições
	Tempos verbais no indicativo e no gerúndio
	Personificação
Dinamismo	Sequencialização gradativa das ações
	Verbos de ação e movimento
	Dramatização de quadros (expostos como cena de uma peça)
	Marcação de alterações significativas de ritmos
Articulação entre objetividade e subjetividade	Subjetividade presente na apreciação crítica e emotiva dos fatos relatados, com o uso de interrogação retórica e frase exclamativa
	Objetividade presente no rigor da pormenorização, preocupação constante com a “verdade nua”, ao realizar descrições pormenorizadas com valor descritivo e informativo
Coloquialismo	Presença do autor
	Participação do narrador
	Interpelação do interlocutor (narratário)
	Utilização do verbo ouvir, sugerindo a interação oral
	Uso de palavras / expressões de sabor popular e / ou arcaizante.
	Uso da 1ª pessoa e a 2ª pessoa
Visualismo	Articulação entre planos gerais, com foco na cidade e nos

	atores coletivos que intervêm), e planos de pormenor, com a menção de personagens e/ou situações particulares
	Recriação dos acontecimentos de forma dinâmica
	Emprego de vocábulos que marcam o sensorialismo da linguagem (ver e ouvir)
	Emprego de recursos expressivos que conferem visualismo ao relato, como comparação, personificação, enumeração e hipérbole
	Uso dos sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar), para provocar sensações ou a aplicação da sinestesia, que é uma figura de linguagem ligada ao sensorialismo que mescla dois ou mais sentidos para provocar sensações
Inclusão de grupos (coletividade)	“Arraia miúda”, o povo
	Convocação do público para o discurso
	Apelo direto aos leitores

Fonte: Autora

As crônicas de Fernão Lopes enquadram-se numa fase da língua portuguesa conhecida como português antigo, por isso, expõem construções sintáticas, expressões e vocabulário com marcas da língua de um período de transição. Logo, percebe-se a presença de construções linguísticas arcaicas como: *talente*, *aadur*, *açalmamento*, *estonce*, *guisa*, *nenhuũ*, *rey*, *homrra*, dentre tantas outras.

Destaca-se que na *Crónica de D. João I*, a narração alterna entre o diálogo e a descrição para imprimir dinamismo e vivacidade ao relato dos episódios mais relevantes do Movimento de Avis de 1383-1385. Fernão Lopes conseguiu criar ritmo e tensão, ao dividir em capítulos cadenciados, mas, principalmente, por utilizar formas expressivas para narrar os acontecimentos, ao também introduzir o discurso direto no relato: “*Matom o Meestre! Matom ho Meestre nos Paaços da rainha! Acorre ao Meestre que matam!*” (CDJ (Volume I), Capítulo XI, p. 24, grifo nosso). Segundo o cronista, o escudeiro do Mestre de Avis, após a morte do conde de Andeiro, teria bradado essas palavras pelas ruas de Lisboa, o que teria causado comoção entre o povo (“arraia miúda”), que se dirigiu até o palácio da rainha para protegê-lo.

O dinamismo, o ritmo e as emoções das personagens são representados através de características no discurso, que possui e utiliza a oralidade e a simplicidade da linguagem, os verbos de movimento (sair, ir, andar, fazer), os verbos introdutórios do discurso (falar, bradar, dizer), as interjeições e as apóstrofes, como em: “*Oo Senhor! Disse Rui Pereira*” (CDJ

(Volume I), Capítulo IV, p. 10, grifo nosso). Esta passagem da crônica é um exemplo da dinamização das ações realizada por Lopes, que resulta no uso de tempos, formas e aspectos verbais como o imperfeito do indicativo, o gerúndio e o vocativo. Essas expressões dão vivacidade à narrativa, tornando os fatos dinâmicos, e facilitando a compreensão e o envolvimento do leitor com a cena.

Fernão Lopes percorre os espaços, focando em figuras individuais ou em grupos, como ocorre na descrição do sofrimento do povo de Lisboa: “*Na cidade nom avia triigo pera vemder, e se o avia, era mui poucoe tam caro, que as pobres gemtes nom podiam chegar a elle, ca valia ho alqueire quatro livras.*” (CDJ (Volume I), Capítulo CXLVIII, p. 306, grifo nosso). Em colaboração com as outras técnicas anteriormente descritas, assim se consegue criar um estilo expressivo que põe em destaque as minúcias, que como consequência confere o caráter de veracidade a narrativa. Rebelo (1983) aponta que para fundamentar o poder avisino, a caracterização de grupos como a “arraia miúda” colabora para a elaboração de uma identidade por meio de uma memória coletiva.

Em relação ao dinamismo, são utilizados verbos de ação, frequentemente, seguidos de advérbios, o que possibilita dar mais ritmo e veracidade ao fato, pois caracteriza a movimentação dos personagens, como no exemplo a seguir: “*Em esse dia depois de comer, sairom os da villa perra desfazer e cortar hũa pomte de grossos paaos per que passavom pella cava da barreira, per hu damtes provavom de poer ho fogo*” (CDJ (Volume I), Capítulo CLXVII, p. 359, grifo nosso). Nesse capítulo é narrado um dos combates entre aqueles que eram a favor da nobreza tradicional, contra os grupos que lutavam do lado Mestre de Avis, assim os verbos de ação conferem a dinamicidade necessária para o fato. Fernão Lopes conduz os leitores a aderirem à ideia de um carisma inato que seria produto da predestinação de D. João I, escolhido por Deus para governar Portugal, que com isso atingiria a glória.

Uma das estratégias de Fernão Lopes é utilizar jogo de palavras que o aproxima dos leitores, através do coloquialismo, ao utilizar a 1ª pessoa e a 2ª pessoa, tanto do singular, quanto do plural: “*Por quamto dissemos do Comde Johan Fernamdez que na noite que sse elRei finou, partio mui trigoso pera seu comdado.*” (CDJ (Volume I), Capítulo VII, p. 15, grifo nosso). O autor ao utilizar a 1ª pessoa do plural no pretérito perfeito, “nós dissemos”, cria uma proximidade com os leitores, ao também se colocar no mesmo lugar que eles. Além disso, a afirmação sobre o conde Johan Fernamdez, conhecido como o Conde de Andeiro, não partiria apenas das impressões do cronista-historiador, mas seria uma opinião compartilhada e conhecida por todos do reino, e repudiadas pelos “*verdadeiros portugueses*”.

Os recursos apóstrofes são utilizados com recorrência nos capítulos: “Aa Samta Maria vall! Que crueldade tamanha!” (CDJ (Volume I), Capítulo XIII, p. 32, grifo nosso). Ao utilizar esse recurso linguístico, Fernão Lopes dá mais destaque ao texto e às personagens, pois utiliza expressões invocativas para recorrer a representações de seres com importância para a Cristandade, como Maria. Em diversos momentos da narrativa, o cronista interrompe a narração com o intuito de invocar alguém ou algo que esteja presente ou ausente no momento da ação. Com isso, o autor estreita os laços com os leitores, ao utilizar a apóstrofe, que é um recurso estilístico comum na linguagem informal, ou seja, no cotidiano.

Ainda na mesma frase: “Aa Samta Maria vall! Que crueldade tamanha!” (CDJ (Volume I), Capítulo XIII, p. 32, grifo nosso). Identifica-se o uso de outro recurso linguístico, que são as locuções interjetivas, que ocorrem quando duas palavras, ou mais, são unidas para expressar uma emoção das personagens. Lopes utiliza bastante esse recurso para caracterizar as personagens, lhes conferindo atributos positivos e negativos, o que possibilita a construção de uma narrativa rica em detalhes, como no exemplo a seguir:

E jazêdo dormindo em sua pousada, aa mea noite, ou pouco mais, chegou a ell Alvaro Cuitado mui rrijo a pressa dizemdo como Gil Fernamdez e Martim Rodriguez dEllvas tinham já sellado e estavom armados, que sse queriam hir pera Ellvas, nō queremdo ser na batalha com ele. Nuno Alvarez como esto ouvio, alçousse a pressa, e foisse a eles omde estavom já mandamdo carregar; e disse: Oo irmãaos, amigos! E pera vos he fazerdes tall obra? Leixardes tanta homrra como vos Deos tem prestes; e falleçerdes do que prometido teemdes, por vos tornades pera vossas casas? (CDJ (Volume I), Capítulo XCIII, p. 177, grifo nosso).

Nessa passagem são expressos os sentimentos de Nuno Álvares em relação aos seus companheiros, que deveriam concordar em realizar as mesmas ações, para isso, ele utiliza o jogo de palavras: “irmão e amigos”, demonstrando afeição, e apelando para os sentimentos de revolta, para que aqueles homens tomassem atitudes em nome da honra roubada. Assim, a partir dos exemplos acima percebe-se como Lopes utiliza as locuções interjetivas para expressar os sentimentos das personagens. Outro recurso utilizado na Crónica é a linguagem oralizante, expressando-se de forma a se aproximar da linguagem popular:

O PAGE do Meestre que estava aa porta, como lhe disserom que fosse pella villa segumdo já era percebido, começou ahir rrijamente a galope em cima do cavalo em que estava, dizemdo altas vozes, braadamdo pella rrua: Matom o Meestre” matom ho Meestre nos Paços da Rainha! Acorre ao Meestre que matam! E assi chegou a casa dAlvaro Paez que era dalli grande espaço. (CDJ (Volume I), Capítulo XI, p. 24, grifo nosso).

O fato acima narrado teria ocorrido após a morte do conde de Andeiro, no Capítulo XI; o autor relata acerca daqueles que apoiaram o Mestre e o ajudaram a continuar vivo. Destaca-se que as marcas de oralidade estão presentes na construção da narrativa, em que o autor utiliza, principalmente, expressões populares e diálogos, que aparecem no texto. O uso proposital e recorrente da oralidade cria na crônica diálogos orgânicos, que possuem a finalidade de transmitir os estados anímicos das personagens, com o uso recorrente de interrogação, retórica e exclamação.

Na construção da narrativa, Fernão Lopes alterna diferentes modos de transmissão do discurso (direto e indireto), enfatizando com o discurso direto falas das personagens para conferir dramaticidade e dinamismo aos fatos narrados, o que permite manifestar de forma viva os pensamentos das personagens, como no trecho abaixo:

A Rainha isso mesmo por fermença nos do Meestre e veemdoos assi todos armados, nõ lhe prougue em seu coração, e disse fallando comtra todos:

Samta Maria vall! Como os Ingreses ham mui boom costume, que quando som no tempo da paz, no tragem armas, nem curam damdar armados, mas boas rroupas e luvas nas mãos como domzellas; e quando ssom na guerra, entom costumam as armas e husom delas como todo o mumdo sabe.

Senhora, disse o Meestre, he mui gram verdade. Mas isso fazem eles porque ham mui a meude guerras, e poucas vezes paz, e podemno mui bem fazer; mas a nos he pollo comtraio, ca avemos mui a meude paz e poucas vezes guerra e sse nos as poderíamos soportar. E fallando em isto e em outras cousas, chegavomsse as horas de comer, e espediosse o Comde de Barçellos, e desi os outros, ca os mais deles dava a voohtade aquello que sse depois fez. (CDJ (Volume I), Capítulo IX, p. 21, grifo nosso).

No capítulo IX, acima citado, Fernão Lopes dramatiza um possível diálogo entre a rainha Leonor Teles, e o Mestre de Avis, demonstrando divergências e um clima tenso, pois é neste capítulo que ocorre a morte do Conde de Andeiro, suposto concubino da regente, que fora morto nas dependências do palácio dela, durante um jantar. O cronista-historiador confere a dramaticidade ao momento, pois a ação que resulta em morte acaba sendo um divisor de águas para o enredo da Crônica, já que coloca a rainha e o Mestre em lados opostos, disputando diretamente a governança de Portugal. Tal fato ocasiona dinamismo a trama, e desdobramentos que levam à ocorrência das disputas por poder entre os diferentes grupos.

Utilização de frases populares, provérbios e evocações de Deus, como em “*Amigos nõhuĩ nom divide de mim; e todos aquelles que me ajudardes, Deos seja aquelle que vos ajude; e sse aqui morrer per vossas culpas e mingua, Deos seja aquelle que vos demande minha morte.*” (CDJ (Volume I), Capítulo XCV, p. 181, grifo nosso). Nesse trecho o

autor utiliza o princípio popular pautado na reciprocidade em que Deus auxilia aqueles que ajudam os necessitados, assim, por sua fidelidade ao Mestre, seriam recompensados. O cronista-historiador insere o saber e a experiência popular, o que acarreta mais proximidade entre os leitores e a crônica.

Ao escrever a *Crónica de D. João I*, Lopes também utiliza o recurso de interpelações diretas ao narratário. Destaca-se que narratário é um personagem de ficção, ou seja, não é o leitor. Mas o narrador simula que o narratário seja um leitor. Assim, o narratário é aquele com quem o narrador dialoga, com o objetivo de fortalecer seus argumentos, e tornar a leitura mais compreensível. No trecho seguinte destaca-se uma passagem que exemplifica essa relação:

Nom parece cousa indigna, se alguñ que ler ou ouvir esta estória fazer pergunta, pois que tanto avia que era a fama, e largamente pobricada, amtre a Rainha e o Comde Joham Fernandez, se tinha elRei dello alguña sospeita? Ou sabia de tall fama parte? Aos quaaes se rresponde desta guisa. (CDJ (Volume I), Capítulo III, p. 7, grifo nosso).

Na passagem acima em destaque, o autor destina as questões ao narratário, com objetivo de dialogar sobre a suspeita relação da rainha Leonor Teles com o Conde de Andeiro. Nesse contexto e em outras passagens da narrativa, o narratário é utilizado em momentos em que Lopes coloca questionamentos que não possuem comprovação, mas que servem para criar subjetividades e juízo de valor, como acerca da moral da rainha.

Em várias passagens da narrativa, Fernão Lopes emprega o visualismo como recurso para levar o leitor a “ver” e “viver” o fato. O narrador acaba desempenhando o papel de testemunha dos acontecimentos, pela riqueza de detalhes com que narra os pormenores ocorridos nos acontecimentos:

Vos outros que estaes assi fazemdo? Querees vos outorgar o que vos dizem? Ou dizee que nom queres, ca eu em esta cousa nom tenho mais aventurado que esta gargamta; e quem esto nom quiser outorgar, logo há mester que o pague pella sua, amte que daqui saya. E todollos que hi estavom do pobbo meudo, aquella mesma rrazom disserom. Veemdo aquelles que for chamados ho alvoroço que todos faziam, e que lhes nom compria teer isto outro comtrario jeito, outorgarõ estomçe quamto os outros tinham prometido; e foi assim scripto e assinado per suas mãos. E desta guisa foi o Meestre tomado por Regedor e Defêsor do rregno; no qual rregimento e deffenssom que fez, bem se mostrou depois sua virtuosa ardileza, como adeamte poderes ver. (CDJ (Volume I), Capítulo XXVI, p. 53, grifo nosso).

As descrições de Fernão Lopes são pautadas pelo forte apelo visual, isto é, pelo visualismo. Portanto, o narrador desempenha a função de testemunha dos fatos; percorrendo

os espaços e caracterizando os lugares, os ambientes e as figuras, tanto os indivíduos, quanto os grupos. Elenca-se que para enfatizar o visualismo, há o uso de verbos associados ao olhar, como destacado no trecho a acima, o verbo “ver”, e em algumas vezes, as sensações visuais são associadas às auditivas, como no exemplo a seguir: *“Porque sse o dom da fremossura de todos muito preçado, fez a alguñas ganhar perpetuall nome, deste ouve ella tam gram parte, acompanhado de prazível graça, que aquella que o mais desejar podesse, seeria assaz de comtemta.”* (CDJ (Volume I), Capítulo XV, p. 36, grifo nosso). Assim, o cronista utiliza o sensorialismo na linguagem, ou seja, utiliza vocábulos ligados aos sentidos (principalmente a visão), para reforçar as suas ideias e conduzir o leitor a aceitá-las como verdadeiras, e inequestionáveis.

A utilização de vocábulos ligados aos sentidos, juntamente com o visualismo, conferem ao discurso de Fernão Lopes um valor pictórico, ou seja, na construção discursiva o narrador consegue levar o leitor a visualizar as cenas, como se fossem pinturas, mas ao mesmo tempo ele confere também dinamismo às ações das personagens, como no trecho a seguir:

Depois que o Comde e ho Meestre ouverom comido segumdo dissemos no capitollo damte este, veo sse pera eles o Comde dom Alvaro Perez de Castro e Rui Pereira, e outros boôs fidalgos; e o Meestre falou com os Comdes, dizemdo que ell entemdia que fezera gramde desprazer aa Rainha em matar o Comde em seus Paaços; e que lhe parecia que era bem de lhe hir pedir perdom se o eles por bem ouvessem. E acordado per todos que era bem, cavallgarom emtom pella villa, e foromsse todos ao Paaço da Rainha, ella estava em sua câmara cuberta de doo segumdo avia em costume. Em emtramdo eles pella porta, fazeromlhe sua reveremça, e ella alçouse a eles; e os do Meestre, como os Comdes emtrarom, assi foram eles todos dentro de volta armados como amdavom. A Rainha quamdo os assi viu emtrar, disse comtreeles como queixosa. (CDJ (Volume I), Capítulo XII, p. 30, grifo nosso).

Destaca-se o uso de vocábulos sensoriais na passagem acima, como “ouviram”, “ouvissem” e “viu”, que conferem à Crónica representações visuais, possibilitando ao leitor que o discurso ganhe valor pictórico, ou seja, imagético. Assim, Fernão Lopes potencializa na narrativa o visualismo e o dinamismo ao colocar o leitor perante o desenrolar dos acontecimentos.

Fernão Lopes utiliza os termos que remetem ao sensorialismo linguístico, com a finalidade de transmitir as sensações e percepções vivenciadas pelos personagens descritas na narrativa. Esta ação dá vivacidade aos fatos narrados por meio da sinestesia, que é uma figura de linguagem utilizada para gerar um efeito no discurso a partir dos sentidos humanos, caracterizada por mesclar mais de um dos sentidos. No trecho do Capítulo XII, temos:

audição e visão, os vocábulos associados provocam uma sensação. Em relação à valorização dos detalhes, destaca-se a seguinte passagem:

Em outro dia pella manhaã partio o Meestre daquela aldeã hu dormira, e começou damdar seu caminho, sem trigamça alguã desacostumada; e no caminho dizem que descobriu o Meestre esta cousa a alguã seus, convem a saber: ao Comemador de Jerumenha, e a FernamdAllvarez, e a Louremço Martiiz de Leirea, e a Vaasco Loremço que depois foi Meirinho, e a Lopo Vaasquez que foi Comemador moor, e a Rui Pereira que foi o rreçeber. E disse a huñ deles.

Hiiivos deamte quamto poderdes e dizer a Alvaro Paaez que sse faça prestes, ca eu vou por fazer aquello que elle sabe. O escudeiro amdou a pressa e deulhe o rrecado e tornouse pera o Meestre homde viinha. E ell tragia huã cota vestida e ataa viimte comsigo com cotas e braçaaes e espadas çimtas come homêes caminheiros; e chegou ao Paaço a hora de terça ou pouco mais, sem deter porê em outra parte. E quando descavalgou e começaram de sobir acima, disserom huñs aos outros mui mansso: Seede todos prestes, ca o Meestre quer matar o Comde Joham Fernamdez.

A Rainha estava em sua câmara de Donas alguãs assemtadas no estrado, e o Comde de Barçellos seu irmão, e o Comde dom Alvaro Perez, e FernamdAfonso de Camora, e Vaasco Perez de Caamoões e outros, estavom em huñ banco; e o Comde Joham Fernamdez que dante estava em cabeceira deles, estava estomçe antella e começava de lhe falar passamente. E em lhe seemdo assi fallamdo, baterom aa porta, e o Porteiro como entrou o Meestre, quis çarrar a porta por nom emtrar nehuñ dos seus, e disse que o preguntaria aa Rainha, nom por deles aver nenhuã sospeita, mas porque a Rainha estava com doo, e nom era costume de nêhuñ emtrar, salvo esses senhores, sem lho primeiro fazer saber. E o Meestre rrespomdeo ao Porteiro: Qua as tu assi de dizer? E em esto emtrou de guisa, que emtrarõ os seustodos com elle; e ell moveo passamente contra homde estava a Rainha; e ella se levantou, e todollos outros que eram presentes. (CDJ (Volume I), Capítulo IX, p. 19, grifo nosso).

Os fatos acima são narrados com riqueza de detalhes, o cronista constrói o cenário e posiciona as personagens conferindo dinamismo e vivacidade à trama. São narrados os fatos que antecederam a morte do conde de Andeiro, de forma minuciosa é demonstrado como o Mestre de Avis chegou ao palácio da rainha, e a reação da regente, juntamente com seus companheiros que são nomeados, conferindo maior credibilidade e veracidade aos acontecimentos. Até mesmo a hora é mencionada, assim como a forma com que as personagens se dirigem uns aos outros. Além disso, o cronista-historiador usa a enumeração conferindo maior veracidade aos fatos narrados por ele de forma cadenciada.

No Capítulo IX, Lopes aborda a morte do Conde de Andeiro, a qual ele relata minuciosamente, dando ênfase às particularidades do acontecimento, tanto os antecedentes, quanto aquilo que ocorreu posteriormente, como a ação da rainha regente D. Leonor Teles ao saber do assassinato do seu suposto amante. Neste capítulo, o cronista-historiador utiliza em conjunto com o visualismo, outro elemento que confere maior veracidade aos fatos narrados, que é a apresentação de pormenores, o que possibilita ao leitor também vivenciar o fato, enriquecido com pequenos detalhes. Além dos pormenores, outro recurso utilizado para

conferir veracidade é a dramatização, com a atribuição de falas às personagens, como na sequência a seguir:

E depois que o Meestre fez reverença aa Rainha e mesura a todos, e eles a ell rreçecimento, disse a Rainha que se asentassem, e falou ao Meestre dizendo: E pois, irmão, que [he] isto a que tornastes de vosso caminho?
Tornei, Senhora, disse elle, porque me pareço que nom hia desembargo como compria. Vos me hodernates que tevesse carrego da comarca dAmtre Tejo e Odiana, se per ventuira elRey de Castella quisesse viinr ao rregno e quebrar os trautos damtre vos e elle; e porque aquella framtaria he grossa de gentes e grandes snhores, assi como do Meestre de Santiago, e do Meestre dAlcãtara e doutos e boõs fidalgos; e aquelles que vos assinastes pera a guardarem comigo, me parecem poucos; por emde tornei pera me dardes mais vassalos, pera vos eu poder servir, segumdo compre a minha homra e vosso serviço (CDJ (Volume I), Capítulo IX, p. 20).

Após conseguir entrar no palácio da rainha Leonor Teles, o Mestre de Avis começa um diálogo com ela, na sequência a regente busca seus assessores para resolver o problema, e também para não ficar sozinha com seu adversário, pois Lopes afirma que após o assassinato do conde de Andeiro, a regente temia por sua vida. No decorrer do capítulo a narrativa segue dramatizando os fatos, expostos como em uma peça teatral. Lopes busca retratar o que seria a preocupação principal do futuro rei avisino: a defesa do reino contra Castela, fato que a rainha regente ignorava, pois estaria tomada pela raiva, por ter perdido aquele que seria o seu amante.

Nos dois trechos da CDJI, pertencentes ao Capítulo IX, e sequencias, identifica-se que na construção da narrativa, Fernão Lopes valorizou elementos que lhe possibilitassem passar ao leitor veracidade. A visualização, a sequencialização gradativa das ações das personagens, juntamente com a dramatização e a valorização dos pormenores, conferem uma conjunção à narrativa que valida o discurso como verdadeiro para a lógica na qual o discurso foi produzido.

Em diversas passagens da narrativa, Fernão Lopes utiliza o recurso de enumeração de variadas formas, o que possibilita ao leitor visualizar melhor, e também memorizar os fatos, já que a narrativa é cadenciada e ritmada para facilitar a compreensão do discurso, dentre elas o narrador no Capítulo CLIX, cita aqueles que ajudaram o Mestre a defender o reino:

Porem leixados alguũs dos que já dissemos, quando NunAllvarez partio de Lixboa, e muitos que seria sobejo descrever, estes seguimtes avomdem por hora, convem a saber: Do rreino do Algarve: de Tavira e de Faarom: Rodrigo Affomsso dAragom, VaasquEannes pai de VaasqueEannes Corte Reall, Gomçallo Arraiz, [Martim Arraez], Nuno Velho, PedroAffomsso dAmcora, Joham Fernamdez Garganta, Gomçallo Vaasquez Bayam, Paae Pereira. – De Loule e de Sillves: Vaasco

Affomsso, Alcaide moor do logar; Joham Vaasquez, seu irmão; Gomçalo Nunez Barreto; Lope Estevêz de Sarria. – Da Alboferia: RodrigAllvarez Bamzam, Fernam Perez Banha, Gomçallo Navarro, Joham Dellgado. (CDJ (Volume I), Capítulo CLIX, p. 340).

No referido trecho, Lopes realiza uma enumeração exaustiva e inventarista, apontando os nomes dos aliados do Mestre, ou seja, um compilado dos coligados mais importantes que colaboraram com o futuro rei avisino. Ao utilizar esse recurso, o autor não somente registra a memória das famílias que devem ser honradas e beneficiadas por serem fiéis a Portugal ao defender o reino, mas também dá visibilidade e embasa o poder avisino, ao destacar o apoio que ele tinha de famílias importantes em Portugal. A demonstração de apoio à causa avisina acarretava aos seus súditos prestígio, pois eram considerados os “*verdadeiros portugueses*”. Em outro capítulo, o recurso de enumeração ocorre na seguinte passagem:

E brevemente segumdo os saibos rrecomtam, que amtre as outras cousas que em ella ha daver, deve de ser de boa linhagem, e de grade coração pera deffemder a terra, desi que aja amor aos súbditos; e com isto bomdade e devaçom. Hora que estas comdições sejam achadas no Mestre, nosso senhor, que teemos ã voomtade pera emlleger, assaz he visto claramente como todos bem sabees. De ser de boom linhagen, vede se he boa ser filho, de rei. De ser de gram coração, assaz se mostrou e mostra que com tam pouca parte do rreino como comssigo tinha, com maravilhosa ousamça soffreo taaes perigoos como há passados, e despoersse a muito mayores, segumdo o tempo em que somos postos. (CDJ (Volume I), Capítulo CXCI, p. 420, grifo nosso).

Nessa passagem, Lopes utiliza a enumeração para evidenciar as qualidades de um bom rei, pois elas são atribuídas a D. João I, como ter um bom coração e pertencer a uma boa linhagem, apesar de ser bastardo, essa informação é suprimida para que não houvesse contestação da sua governança. Assim, no texto é apenas mencionado que o Mestre é filho do rei, o que legitimaria o seu espaço de poder em Portugal, o cronista-historiador, em nenhum momento menciona que ele é fruto de uma relação ilegítima, portanto, não seria pela linha sucessória escolhido como monarca segundo as tradições do Medievo.

O Mestre de Avis, na construção lopesiana, é um homem abnegado, que não se importava em perder sua vida, pois mesmo tendo uma pequena parte do reino a seu favor teria colocado sua existência em risco por ser honrado. A honra se contrapõe à desonra, representada por D. Leonor Teles.

A figura retórica utiliza a enumeração como recurso para reforçar as ideias expostas. Pois, Fernão Lopes a aplica frequentemente para apresentar todas as particularidades de uma determinada circunstância. Por meio deste recurso, o narrador procura apresentar e representar os pormenores do contexto sobre que escreve. Tal ação

demonstra a preocupação de pormenorizar as ações, assim como o uso do paralelismo, de acordo com o exemplo abaixo:

A Rainha isso mesmo pos fememça nos do Meestre; e veemdos assi todos armados, nõ lhe prougue em seu coração, e disse fallando comtra todos: Samta Maria vall!! Como os Ingreses ham mui boom costume, que quamdo som no tempo da paz, no tragem armas, nem curam damdar armados, mas boas rroupas e luvas nas mãos come domzellas; e quamdo ssom na guerra, entom cstumam as armas e husom delas como todo mundo sabe.

Senhora, disse o Meestre, he mui gram verdade. Mas isso fazem eles porque ham mui a meude guerras, e poucas vezes paz, e podemno mui bem fazer, mas a nos he pollo contraio, ca avemos mui a meude paz e poucas vezes guerra, e sse no tempo da paz no husamos as armas, quamdo vehesse a guerra nom as poderíamos soportar. (CDJ (Volume I), Capítulo IX, p. 21, grifo nosso).

Na passagem acima Fernão Lopes narra uma conversa entre o Mestre e a rainha Leonor Teles, antes de ocorrer o assassinato do Conde de Andeiro, para reforçar a dicotomia entre os personagens, o narrador utiliza o recurso do paralelismo ao empregar as palavras guerra e paz. Estas palavras são associadas aos ingleses, que segundo as falas atribuídas à regente por Fernão Lopes, a rainha reconhece os bons costumes, e referenda as boas relações com o reino inglês. O Mestre de Avis concorda com ela, demonstrando a sua simpatia com a aliança externa, assim Lopes leva o leitor a credibilizar as relações entre os reinos.

O paralelismo confere à narrativa uma estética que proporciona a simetria de ideias, e do segmento textual de forma coordenada, ou seja, o emprego de termos duplos e contrários dá sentido ao texto, compondo o enunciado, e enfatizando a disputa de poderes entre o Mestre de Avis, e a rainha D. Leonor Teles.

No decorrer do texto Fernão Lopes também utiliza algumas figuras de linguagem como: a metáfora, a comparação e a personificação para concretizar as abstrações, e adicionar ao texto pormenores e ações cadenciadas. Em relação à comparação, segue exemplo:

E acordarom todos que era bẽ de fazer huñ homem de pequena comta pera qualquer cousa que sse dello seguisse, porque melhor era perdersse huñ homem ligeiro, que huñ de grande homrra de mayor estado. E falarrõ primeiro esta cousa com FernamdAllvarez de Quieoos criado delRei e pera muito, homem que acompanhavom de cote quatro de bestas; e ell se escusou per mitas rrazoões, dizendo que per nehuña guisa faria cousa em que fezesse desprazer aa Rainha, mormente tall como esta, de que era certo que ella averia assinado nojo. (CDJ (Volume I), Capítulo II, p. 6, grifo meu).

Acima Lopes utiliza a comparação que é uma figura de linguagem em que se percebe a analogia entre dois ou mais termos, ao escrever “*tall como*” se referindo as ações que poderia ter a regente D. Leonor Teles mediante a morte do seu suposto amante, e também

utiliza o termo totalizante “todos”, para enfatizar que os “homens bons” desejavam a morte dele para reparar a honra do rei morto.

No Capítulo II, Lopes afirma que o irmão da regente D. Leonor Teles desejava a morte do conde de Andeiro, pois tinha muita afeição ao rei D. Fernando que havia morrido. Como um bom súdito, e vassalo fiel do monarca D. Fernando, o irmão da rainha defende os interesses e a honra da sua família, ao ser a favor da morte do suposto amante da sua irmã.

A personificação é uma figura de linguagem muito utilizada nos textos literários e corresponde ao efeito de “personificar”, ou seja, dar vida aos seres inanimados. No decorrer na narrativa, ao escrever acerca das batalhas que o Mestre de Avis, e seus seguidores travaram contra Castela, Lopes dá significativo destaque à cidade de Lisboa, ao utilizar a personificação, como no exemplo abaixo:

Seemdo a tormenta de reino tam grande como ouvistes, e Lixboa assi aflita com omdas de taaes tempestades, desi a comarca dela gastada per fogo e outras destrições, de guisa que todallas aldeas e quintas que avia em seu termo ataa Cascaes que dhi [eram] çimquo legoas, eram já deitadas per terra, e mais os logares de todo Ribatejo; aallê desto fame comthinaada, e nehuña certa esperamça de seu livramento, de cada parte se gerava nos moradores dela mui pouca feuz de poder escapar salvo aquella que em Deos aviam de maneira dissemos. (CDJ (Volume I), Capítulo CL, p. 311, grifo meu).

Nesta passagem do texto acima, Lopes, para demonstrar o apoio ao Mestre de Avis, utiliza Lisboa, e a enaltece ao enfatizar que “*a cidade de Lixboa era a mayor e melhor que no rreino avia.*” (CDJ (Volume I), Capítulo CLIV, p. 325). No decorrer da narrativa a cidade torna-se a referência para demonstrar a fidelidade dos “verdadeiros portugueses”, não somente ao Mestre de Avis, mas também a Portugal, pois mesmo mediante a fome, resistiram e enfrentaram Castela. Já que,

Fernão Lopes considera os partidários do Mestre de Avis “mártires” a lutar para “defender o reino contra os mortais inimigos”, os castelhanos, os quais, conforme o cronista, eram “induzidos pelo espírito de Satanás”, adoravam “ídolos”, além de serem apoiados pelos “falsos portugueses” (ZIERER, 2018, p. 232).

Em relação ao apoio ao Mestre de Avis como o escolhido pelo povo, Lopes constrói uma afinidade entre o Mestre de Avis e Lisboa, criando o que Ventura (1992), denomina de o “mito de Lisboa”, em que a cidade seria a esposa do rei. Lisboa representaria a vontade do reino de Portugal, pois,

O crescente no apoio ao Mestre, ou melhor, a própria manifestação do Mestre como alternativa coincidente com Portugal, desencadeia-se no povo de Lisboa. Fernão

Lopes refere a sua entrada em cena espontaneamente, diluindo na mente do leitor a suspeita fundamentada de que ele seria usado como massa de manobra de alguns oficiais régios proeminentes (o ex-Chanceler Álvaro Pais) ou dos seus representantes (os Vereadores da cidade). (VENTURA, 1992, p. 20).

A cidade de Lisboa é utilizada metaforicamente para representar o desejo do reino português de ter como rei o Mestre de Avis, assim o mito de Lisboa configura-se como um dos argumentos que legitimaram o poder régio avisino. Lopes personifica Lisboa; ela representa a coletividade, o desejo de “todo” o reino de escolher um monarca digno, e que amaria o seu povo e a sua terra, acima dos seus desejos pessoais.

Na *Crónica de D. João I*, o cronista-historiador também constrói a personalidade das personagens, lhes atribuindo características que lhe possibilitam criar uma narrativa com riqueza de detalhes, induzindo o leitor a realizar juízo de valor separando os bons e os ruins, criando vilões e mocinhos, tornando a narrativa mais interessante, como no exemplo abaixo:

Onde assi aveo que em Lixboa avia huũ çidadaão chamado per nome Alvoro Paez, homem homrado de boa fazemda, e fora Chamçeller moor do delRei dom Pedro e depois delRei dom Fernamdo. Este vivemdo em casa delRei e seemdo muito doemte de gota, veo pedir a elRei por merçee, que desse aquell offiçio a quẽ sua merçee fosse, e o apousemtasse em lixboa hu tinha suas casas e assemtamento. Sua door nom era tamanha porem, quamto foi o gram nojo que por aazo da desomrra delRei, segumdo hamaa fama que a Rainha avia, se gerava em seu coração; e foi assi que elRei ho apousemtou homrradamente em Lisboa. (CDJ (Volume I), Capítulo V, p. 11, grifo nosso).

A recorrência de nomes e adjetivos ao se referir às personagens, traça a personalidade e as caracteriza, criando uma estratégia perspicaz. Lopes cria uma perspectiva para o leitor avaliar os sujeitos presentes nos acontecimentos, de acordo com a adjetivação, o que é recorrente durante o desenrolar da narrativa. Assim, como no trecho abaixo ao se referir a D. Leonor Teles:

O Comendador ficou empantado e maravilhouse muito de tall cousa, e disse: Oo maa molher aleivosa! Comprida de toda maldade! Eu, Senhor, vos tenho em gramde merçee por vos de mim averdes gramde sanha e nõ me queredes matar, nem fazerdes outro nojo; e gradeço muito a Deos e lhe som muito theudo, por vos dar tam boom entemdimto pera vos cuidardes a verdade da guisa, que foi e nom doutro jeito. (CDJ (Volume I), Capítulo XVII, p. 39, grifo nosso).

Fernão Lopes, para manter a “neutralidade”, atribui características negativas à regente por meio de falas proferidas por um vassalo do rei morto D. Fernando, o comendador, a indignação em relação às atitudes da rainha são expressadas com as palavras “aleivosa” (traíçoeira) e “maldade”, construindo uma personalidade de uma mulher desonrada.

No contexto do Movimento de Avis, tornou-se essencial a criação das identidades das personagens, pois o processo de Lopes levou em consideração a leitura social para a concepção de uma memória oficial, e legitimada, que ressignificou através de elementos positivos e negativos a composição dos fatos e dos sujeitos sociais.

Essa estratégia é essencial para a legitimação do Mestre de Avis como monarca escolhido pelo povo, pois na narrativa sua personalidade é construída gradativamente, assim como um herói, para sua ascensão foi necessário aprender ao longo da jornada a partir de testes. Salienta-se que Lopes utiliza tanto a caracterização indireta, como demonstrado na passagem acima, como a caracterização direta das personagens, pois suas características são demonstradas através de suas atuações mediante aos fatos, como no exemplo a seguir:

E isso, Senhora, disse o Meestre, [boa cousa he] de sse falar, posto que assaz já falado fosse em ello. E sse assi he como dizem, quamto a mim parece o que já dito ei, que vos lhe devees de enviar vosso rrecado, e frontardeslhe que o nom faça; e lee homem de rrazom he, e creio que o nom fara, quando lho vos assi mandardes rrequerer.

E ponhamos, disse ella, que lho envio eu rrequerir, e elle diz que nom o pode fazer? Certamente disse o Meestre, se lho vos enviasses rrequerir, e o ell fazer nom quisesse, entom devees vos de juntar vossas gentes e embargalhe sua viinda a todo vosso poder.

A Rainha começou emtom de sorrir por modo descarnho, e disse: Oo que boa rrazom essa! E hi wra elRei meu Senhor vivo, e vos outros todos com elle, e nom ho podiees fazer, quamto mais agora que elle he morto, e toda vossa esperamça soterrada com elle. (CDJ (Volume I), Capítulo XIV, p. 32, grifo nosso).

Na cena acima é narrada uma conversa entre o Mestre de Avis e a rainha regente D. Leonor Teles, em que ele a alerta para a necessidade de reunir seus aliados para combater Castela, porém a rainha em forma de desdenho, dá uma risada alta, demonstrando a sua falta de afeição à terra, o seu descontrole emocional e sua maldade, pois estaria colocando seus interesses pessoais acima do seu povo e da sua terra. O sorriso é configurado como descompensado, e retarata o desequilíbrio.

Fernão Lopes utiliza também o termo totalizante “todos” para levar o leitor a visualizar o grande apoio ao Mestre de Avis. Destaca-se que os termos totalizantes estão associados a alguma ação do Mestre de Avis ou dos seus aliados, o que conduz o leitor a uma ideia de coesão e unidade. Ainda para aproximar o leitor, o cronista-historiador aplica a técnica cenográfica de conjugação de planos (do menor para os grandes planos), o visualismo é aplicado ao esmiuçar vários cenários conjugados em planos que se completam. Como na cena abaixo:

De cima nom minguava quem bradar que o Meestre era vivo, e o Comde Joham Fernamdez morto; mas isto nom queria nehuñ crer, dizendo: Pois se vivo he, mostraenollo e veelloemos. Emtom os do Meestre veemdo tam grande alvoroço como este, e que cada vez se açemdia mais, disserom que fosse sua merçee de sse mostrar aaquellas gemtes, doutra guisa poderiam quebrar as portas, ou lhe poer fogo, e emtrando assi demtro per força, nom lhe poderiam depois tolher de fazer o que quissem. Ali sse mostrou ho Meestre a hũa grande janela que viinha sobre a rua omde estava Alvoroz Paez e a mais força de gemte, e disse: Amigos apacificaae vos, ca eu vivo e saão soom a Deos graças. E tamta era a torvaçam deles, e assi tinham já em creemça que o Meestre era morto, que taaes aviia hi que aperfiavõ que nom era aquelle; poreu conhecendo todos claramente, ouverom gram prazer quamdo o virom. (CDJ (Volume I), Capítulo XI, p. 26, grifo nosso).

O cronista-historiador, ao narrar os acontecimentos após a morte do conde de Andeiro, utiliza dois planos, um menor que é a janela do palácio da Rainha D. Leonor Teles, em que o Mestre de Avis aparece para acalmar a multidão que se encontrava no segundo e um plano maior, a rua. Ao conjugar os dois planos, o cronista dá dinamismo à narrativa, além de conduzir o leitor ao cenário em que ocorreram os fatos que ocasionaram o Movimento de Avis. Cita-se mais uma vez o uso recorrente de expressões totalizantes, como “todos” para a criação de uma perspectiva única, ou seja, uma memória homogênea, ordenada e coerente, assim Lopes afirma que:

E eles huña voz nom esperamdo que fallase huñ por todos, mas quantos hi erã juntos, altamente disserom, que lhes prazia de o servir e ajudar com os corpos e averes ataa morrerem todos amtelle. E o Meestre rrespomdeio estomçe, que pois eles assi deziam e o que queriam servir, que a ell prazia de tomar carrego de ser seu defemtor, e poer o corpo a qualquer aventuira por homrra do rregno e sua deffemssom delles. (CDJ (Volume I), Capítulo XVI, p. 55, grifo nosso).

A passagem acima, do Capítulo XVI, coloca mais uma vez como o Mestre de Avis em nome do bem maior, ou seja, pelo bem de “todos”, aceita mediante ao apelo de seus companheiros e do povo português defender não somente o reino, mas aqueles que clamavam por sua ajuda. Destaca-se que para isso ele não teria medo da morte ao afirmar que seu corpo estaria à disposição para qualquer aventura necessária para atingir o objetivo. Ainda para demonstrar a benevolência do Mestre de Avis, Lopes afirma que:

Cavallgou estomçe o Meestre e os Comdes com elle, e fosse logo la; e quando chegou aa Judaria, achou gram parte dos da cidade que sse juntavom quanto podiam; e todos alvoroçados pera entrarem demtro e a rroubarem. E disse estomçe o Meestre comtra eles: Que he isto, amigos? que obra he esta que querees fazer? Senhor, disserom eles, estes treedores destes judeus dom Yuda, e dom Davi Negroque soom da parte da rainha, tem grandes tesouros escondidos, e queremos lhos tomar e dallos a vos que queremos por nosso senhor (CDJ (Volume I), Capítulo XIV, p. 34, grifo nosso).

Acima temos mais um exemplo da utilização de expressões totalizantes, criando uma ideia de uma identidade homogênea. No referido contexto, o Mestre de Avis interfere a favor dos judeus. Pois, o ato de invadir e roubar, mesmo que seja de judeus não condizia com as práticas cristãs. Lopes utiliza a ação do futuro monarca de Portugal para demonstrar que ele era um homem justo, essa é uma das características que o legitimaria segundo a ótica lopesiana para defender o reino, e posteriormente se tornar rei. A trajetória é edificante, por isso, aos poucos, tal como um herói, são construídos os símbolos que dão significado e significante à unidade discursiva retratada pelo cronista-historiador.

Apesar de não explorar as divergências entre cristãos e judeus, Lopes demonstra por meio do trecho acima que a animosidade continua fazendo parte do contexto de Portugal. Na busca por especificar os pormenores das ações que influenciaram a Crise de 1383-1385 em Portugal, Lopes também emprega advérbios de modo e de lugar, como no trecho abaixo:

Que comsselho he esse? Disse ho Meestre, e se for boom prazermehia muito.
 Senhor, disse Alvaro Paez, fazee por esta guisa: Daae aquello que vosso nom he, e prmetee o que nom teemdes, e perdoaae a quem vos nom errou, e seervos há mui grande ajuda pera tall negoçionem qual sooes posto.
 O Meestre disse que lhe parecia mui bem e fezeo assi; ca dava os beees em todollos logares que por ell tinham voz, das pessoas que andavom com a Rainha, ou que sse hiam pera elRei de Castella. (CDJ (Volume I), Capítulo XXVIII, p. 56, grifo nosso).

Por meio de um conselho, o Mestre de Avis é convencido a negociar para o bem do reino tanto com aqueles que eram a favor de Castela, quanto aqueles que apoiaram a Rainha D. Leonor Teles. Na cena o advérbio de modo, demonstra a concordância e a humildade do Mestre de Avis ao aceitar um conselho. Além disso, também é utilizado o termo totalizante “*todollos logares*”, para evidenciar a intenção de unificar o reino, mesmo com aqueles que não os apoiavam.

Lopes, para criar uma memória ordenada e coerente com seus objetivos e da dinastia de Avis, planifica e estrutura rigorosamente os capítulos, pois cada um tem uma temática em que os fatos são sequenciados e cadenciados, o que lhe possibilita detalhar os pormenores por meio do visualismo e do dinamismo.

Portanto, no desenrolar da narrativa, Fernão Lopes busca sempre demonstrar imparcialidade, ao enfatizar que evitou deixar-se influenciar pelo afeto à terra, e pelos que o encarregaram de escrever as crônicas, assim o cronista-historiador afirma em diversas passagens que sua tessitura narrativa é fiel à realidade, logo é verdadeira. No conjunto narrativo lopesiano a junção de objetividade e de subjetividade, lhe possibilitou aliar atores

individuais, e coletivos como o povo (“arraia miúda”), o que demonstra a preocupação do autor em forjar uma identidade coletiva.

Neste capítulo analisaram-se alguns aspectos do discurso lopesiano na *Crónica de D. João I*, como o dinamismo, o visualismo, o coloquialismo, dentre outros. Para dar continuidade à compreensão discursiva da crônica, no próximo capítulo serão comparadas as constituições das configurações matrimoniais de acordo com a óptica de Fernão Lopes.

CAPÍTULO 2 – A HONRA E A DESONRA DOS MATRIMÔNIOS RÉGIOS NA CRÓNICA DE D. JOÃO I

Neste capítulo realiza-se uma comparação dos matrimônios de duas distintas famílias dinásticas: D. Fernando e D. Leonor Teles (dinastia de Borgonha), e D. João I e D. Filipa de Lencastre (dinastia de Avis), com o objetivo de compreender a constituição matrimonial idealizada por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*, e também os papéis femininos e masculinos atribuídos a homens e mulheres que pertenciam à monarquia, ou seja, os reis e as rainhas.

A constituição matrimonial da monarquia servia como importante modelo social. As famílias monárquicas eram um exemplo para seus súditos, assim o homem como esposo, e a mulher como esposa, deveriam servir como arquétipo para seus vassalos. Logo, havia um perfil ideal para os cônjuges que eram utilizados para a manutenção da ordem social estabelecida segundo os parâmetros da Igreja. Em busca de validação, Fernão Lopes utiliza os padrões sociais, pois

A forma e as condições em que D. João I ganha o poder, em meio a uma situação de divisões internas e em luta contra a vizinha Castela, induz a busca por uma legitimação que se afigura no plano prático (como com a vitória militar em Aljubarrota em 1385 e a garantia da dinastia pelo casamento em 1387 com D. Filipa de Lencastre, para aliança e geração de descendência) e do poder simbólico (através da construção de uma sólida base teórica de sustentação monárquica para o rei e seus herdeiros) (TREVISAN, 2016, p. 112).

Para a dinastia de Avis tornou-se necessária a busca pela legitimação tanto no plano simbólico, ao utilizar as narrativas cronísticas para gerar signos legitimadores, como no plano prático ao efetivar a aliança com a Inglaterra por meio do matrimônio com D. Filipa de Lencastre ou vencendo as batalhas contra Castela. No discurso lopesiano existe um imbricamento entre o simbólico e a prática, o que formula um discurso edificante atravessado pela moral cristã.

A garantia da dinastia permanecer no poder é perpassada segundo o discurso avisino pela linhagem de D. Filipa de Lencastre. A nobreza da mulher iria garantir uma descendência sólida. Portanto, a sua representação sustenta o poder simbólico da dinastia de Avis no poder régio.

Fernão Lopes, em relação ao matrimônio, constitui um modelo negativo e positivo, baseado nos ideais cristãos, representados respectivamente por D. Fernando e D.

Leonor Teles, e D. João I e D. Filipa de Lencastre. Ao construir dois extremos matrimoniais, o cronista-historiador utilizou aspectos culturais para legitimar o poder político avisino, pois por meio das personagens exemplifica aos leitores os modelos sociais ideais de rei e rainha.

A formatação das relações conjugais elaboradas por Fernão Lopes corrobora com os aspectos culturalmente construídos em Portugal, não somente em relação aos papéis do feminino e do masculino dentro da união conjugal, mas também para legitimar o poder dinástico avisino, pois “a diferença dos sexos e as relações que eles mantêm intervêm no jogo social, de que eles são criação e efeito ao mesmo tempo que motor” (KLAPICH-ZUBER, 1990, p. 11).

Destaca-se que ao longo da História o casamento foi moldado de acordo com os interesses de cada sociedade. No Medievo, com objetivo de controlar as ações de homens e de mulheres, a Igreja transforma a união matrimonial no sétimo sacramento clerical, tornando-a sagrada e indissolúvel, e que tem como objetivo principal dar origem à uma família. Pois, “O casamento, garantia da ordem social, subordinada a mulher ao robusto poder masculino. Completamente submissa, prosternada, dócil, a esposa torna-se o “ornamento” de seu amo” (DUBY, 2001, p. 39). No Medievo a união matrimonial, principalmente, àqueles que pertenciam à nobreza, constituiu-se como um instrumento que construía laços entre famílias para a manutenção do *status quo*.

Apesar da imposição social e familiar para a constituição da união matrimonial, a Igreja no discurso determinava que os nubentes deveriam concordar e aceitar o casamento, porém na prática o acordo era realizado entre cavaleiros, o que colocava a vontade dos corpos femininos subordinada ao desejo dos corpos masculinos (KLAPISCH-ZUBER, 1990).

Além disso, o vínculo somente poderia ser estabelecido entre homens e mulheres para a formação de uma família. Assim como o matrimônio mudou, a constituição familiar também. Destaca-se que o ponto de convergência do matrimônio que continua ao longo da História é o objetivo: formar/constituir família.

O matrimônio é uma instituição mista, sendo ao mesmo tempo pública e privada. E as simbologias presentes no rito são constituídas de ações públicas e socialmente construídas para legitimar e embasar os papéis próprios dos sujeitos que a compõem; de acordo com a espacialidade e a temporalidade, os corpos dos homens e os corpos das mulheres são significados para atender à demanda social do grupo ao qual pertencem. Assim, a união matrimonial legitima espaços e dominação entre os sujeitos. Em relação aos papéis masculinos e femininos:

Nascer homem ou mulher não é, em nenhuma sociedade, um dado biológico neutro, uma simples qualificação “natural” que permaneça como que inerte. Pelo contrário, este dado é trabalhado pela sociedade: as mulheres constituem um grupo social distinto, cujo caráter – lembra-nos Joan Kelly -, invisível aos olhos da história tradicional, não depende da “natureza” feminina. Aquilo que se convencionou chamar “gênero” é o produto de uma reelaboração cultural que a sociedade opera sobre essa pretensa natureza: ela define, considera – ou desconsidera -, representa-se, controla os sexos biologicamente qualificados e atribui-lhes papéis determinados. Assim, qualquer sociedade define culturalmente o gênero e suporta em contrapartida um efeito sexual. Repetimos o que muito bem disse uma antropóloga americana: “O gênero é uma divisão dos sexos socialmente imposta [...], um produto das relações sociais de sexualidade” que “transforma machos e fêmeas em “homens” e em “mulheres”. (KLAPISCH-ZUBER, 1990, p. 11).

Macho e fêmea são um determinante biológico inerente às espécies, que são elaborados e reelaborados de acordo com os parâmetros sociais. Cada sociedade estabelece culturalmente uma divisão entre os sexos produzida por meio das relações sociais sobre os corpos, aos quais estabelecem e impõem os papéis próprios das mulheres e dos homens.

As sociedades utilizam o determinante biológico para estabelecer relações de poder que são estabelecidas por meio de signos ideológicos que compõem a sociedade à qual se pertence. Assim, o lugar social é determinado pelos discursos sociais que atravessam os corpos em suas espacialidades e temporalidades. Destaca-se que esses papéis não são estabelecidos por características inatas, mas sim por um sistema ideológico estabelecido por signos:

O que é moldado pela sociedade também molda, por sua vez: é a autorregulação do indivíduo em relação aos outros que estabelece limites à autorregulação destes. Dito em poucas palavras, o indivíduo é ao mesmo tempo, moeda de matriz. Uma pessoa pode ter mais funções de matriz do que outra, mas é sempre também uma moeda (ELIAS, 1994, p. 52).

O indivíduo é constituído pela e para a sociedade à qual pertence, sendo um produto moldado pela coletividade, e ao mesmo tempo um arquétipo para o seu corpo social. Os sujeitos são transmutáveis e se transmutam em um jogo de variadas representações que só possuem sentido em determinada espacialidade e temporalidade.

Assim, corpos femininos e masculinos são significados e ganham representações específicas no contexto social em que estão inseridos, pois cada sujeito só pode ser entendido se for levada em consideração a sua vida em comum com os outros. Logo, as estruturas e configurações do controle comportamental de um indivíduo dependem da estrutura das relações entre os indivíduos” (ELIAS, 1994, p. 56).

Segundo Duby (2001), no Medievo o casamento configura-se como uma relação de vassalagem, em que a esposa possui deveres semelhantes aos do vassalo com seu senhor,

como a lealdade, evitando a mentira, em troca, a mulher recebe proteção e assistência. O matrimônio seria a melhor defesa para o corpo social, por isso, a Igreja o estabelece como sendo o sétimo sacramento. Apesar de a união conjugal ser carnal, ela seria necessária em virtude da procriação, o que justifica os prazeres da união sexual dentro do matrimônio:

O casamento na Idade Média era um negócio entre os homens, um negócio entre linhagens que resultava numa série de consequências, que eram maiores quanto mais altas fossem essas linhagens. Não é surpreendente o fato de nas cortes de Coimbra de 1385, quando D. João, o Mestre de Avis, foi eleito rei de Portugal, os povos tivessem proposto que casamentos régios passassem a ser matéria do Parlamento. As relações entre casamento e política, de grande relevância na primeira fase da dinastia de Avis (COSER, 2008, p. 93).

Na Idade Média a instituição matrimonial é de suma importância no âmbito político para a constituição de alianças, por isso, Lopes estrategicamente constrói uma dicotomia representada por casais monárquicos distintos, com objetivo de legitimar o lugar social alcançando pelo Mestre de Avis, que por meio de um golpe de Estado torna-se rei de Portugal.

Destaca-se que a Igreja, depois do século XII, começa a levar em consideração as mulheres, direcionando os discursos de maneira a conduzir as ações femininas ao caminho “correto”. Assim como a instituição cristã vai se fortalecendo durante o Medievo, a instituição matrimonial torna-se cada vez mais firme, e é dada para o homem a incumbência de conduzir e monitorar as ações femininas para que suas esposas alcançassem a salvação por meio de seus atos, que eram vigiados. Pois,

A obrigação primordial da mulher casada era amar o marido. A fidelidade conjugal seria uma característica essencial e indispensável à mulher casada, pois constituía a garantia da legitimidade da descendência. Desta forma, a fidelidade é associada como uma virtude particularmente feminina, pois apesar de desejável no homem, não implica em consequências tão desastrosas quanto para a mulher (TREVISAN, 2016, p. 166).

Controlar o corpo feminino torna-se necessário para a manutenção do *status quo*, já que as mulheres deveriam manter-se fiéis aos seus maridos para garantirem uma legítima descendência. Portanto, a principal virtude de uma mulher casada era ser fiel, evitando o adultério e a luxúria.

Nesse contexto, as mulheres nobres tinham a incumbência de repassar valores espirituais para as súditas. Elas deveriam ser humildes, desprezarem os valores do mundo, religiosas e evitar a luxúria (permanecer casta de corpo até o casamento). A esposa exemplar

deveria não somente amar, servir e aconselhar seu marido, como também manter-se no âmbito privado.

2.1 A Dinastia de Borgonha: o Casamento “Desonrado” de D. Leonor Teles e D. Fernando

D. Fernando (1367-1383) pertencia à dinastia de Borgonha, sendo o filho mais velho de D. Pedro I (1357-1367), com a sua primeira esposa D. Constança Manuel (1339-1345). O rei nasceu em 1345 e morreu em 1383. Possuía dois codinomes "o Formoso", lhe foi atribuído por sua beleza, e o "Inconstante", que teria sido por suas incertezas na política e na vida pessoal. Reinou em Portugal de 1367 até sua morte (1383), sendo o último soberano da Casa de Borgonha.

O monarca D. Fernando era um homem comprometido com D. Leonor de Castela, mas antes que o matrimônio pudesse ser concretizado, o rei teria se apaixonado por D. Leonor Teles, esposa de um dos seus vassallos. Após a rápida anulação do primeiro casamento, o soberano casou-se com ela publicamente, em 1372.

A esposa de D. Fernando, D. Leonor Teles nasceu em Portugal em 1350, e faleceu em 1405, aos 55 anos de idade. Tornou-se rainha entre 1372-1383 e regente pelo *Tratado de Salvaterra de Magos* de em 1383. Contraiu matrimônio duas vezes, sendo a primeiro, com João Lourenço da Cunha com quem teve um filho, chamado de Álvaro da Cunha; o segundo com D. Fernando, rei de Portugal; dessa união nasceu D. Beatriz.

Em relação à trajetória de D. Leonor Teles, sabe-se que ela nasceu numa das mais antigas províncias portuguesas, a de Trás-os-Montes, em 1350. Descendia por parte de pai de Fruela II, rei de Leão e Galiza, e por parte de mãe, de D. Sancho I (uma de suas avós era filha bastarda do segundo rei de Portugal). Aos 22 anos, casou-se com o senhor de Pombeiro, com quem tivera o primeiro filho, quando conheceu o rei D. Fernando. Obteve, então, a anulação de seu casamento para unir-se ao rei português em Leça do Bailio, em 1372, após um suposto casamento clandestino em Lisboa. No ano seguinte, nasceu a filha Beatriz (COSER, 2011, p. 12).

A narrativa escrita acerca de D. Fernando por Fernão Lopes abarca principalmente o período em que ele reinou (1367-1383). A *Crónica de D. Fernando* termina com o início da regência de Leonor Teles, e é a partir desse período que começa a cronística histórica sobre D. João I, retratando o Movimento de Avis, como uma revolta popular no reino luso. No que concerne ao governo ferdinando:

As primeiras querelas sociais haviam já começado quando D. Fernando casara com Leonor Teles (1372). Prosseguiram durante todo o reinado, acirradas pelo descontentamento que a política bélica provocava de norte ao sul do País. Houve “uniões” (isto é, grupos unidos no combate) e levantamentos em Valença, Guimarães, Montemor-o-Velho, Leiria, Alenquer, Abrantes, Tomar, Santarém, Lisboa, Sousel e Portel, se não algures. Na falta de herdeiro masculino, a sucessão de D. Fernando passou para a sua única filha legítima D. Beatriz, que ele casara com D. João I, rei de Castela, depois de sua terceira derrota. As cláusulas do matrimônio confiavam a regência e o governo do reino à rainha-mãe Leonor Teles, até filho nascer a Beatriz. Quaisquer que fossem as circunstâncias, os dois reinos deveriam viver permanentemente separados. Manobras políticas e ambições pessoais impediram qualquer solução pacífica. D. João I de Castela decidiu invadir Portugal e tomar conta do poder. A este passo violento moveu-se, porventura, a crescente oposição ao governo de Leonor Teles e do seu amante, o conde João Fernandes de Andeiro, um nobre galego (OLIVEIRA MARQUES, 1996, p. 116).

D. Fernando reinou de 1367 a 1383, filho mais velho de D. Pedro I, foi o último monarca da dinastia de Borgonha. Durante o seu reinado houve aumento do descontentamento com o poder monárquico, que se acirrou após a sua morte, pois pelo *Tratado de Salvaterra de Magos*³, o primogênito do casamento de D. Beatriz com D. Juan I de Castela, seria o rei de Portugal, ao completar 14 anos; o problema é que o casal ainda não possuía herdeiros.

O herdeiro do casamento de D. Beatriz com D. Juan I de Castela era uma possibilidade que não ocorreria em 1383, pois a infanta tinha apenas 10 anos de idade quando contraiu matrimônio. Assim, pelo Tratado de Salvaterra de Magos havia apenas duas possibilidades imediatas após a morte do rei D. Fernando: a regência seria exercida pela viúva D. Leonor Teles, ou o rei castelhano juntamente com a infanta portuguesa tornariam-se rei e rainha de Portugal.

O acordo entre os reinos determinava que enquanto D. Beatriz não tivesse um herdeiro, D. Leonor Teles assumiria a regência do reino português. Porém, pela linha de sucessão tradicional, a filha de D. Fernando e seu esposo, D. João I de Castela, teriam direito de governar Portugal, se a rainha abdicasse do seu direito político. Essa possibilidade era repelida pela "arraia miúda", pelos comerciantes e pelos nobres secundogênitos. Assim,

após várias hesitações que reflectem a inconstância de D. Fernando em política internacional, D. Beatriz casa com D. João de Castela, por contrato de abril de 1383. O Tratado foi jurado, ao corpo de Deus consagrado, pelos principais prelados e nobres do reino. Do mesmo modo, foi jurado em Badajoz, em 21 e 22 de Maio, pelos fidalgos castelhanos e portugueses, entre os quais o Mestre de Avis. Também os procuradores juraram o Tratado, nas cortes de Agosto, em Santarém. As implicações deste Tratado na sucessão ao trono de Portugal são sobejamente conhecidas. Resumidamente, diremos que o Tratado estipulava que, caso D. Fernando morresse, lhe sucederia o seu filho varão legítimo, se tal houvesse. D. Fernando morre a 2 de Outubro de 1383 sem deixar filho varão. Logo, eram as outras hipóteses previstas no Tratado que seriam levadas em conta: a herança

³ Acordo entre as coroas de Castela e Portugal, que estabeleceu as regras sucessórias nos dois reinos.

caberia a D. Beatriz e a seu marido, que passaria a intitular-se Rei de Portugal como marido da dita infante. Unicamente no caso de não haver filhos desse matrimónio à data da morte de D. Beatriz, é que D. João seria Rei de Portugal, reservando-se, contudo, a autonomia do reino, com Cortes, moedas e funcionários próprios. Isto porque a coroa de seus reinos enquanto puder que se não haja de juntar nem misturar com a coroa dos reinos de Castela. Havendo filhos do matrimónio, o mais velho seria Rei de Portugal, e até aos 14 anos a regência estava confiada a D. Leonor Teles (VENTURA, 1992, p. 10).

Ventura (1992) assinala que pelo *Tratado de Salvaterra de Magos*, D. João I de Castela estava correto ao requer o reino de Portugal para a sua esposa D. Beatriz, porém para os “verdadeiros portugueses” era inaceitável que um rei estrangeiro os governasse. Importante ressaltar que a morte de D. Fernando desencadeou uma crise dinástica sucessória, que foi produto das tensões que ocorreram durante o seu reinado. Esses conflitos possibilitaram uma mudança dinástica em que o Mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro e meio-irmão de D. Fernando, fosse coroado rei de Portugal em 1385.

Diversos fatores contribuíram para a mudança dinástica em Portugal, como os conflitos internos durante o reinado de D. Fernando, que eram semelhantes àqueles que ocorriam em boa parte da Europa Ocidental. O rei cada vez mais tomava medidas para centralizar o poder, para isso o monarca realizou diversas ações através de diversificados instrumentos, com o objetivo de diminuir o poder local dos senhores da nobreza, e concentrar os poderes nas mãos do rei. A respeito do poder monárquico luso, ressalta-se que

de início, podemos dizer, dentro do quadro geral europeu, a realeza portuguesa dos finais da Idade Média, não se diferenciou das demais monarquias emergentes. A concentração de poderes nas mãos do rei, ainda que de forma desigual, foi uma realidade em todo o continente. No plano da visão de mundo, continuou como topo de uma sociedade hierarquizada. O que se processou neste sentido, e de forma mais acentuada em relação aos séculos anteriores, foi um deslocamento dos domínios a partir dos quais a sociedade procurou hierarquizar-se. E tal reenquadramento processou-se através de uma releitura dos antigos valores da sociedade feudal (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 18).

A colisão entre poderes em Portugal acarretou conflitos entre os senhores nobres tradicionais e aqueles que desejavam fazer parte das decisões políticas. Esse confronto intensificou-se com as mudanças econômicas, sociais e políticas que ocorreram no final da Idade Média, que acabaram por complexificar as relações sociais. O Movimento de Avis é o resultado dessas tensões político-sociais em que os senhores nobres buscavam manter seu prestígio e poder, enquanto o poder régio queria ampliar o seu domínio da sociedade.

Na *Crónica de D. João I*, D. Fernando é mencionado nos capítulos iniciais. O rei é citado principalmente quando o cronista-historiador escreve sobre D. Leonor Teles. Mesmo

sendo referido poucas vezes, o último rei da dinastia de Borgonha é caracterizado como um homem inconstante por Lopes.

A *Crónica de D. João I* começa narrando o período em que Leonor Teles se tornou regente de Portugal (1383-1384). Na narrativa é atribuída "[...] a desonesta fama da Rainha com elle, falavasse esto largamente amtre alguÿs senhores do rregno" (CDJ I, Capítulo II, p. 6). Ao utilizar o termo "desonesta fama" Lopes caracteriza a soberana como uma mulher desleal, mas na frase em seguida enfatiza que essa fama não é atribuída por ele, mas sim pelos senhores do reino, fiéis ao soberano morto. Esses homens teriam conhecimento acerca das atitudes desonradas da regente, e comentavam entre eles. Lopes conduz os leitores a acreditarem em uma "verdade" que não possuía comprovação, mas que justificava as atitudes do Mestre de Avis ao tomar o poder político legítimo de Leonor Teles.

O cronista-historiador afirma a desonestidade da rainha, mas atribuí o juízo de valor aos vassallos do rei, com isso ele estaria mantendo a "neutralidade" de um bom "estoriador", o que leva os leitores a considerar a afirmativa como uma verdade inquestionável. Esse jogo de palavras do autor tem como objetivo deslegitimar a regência da monarca, lhe atribuindo palavras como "desonra" e "desonestidade". Em relação à trajetória da soberana no relato, Coser afirma que:

Na Crônica de D. João I, Volume I, identificamos também cinco segmentos distintos na trajetória de Leonor Teles. O primeiro (cap. I a XI) é caracterizado pelas negociações de Leonor, como regente, com os concelhos, até a morte do conde. O segundo (cap. XII a LXI) é o momento em que Leonor luta sozinha contra o Mestre de Avis. No terceiro (cap. LXII a LXXXII), Leonor pede ajuda ao rei de Castela e acaba como sua prisioneira. No quarto (cap. LXXXIII a CLXXXIII), Leonor luta, no cativeiro, contra D. João de Castela e o Mestre de Avis simultaneamente. O quinto e último segmento, composto de apenas um capítulo (CLXXXIV), consiste na fala de João das Regras nas cortes, justificando a ilegitimidade de Beatriz pela conduta de sua mãe (última menção a Leonor Teles na crônica). [...] Leonor só é citada em sete capítulos (I, IV, XXXIII, LX, LXI, LXIX e CXLIV) (COSER, 2011, p. 10).

São poucos os capítulos em que Leonor Teles é citada na *Crónica de D. João I*, assim como seu esposo. Porém é possível traçar a caracterização negativa do rei e da rainha por Fernão Lopes. O casal monárquico é construído como contramodelo para os membros da corte portuguesa. Essa estratégia discursiva tinha como finalidade glorificar D. João I e seus sucessores, evitando o questionamento por parte dos súditos sobre a legitimidade do exercício do poder monárquico.

Os estudos historiográficos norteados pelas crônicas de Fernão Lopes apontam que o que teria mais prejudicado a governança fernandina foram os atos tomados pelo soberano após o seu casamento com a rainha, pois sua esposa influenciaria nas questões

políticas. Isso era inconcebível, como o homem, chefe do reino e da sua família, não deveria ser conduzido pelas emoções, mas pela razão (característica atribuída ao corpo masculino). As suas ações eram condicionadas pelos desejos da sua mulher, segundo Lopes, tornando-o fraco.

Além disso, a rainha não cumpria a sua obrigação como esposa, já que "o marido é, por definição, a figura central do universo da mulher casada" (VECCHIO, 1990, p. 149). De acordo com a moral cristã, a principal obrigação da mulher como consorte seria amar o marido, sendo uma boa companheira. O amor conjugal não é o mesmo que o amor carnal. Este último é alimentado pela luxúria, que conduziria ao adultério, ação atribuída à D. Leonor Teles, retratada como adúltera por Lopes.

D. Leonor Teles negou o seu lugar social ao requerer a palavra nos assuntos políticos, desviando-se da função social determinada para as mulheres em seu contexto social, pois o espaço público era reservado ao masculino. Para as mulheres, o ambiente privado era o local ideal segundo os padrões de gênero desde Antiguidade até a Contemporaneidade.

Fernão Lopes deslegitima a família formada por D. Fernando com D. Leonor Teles, ao afirmar que o monarca foi desonrado por sua esposa, por conta do adultério cometido pela sua consorte com seu vassalo, o conde de Andeiro; tal fato é o fio condutor da narrativa para inserir o Mestre de Avis na cronística histórica. Pois como meio-irmão do rei morto, ele deveria restabelecer a honra da família, matando o conde. Fernão Lopes retrata na *Crónica de D. João I* que os vassallos fiéis ao soberano traído não aceitavam aquela situação desonrosa, dentre eles o próprio irmão da rainha, o conde de Barcelos:

Pero foi assi que o comde dom Joham Afonso, irmão da Rainha, quamdo veo de Castella que foi alla preso na de Saltes, e chegou a Lixboa, achamdo a fama de sua irmaã, muito peor do que a leixara com este Comde que dissemos, ouve dello grã queixume, e determinou de o matar. E fallou esta cousa com alguũs dos melhores que na cidade avia, assi como com AffonsEanes Nogueira, e outros que eram todos seus vassallos (CDJ I, (Volume I), Capítulo I, p. 5, grifo nosso).

Nessa passagem, Lopes utiliza de novo a palavra “fama”, e ao caracterizá-la emprega o vocábulo “pior”, enfatizando que as atitudes da rainha eram ruins, porém ele não especifica nesse trecho que ações desonestas a monarca teria supostamente praticado. Para legitimar a sua afirmação ele atrela as palavras “irmão da Rainha”, utilizando os laços familiares da regente para reverberar a sua afirmativa. Além disso, o cronista-historiador emprega o termo “melhores” com o objetivo de ressaltar que ao lado do conde de Barcelos estariam os homens bons da cidade de Lisboa, logo seria o lado correto a se escolher.

O irmão de D. Leonor Teles era estimado e estimava D. Fernando, ao contrário da rainha, a qual não teria grande apreço pelo seu próprio irmão, o que demonstraria a falta de fidelidade dela com os laços familiares. O conde de Barcelos, por amar seu rei, não se conformava com a desonra causada pelo adultério cometido por sua irmã. Convencido de que a relação extraconjugal da soberana só teria fim com a morte do conde de Andeiro, o irmão da regente planejou várias vezes o assassinato do conde juntamente com seus companheiros.

Em vista da ineficácia para restabelecer a honra dos súditos fiéis a D. Fernando, também é citado quando os seus vassallos tentam matar o conde, ou convencer o seu meio-irmão a aceitar a sua "missão" dada por Deus. Segundo Fernão Lopes "[...] *soamente por husar dhuũa homrrosa façanha, viingamdo a desomrra de seu irmaão [...]*" (CDJ I, v. I, *Capítulo. XVII, p. 38*). O cronista emprega as palavras “honrosa” e “desonra”, que são dicotômicas, e conferem ao discurso ambiguidade, mas ao mesmo tempo ele as atrela a outros termos como “façanha” e “irmão” que apontam para uma certeza, de que uma honrada ação retiraria a suposta desonra de D. Fernando, ou seja, o único que poderia restabelecer a honra da família era o Mestre de Avis ao assassinar o suposto amante de sua cunhada.

Por isso, a ênfase é dada ao suposto caso amoroso que a soberana tinha com o conde de Andeiro, como podemos verificar em um trecho do capítulo I:

Ca çerto he que husamdo o Comde per tempo, daquella gram maldade que dissemos, dormimdo com a molher de seu Senhor, de que tamtas merçees e acreçemtamento avia rreçebido, nom sohou esto assi simprezmente nas orelhas dos gramdes senhores e fidalgos, que lhe nom geerasse gramde e asinado desejo de vimgar a desomrra delRei dom Fermamdo (CDJ I, (Volume I), Capítulo I, p. 4).

Ao formular a frase “dormindo com a mulher de seu Senhor”, Lopes expõe de imediato ao leitor qual seria a ação desonrada da rainha: o adultério; já que a afirmação é realizada no Capítulo 1. Por meio desta afirmativa ele provoca e impacta o leitor, e também o leva a ter curiosidade acerca dos fatos narrados por ele nos demais capítulos.

A suposta deslealdade cometida pela esposa de D. Fernando configura-se como uma quebra dos laços de vassalagem, colocando Leonor Teles em segundo plano, pois a disputa é entre homens e para os homens. Lopes retira o protagonismo dela para demonstrar que o espaço público ocupado pela monarca não lhe pertencia, ele a reduz a uma peça pequena e insignificante que não se encaixa, pois, seu corpo deveria estar ocupando o espaço privado; com isso, ele enaltece e valida o lugar social do corpo masculino: o espaço público. O cronista-historiador também utiliza a palavra “orelhas” que é associada aos sentidos, e a hipérbole, ao empregar duas vezes a palavra “grandes”.

O cronista-historiador emprega o termo “grande” (adjetivo), relacionando-o àqueles que apoiavam a reparação da desonra do rei morto, demonstrando que os homens importantes da cidade de Lisboa estavam ao lado do Mestre de Avis, e desejavam a vingança, que seria obtida apenas quando o conde de Andeiro fosse morto. Assim, ele dá ênfase às suas ideias que levam o leitor a deslegitimar a rainha regente pelo seu suposto adultério.

Fernão Lopes presume uma suposta relação extraconjugal entre a rainha e o vassalo do rei, mas para manter a sua neutralidade, elemento que ele mesmo defende como essencial para o trabalho do “*estoriador*”, ele indaga o leitor, se isentando de juízo de valores.

O capítulo I estabelece que o principal motivo que teria levado o Mestre de Avis a matar o conde de Andeiro era a reparação da honra de seu meio-irmão. A desonra de D. Fernando, segundo Fernão Lopes, era de conhecimento dos vassallos do rei, que eram inconformados com a ingratidão do conde de Andeiro. O discurso na *Crónica de D. João I*, determina que a desonra que Leonor Teles causou ao seu marido, mediante à traição, a desqualificaria para a regência de Portugal.

Na crônica, as supostas atitudes de D. Leonor no âmbito privado seriam um motivo incontestável para retirar da soberana a governança legítima. O descrédito de D. Fernando perante os seus vassallos afetaria a credibilidade da linhagem do rei, que seria questionada, pois a fidelidade feminina no matrimônio era uma garantia de os filhos legítimos herdarem o reino e as riquezas.

"Leonor tem voz, vontade, desejo. Seu objetivo é assenhorar-se do reino, o que não condiz com o lugar reservado às rainhas portuguesas na narrativa do cronista e no projeto de Avis como um todo" (COSER, 2011, p. 20). O espaço de circulação feminina era restrito ao âmbito privado. As mulheres eram excluídas de qualquer atividade no âmbito público, e ao se exporem fora de suas residências deveriam ser acompanhadas e direcionadas por um corpo masculino.

D. Leonor Teles, ao trair seu esposo, estaria cometendo o pior pecado de todos. Segundo Duby (2001), os homens da Igreja durante o período medieval apontavam que a mulher por sua natureza teria três vícios maiores. O primeiro era a prática da feitiçaria, que a desviava do curso "natural" das coisas ao utilizar por exemplo maquiagens, falseando a aparência corporal.

O segundo pecado era ser hostil/agressiva com os maridos, tentando sempre sair da tutela masculina; e o terceiro é a luxúria, que as conduziria diretamente para o adultério, pois as mulheres teriam um fogo que as consumiria, e as arrastaria para o pecado mais execrável de todos (DUBY, 2001, p.50). Fernão Lopes baseia-se no discurso clerical, para

deslegitimar o poder da regente, atribuindo a D. Leonor Teles o pior pecado que uma mulher poderia cometer: o adultério.

No capítulo III, Fernão Lopes indaga: "[...] *se tinha elRei dello alguã sospeita?ou sabia de tall fama parte*" (CDJ I, (Volume I), Capítulo III, p. 7). Depois de explicitar no capítulo I, qual seria o motivo da fama da rainha, o cronista-historiador utiliza novamente o vocábulo “fama” para lembrar o leitor qual o motivo para a desonra da rainha Leonor Teles. Com isso ele reforça o discurso em que deslegitima a regência. Essas associações acabam por corroborar com o enunciado do capítulo I, em que o cronista insinua que a regente cometeria adultério. Além disso, ele indaga diretamente aos leitores, criando uma relação de proximidade.

Os questionamentos em relação à honra da rainha direcionam o leitor sobre o que saberia D. Fernando acerca da “má fama” da monarca com o conde de Andeiro. E logo em seguida, o cronista responde que "*Certo he que amtre as comdições que do amor escprevem, os que delle compridamente fallarom e forom criados em sua corte, assi he que por muitouer encobrir queira o que ama*" (CDJ I, (Volume I), Capítulo III, p. 7). Ao empregar os termos “encobrir” e “ama”, o cronista-historiador deixa de lado a insinuação, e respalda a suposta cegueira do rei D. Fernando, embasado em seu amor pela rainha, de forma direta ele afirma a culpa nos sentimentos do monarca que foram alimentados por leituras acerca do amor. Ele justifica o que seria uma falha para o corpo masculino, deixar-se levar pelos sentimentos, e minimiza a culpa do soberano pelos problemas do reino. O amor o teria desviado da sua missão de governar.

O soberano seria um homem influenciado pela corte literária que o cercava e que pregava o amor sem medidas pela sua amada. Isto o fez ficar “cego de amores”, o que o impedia de perceber a "maldade" que existia nas ações de D. Leonor Teles.

Coser (2011) aponta que na *Crónica de D. Fernando*, o cronista classifica a relação entre a soberana e o conde como suspeita. Porém na *Crónica de D. João I*, ele afirma que existia uma relação amorosa. A escolha por afirmar essa "verdade" determinada por Fernão Lopes não pode ser ignorada, já que desqualificaria a regente para a governança de Portugal.

"[...] *que per alguãs signaaes e fallas e outros demostradores geitos*" (CDJ I, (Volume I), Capítulo III, p. 7). O autor utiliza palavras que remetem aos sentidos “sinais” (visão) e “falas” (audição) para referendar o seu discurso de que “alguns” gestos e ações de D. Leonor Teles eram tão desmedidos, que até mesmo o rei, que seria "cego de amor" pela rainha, começou a perceber os seus atos "desmedidos" em relação ao conde de Andeiro, e

acabou confirmando aquilo que muitos já sabiam no reino. Ao solucionar a sua dúvida, D. Fernando teria chamado seu escrivão da mais alta confiança para mandar uma correspondência ao seu meio-irmão, o Mestre de Avis. Sobre isso a crônica afirma que:

Mamdou ao seu escrivam da Poridade que fizesse huũa carta pera o Mestre dAvis seu irmão, em que lhe mandava e emcomendava que vista aquella carta, tevesse geito de matar o Conde Joham Fernamdez, nõ dizemdo porem a rrazom por que; e per ella mandadava a Gonçallo Meendez de Vasnçoncellos, Alcaide Mor de Coimbra, que ordenasse de guisa que o Meestre seu irmão fosse rreçebido na cidade (CDJ I, (Volume I), Capítulo III, p. 8, grifos nosso).

Nesse trecho do capítulo III, o cronista-historiador utiliza a palavra “irmão” duas vezes, e logo em seguida a associa ao “Mestre de Avis”, reforçando o laço familiar e sanguíneo do futuro rei D. João I com seu meio-irmão morto. Mesmo não legitimando o poder avisino em laços sanguíneos, Lopes lembra ao leitor a “origem” nobre de D. João I, ao atrelar diretamente os vocábulos “irmão” e “Mestre de Avis” em uma mesma frase; com isso, ele dissiparia as dúvidas acerca do lugar de poder ocupado pela dinastia avisina. Essa busca por legitimidade por meio do sangue é uma contradição dentro do discurso lopesiano, já que, em vários enunciados da crônica, D. João I teria conseguido ser monarca por suas características como: humildade, abnegado, honrado e fiel.

Fernão Lopes, desde o começo da *Crónica de D. João I*, evidencia certos "indícios" atribuídos principalmente à intervenção divina que corroboram a predestinação do Mestre de Avis para ser rei, como por exemplo, esse em que o escrivão de seu meio-irmão vislumbrava a possibilidade de o bastardo tornar-se rei.

Mediante os argumentos do seu funcionário de confiança, o soberano desiste de mandar a correspondência. O que demonstra a "inconstância" de D. Fernando, que é persuadido a abandonar a ideia de restabelecer a sua honra antes de morrer. O monarca é caracterizado como um homem fraco, pois nem mesmo consegue colocar em prática seu plano para restabelecer a sua honra. Esses vícios do soberano o colocam em contraponto ao seu meio-irmão o Mestre de Avis; este, mesmo não querendo cometer o assassinato, realiza a sua missão, demonstrando suas virtudes, dentre elas a coragem. Em relação à desonra do rei a Crônica diz que:

Natureza que força os homees husar das comdições que com elles naçerom, costramgeo tanto esto Alvoroz Paez de guisa que nom perdemdo rramcor e hodio na desomrra que a elRei seu Senhor fora feita, nenhuũa cousa emtõ mais desejava que veer o Comde Joham Fernamdez morto, pois que o nam fora em vida delRei dom Fernando (CDJ I, (Volume I), cap. V, p. 12, grifos nossos).

Fernão Lopes utiliza a palavra “tanto”, advérbio de intensidade, conferindo dramaticidade e dinamismo à cena. Para intensificar a ação, ele a relaciona ao sentimento de constrangimento. O cronista-historiador liga palavras para reforçar e dar credibilidade ao seu discurso, empregando novamente o termo “desonra”, que é associado ao matrimônio de D. Fernando e D. Leonor Teles; ao utilizar o mesmo vocábulo em várias passagens da narrativa, empregando a estratégia da repetição de uma ideia para conduzir o leitor a acreditar na “verdade” narrada por ele.

Além disso, ele expressa os sentimentos da personagem Álvaro Paz como “rancor”, “ódio”, “desejo”, o que desperta o interesse e a empatia dos leitores para defender a causa avisina, a trama ganha nuances que geram comoção e afeição. “Ver” vocábulo ligado aos sentidos, é empregado de novo, provocando sensações nos leitores, o que gera proximidade com a trama.

Durante o Medievo as mulheres eram vistas como seres naturalmente dissimulados, por isso, eram perigosas, como Eva, que levou Adão a pecar. Todas elas teriam essa faceta: dominar e encantar os homens por meio principalmente da beleza, assim como D. Leonor Teles. A regente teria encantado D. Fernando com sua beleza, não o fazendo perceber as suas “más intenções”, através da dissimulação. Segundo Coser (2007), Fernão Lopes na *Crónica de D. Fernando*, afirma que a beleza de D. Leonor Teles teria conduzido D. Fernando a cometer o pecado da carne⁴.

Na *Crónica de D. João I*, o cronista ao se referir à beleza da soberana, diz que ela era “[...] acompanhada de *prazivell graça* [...]” (CDJ I, Capítulo XV, p. 36). Com os termos “prazível graça” Lopes denota que a rainha Leonor Teles tinha uma beleza agradável, que causava prazer, o que incide como uma contradição discursiva de seus enunciados em que são atribuídas a regente ações desagradáveis, mas ao mesmo tempo reforça o enunciado em que D. Fernando teria sido deixado enganar pela beleza da sua esposa.

Thomasset (1990) diz que o pecado feminino por excelência é a luxúria, ou seja, a busca pelo prazer que as mulheres procuravam longe de seus maridos, através de manobras, artimanhas e dissimulações. A propensão das mulheres para praticar o pecado da luxúria demonstrava a perversidade da natureza feminina, por isso era preciso vigiá-las e contê-las.

⁴ Neste ponto, a narrativa tem um novo corte e Fernão Lopes passa a relatar o acordo de casamento, que não se concretiza, entre D. Fernando e a infante de Aragão e o posterior acordo com a infante de Castela. É neste momento que D. Leonor Teles chega à casa de D. Beatriz, para visitar sua irmã D. Maria. Pela segunda vez, o cronista lembra que Leonor era casada. A beleza da esposa de João Lourenço faz o rei enamorar-se maravilhosamente e, ferido do seu amor, tem seu coração em chagas (COSER, 2009, p. 14).

Aos desejos carnavais de D. Leonor Teles, Fernão Lopes afirma que: "[...] *não há de entender aquele ardente desejo que em sua vontade continuamente mora [...]*"(CDJ I, (Volume I) Capítulo III, p.7). Para enfatizar a suposta luxúria (adultério) cometida pela rainha, Lopes emprega a palavra “ardente” e logo em seguida “desejo”, e na sequência afirma que esses eram fruto de uma vontade contínua. Esta ideia corrobora com os parâmetros cristãos que circulavam em Portugal, que atribuíam às mulheres uma vontade permanente de cometer os pecados que era incompreensível.

De acordo com a ótica dos homens da Igreja inferida por Thomasset (1990), as mulheres adúlteras eram ardentes, pervertidas e incitavam os homens a praticarem o pecado da carne. Havia também, uma outra característica atribuída ao feminino: a passividade.

A natureza feminina seria passiva, principalmente nas questões amorosas, e isso a levaria a cometer atos abomináveis, como fez D. Leonor Teles. A soberana, por estar apaixonada pelo conde Andeiro, teria ficado "cega" pela vingança contra o Mestre de Avis, que matou seu suposto amante, colocando os seus sentimentos acima das questões importantes para o reino.

Destaca-se que a passividade também foi atribuída como característica para D. Fernando, que, como já citamos, teria se deixado levar pelo amor. Fernão Lopes por meio do jogo de palavras isenta o rei morto de seus erros, porém em seus enunciados fica subentendido que houve uma troca de papéis em que Leonor Teles torna-se a chefe da família, subvertendo os papéis próprios para o corpo masculino.

Na cronística histórica a relação extraconjugal entre D. Leonor Teles e o conde de Andeiro não seria uma novidade na corte, já que as traições ocorriam antes mesmo da morte do seu esposo, e segundo o discurso lopesiano “todos” do reino sabiam da conduta duvidosa entre a rainha e o vassalo de seu esposo. As ações do Mestre de Avis para reparar a honra da família são colocadas em primeiro plano, para enaltecer a jornada dele até a eleição em que se tornou monarca de Portugal.

Fernão Lopes, questiona no Capítulo III, se o rei D. Fernando teria percebido ou foi informado sobre o caso amoroso da rainha com seu vassalo, já que tal fato era conhecido amplamente no reino português; essa ação é direcionada aos leitores, que são levados a questionar as ações do último rei da dinastia de Borgonha. Respondendo à indagação, o autor aponta que:

E por tanto elRei dom Fermamdo veemdo os muitos modos per que a Rainha mostrava *desordenada afeiçom e bem quereança ao Comde Joham Fernamdez, e o grande acreçemtamento que lhe procurava* per quallquer guisa que podia, bem

certificou em seu penssamentto seer verdade o que as gentes presumiam, posto que da pubrica voz e fama que a Rainha avia com o Comde, ell nenhuũa parte soubesse: nem era alguũ ousado de lhe tall cousa dizer, posto que sse de sua desomrra [...]"(CDJ I, (Volume I) Capítulo III, p. 8, grifo nosso).

Lopes emprega o advérbio de modo, “bem” para enfatizar o hipotético sentimento amoroso que a rainha possuía pelo conde de Andeiro. Para corroborar com essa premissa o cronista-historiador utiliza a hipérbole, ou seja, o exagero por meios das seguintes palavras: “grande”, “desordenada” e “acrescentamento”. Ele também verbaliza os pensamentos das personagens, criando uma relação estreita com os leitores.

O cronista-historiador emprega mais uma vez as expressões “desonra” e “fama” para caracterizar os atos de Leonor Teles. Ele não escreve diretamente qual seria o pecado da regente como no capítulo I, porém por meio da repetição desses vocábulo ele relembra os leitores das supostas ações libidinosas da rainha.

Segundo Coser (2011) na *Crónica de D. Fernando*, o autor aponta que as decisões do reino português eram influenciadas diretamente pela soberana. Esta muitas vezes teria tomado atitudes vingativas contra os seus desafetos, colocando os interesses da monarquia em segundo plano, assim como supostamente aconteceu durante a sua regência. Em relação à participação de Leonor Teles, aponta-se que

No ponto de vista em que se coloca, Fernão Lopes considera inteiramente justificada a insurreição de 6 de dezembro de 1383. Dona Leonor prosseguia e acabara por agravar a política administrativa dos últimos dias do reinado de D. Fernando na medida em que continuava a manter os mercadores afastados dos negócios da governança. (REBELO, 1983, p. 25).

Segundo a Crónica, após a morte do rei, Leonor Teles convocou alguns súditos da coroa portuguesa em busca de apoio contra a invasão castelhana, entre estes encontrava-se Nuno Álvares, que foi um vassalo de suma importância para a ascensão do Mestre de Avis e para a conquista do reino português através das batalhas contra Castela.

Nuno Álvares, ao saber das intenções do rei de Castela de invadir e conquistar o reino português, teria sido o primeiro a pensar no Mestre de Avis como regedor e defensor de Portugal; o filho bastardo de D. Pedro seria o único capaz de proteger o reino da ameaça externa. Porém, era necessário retirar Leonor Teles do poder, e isso só seria possível matando o principal apoiador da rainha, o conde de Andeiro. Este seria um homem ambicioso e ingrato com o esposo da soberana.

Assim, segundo Fernão Lopes, pouco tempo depois da morte de D. Fernando, Nuno Álvares, um nobre secundogênito, busca apoio para o Mestre de Avis com os seus

pares. É neste ponto da narrativa que foram demonstradas as ações políticas de Leonor Teles para combater Castela. É um dos poucos capítulos da crônica histórica em que são evidenciados os atos de governança da curta regência da rainha, deixando assim de lado aquilo que anteriormente era o foco da narrativa: a traição e a desonestidade da soberana com o vassalo do rei. No Capítulo VII, o autor demonstra quais acordos foram firmados entre a soberana e o conselho de senhores nobres:

Foi acordado per a Rainha e per todollos que hi eram, que o rregno se defemdesse, queremdo elRei de Castella viinr a elle; e nom lhe obedeeçessem em outra guisa, salvo naquellas que nos trautos era comtheudo; e que pois todos alli eram juntos, que hordenassem logo as frontarias, e quaaes estevessem em ellas, e cada huñ com quantas lamças; e foi assi de feito que foram logo rrepartidas as comarcas (CDJ I, (Volume I) Capítulo VII, p. 16, grifos nossos).

Destaca-se que no enunciado acima o discurso gira em torno da palavra "todos" repetida duas vezes, reforçando a ideia da necessidade de união contra o inimigo externo: Castela. Até o capítulo VII, Lopes direciona os seus enunciados para deslegitimar Leonor Teles, que seria o primeiro obstáculo para o Mestre de Avis superar. Após desqualificar a rainha, o cronista-historiador começa a introduzir o segundo obstáculo do futuro rei de Portugal, e para isso, utiliza palavra "juntos" para criar uma homogeneidade, que não existia, pois nem todos no reino luso apoiavam a ascensão do Mestre de Avis.

Os senhores conselheiros do reino, e a regente de Portugal até então faziam parte de um todo, isto é, estavam do mesmo lado, e tinham um inimigo em comum: o Rei de Castela. Porém, no decorrer da narrativa as intenções de Leonor Teles são questionadas, e também a sua capacidade de reunir os vassalos quando fosse requerido.

Na *Crónica de D. João I*, no dia da morte do conde de Andeiro, o Mestre de Avis, para conseguir adentrar nos Paços da rainha, solicita uma reunião para discutir sobre a necessidade de aumentar a proteção das fronteiras. Ao recebê-lo, Leonor Teles concorda que o rei da Castela poderia a qualquer instante quebrar os tratados estabelecidos. Portanto seria imperioso convocar os vassalos do reino, e assim o faz. Mesmo conduzindo ações que protegeriam o reino contra Castela, Leonor Teles é caracterizada como uma mulher desonrada para ser regente de Portugal, pois a soberana "degradou" a sua família ao, teoricamente, ter mantido relações extraconjugais com o conde de Andeiro.

Na narrativa, a regente é caracterizada como uma mulher vingativa, e isso teria sido um fator que torna o seu poder político incapaz de gerir a crise, pois a mesma colocaria seu ódio contra o Mestre de Avis acima do reino português. Enquanto D. João I, como um

homem nobre, reconheceu que deveria pedir perdão: “[...] o Meestre fallou com os Comdes, dizendo que ell emtemdia que fezera grande desprazer aa Rainha em matar o Comde em seus Paços [...]” (CDJ I, (Volume I), Capítulo XIII, p. 30). O cronista utiliza o discurso indireto atribuindo falas às personagens para dar maior credibilidade ao seu discurso, e também emprega a palavra “grande” para denotar por meio da hipérbole os sentimentos das personagens, essas estratégias linguísticas lhe permitem criar dinamismo nas cenas, o que acaba provocando a curiosidade do leitor para continuar lendo a narrativa.

No final do Capítulo XIII, D. Leonor Teles volta a demonstrar preocupação com o rei de Castela, que queria ir ao reino antes do tempo determinado pelo *Tratado de Salvaterra de Magos*. A regente acata o conselho de seu cunhado. Para Fernão Lopes a rainha estaria dissimulando, pois sua preocupação não era com a segurança do reino luso, mas sim em obter um modo de se vingar pela morte do conde de Andeiro. Segundo o cronista-historiador, as atitudes de D. Leonor Teles eram norteadas pelo ódio e a vingança, enquanto o Mestre de Avis era conduzido pelo amor e pela justiça. Com o objetivo de expor acerca das verdadeiras intenções da rainha, Lopes escreve que:

A Rainha começou emtom de sorriir per modo descarnho, e disse: Oo que booa rrazom essa! E hi era elRei meu Senhor vivo, e vos outros todos com elle, e nom ho podiees fazer, quamto mais agora que elle he morto, e toda vossa esperamça soterrada com elle CDJ I, (Volume I), Capítulo XIII, p. 32, grifo nosso).

Lopes caracteriza o sorriso da rainha com a palavra “*descarnho*”, ou seja, ela teria debochado daquela situação. Essa atitude irônica demonstraria que Leonor Teles não era adequada para governar Portugal, pois estaria desdenhando do perigo de uma invasão realizada pelo rei de Castela. Além disso, o autor emprega o discurso direto, criando um cenário dinâmico e teatral; por meio do discurso atribuído à rainha, Fernão Lopes enfatiza a fraqueza de Leonor Teles, pois nem mesmo ela acreditava na união dos portugueses sob o seu comando para enfrentar o rei de Castela. Assim, gradativamente o cronista-historiador estabelece a incapacidade de Leonor Teles de reger Portugal utilizando vocábulos que a caracterizam como uma mulher desonrada.

No Capítulo XV, Fernão Lopes continua personificando Leonor Teles por meio de adjetivos que demonstram seus pontos negativos e positivos: “*Foi uma mulher muito sábia, e de coração cavalheiresco, buscadora de maravilhosas artes” (CDJ I, (Volume I), Capítulo XV, p. 36). Neste enunciado o cronista-historiador emprega o advérbio de intensidade “muito”, enfatizando que a rainha era uma mulher demasiadamente inteligente, ela também*

gostava de colecionar obras de artes. O termo “sábua” remete ao leitor uma dualidade acerca da monarca, essa sabedoria teria sido demonstrada pela forma como ela conduziu o seu casamento ou seria o conhecimento adquirido em relação as artes? E, ao empregar a expressão “coração cavalheiresco”, ele a compara com o masculino, Lopes leva os leitores a perceber que a rainha não estava no espaço adequado e direcionado ao seu corpo feminino:

A caracterização de Leonor como mulher de coração cavalheiresco, buscador de maravilhosos feitos, dá à rainha um perfil único entre as mulheres descritas por Fernão Lopes. São características essencialmente masculinas, louváveis nos homens, mas impróprias para uma rainha. Acrescenta-se a isso o fato de que Leonor tornou-se, segundo o cronista, exemplo entre as mulheres no trato com seus maridos. Mau exemplo, dissimulando suas intenções, mostrando uma coisa por outra. Essa capacidade de dissimular é apresentada como uma estratégia de Leonor (COSER, 2007, p. 26).

O cronista-historiador a caracteriza como uma mulher graciosa, com uma beleza invejável, sábua, conhecedora dos costumes, inteirada das coisas que a cercavam, com coração cavalheiresco, dissimulada e que buscava as maravilhosas artes. A caracterização de Leonor Teles é ambígua e contraditória, assim com seu casamento com D. Fernando que é cercado por dúvidas, que reverberam até mesmo na paternidade da filha do casal, D. Beatriz. Pois,

Segundo a argumentação de João das Regras, o casamento de D. Fernando e Leonor era ilegítimo (e, por conseguinte, Beatriz) pois aquela já era casada anteriormente. Além disso, lança suspeitas sobre a paternidade de Beatriz, alegando a notória infidelidade de Leonor. Quanto a D. Dinis e D. João, seriam também ilegítimos, pois nunca teria havido uma comprovação convincente acerca do casamento de D. Pedro e Inês de Castro, que, em última instância, não poderiam casar devido a relações de parentesco e compadrio. Assim, ilegítimo como seus irmãos, seriam as qualidades de D. João, o Mestre de Avis, que o capacitavam para ser escolhido o novo rei de Portugal. Já se esboçava aí o modelo de rei que a nova dinastia se empenharia em difundir, o rei que, além da boa linhagem, tem os dons da temperança, da justiça e da caridade. Temperança que D. Fernando dera mostras de não ter, ao escolher para rainha Leonor Teles, segundo o discurso que mais tarde seria desenvolvido pela dinastia de Avis (COSER, 2008, p. 97).

O autor diz também que a partir da soberana, as mulheres aprenderam novos jeitos para lidarem com seus maridos, e isso nenhuma outra rainha teria realizado "*Des que ella reinou, apremdorom as molheres teer novos geitos com seus maridos [...]*"(CDJ I, (Volume I), Capítulo XV, p. 36). Por meio do vocábulo “aprenderam”, Lopes insere a ideia de que as rainhas seriam um espelho para as súditas, por isso, a necessidade de as monarcas terem um comportamento exemplar, ocupando adequadamente os espaços como esposas abnegadas. De acordo com o cronista-historiador, nenhuma rainha portuguesa anterior a D. Leonor Teles

demonstrou a habilidade de conduzir o esposo, algo que, segundo a doutrina clerical era perigoso, pois os homens é que deveriam conduzir as mulheres.

A soberana "*Ella avia certos fundamentos pera quem tiinha maa voomtade, numca lho poder conhecer; e omde emtemdia fazer gram dāpno, aazava mortaaes empeeçimentos cō mostramça de todo o contrairo*" (CDJ I, (Volume I), Capítulo XV, p. 36). Neste enunciado, Lopes aponta que a rainha era sábia e conhecia os fundamentos, porém não gostava de segui-los, para reforçar essa ideia ele utiliza os vocábulos “todo” (totalizante) e a adjetivação da vontade da soberana ao empregar a palavra “má”. Esse jogo de palavras acentua a inabilidade de governar da monarca.

O cronista-historiador ressalta principalmente a capacidade de dissimular da rainha, pois mesmo a soberana tendo ódio do Mestre, e querendo uma grande vingança, suas atitudes demonstravam o contrário: "[...] *nehuüs signaaes de mall quemça mostrava ao Meestre de, como sse lhe nũa ouvesse feito nehuũ desprazer*" (CDJ I, (Volume I), Capítulo XV, p. 36). A dissimulação atribuída a Leonor Teles acaba por defini-la como uma mulher perigosa, pois suas atitudes não evidenciavam suas reais intenções. Sobre isso Fernão Lopes aponta que:

Mas esses poucos dias que lhe depois fallou, estando ella na çidade, sepre suas fallas e rrespostas eram contra elle boas e sem mostramça de maao desejo. [...] Enom soomente ao Mestre mas aimda a alguüs outros, que ella por tal rrazom ma vomtade tiinha, nehuña cousa dava a emtemder de rrancoer que tevesse contra elles. Mas suas fallas e desembargos, todo era feito ledamente e com boom geesto, ataa que visse tempo aazado, de sse poder viingar segumdo seu desejo (CDJ I, (Volume I), Capítulo XV, p. 36, grifo nosso).

Neste enunciado Lopes emprega em vários momentos a adjetivação para caracterizar as ações de Leonor Teles. Mas, principalmente enfatiza a dissimulação da rainha com as seguintes palavras: “má”, que caracteriza a vontade/desejo dela, e “bom” para se referir aos gestos. Além disso, ele utiliza o termo totalizante “todo”, indicando que apesar de não transparecer, todos os gestos da rainha eram dissimulados.

Segundo a narrativa, a rainha era uma mulher perigosa e deveria ser temida principalmente por ser dissimulada e ardilosa, escondendo suas reais intenções e desejos contra os seus inimigos, entre eles estaria o Mestre de Avis. Por não ter indícios reais das más intenções da regente contra a vida de D. João I, o autor supõe, e a caracteriza como uma mulher vingativa para legitimar a sua retirada do poder. A evidência que demonstraria que ela desejava vingança é a união estabelecida com o rei de Castela.

"E por tanto a Rainha dona Lionor per vontade femenina que geerallmente he muito desejador de vingança [...]" (CDJ I, (Volume I), Capítulo XXI, p. 44), Fernão Lopes enaltece o desejo de vingança da rainha pelo amor que lhe foi retirado, e estabelece que as mulheres são vingativas por natureza. Os vocábulos “desejo” e “vingança” são associados novamente para caracterizar a soberana como uma mulher irracional e dissimulada, o que contradiz o termo “coração cavalheiresco” utilizado pelo cronista-historiador, pois se a rainha tinha um coração masculino, as suas atitudes não poderiam ser consideradas tipicamente femininas.

A soberana teria colocado os assuntos do reino de lado, já que estaria mais preocupada em encontrar uma maneira de prender ou matar o Mestre, quando este estivesse a caminho da Inglaterra. Porém, na narrativa não há nenhuma ação que comprove essa intenção da rainha. Mesmo assim o autor a supõe, ao afirmar que:

[...] e dizem que mandou fallar em gram segredo com os meestres daquelles navios espeçialmente com ho meestre daquella naao em que ell avia dhir, prometendolhes, grandes e assiinadas merçees se esto quisessem poer em obra [...] estomçe seeria forçado de o Meestre em toda guisa seer preso ou morto (CDJ I, (Volume I), Capítulo XXI, p. 44, grifo nosso).

Fernão Lopes declara-se “*estoriador*” enfatizando que consultou e esgotou todas as fontes disponíveis acerca do Movimento de Avis (1383-1385), porém ao utilizar o termo “dizem”, ele não referencia suas fontes, ou seja, ele não comprova as afirmativas de seus enunciados acerca da “má fama” da rainha. Ao utilizar em sua escrita este termo oralizante, ele referenda o seu discurso por meio da oralidade, empregando uma linguagem coloquial que aproxima o leitor da sua obra.

Destaca-se que tessituras do cronista-historiador sobre a soberana configuram-se como um emaranhado de suposições, em que ele utiliza advérbios de intensidade, como “grande/grandes” para convencer os leitores a concordarem com seu discurso, em que a rainha seria uma mulher inadequada para governar o reino luso por suas más condutas perante a traição do seu laço indissolúvel, o matrimônio, com o rei D. Fernando.

O autor acusa a rainha de planejar a prisão e a morte do Mestre, por isso a soberana estaria indo contra a vontade de Deus e do povo, principalmente da cidade de Lisboa que clamavam para que D. João I fosse regedor e defensor do reino. Fernão Lopes, coloca D. Leonor Teles como um obstáculo para os planos de Deus para Portugal.

Aos poucos a ameaça de invasão pelo rei de Castela vai ganhando espaço na narrativa. Gradativamente aquele que seria o real inimigo ganha espaço, assim como a

construção da representação do Mestre de Avis, que seria o único capaz de defender o reino contra Castela. Nesse cenário político, Leonor Teles é um empecilho, e a continuidade de sua regência facilitaria a tomada de Portugal por Castela.

Aos olhos de Fernão Lopes, D. Leonor Teles é uma mulher pecadora, principalmente pela sua deslealdade ao seu marido, e posteriormente ao povo português. Segundo Fernão Lopes, o Mestre teria sido aconselhado a se casar com a regente, para que pudesse reger o reino legalmente segundo os tratados com Castela, já que seria por um tempo determinado, até que D. Beatriz pudesse ter um filho com o rei de Castela, e este fosse apto para governar Portugal.

O reino português, principalmente a cidade de Lisboa, já clamava para que o Mestre de Avis se tornasse o defensor e regedor do reino. Mediante essa situação, Fernão Lopes diz que a rainha teria enviado cartas ao rei de Castela, pedindo para que este invadisse Portugal, evitando assim a perda do trono pela dinastia de Borgonha, e colocando em prática a sua vingança. Para o cronista-historiador, D. Leonor Teles teria ficado com desmedido desejo de vingança. Ao perceber que não seria fácil matar ou prender o Mestre, se uniu ao seu genro, o rei de Castela, renunciando ao seu direito de regente, e passando o trono a sua filha Beatriz⁵.

Após a renúncia, Leonor Teles gradativamente deixa de ser mencionada. Porém mesmo deixando o cargo, Fernão Lopes aponta em alguns trechos na narrativa que a soberana continua articulando com seus aliados para que esses apoiassem o rei de Castela e a sua filha D. Beatriz, contra o Mestre de Avis. Portanto, as ações políticas da rainha durante a sua regência são minimizadas, e apesar de não haver nenhuma ação concreta que demonstrasse suas intenções contra o Mestre de Avis, o autor supõe que elas teriam existido.

Além disso, as características atribuídas a Leonor Teles reforçam o discurso avisino de que D. João I seria o rei predestinado a governar Portugal em um tempo de paz e segurança. A rainha é colocada como uma mulher egoísta e que foi tomada pelo ódio, o que teria ocasionado ações desmedidas e descontroladas da regente. Isso só poderia partir das mulheres que teriam uma tendência a serem dissimuladas, ardilosas, emotivas e passionais.

Apesar da denotação dada à rainha Leonor Teles como de "má fama", ou seja, adúltera, era preciso mais para justificar a retirada do direito legítimo de governança da regente, e a ascensão do Mestre de Avis, o filho bastardo do rei D. Pedro I. Por isso, o autor passa a enfatizar o descaso com que Leonor Teles trata a ameaça de invasão do rei de Castela,

⁵ Na verdade, Leonor nada mais fazia do que seguir o tratado estabelecido por D. Fernando, que não reconhecia D. João como rei de Portugal. Entretanto, a rainha acabaria enfrentando a oposição interna, dos que temiam uma intervenção iminente do rei castelhano em Portugal, e externa, ao contrapor-se aos interesses de D. João de Castela (COSER, 2011, p. 23).

e como posteriormente ela se une a ele por ódio ao Mestre de Avis por ter assassinado seu suposto amante. Acerca da aliança da soberana com seu genro:

A estratégia de Leonor é mais uma vez usar a dissimulação e vai ao encontro do rei fingindo estar muito sentida, choramingando. Entretanto, os temores de Leonor realizam-se e o rei de Castela diz que só vai ajudá-la se renunciar ao poder em favor dele. A rainha cede e ainda procura agradar D. João de Castela oferecendo jóias e presentes. Essa aparente cordialidade inicial rompe-se, no entanto, quando D. João nega a Leonor um pedido acerca da nomeação de um protegido da rainha (COSER, 2011, p. 22).

Com o objetivo de reforçar que era difícil lidar com Leonor Teles por conta da sua personalidade, Fernão Lopes no Capítulo LXXVI, afirma que após ela ter abdicado do poder em prol do rei de Castela, e da sua filha a rainha Beatriz, a regente passou a conviver com seu genro. Durante o convívio, sogra e genro passaram ambos a se desprezarem. A razão para o desentendimento era que a rainha queria que todas as suas vontades fossem cumpridas, não gostando de ser contrariada, e o rei de Castela lhe nega um pedido, o que a deixa furiosa com ele. Fernão Lopes assinala o motivo que levou o soberano castelhano a desprezar a sua sogra:

As rrazões que er cõtam, por que a elRei começou de desprazer dos modos da Rainha, dizem que foi porque avio mui sollta em fallar, teendo geitos em suas fallas, nom quaaes cumpria a molher viuva, moormmente avemdo tam pouco que elrei dom Fernamdo morrera [...] (CDJ I, (Volume I), Capítulo LXXVI, p. 148, grifo nosso)

Nesta passagem, Lopes novamente emprega termos oralizantes, “as razões que contam”, ele não diz quem conta ou onde encontrou a informação. O coloquialismo utilizado pelo cronista simplifica a sua narrativa, e ao mesmo tempo cria um espaço para as suposições. Para configurar como a rainha era desagradável é agregada no enunciado a adjetivação das ações da rainha, assim como a utilização de advérbios de intensidade: “muito”, “pouco” para qualificar a inadequação dela nos espaços, a ponto de incomodar seu genro.

Por meio do rei de Castela, Fernão Lopes destaca e reforça que o comportamento de Leonor Teles não era condizente para uma viúva, ao falar alto e gesticulando, a rainha se contrapõe aos padrões sociais estabelecidos para as mulheres que viviam no Medievo português.

Na construção do discurso, Fernão Lopes exalta positivamente Filipa de Lencastre a consorte de D. João I, em contraponto a Leonor Teles, o autor conduz os leitores a comparar as duas rainhas, estabelecendo um padrão de comportamento ideal para as mulheres esposas, já que a soberana deveria ter o comportamento seguido pelas suas súditas. Essa redução do papel feminino não é aleatória, ela nos permite analisar os mecanismos que eram utilizados

para que as mulheres fossem impedidas de estarem em espaços públicos para exercerem o poder político.

A disputa pelo reino português é estabelecida na *Crónica de D. João I* entre os homens, ou seja, entre similares (o primeiro adversário do Mestre de Avis era o conde de Andeiro, e o segundo foi o rei de Castela). De acordo com o discurso vigente, o feminino era inferior ao masculino, por ser dominado pelos sentimentos e não pela razão. Porém, ao contrário do que o cronista-historiador expôs em sua narrativa, o confronto pelo domínio do poder monárquico no início do Movimento de Avis era entre D. Leonor Teles e o Mestre de Avis. O autor, com uma hábil eloquência, conduz os leitores a estabelecerem comparações entre as personagens femininas, enaltecendo a jornada de D. João I ao definir que o conflito era entre cavaleiros.

D. Leonor Teles se torna coadjuvante no jogo político mesmo sendo a governante legal de Portugal. Pois, a desonra não seria cometida pela soberana, sem a influência do conde de Andeiro. No texto retira-se a real dimensão da importância da rainha como regente de Portugal, segundo determinava o Tratado de Salvaterra de Magos, assim como a sua autonomia já que ela seria direcionada segundo as ambições do seu suposto amante.

No reino português o poder social estava concentrado nas mãos dos homens, e essas mudanças na estrutura social a partir do Movimento de Avis limitaram-se a um jogo de poderes que buscou manter o comando do reino português entre estes. Quando uma figura feminina esteve no comando, como a rainha regente D. Leonor Teles, o seu lugar social foi questionado e desmerecido através de características negativas que lhe foram atribuídas para justificar a retirada do seu direito legítimo de reger o reino português.

Na narrativa, o discurso de Fernão Lopes sobre as mulheres é embasado na ótica da doutrina cristã vigente em Portugal. Por isso, D. Leonor Teles, assim como D. Filipa de Lencastre foram caracterizadas segundo os padrões eclesiásticos medievais, sendo que a primeira é colocada como pecadora (Eva), e a segunda como santa (Virgem Maria).

Em relação a isso, Casagrande (1990) afirma que a mulher se torna pecadora no Medievo quando ela sai do seu papel socialmente estabelecido, ou seja, quando ela exerce ou busca o prazer e o poder que são exclusivos dos homens. Ao masculino caberia a responsabilidade de chefiar a mulher, regulando os atos e pensamentos da sua esposa, sendo assim, o seu dever era proibir tudo aquilo que desagradava a Deus.

Conforme já apresentado, ao masculino era reservado o espaço público, enquanto o feminino não deveria jamais estar presente em espaços públicos, e ao saírem as mulheres

deveriam sempre estar acompanhadas. As mulheres não tinham o direito de falar ou debater. Assim,

Uma das acusações mais frequentes que os clérigos faziam às mulheres, na Idade Média, para além da sua luxúria, era a sua falta de medida, nomeadamente quanto à palavra: falavam demais, sem sentido e demasiado alto. Daí que se propusesse, como modelo, falar baixo, pouco e de forma apropriada. (RODRIGUES, 2017, p. 21).

De acordo com as normas de conduta estabelecidas no Medieval, as mulheres deveriam cultivar o silêncio, falando baixo e apenas o necessário. Os gestos femininos deveriam ser sóbrios e modestos, ao rirem não podiam mostrar os dentes, ao chorarem não poderiam fazer barulho, mover demasiadamente a cabeça. Essas eram as normas de conduta que as mulheres deveriam seguir quando presentes em espaço público durante a Idade Média.

Com o objetivo de controlar o corpo feminino, e garantir uma descendência legítima, a Igreja tornou o casamento o sétimo sacramento no século XII. A instituição matrimonial é usada como instrumento primordial no jogo de poderes entre o feminino e o masculino para subjugar-las. Essa tentativa de cerceamento das mulheres era justificada pela sua constituição natural, e por sua pretensão ao pecado da luxúria.

Segundo Dalarun (1990), o casamento tornou-se um mecanismo de controle social do feminino, em que a mulher era objeto exclusivo do prazer de seu marido, devendo sempre ser dócil e submissa. A mulher só não mais seria perigosa durante a velhice, pois esse seria o momento em que sua natureza nociva perderia forças, pois é durante a juventude que elas precisam ser controladas, já que teriam uma inclinação a cometer o adultério.

Portanto, sob a ótica cristã medieval em que a *Crónica de D. João I* é construída, assim como Eva, D. Leonor Teles pecou contra Deus e contra os homens ao desejar comandar, e ao submeter seu companheiro a sua vontade. Essas ações da rainha a deslegitimam como esposa e regente. O matrimônio entre ela e D. Fernando é um contramodelo em que a soberana é culpada pelos erros do seu esposo. Subvertendo a "ordem natural", atizada pela cobiça de ter aquilo que não fazia parte da sua própria natureza. E assim, como com Eva, a providência divina intervém, e coloca a soberana no seu devido lugar, a retirando do poder monárquico e direcionando o Mestre de Avis até o trono português.

2.2 D. Filipa de Lencastre e D. João I: a “honrada” família avisina

O Mestre de Avis, filho ilegítimo do rei D. Pedro I (1357-1367) e de Teresa Lourenço, nasceu em 1357; sendo assim era meio-irmão de D. Fernando (último rei da dinastia de Borgonha). Através do Movimento de Avis (1383/85), tornou-se regedor e defensor do reino, e em seguida foi aclamado pela corte como rei legítimo de Portugal, e nomeado como D. João I. O seu reinado começou em 1385, e durou até a sua morte em 1433, sendo o primeiro monarca português da Casa de Avis.

Ainda em 1383 é feito regedor e defensor de Portugal na câmara de Lisboa, passando a ser o representante oficial da causa portuguesa e o chefe da luta contra Castela. Após diversos conflitos com os castelhanos e seus aliados, D. João I é eleito rei nas Cortes de Coimbra em 1385 (derrotando a candidatura de seus irmãos, que eram apoiados pela grande nobreza). No mesmo ano, o novo monarca venceu os castelhanos na batalha de Aljubarrota, a qual se tornou legendária para os portugueses (TREVISAN, 2012, p. 220).

Para selar a aliança com os ingleses, casou-se com D. Filipa de Lencastre, filha de João de Gante, 1º Duque de Lancaster. Em 1415, conquistou Ceuta, lugar estratégico para a navegação no norte da África, dando início a Expansão Marítima portuguesa, nesse processo fora auxiliado pelos seus filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, irmãos, membros da chamada "Ínclita geração". Zierer aponta sobre D. João I:

Embora seu governo tenha sido marcado por fomes, guerras e conflitos sociais, elementos positivos como o início das Grandes Navegações e a tomada de Ceuta (1415), na África, além da propaganda das ações do rei, que ficou conhecido como o "Rei da Boa Memória", contribuíram para uma memória positiva do seu reinado, que se beneficiou muito da circulação do relato de Fernão Lopes, a Crónica de D. João I, composta após a sua morte, entre 1432 e 1448. Embora este relato tenha sido publicado somente no século XVII, suas ideias foram conhecidas oralmente, sendo lidas em praça pública em momentos comemorativos, além de ter servido na educação da corte régia (ZIERER, 2017, p. 274).

A *Crónica de D. João I* é uma narrativa que propaga os bons feitos do Mestre de Avis, principalmente durante a sua jornada para tornar-se rei de Portugal. Fernão Lopes ignora a permanência das guerras e dos conflitos sociais em prol de uma memória edificante de um soberano de origem ilegítima.

A esposa de D. João I, Filipa de Lencastre⁶, pertencia à aristocracia inglesa, sendo filha primogênita do casal formado por John Plantageneta (1º Duque de Lancasters), com sua mulher Blanche de Lancasters. Esta era uma rica herdeira órfã que possibilitou a John o acesso a títulos nobiliárquicos e a um cargo importante dentro da monarquia inglesa. A partir desse matrimônio ele tornou-se o 1º duque de Lancasters, e conseguiu conquistar riquezas e benesses que lhe permitiram comandar uma corte culta e abastarda.

D. Filipa nasceu em 1360, vindo a falecer em 1415, acometida pela peste bubônica. Tornou-se rainha de Portugal através do casamento com o rei D. João I, celebrado em 1387 na cidade do Porto. O matrimônio concretizou a aliança luso-britânica, contra os castelhanos.

Em relação ao matrimônio, Fernão Lopes faz um contraponto ao casamento entre D. Leonor Teles e D. Fernando, pois o sacramento matrimonial entre D. Filipa de Lencastre e D. João I teria seguido todas as etapas necessárias para ser reconhecido como um casamento. Dentre elas estavam: acordo entre os homens nobres que representavam a família, no caso o duque de Lancasters e D. João I; e a dama deveria ser acompanhada pela sua corte, isso demonstrava simbolicamente a honra da mulher, que jamais deveria ficar sozinha. Conforme os desígnios cristãos, foi realizado o matrimônio, quanto à noite de núpcias; a narrativa cronística afirma que:

A Ifamta foy tragida muy homrradamente dos paços omde pousava [a See]; e aly, em nome do Senhor Deus, a rezebeo [Ell Rey], presente todos, por sua esposa e molher, fazemdo lhe tall ofiçio e o mais solene que se pode fazer. E isto foy dous dias de Fevereiro na festa da Purificação da Bemta Virgem, avemdo entomçe ell Rey vimte e nove años e a Ifamte sua esposa vimte e oito (CDJ I, (Volume II), Capítulo XCIV, p. 222, grifos nossos).

Em contraposição à construção acerca do casamento de D. Leonor Teles e D. Fernando, Lopes emprega o termo “honradamente”, e utiliza os advérbios de intensidade “muito” para enfatizar que o matrimônio entre D. João I e D. Filipa de Lencastre seguiu os trâmites corretos. Para reforçar o enunciado, o cronista-historiador emprega o termo oralizante: “em nome do Senhor Deus”, apontando que era da vontade divina a união matrimonial, além disso, usa a palavra totalizante “todos”, sem citar nomes, criando uma homogeneidade.

⁶ O nome da família nobre inglesa à qual D. Filipa pertencia era escrito Lancasters, porém quando ela torna-se rainha de Portugal, o seu sobrenome sofreu alteração na grafia, sobre isso Manuela Silva afirma que "D. Filipa de Lencastre - como vulgarmente ficou conhecida em Portugal.." (2014(a), p. 137).

Segundo José Mattoso (1997), a família não é apenas uma célula reprodutora, mas também um sistema de alianças, socialmente a mulher torna-se no Medievo um elemento de ligação entre a família e o exterior. A Igreja enquadra a relação entre homens e mulheres no matrimônio, que tem padrões de comportamento para as mulheres e para os homens que devem ser seguidos socialmente, em todos os ambientes. Aos homens cabe exercer a autoridade e o poder, logo eles poderiam atuar no campo privado e coletivo, enquanto a mulher era limitada ao campo privado.

No Medievo era indissociável o caráter público e privado da vida dos reis e rainhas. Trevisan (2016) assinala que para os reis eram exigidas virtudes políticas e pessoais pautadas na moral cristã. As qualidades individuais também deveriam ser identificadas nos membros da sua família real.

Fernão Lopes assinala que como o rei de Portugal tinha pressa, e a festa seria grande, como era de costume naquele tempo, ordenou a cada nobre uma função para agilizar o casamento. Toda a cidade foi preparada para a festa, todas as ruas principais tinham comemorações, jogos, danças e muitas pessoas.

A comemoração do matrimônio teria durado 15 (quinze) dias em todas as vilas e cidades do reino. Após a consumação do casamento, "*ordenou elRey casa a Rainha e ceta remda para sua despesa, ate que lle dessee, coo prometeera, terras para governança de sua pesoa e estado. E lle deu oficiais que a serviissem*" (CDJ I, (Volume II), Capítulo XCVI, p. 224). Após escrever sobre o casamento, Fernão Lopes caracteriza D. Filipa de Lencastre, como

Esta Rainha dona Filipa, nada de nobre padre e madre, asy como era louvada em sendo Ifamte de todas bomdades que a molher dalto lugar pertemçem, asy foy e muito mais que novamente foy casada e posta em reall estado, aa quall Deus outorgou marido comcordavell, conformes huu a outro (CDJ I, v. II, Capítulo XCVII, p. 226, grifos nossos).

Lopes utilizou termos totalizantes para evidenciar a suposta “desonra” de D. Leonor Teles, e usa a mesma estratégia para reforçar e caracterizar positivamente D. Filipa de Lencastre como uma mulher honrada, que possuía “todas bondades”. Os advérbios de lugar e intensidade (lugar e muito) enaltecem as virtudes da primeira rainha avisina. No discurso lopesiano os enunciados constroem espacialidades dinâmicas que servem para caracterizar negativamente ou positivamente as personagens.

Na *Crónica de D. João I*, Filipa de Lencastre é uma rainha virtuosa, ao contrário de D. Leonor Teles. A perfeição da soberana é comparada à Virgem. A partir do século XII,

Maria passa a ser utilizada como modelo para as mulheres casadas, o que a aproxima da realidade. Pois como modelo de virgindade a Mãe de Deus era até então inatingível.

A composição da soberana foi idealizada pelo cronista-historiador de acordo com os ideais cristãos. A rainha, segundo o discurso avisino, cumpriu o papel de mãe exemplar, rainha piedosa e mulher pudica. D. Duarte, para validar o projeto avisino, buscou para D. Filipa o reconhecimento da Igreja como santa oficial, porém não obteve sucesso.

Segundo a visão cristã, Eva, a primeira mulher, tornou-se aquela com quem Adão arrastou toda a humanidade no naufrágio do pecado original. Porém, Deus prometeu um Salvador, e a mãe do Redentor foi anunciada naquele mesmo momento, segundo o texto de Gênesis. Portanto, a Mãe de Cristo é, sob o olhar cristão, o contraponto à mulher pecadora representada por Eva.

Na Idade Média, a partir do século XII, houve uma demanda social que buscava uma vivência da religião mais próxima dos fiéis e com maior participação dos leigos. Isso ocasionou a valorização dos ideais franciscanos, da figura de Cristo, e de Maria pela liturgia cristã, sendo que um dos principais aspectos enaltecidos pela Igreja, relacionados à Virgem Maria, foi a maternidade:

Maria continua sendo um modelo a ser seguido pelas mulheres, mas agora a Virgem triunfante do século XII cede espaço para a mãe, pobre e amorosa, modelo este passível de imitação e identificação, não somente pelas mulheres comuns, aquelas que por opção ou força das circunstâncias conheceram o leito conjugal (SILVA, 2008, p. 281).

A Virgem Maria é caracterizada nos textos litúrgicos como um exemplo de virtudes, mãe amorosa, advogada de todos os seus filhos, e por isso intercessora dos homens e das mulheres junto a Deus. Porém, a virgindade perpétua não era uma característica fácil de seguir, por isso a Igreja buscou dogmas para aproximar a Virgem Maria de seus fiéis, enaltecendo traços que a colocavam mais próxima da realidade vivida pelas mulheres cristãs no Medievo a partir do século XII.

A Igreja condenava os sentimentos e os desejos femininos, pois eles teriam tendência ao exagero, e por sentir as mulheres teriam que ser tuteladas, monitoradas e conduzidas pelos homens, estes não se deixavam levar pelas emoções. Porém, sendo mãe, a mulher poderia se deixar levar pelos seus sentimentos maternos. Assim, aquilo que era visto como fraqueza, recebe uma conotação positiva desde que fossem ações em prol de seus filhos e filhas:

Durante toda a Idade Média, a figura materna teve uma importância capital na criação e educação dos filhos. Responsável pela sua prole, pelo menos até que esses completassem os sete anos, cabia a ela ensinar as primeiras letras e zelar pela formação religiosa básica. (SILVA, 2008, p. 277).

"A historiografia é, a rigor, um discurso de virtudes" (CERTEAU, 2007, p. 273).

Percebendo a necessidade de controlar a mulher secular, a Igreja produz uma série de escritos que enalteciam as virtudes e condenavam os vícios femininos, como por exemplo a vaidade. A mulher vaidosa era acusada de utilizar a beleza para seduzir o homem, como teria feito D. Leonor Teles, segundo Fernão Lopes, ao ter utilizado a sua "graciosidade" para seduzir e conduzir as ações de seu esposo

Até o século XII, os homens da Igreja escreviam acerca das mulheres, mas dificilmente redigiam para as mulheres. Porém, com o aumento populacional e a complexificação social que ocorreu entre os séculos XII e XV, falar às mulheres tornou-se necessário.

Os textos escritos por leigos ou clérigos voltaram-se para nortear o comportamento feminino. Isso é, devido à complexificação social, que ocasionou uma urgência não somente em falar para as mulheres, como criar modelos de comportamento para controlar e subjugar as ações femininas ao poder masculino.

A educação das jovens pertencentes à nobreza passou a ser uma preocupação clerical e leiga. As nobres eram vistas como transmissoras dos valores e da moral para as demais mulheres. Dentre os pecados atribuídos às jovens, os mais recorrentes são: a tagarelice, a vaidade com a utilização de cosméticos e a busca pelo prazer da carne.

"Rainhas, princesas, damas da corte e aristocráticas de várias linhagens são frequentemente as principais interlocutoras dos discursos pastorais e pedagógicos" (CASAGRANDE, 1990, p. 108). Os valores e a moral que são estabelecidas a partir dessas mulheres é universal, totalizante, válidos e eficazes. Porém, o lugar na sociedade e as normas de controle do comportamento para as mulheres eram transmitidos pela família e pelo grupo ao qual pertenciam.

As mulheres nobres durante a Idade Média possuíam os olhos dos pregadores e dos escritores leigos ou clérigos sobre as suas ações. Pois eles as utilizavam como um modelo concreto para as demais. Por estarem em uma posição social superior, elas deveriam ter um respeito mais rigoroso das normas.

Portanto, no século XII os escritos clericais e os textos literários passaram a utilizar as mulheres nobres como meios de propagação para os ideais cristãos, e para as

normas de conduta que o corpo feminino deveria seguir. É nesse bojo que se insere a *Crónica de D. João I*, que estabeleceu modelos de comportamento para homens e mulheres, usando como exemplos os reis e as rainhas.

Para Fernão Lopes, a rainha era um modelo de comportamento para todas as mulheres e os seus filhos não poderiam ser diferentes, pois a soberana teria transmitido aos seus herdeiros o amor que ela sentia por Deus. Esse sentimento genuíno conduziria a sua descendência pelo caminho da justiça com honra.

Segundo Manuela Silva (2014a), D. Filipa foi uma mãe dedicada, sendo uma boa educadora para sua prole, sempre estando próxima, e intervindo em favor dos filhos por meio das suas orações. Muitos autores afirmam que o gosto avisino pelas artes e pela produção de textos se dava, seja por influência de D. João I, seja pela sua esposa, já que a soberana participou ativamente da educação dos seus descendentes. Sobre o modelo de mulher/mãe:

O papel materno, entretanto, pode ser considerado o mais importante entre os muitos que desempenhava, pois juntamente com a função de estabelecer alianças entre seu reino de origem e o que lhe caberia por casamento, mais importante que a circulação de riquezas que o dote de uma princesa poderia trazer, estava sua função de perpetuadora da dinastia. Através de sua sexualidade orientada para as funções reprodutoras, a rainha era diretamente responsável pela continuidade da linhagem. Sabemos que a falta de descendência foi responsável pela anulação de vários casamentos reais e que a única forma de uma rainha realmente se considerar segura em sua posição era dando luz a filhos, preferencialmente homens (SILVA, 2016, p. 2).

Como uma rainha abnegada, a esposa de D. João I cumpriu o seu papel esperado da rainha medieval ao assegurar a continuidade da linhagem. Do casamento da soberana nasceram 9 (nove) filhos (nem todos sobreviveram). A descendência do primeiro casal avisino serviu de modelo para a corte portuguesa durante a sua permanência no poder.

É inegável a contribuição de D. Filipa para a formação da "Ínclita Geração", e a influência dela sobre os costumes morais na corte portuguesa. Ao tornar-se rainha de Portugal, a nobre conduziu todas as mulheres que circulavam nos Paços reais a casarem-se, o que segundo o discurso cristão as ocuparia, evitando o pecado da luxúria/adulterio.

Segundo Lopes, a dinastia avisina seria uma corte de bons costumes por influência de D. Filipa de Lencastre, que introduziu os hábitos e o estudo da língua inglesa, além de gestos refinados e civilizados. No discurso avisino, a vida familiar monárquica deixou de ser um palco de disputas, e passou a ter uma imagem harmônica, principalmente pelas ações da rainha, que era uma mulher comedida, silenciosa e de gestos encantadores.

O casamento entre D. João I e D. Filipa de Lencastre ocasionou uma alteração dos costumes da corte portuguesa, pois segundo o discurso sobre a dinastia avisina em Portugal, os filhos dessa união tinham uma sólida cultura religiosa. Sob os olhares atentos da mãe, todos os descendentes foram ensinados sobre as Escrituras Sagradas, instruídos sobre a cultura litúrgica tanto pelo pai, que era ex-membro da Ordem de Avis, quanto pela mãe.

Fernão Lopes afirma que D. Filipa de Lencastre possuía duas práticas devocionais: o sacrifício e a abstinência. Essas foram bastante recorrentes durante a vida da rainha. Além disso, ela exercia a caridade e a oração ininterrupta quando seus filhos ou marido estavam em perigo.

D. Filipa de Lencastre, assim como a Virgem Maria, era uma mulher que auxiliava aqueles que viviam na pobreza. A soberana praticava a caridade "*Eraa cuiidados a cercaa dos poobes e minguados, damdo grande quantidade de esmolas as egejas e mosteiros*" (CDJ I, (Volume II), Capítulo XCVII, p. 226). Lopes emprega o termo “grande” (adjetivo) para caracterizar e enfatizar as ações de filantropia praticadas pela soberana. Ele adjetiva o substantivo “quantidade” enaltecendo por meio do exagero (hipérbole), louvando e constituindo Filipa de Lancastre como uma esposa ideal, que estaria no espaço adequado ao corpo feminino. Destaca-se que é durante a ajuda aos pobres que o corpo feminino tem livre circulação, ou seja, as mulheres para realizar o amparo poderiam circular pelas ruas.

Como uma mulher religiosa, a soberana buscou que a Capela Real fosse reestruturada, esse espaço ganha importância com a chegada da rainha: "Este órgão da corte ganhará uma importância crescente nas cortes da dinastia de Avis e já neste primeiro reinado se notará um aumento substancial no número de oficiantes" (SILVA, 2014(a), p. 165). Com esse aumento, as cerimônias e ofícios litúrgicos tornaram-se mais complexos e periódicos.

Mesmo Fernão Lopes afirmando que a nobreza de D. João I era devida às suas qualidades, e tentando negar que o sangue seria fundamental para determinar quem seria o monarca do reino português, o cronista-historiador utiliza a linhagem de Filipa de Lencastre, pois a sua descendência de nobres guerreiros gerou uma "*Fomoosa geraçom de beem aventurados e virtuosos filhos*" (CDJ I, (Volume II), Capítulo XCVII, p. 226). A adjetivação dos substantivos “geração” e “filhos” é positivada pelos seguintes adjetivos, “formosa” e “virtuosos”, atribuindo assim qualidades para os membros da Casa Avisina. O cronista-historiador utiliza seu discurso para evidenciar, qualificando ou desqualificando as personagens, gerando tensão na trama, e suscitando empatia e aderência ao Movimento de Avis.

Além disso, ele emprega a expressão “*bem-aventurado*” que está na Bíblia no livro de Mateus 5: 3-11, e faz parte do Sermão da Montanha, atribuído por Jesus. Nesta passagem da Bíblia, Jesus mostra como é possível ser feliz, revelando como deve ser o caráter daqueles que buscam o Reino dos Céus. Lopes utiliza algo que estava presente no cotidiano dos medievos, criando proximidade com os leitores.

A *Crónica de D. João I* configura-se também como uma ação pastoral adaptada de acordo com a necessidade do discurso, pois é uma tentativa de conduzir os homens e as mulheres. Na explanação de Fernão Lopes, as mulheres não são apenas apontadas por sua natureza adúltera, no seu contraponto, o autor utiliza D. Filipa de Lencastre para mostrar aos leitores como deveria ser o comportamento de uma mulher/esposa ideal.

Para as damas da aristocracia, os homens da Igreja recomendavam que elas não fossem tomadas pela cobiça, mas sim que cultivassem a temperança, e utilizassem o seu corpo apenas com o seu marido. Apesar de conceberem o corpo feminino como algo nocivo, muitas vezes as mulheres pertencentes às cortes, eram vistas como aliadas e úteis para colaborar com a propagação dos costumes da corte e de seu esposo.

Nesse ensejo pode-se destacar que D. Leonor Teles, segundo o discurso da *Crónica de D. João I*, foi dominada pela cobiça, ao contrário de D. Filipa de Lencastre, que era uma mulher equilibrada e comedida. Em um trecho da Crónica, Fernão Lopes define a esposa do Mestre de Avis como um modelo exemplar ao dizer que:

Amoou beem e fiemente a seu nobre marido, tendo grande semtido de numca o emjoar, e da booa ensinança e criação de seus filhos. Naõ fazia algũa coisa com rancor nem odio, mas todas as suas obras eroõ feitas em amor de Deos e do proximo. Nela avia uma conversaçãõ proveitosa ha muitos, sse sai de seu real estado, com doces e graciosas palavpas todos tinham prazer de ouvi. Onesta pesoa. Assiim temdo seus perfeitos costumes, em que muito foresceeu, por medo postos em epcrito, seria de bastante ensinança para quiquer ores, posto que de maio estado fossee (CDJ I, (Volume II), Capítulo XCVII, p. 226, grifos nossos).

Lopes, caracteriza o amor de D. Filipa de Lencastre por seu marido por meio da adjetivação com vocábulos “bem” e “fielmente”, que são ações esperadas da mulher esposa. Para enfatizar, emprega o termo totalizante “todas”, e utiliza os advérbios de intensidade como muito, para dar destaque às qualidades da monarca. Ao se referir ao rei D. João I, o cronista-historiador escreve em sequência “nobre marido”, ocultando que o Mestre de Avis era filho bastardo do rei, mas ao juntar nobre e marido sequencialmente, o autor realiza um jogo de palavras em que afirma a nobreza de D. João I.

Dentre as qualidades atribuídas a D. Filipa, nenhuma foi concedida a D. Leonor Teles. Ao contrário da soberana avisina, a regente era, segundo Lopes, uma esposa infiel, rancorosa, de gestos desmedidos e desonesta, além disso, ela não era temente e fiel a Deus. Todos esses atributos negativos a desqualificavam como modelo de rainha para as mulheres. Sobretudo, o pior vício de D. Leonor era a falta de castidade, pois a soberana deveria manter a prática sexual dentro dos limites fixados pela doutrina, ou seja, restrita ao casamento.

Que "o traço predominante do pensamento clerical, neste tempo, seja a misoginia, nada tem de surpreendente" (DALARUN, 1990, p. 19). Até o século XIII, na maioria dos escritos clericais, a mulher é sobretudo um ser de que era preciso manter distância. O corpo feminino possuiria uma chama voraz, que o levaria a pecar através do adultério, principalmente. A mulher seria arrastada por impulsos e paixões, enquanto o homem era dominado pela razão.

Além disso, os clérigos chamavam a mulher de inimiga íntima, que tinha nascido para enganar, e também era predadora de homens. Porém, com o impulso do culto mariano no século XII, o discurso sobre o feminino ganha novas nuances, primeiro Maria é valorizada como virgem perpétua, sendo assim exemplo para as mulheres que queriam seguir a vida religiosa. No segundo momento, as transformações sociais, políticas, culturais e econômicas fazem a Igreja valorizar Maria, também como a mãe (mãe de toda a humanidade), o que a aproxima das mulheres casadas e mães.

O comportamento público das mulheres nobres incluía: "não se divertirem demasiado, mostrarem-se desdenhosas, comerem pouco, dançarem com compostura, moverem-se com contenção" (CASAGRANDE, 1990, p. 118). A modéstia levaria as mulheres a terem controle de seu temperamento imprevisível.

As mulheres nunca deveriam ter tempo para a fantasia, pois o ócio corromperia a estabilidade frágil dos seus pensamentos, o que poderia levá-las a romper com a integridade dos seus corpos. Elas deveriam ocupar-se com as coisas de Deus, "*Meesmo de jejun não deixava de realiza o sermaaõ, nem a leitura das Sanctas Epcrituras em tempo abil, que ssiim eram todos cumpridos com taa madura descpiçaõ, que numca ociosidade em su imagiinaçaõ aava morada*" (CDJ I, (Volume II), Capítulo XCVII, p. 226). D. Filipa de Lencastre sempre estava ocupada realizando orações, jejuns e sermões, o que a impedia de ser desvirtuada por maus pensamentos, por isso, as mulheres deveriam seguir o seu exemplo.

Existiam duas atividades que eram atribuídas às mulheres: cuidar da casa e praticar a caridade. Os textos recomendavam que as mulheres fossem silenciosas e caridosas. Excluídas de qualquer função pública e de qualquer espaço social, o papel público da palavra

feminina era quase impossível. O comportamento virtuoso incluía: falar de um modo contido, como poucos gestos, e somente quando fosse necessário, como já nos referimos. A literatura clerical ou leiga é um válido e eficiente instrumento de manutenção da custódia feminina, pois através delas as mulheres afastavam as tentações e incrementavam a religiosidade, aprendendo sobre os ofícios.

No Medievo português, as mulheres deveriam seguir o exemplo da rainha D. Filipa para amparar a família, possuir um amor misericordioso e voltado para o sacrifício, governar a casa (o espaço da residência é por excelência o espaço feminino de atuação e mobilidade). Mas, acima de tudo a boa esposa é uma boa cristã. O campo da religião e da moral é de mãe para filho.

Segundo Fernão Lopes, D. Filipa foi uma boa educadora para os seus filhos, sendo uma mãe presente, e até mesmo interventiva. A soberana era caracterizada como uma mulher piedosa e com comportamento irrepreensível por ser uma rainha cristã que praticava a liturgia com dedicação e amor:

O filho D. Duarte realça precisamente esta sua qualidade de modelo de comportamento para todas as mulheres do reino, tal como se alegra por todos os seus progenitores terem sido exemplares nas suas vidas, transmitindo aos descendentes a convicção de que as boas ações e o amor de Deus conduzem inevitavelmente a uma vida honrada e compensadora. (SILVA, 2014(a), p. 158)

A "Ínclita Geração" buscou legitimar o seu poder político não somente através de D. João I, mas também de D. Filipa de Lencastre. D. Duarte tentou sem sucesso tornar a sua mãe uma santa reconhecida pela Igreja. "Fernão Lopes e D. Duarte são nesta matéria os principais defensores do comportamento irrepreensível da rainha" (SILVA, 2014, p. 160). Assim a caracterização da rainha Filipa de Lencastre auxilia a legitimar o poder monárquico avisino, já que ela é uma nobre de sangue e de hábitos, por temer a Deus, e cumprir o papel esperado para uma esposa de um rei.

D. João I era filho bastardo, e por mais que tivesse conseguido tornar-se rei aclamado pelas Cortes, diante da nobreza tradicional portuguesa ele ainda continuava sendo visto como ilegítimo, já que não tinha a pureza em seu sangue. Isso ocorria mesmo que sua ascensão simbolicamente significasse que os desfavorecidos poderiam ascender socialmente. Invertendo assim a lógica medieval, já que a nobreza não seria determinada pela linhagem, mas sim pela lealdade ao rei, Fernão Lopes utiliza o casamento com D. Filipa para dissipar as dúvidas sobre o poder monárquico avisino.

Após a mulher "triumfar" na literatura clerical com o exemplo de Maria, sob o prisma da virgindade, outro elemento passa a ter espaço na liturgia cristã: o caráter maternal de Maria. A piedade dos filhos a aproxima da humanidade, a religiosidade passa a ser simbolizada pela relação entre Cristo e Maria, ou seja, filho e mãe (homem e mulher). Assim, D. Filipa a partir do substrato cultural mariano, que era vasto e eficiente para sua época, tornou-se um modelo exemplar para a sua corte.

Segundo o discurso de Fernão Lopes, após o Mestre de Avis aceitar a sua missão de matar o conde de Andeiro, ele elabora um plano juntamente com o conde de Barcelos (irmão da rainha) e Álvaro Pais (vassalo fiel do rei D. Fernando). A ideia seria que alguém da confiança deles saísse gritando pela cidade de Lisboa que o conde de Andeiro estava tentando matar o Mestre de Avis, e assim, a população citadina, que já tinha afeição por D. João, iria até o Paço da rainha para defendê-lo. O povo então ajudaria e testemunharia a ação de D. João. Mesmo sendo apoiado em seu plano, na narrativa o Mestre demonstra dúvida várias vezes, como fica denotado no trecho abaixo:

Assi que cuidadas bem taaes rrazões, nom embargamdo seu ardido coração e boa vomtade, foilhe mui dovidoso de o começar. E partio da çidade depois de comer e foi dormir a Samto Amtonio, hũa aldea que ssom dhi tres legoas, sem levamdo ja nehuũa teemçom de matar o Comde (CDJ I, (Volume I), Capítulo XIII, p. 18).

De acordo com a *Crónica de D. João I*, por estar confuso, o Mestre de Avis evita realizar o plano várias vezes. Contudo, as circunstâncias o levam a colocá-lo em prática, pois os seus aliados teriam ouvido que no Paço da rainha já era comentado sobre as suas intenções de matar o conde. Isso significava um risco para a vida de D. João I, pois segundo Fernão Lopes, Leonor Teles sempre era bem informada, e para evitar a morte de seu "amante", ela iria fazer o que fosse necessário.

Correndo risco de vida, segundo o cronista, o Mestre de Avis vai até o Paço da rainha, que estava acompanhada pelo conde de Andeiro, e por alguns aliados do próprio D. João (futuro D. João I), como o conde de Barcelos (irmão da regente). Ao entrar, o futuro rei avisino reverencia a rainha, e diz que deseja que ela convoque os outros mestres para ajudarem-na a defender as fronteiras de Portugal contra a invasão de Castela, especialmente a comarca de Tejo e Odiana. Leonor Teles acata o pedido e manda chamar o escrivão para a convocação (CDJ I, (Volume I), cap. IX, p. 20).

Após realizar a reunião, o Mestre de Avis é convidado para realizar a ceia com a regente, o conde de Andeiro e seus *vassalos*: "*Nom comerei, disse o Meestre, ca tenho feito*

de comer" (CDJ I, (Volume I), Capítulo IX, p. 21). O suposto amante de D. Leonor Teles insiste: "*Si comerees, disse elle, e em quamto vos fallaaes, hirei eu mamdar fazer prestes*" (CDJ I, (Volume I), Capítulo IX, p. 21). O futuro rei luso não aceita, se despede da regente, e sai da sala juntamente com dois aliados: Rui Pereira e Lourenço Martins. Assim, como na *Bíblia*, a ceia é utilizada simbolicamente.

A Última Ceia é o nome dado à derradeira refeição quando, de acordo com os cristãos, Jesus Cristo dividiu com seus apóstolos em Jerusalém antes de sua Crucificação. No plano simbólico ela é a base escritural para a instituição da Eucaristia, também conhecida como Comunhão. E na *Crónica de D. João I*, a ceia também é o momento decisivo, ou seja, é o pilar para o desenrolar da narrativa, pois é a partir do assassinato do conde que o Mestre de Avis começa a sua jornada em direção ao trono português.

Ainda em relação ao momento da ceia, Fernão Lopes afirma que o conde de Andeiro acompanhou o Mestre de Avis após ele recusar realizar a refeição. E é nesse caminho que o conde é assassinado por D. João. "*Emtom se espedio da Rainha, e tomou o Comde pella mão e sahirom ambos da camara a huïa gramde casa que era deamte, e os do Meestre todos com elle*" (CDJ I, (Volume I), Capítulo IX, p. 21). Para legitimar o apoio ao Mestre de Avis contra o conde de Andeiro, o cronista-historiador utiliza o termo totalizante "todos", dando a ideia de uma união homogênea, que deseja reparar a honra do rei D. Fernando.

O Mestre de Avis confronta o suposto amante de sua cunhada, dizendo que sabe que o desejo dele é desonrá-lo e matá-lo, porém o conde de Andeiro nega: "*Eu, Senhor! disse elle, quem vos tall cousa disse, mentivos mui gramde mentira*" (CDJ I, (Volume I), Capítulo IX, p. 22). Por meio do discurso direto, Lopes elabora o diálogo, em que o suposto amante da rainha nega o adultério e a intenção de assassinar o futuro rei avisino, afirmando e reafirmando por meio da palavra "mentira". Para reforçar que a afirmação era inverídica, emprega o advérbio de intensidade "mui" e o adjetivo "grande". Mediante a negação, Fernão Lopes aponta que:

O Meestre que mais voomtade tiinha de o matar que destar com elle em rrazões, tirou logo huï cuitello comprido, e emviolhe huï gollpe aa cabeça; porem nom foi a ferida tamanha que della morrera, se mais nom ouvera. Os outros que estavom darredor, quando virom esto, lançaron logo as espadas fora pera lhe dar, e ell movemdo pera sse colher aa camara da Rainha com aquella ferida, e Rui Pereira que era mais açerca, meteo huï estoque darmas per elle de que logo cahiu em terra morto (CDJ I, (Volume I), Capítulo IX, p. 22, grifos nossos).

Lopes afirma em diversas passagens que o meio-irmão do rei morto era predestinado para restabelecer a honra da família, que só poderia ser alcançada com a morte,

ou seja, a limpeza da linhagem viria por meio do sangue derramado do traidor: o conde de Andeiro. Porém, na cena em que é realizado o assassinato, o cronista-historiador afirma que não foi pela ferida feita pelo Mestre que o suposto amante morreu, mas sim pelos seus aliados, liderados por Rui Pereira.

Na cronística histórica há diversas contradições, uma delas é sobre quem teria matado o conde, pois no trecho do Capítulo IX, destacado anteriormente, quem teria assassinado seria Rui Pereira. O golpe na cabeça dado pelo Mestre de Avis não teria causado a morte do conde. Esta negação tem como finalidade manter a caracterização do personagem como um homem bom e de grande coração, porém o autor cai em contradição no final do mesmo capítulo, ao afirmar que: "*era o Meestre quando matou ho Comde, em hidade de vüimte e çimquo anos*" (CDJ I, (Volume I), Capítulo IX, p. 22).

A narrativa aponta que após Rui Pereira descarregar a arma no conde, alguns aliados foram para continuar a feri-lo, porém o Mestre de Avis interveio, e mandou pararem, o que demonstra a sua piedade e humanidade mesmo com aqueles que desejavam o seu mal. Ao explicitar essa atitude o autor reforça as boas intenções, a honra e a superioridade do Mestre de Avis. Coloca-o assim em contraponto à rainha D. Leonor Teles, que seria uma mulher desonrada.

Apesar do plano para matar o conde, o assassinato teria ocorrido pela impulsividade do Mestre de Avis ao se descolar para o Paço da rainha sem avisar os seus aliados. Essa é a ideia em que a narrativa conduz os leitores a acreditarem, porém no Capítulo XI, o autor estabelece que a parte do plano de caminhar na cidade gritando que o conde estaria matando o Mestre de Avis é colocada em prática.

De acordo com a *Crónica de D. João I*, a "arraia miúda" foi avisada por um aliado do Mestre de Avis que o conde de Andeiro estava tentando matá-lo, o vassalo gritava pelas ruas: "*Matom o Meestre! matom ho Meestre nos Paaços da Rainha! Acorree ao Meestre que matam!*" (CDJ I, (Volume I), Capítulo XI, p. 24). Lopes insere a participação da coletividade ("arraia miúda"), que é decisiva para referendar o discurso lopesiano em que o Mestre de Avis era apto a governar Portugal porque foi escolhido pelo povo. Essa ação causou alvoroço na cidade de Lisboa, e fez com que a população se armasse e fosse até o Paço da rainha para defender o Mestre de Avis, como destaca o trecho abaixo de Fernão Lopes:

E per voomtade de Deos todos todos os feitos dhuũ coração com tallemte de o vimgar, como foram aas portas do Paaço que eram ja çarradas, ante que chegassem, com espantosas pallavras, começaram de dizer: Hu matõ ho Meestre? que he do Meestre? quem çarrou estas portas? Alli eram ouvidos braados de desvairadas maneiras. [...] Huũas viinham com feixes de lenha, outras tragiam carqueyja pera

açender o fogo cuidando queimar o muro dos Paaços com ella, dizendo muitos doestos contra a Rainha (CDJ, (Volume I), Capítulo XI, p. 25, grifo nosso).

Lopes associa com frequência a escolha do Mestre como rei à “vontade de Deus”, o plano espiritual referenda o poder político, algo que fazia parte da lógica do Medieval, em que o divino (o maravilhoso) se misturava com o terreno, sendo uma unidade heterogênea em signos e sentidos.

Os eventos narrados pelo cronista-historiador aconteceram pela "vontade de Deus", e por isso, seriam inevitáveis. Inspirado nessas ideias sobre a sacralidade régia e buscando transformar a imagem de filho natural em símbolo da identidade portuguesa, Fernão Lopes construiu o conceito do “*Messias de Lisboa*”, associando D. João a Cristo, como um rei esperado para iniciar uma era de felicidade em Portugal (ZIERER, 2014). O Mestre, por ser escolhido por Deus, é aclamado pela "arraia miúda", que mesmo com medo da vingança da rainha, sai em defesa dele, e segundo a narrativa o "povo miúdo" só deixa de bradar quando tem a certeza que D. João, futuro rei luso, está vivo, e o conde morto.

Na construção do discurso avisino, D. João I é um homem que ama a sua terra, e mesmo temendo a morte, resolve ficar por ter um coração de cavaleiro: “[...] dizem que melhor era por deffemssom da terra morrer *homrradamente*, que cahir em servidõ de seus inmiigos” (CDJ, (Volume I), Capítulo. XL, p. 79). Para conferir dinamicidade aos fatos, Lopes utiliza o discurso direto, atribuindo falas às personagens, e também o termo oralizante “dizem”, simplificando a linguagem com coloquialismos que o aproximam dos leitores. E associa o termo “honradamente” ao Mestre de Avis, reafirmando o enunciado em que o poder político alcançado pela Casa Avisina seria legítimo.

Enquanto o cronista-historiador atrela desonra a D. Leonor Teles e D. Fernando, a D. João I e D. Filipa de Lencastre é referendado um matrimônio honrado. Essa fala, que é atribuída ao Mestre de Avis, destaca o seu sacrifício pela sua terra ao colocar a sua vida em risco.

D. Leonor Teles, ao contrário do Mestre de Avis, teria colocado suas ambições pessoais e seu sentimento de vingança como prioridade, deixando o reino fragilizado, e posteriormente o entregando ao rei de Castela, fatos que demonstrariam a sua falta de amor pela sua terra.

Segundo Fernão Lopes, mediante o risco de perder a vida, mas querendo cumprir seu papel de cavaleiro, defendendo com honra a sua terra, o Mestre de Avis resolveu que, antes de tomar a decisão de partir, deveria consultar seus aliados, dentre eles Nuno Álvares. Os colaboradores do Movimento de Avis acordaram em reunião que D. João deveria ficar. E é

a partir do Capítulo XLI, que o grupo avisino começa a elaborar estratégias para defender o reino, e ao mesmo tempo tomar as cidades e castelos que serviam à rainha Leonor Teles ou rei D. Juan de Castela.

A benevolência e a bondade do Mestre de Avis são demonstradas também quando, mesmo estando em guerra, ajuda a "arraia miúda", distribuindo mantimentos e os protegendo da "maldade" da regente D. Leonor Teles, e posteriormente do rei D. Juan I de Castela, que submetiam o povo português à fome e ao abandono.

No decorrer da narrativa, o autor evidencia que, após decidir não ir para a Inglaterra, o Mestre de Avis tem duas batalhas a vencer: a interna (contra os aliados da rainha que dominavam algumas cidades portuguesas, e posteriormente se aliaram a Castela) e a externa (a invasão do reino português pelo rei de Castela). Porém essas duas batalhas acabam por convergir quando Castela concretiza a invasão. Minuciosamente, Fernão Lopes demonstra como o futuro rei D. João I, juntamente com seus aliados, principalmente Nuno Álvares, batalham e conquistam vilas e cidades aliadas à nobreza tradicional.

Na narrativa, a gratidão é uma característica positiva atribuída ao Mestre de Avis, pois após conquistar as cidades e vilas, ele teria ouvido os nobres e os homens de bem que o apoiaram. Além disso, D. João era um homem temente a Deus. Segundo Fernão Lopes, o Mestre, após se dispor a morrer pela sua terra e ter vencido, incumbe Nuno Álvares de pregar o evangelho por todo o reino (CDJ I, (Volume I), Capítulo CLXV, p. 354).

Na *Crónica de D. João I*, o Mestre de Avis percorreu uma trajetória pedagógica e modular, contribuindo para se acreditar na sua predestinação e que era um rei preparado para governar Portugal. Após a coroação, Fernão Lopes cita as principais características do soberano: um homem bom, forte e legítimo que luta contra os infiéis em favor do seu povo e do seu reino de forma justa, e sem ter ambição.

Rebelo (1983) e Accorsi Junior (1997), ao caracterizarem D. João I, determinam que uma das suas principais qualidades era o carisma, que lhe permitiu dominar politicamente a crise. No discurso da Casa Real o primeiro rei avisino é um homem que alcançou o poder real, não por querer ser rei, mas por querer ajudar o seu povo, e toda a sua trajetória seria honrada e digna. Em nenhum momento é mencionada a sua impureza de sangue, mas sempre Lopes reforça a sua pureza de coração e justiça.

Na construção da narrativa, conforme já explicado, o Mestre de Avis inicialmente não ambicionava o trono, mas sim resgatar a honra de seu meio-irmão morto, D. Fernando, e isso somente foi possível com a morte do conde de Andeiro. Esse conflito inicial ocasiona uma série de episódios que demonstravam a predestinação da sua missão dada pelo divino, e

por isso, impossível de ser evitada; mesmo que em alguns momentos da narrativa ele tenha duvidado do seu destino, a vontade do sagrado prevaleceu.

A dominação política da dinastia avisina foi vinculada ao carisma e ao direito divino, que foram simbolicamente construídos. Esses são os dois suportes utilizados para legitimar o poder monárquico de D. João I e de seus sucessores perante a nobreza tradicional local e os outros grupos sociais.

O carisma de D. João I reside principalmente na sua habilidade de realizar múltiplas alianças, administrando as diversas demandas sociais, ao contrário de seu antecessor o monarca D. Fernando. Assim, a dinastia avisina legitima o poder secular através do discurso de que os poderes políticos que exerciam eram por serem escolhidos pelo divino para cumprirem uma missão a serviço de Deus. O Mestre de Avis, estava realizando aquilo que Accorsi Junior (1997, p. 54) denomina como o "serviço de Deus".

Uma boa parte dos clérigos, representados por Étienne de Fougères, segundo Georges Duby (2001), via as mulheres como um perigo, elas seriam portadoras do mal, principalmente, as damas, que por conta da ociosidade estariam mais expostas para se perderem do que as outras. Essas mulheres, prudentemente, deveriam ser mais controladas; exemplos por conta da sua posição social, eram imitadas e observadas. “Por elas, o pecado corre o risco de propagar-se. Além do mais, as desordens que seus desvios provocam tem consequências mais graves” (DUBY, 2001, p. 13). Por isso, as famílias pertencentes à nobreza deveriam servir de exemplo de conduta para a sociedade à qual pertenciam.

No Medievo as rainhas deveriam dar o exemplo para suas súditas, por meio de suas condutas, elas tornam-se o espelho moral da sociedade à qual pertenciam. As monarcas tinham um papel determinado pelos padrões clericais, para elas era reservado o espaço privado, o lar (a casa), porém na *Crônica de D. João I*, D. Leonor Teles foge do padrão estabelecido ao ocupar o espaço público, exercendo o poder político ao desempenhar o cargo legítimo de regente de Portugal.

As mulheres são pecadoras quando saem do seu papel, ou seja, tentam ser homens, o perfil masculino e o perfil feminino traçados pela moral cristã do Medievo ditam que “o homem é o chefe da mulher. É responsável pelos atos e pensamentos daquela que desposou. O seu dever é o que a vê fazendo abertamente, o que a escuta dizer abertamente e que desagrada a Deus” (DUBY, 2001, p. 30).

O corpo masculino deveria manter a tutela e vigiar atentamente a sua esposa, algo em que, segundo Fernão Lopes, o rei D. Fernando teria falhado, pois sua consorte D. Leonor Teles teria alcançado uma demasiada e perigosa liberdade, influenciando seu marido nas

questões do reino. Isso o tornou um rei fraco e manipulável, ao não exercer o seu papel de chefe da casa, cabeça que conduz e coloca a esposa em submissão. Em contrapartida ao contramodelo dos últimos monarcas da Casa de Borgonha, Lopes constrói o modelo régio perfeito de matrimônio por meio de D. Filipa de Lencastre e D. João I, caracterizados constantemente como honrados. Os enunciados elaborados pelo cronista-historiador recriam os fatos por meio de vários discursos, que ordenados, ganham sentido e legitimam o *status quo* da família avisina, e dele com funcionário régio.

Destaca-se que como servidor régio, Fernão Lopes possuía a missão de dissipar todas as dúvidas que ainda cercavam uma dinastia que começou com um rei/filho ilegítimo. Para isso, ele elaborou a *Crónica de D. João I*, por meio da dicotomia medieval em que o bem luta contra o mal (maniqueísmo). Representados no texto cronístico pelos matrimônios dos reis e das rainhas, pois o casamento no Medievo era considerado uma instituição indissolúvel e sagrada, que unia homens (cabeça) e mulheres (corpo) em um só. Assim, a união conjugal no Medievo era um acordo entre homens, e passou a ser um instrumento de domínio dos corpos femininos.

O matrimônio entre a nobreza configurava-se na Idade Média como um acordo político, que unia as famílias por meio de um laço indissolúvel: o sangue, por isso, a importância da prole para a constituição familiar e manutenção do *status quo*.

Para a análise das relações de poder estabelecidas a partir da lógica matrimonial nos anos finais do Medievo em Portugal iremos no próximo capítulo examinar como o cronista-historiador compreendeu os acordos políticos realizados por meio do casamento na *Crónica de D. João I*. Pois, por meio da união conjugal entre D. Filipa e D. João I concretizou-se o Tratado de Windsor (1386) entre os reinos luso e britânico, fato que se opõe ao casamento de D. Leonor Teles e D. Fernando.

CAPÍTULO 3 – GENTIIS HOMEËS: A RELAÇÃO DIPLOMÁTICA LUSO-INGLESA NA CRÓNICA DE D. JOÃO I, O TRATADO DE WINDSOR

Neste capítulo iremos analisar o entrelaçamento de interesses políticos que possibilitaram o fortalecimento das relações diplomáticas entre os reinos de Portugal e Inglaterra por meio da *Crónica de D. João I*. O reconhecimento internacional do Mestre de Avis como rei de Portugal torna-se, no discurso lopesiano, um dos alicerces que validam a legitimação do monarca no poder régio, mesmo este sendo um filho ilegítimo.

A relação diplomática entre Portugal e Inglaterra foi perpassada pelos interesses políticos e econômicos, pois enquanto D. João I precisava de apoio internacional e subsídio financeiro para combater Castela, o duque de Lencastre, também necessitava de ajuda para reivindicar o trono castelhano. Mediante o empenho para derrotar o mesmo inimigo é realizado o Tratado do Windsor (1386), que foi firmado com o matrimônio entre D. Filipa de Lencastre e D. João I.

O Tratado de Windsor é uma aliança diplomática entre D. João I, rei de Portugal, e Ricardo II, monarca da Inglaterra, assinado em 1386, que determinava um tratado de amizade perpétua e mútua assistência entre os dois reinos. O documento encontra-se na Torre do Tombo, e pode ser consultado pelo banco de dados digitalizado (<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4186035>).

Para Portugal, o acordo era importante para confirmar o apoio externo que levasse ao reconhecimento do rei e da dinastia de Avis no poder. A partir do Movimento de Avis (1383-1385), os laços luso-britânicos são estreitados, pois o reino inglês reconhece o Mestre de Avis como rei legítimo de Portugal. O interesse em apoiar D. João I era sobretudo porque o Duque de Lencastre almejava ocupar o trono castelhano.

Assim, após a assinatura do tratado, ocorreram os preparativos para o ato destinado a selar o acordo, que foi o matrimônio do rei de Portugal com D. Filipa, filha do Duque de Lencastre, o que veio a ocorrer em 1387. Para Moreno (1988), em termos práticos, um dos resultados imediatos do tratado de Windsor incidiu nos preparativos que conduziram ao casamento entre o rei de Portugal e a filha de João de Gante.

Destaca-se que este não foi o primeiro tratado assinado entre as duas partes. Já anteriormente, em 1373, D. Fernando, da dinastia de Borgonha, e Eduardo III o tinham feito. Portanto, o Tratado de Windsor foi uma confirmação e uma renovação dos termos desse outro tratado, uma vez que havia novas condições políticas que o norteavam.

Acerca do Tratado de Windsor, este é considerado o mais antigo acordo diplomático ainda em vigor. Quanto à continuação da relação diplomática entre os países, sabe-se que foram realizados diversos ajustes nos séculos seguintes: casamento de Catarina de Bragança com Carlos II, em 1662; o Tratado de Methuen, de 1703, que celebrou um acordo comercial entre os reinos; e a aliança luso-britânica na Guerra Peninsular, no século XIX, foram ocasiões em que se verificou um alinhamento de interesses respectivos. Portanto, durante os anos finais do Medievo a confluência de interesses políticos e econômicos dos monarcas D. João I e Ricardo II possibilitou uma relação diplomática longínqua entre Portugal e Inglaterra.

3.1 Um Reino Amigo: a Monarquia Britânica na *Crônica de D. João I*

A *Crônica de D. João I* é um produto atravessado por signos ideológicos políticos, que tinha como finalidade validar a dinastia de Avis no poder monárquico, porém também é um produto histórico que ordena os fatos de um período desordenado que foi o Movimento de Avis (1383-1385). Mesmo após a eleição do Mestre de Avis como rei de Portugal, a sua governança continuava a ser questionada, principalmente por parte da nobreza tradicional que apoiou o Rei de Castela, logo a narrativa foi escrita para ser consumida sobretudo pela corte, pois

Qualquer produto de consumo pode, da mesma forma, ser transformado em signo ideológico. O pão e o vinho, por exemplo, tornam-se símbolos religiosos no sacramento cristão da comunhão. Mas o produto de consumo enquanto tal não é, de maneira alguma, um signo. Os produtos de consumo, assim como os instrumentos, podem ser associados a signos ideológicos, mas essa associação não apaga a linha de demarcação existente entre eles (BAKHTIN, 2009, p. 32).

Como produto de consumo a *Crônica de D. João I* é imbuída de signos que fazem parte de uma determinada realidade, mas ao mesmo tempo refletem e refratam outras realidades, ou seja, a narrativa de Lopes é uma versão dos fatos, logo ela pode distorcer alguns acontecimentos vividos. Pois, “Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAKHTIN, 2009, p. 33), que emerge do processo de interação das diversas consciências individuais, que resultaram em uma coletividade impregnada de conteúdo ideológico.

Ao analisar os enunciados elaborados por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I* percebe-se que estes são compostos pela relação entre pessoa, espaço e tempo, esta classificação segue o esquema de Fiorin (2012). O cronista-historiador é um sujeito que está imerso e perpassado por discursos, espacialidades e temporalidades que atravessam sua escrita, explicitamente ou não.

Rebello (1983) nos aponta que o discurso político na *Crónica de D. João I* possui uma relação intrínseca com o discurso histórico. A sequência de fatos apresentados por Fernão Lopes é atravessada por uma exegese que atende os interesses avisinos, logo a escolha dos fatos, a forma como são organizados e expostos atendem à ânsia de legitimação avisina no poder régio. No processo de interação entre os signos, o cronista-historiador evoca diversos argumentos para alicerçar seu discurso em prol da dinastia de Avis, dentre eles destaca-se a relação diplomática entre Portugal e Inglaterra.

Na *Crónica de D. João I*, o reino britânico aparece tanto no primeiro como no segundo volume, porém em situações distintas. No Volume I, o Mestre de Avis ao temer por sua vida após matar o conde de Andeiro, que teria uma relação extraconjugal com D. Leonor Teles, cogita a possibilidade de fugir para a Inglaterra. Além deste episódio é narrado também que após ele ser eleito regedor e defensor de Portugal envia para a Inglaterra, embaixadores para pedir auxílio para lutar contra Castela. A seguir uma passagem que exemplifica a possibilidade de saída para a Inglaterra:

E porque era pubrica voz e fama que sse ell hia pera Imgraterra, veemdo Rui Pereira tamto poboo a rredor dele braadamdo todos que o queriam por Senhor, disse huña tall rrazom contra ho Mestre: Queres que vos diga, Senhor? Vos, dizem que vos hiis pera Imgraterra; mas a mim parece que boom Lomdres he este. Estomçe huñ escudeiro fidalldo que chamavom Alvaro Vaasquez de Gooes chamou o Mestre adeparte, e disse desta guisa: Vos, Senhor, dizem que hordenaaes de vos partir daqui, e vos hir pera outra terra? E o Meestre rrespomdeio que ssi (CDJ I, (Voume I), Capítulo XXII, p. 45, grifos nossos).

Neste trecho do Capítulo XXII, no Volume I, Lopes utiliza o diálogo para confirmar que era da vontade do Mestre de Avis partir para a Inglaterra, pois ele responde ao escudeiro quando é indagado com o advérbio “ssi”, que exprime afirmação. No começo do enunciado o cronista-historiador escreve: “*pubrica voz e fama que sse ell hia pera Imgraterra*”, levando o leitor a crer que era de conhecimento público este desejo de ir embora.

Na Crónica, para o Mestre de Avis continuar em Portugal, Lopes recorre ao povo. Como destacado no Capítulo XXII o cronista-historiador emprega os termos “*tamto*” que é um advérbio de intensidade, e “*todos*” (palavra que remete ao total, totalizante), que são

usados para dar destaque a “*poboo*” o que exprime o carisma do Mestre de Avis, pois o povo aclamava para ele ficar.

No Volume II, as temáticas acerca do reino britânico mudam, D. João I é oficialmente rei de Portugal, e autoriza aos embaixadores portugueses negociarem um acordo com Ricardo II. O duque de Lencastre ganha destaque, assim como o discurso em que o trono de Castela teria sido tomado de sua esposa D. Constança. Para fins de conhecimento, realizamos um levantamento, apontando em quais capítulos o reino inglês é citado. Segue abaixo o **Quadro 2 - Mapeamento dos Capítulos em que Fernão Lopes Menciona a Inglaterra na CDJ I:**

Mapeamento dos Capítulos em que Fernão Lopes Menciona a Inglaterra na CDJ I		
Assuntos dos Capítulos	Volume I	Volume II
Capítulos que explicam os motivos que poderiam levar o Mestre de Avis a ir para o reino britânico	Capítulo XVII	-
	Capítulo XVIII	
	Capítulo XXI	
	Capítulo XXII	
	Capítulo XL	
Capítulos que mencionam as relações com o reino inglês (Embaixadores)	Capítulo XLVII	Capítulo LXXVIII
		Capítulo LXXX
		Capítulo LXXXI
Capítulos que citam os Lencastres	Capítulo XLVII	Capítulo LXIV
		Capítulo LXXVIII
		Capítulo LXXIX
		Capítulo LXXX
		Capítulo LXXXI
		Capítulo LXXXII
		Capítulo LXXXIII
		Capítulo LXXXIV
		Capítulo LXXXV
		Capítulo LXXXVI
		Capítulo LXXXVII
		Capítulo LXXXVIII
		Capítulo LXXXIX
		Capítulo XC
		Capítulo XCI
		Capítulo XCII
		Capítulo XCVIII
		Capítulo XCIX
		Capítulo C
		Capítulo LXXXV
Capítulo LXXXVI		

Mapeamento dos Capítulos em que Fernão Lopes Menciona a Inglaterra na CDJ I		
Assuntos dos Capítulos	Volume I	Volume II
Capítulos que citam o discurso de que D. Constança era herdeira legítima do trono de Castela por ser filha do rei Pedro, logo o duque de Lencastre tinha o direito de reivindicar o trono que pertencia a sua esposa	-	Capítulo LXIV
		Capítulo LXXIX
		Capítulo LXXX
		Capítulo LXXXIII
		Capítulo LXXXV
		Capítulo LXXXVI

Fonte: Autora

No **Quadro 2** estão citados somente os capítulos que tratam acerca da constituição política das relações entre os reinos de Portugal e da Inglaterra o que culminou na assinatura do Tratado de Windsor (1386), e por consequência, estreitou os laços entre os Avis e os Lencastres, ocasionando o casamento entre D. João I e D. Filipa de Lencastre. Assim, neste quadro não se encontram os capítulos que tratam especificamente sobre o matrimônio, pois estes serão analisados no Capítulo 4.

Ao total são 25 capítulos em que Fernão Lopes cita como ocorreu o processo de formação da aliança política de Portugal com o reino britânico na *Crónica de D. João I*, sendo que substancialmente é no Volume II, que ocorre maior menção a temática. No Volume I, é referenciado em 5 capítulos o motivo que teria o Mestre de Avis para escolher a Inglaterra como refúgio da vingança de D. Leonor Teles, que o queria morto.

O perigo iminente de morrer por ter assassinado o conde de Andeiro leva o Mestre de Avis a cogitar a possibilidade de fugir; antes ele tenta negociar com a rainha D. Leonor Teles a paz, porém, segundo narra Fernão Lopes, a regente de Portugal não demonstra que teria perdoado seu cunhado. Por este motivo o futuro rei de Portugal declara aos seus apoiadores que sua intenção é partir para a Inglaterra.

E, ainda, no Volume I, conforme demonstra o **Quadro 2**, após se tornar regedor e defensor do reino de Portugal, D. João I envia embaixadores para comunicar ao rei britânico Ricardo II, e lhe pedir auxílio para lutar contra Juan I de Castela. Neste ensejo, é introduzido na narrativa o duque de Lencastre, pois em troca, o monarca inglês pede ajuda para que haja uma reparação. Quando fosse necessário, o Mestre de Avis deveria amparar João de Gante a reaver a herança que era da sua esposa por direito. Assim, no Volume I são no total 6 capítulos relacionados a Inglaterra.

O primeiro contato diplomático entre Portugal e a Inglaterra realizado por D. João I narrado no Volume I da *Crónica de D. João I* não gera uma aliança formal, pois um acordo entre os reinos somente é concretizado na narrativa a partir do Volume II, em que os

embaixadores conseguiram após uma longa negociação assinar o Tratado de Windsor (1386), que foi concretizado com o casamento entre o monarca português avisino e D. Filipa de Lencastre, filha de João de Gante.

Em contrapartida ao Volume I, em que a Inglaterra é citada em 6 capítulos, no Volume II temos no total 19 capítulos que mencionam como foram entrelaçadas as tessituras políticas entre os reinos de Portugal e Inglaterra; em todos estes os Lencastres são citados. Seguindo a hierarquia, Fernão Lopes assinala que D. João I envia os embaixadores para realizar um acordo com o rei da Inglaterra, e assim foi feito.

No desenrolar das negociações, o duque de Lencastre vai ganhando mais espaço na narrativa, assim como o discurso em que o trono de Castela pertenceria a sua esposa D. Constança, por isso, era legítima a sua reivindicação. Na narrativa, dos 19 capítulos que abordam os Lencastres no Volume II, esta afirmativa é realizada por Lopes em 6 desses capítulos. Porém, a questão política envolvendo os três reinos - Castela, Inglaterra e Portugal - começa no período em que D. Fernando governava o reino luso.

3.1.1 A Política Externa de D. Fernando

Para entendermos a política diplomática de D. João I, e a ligação entre os reinos luso e britânico é necessário realizamos um breve panorama das relações externas de Portugal durante a governança de D. Fernando. O monarca foi nomeado como *Inconstante*; a atribuição deve ser questionada. Discutimos se tal nomeação seria condizente às práticas, ou foi uma manipulação dos acontecimentos para atender à demanda avisina de validação do poder régio. Pois,

Sabia, porém, conceber audazes planos estratégicos de defesa e tirar lições das circunstâncias adversas: foi depois de uma derrota e da destruição de Lisboa que decidiu rodear a cidade, como várias outras, de novas e inexpugnáveis muralhas, ordenar minuciosos recenseamentos de homens, animais, provisões e armas, reformar o exército dotando-o de melhor armamento e chefias mais funcionais, com a criação dos cargos de condestável e marechal (MARTINS, 2010, p. 111).

Em contraposição ao discurso lopesiano que fundamentou a ideia de um rei “inconstante” para a historiografia, as ações de governabilidade de D. Fernando demonstram que sua atuação foi incisiva e ativa para tentar consolidar o poder régio em Portugal. O monarca reforçou a defesa do reino, melhorando o exército, e construindo muralhas nas

idades ameaçadas, além disso, realizou o recenseamento, o que lhe dava melhores condições de administrar as riquezas, e tomar decisões em prol de melhorias na economia, como:

Ainda no domínio do comércio fez criar as sisas gerais, medida que pela forma que revestiu, abrangendo todos os súditos, era, no dizer de Oliveira Marques, verdadeiro sinal de modernização do Estado, neste domínio. A criação da Companhia das Naus (1380) e das Bolsas de Seguros Marítimos foram duas outras disposições do maior alcance e clarividência: impulso sábio que permitia àqueles que quisessem construir novos barcos o poderem fazer, gratuitamente, com madeiras das florestas reais e isenção total de impostos das ferragens que houvessem de importar (MARTINS, 2010, p. 113).

De acordo com Martins (2010), durante o seu governo, D. Fernando realizou medidas de suma importância para tentar contornar os problemas financeiros que atingiam o reino, apesar da sua preocupação maior serem as relações diplomáticas, as suas ações na área da economia incrementaram e possibilitaram a circulação de bens e pessoas em Portugal.

O discurso legitimador lopesiano dá ênfase às ações negativas durante o governo de D. Fernando, porém o monarca não é culpabilizado. A culpa pelos seus erros recai sobre a sua esposa D. Leonor Teles, e seus conselheiros. O discurso que o denominava como “inconstante” perdurou durante séculos em Portugal, pois a dinastia de Avis representava um tempo de glória para a História portuguesa.

Moreira (2020) aponta que os seguintes fatos fizeram parte da política externa de D. Fernando: Guerra dos Cem Anos, Guerras Ferdinandas; e a diplomacia com a Inglaterra. As ações de D. Fernando nestes acontecimentos são compreendidas por meio de uma lógica de poder que invalida a sua governança.

Em busca de legitimar a dinastia de Avis, a política diplomática de D. Fernando foi considerada inconstante segundo as afirmações de Fernão Lopes nas crônicas que abordam os reinados em Portugal. A caracterização foi assimilada e propagada nos discursos subsequentes por uma parte da historiografia, sem que houvesse uma avaliação das ações do monarca pelo prisma prático. De acordo com Martins (2010) o monarca realizou as seguintes medidas econômicas e políticas:

[...] procurara melhorar a agricultura através da lei das sesmarias, dera incremento ao comércio externo e disciplinara a atividade dos mercadores estrangeiros, renovara a marinha mercante criando a Companhia das Naus, fundara para os homens do mar uma sociedade de Seguros Marítimos, regulamentara as sisas, restringira jurisdições senhoriais, limitara quantias que os filhos da nobreza costumavam receber da coroa, reformara a administração pública civil e militar, enfim, protegera cidades e vilas com poderosas muralhas de admirável engenharia militar, feitas em tempo recorde (1373-1375), mostrando o grau de organização e eficácia dos vedores dos seus estaleiros (MARTINS, 2010, p. 101).

A imagem distorcida na visão lopesiana que foi utilizada por séculos acerca da governança de D. Fernando não condiz com os fatos. Os erros do monarca prevaleceram e foram colocados em evidência, principalmente, as três guerras desastrosas contra Castela, e que por consequência deixaram Portugal com um problema de sucessão após a sua morte.

Os atos de D. Fernando foram avaliados segundo uma ótica legitimadora da dinastia de Avis, que buscou justificar e enaltecer a gênese de uma memória gloriosa, em que a partir do governo do Mestre de Avis o Estado e a nação portuguesa se consolidaram. Os estudos acerca da governança do último rei da dinastia de Borgonha não pontuam que:

O conturbado período dos 16 anos do governo fernandino decorreu quando a Guerra dos Cem Anos alastrava aos reinos peninsulares e D. Fernando sentiu, como grave, a ameaça à independência de Portugal. Foi nesse contexto que se decidiu a entrar em guerra com Castela e tentar uma rede de alianças dentro e fora da Península Ibérica. A sua intensa atividade econômica e diplomática, coordenada pelo escrivão da puridade, João Gonçalves Teixeira, moveu-se entre negociações, ambiguidades, promessas esquecidas, tratados de paz jurados e não cumpridos, pelo que os historiadores o têm classificado de homem sem vontade e sem escrúpulos, inconstante cana agitada pelo vento (MARTINS, 2010, p. 104).

Como um monarca de sua época, D. Fernando agiu conforme a necessidade de manutenção do seu poder régio, mediante as disputas que aconteciam em um âmbito maior: Guerra dos Cem Anos, o rei buscou adequar as necessidades do seu reino, realizando alianças conforme a necessidade. As suas ações eram ambíguas, mas demonstram que o monarca tentava se adaptar às diferentes situações políticas que influenciavam em seu governo. A sua intensa atividade diplomática expõe que o rei buscou viabilizar as relações econômicas e políticas de Portugal que se encontravam afetadas por fatores internos e externos.

Assim, “[...] o apodo o Inconstante remete para a ambiguidade das suas alianças com os diferentes reinos europeus” (MOREIRA, 2020, p. 121), pois durante a sua governança D. Fernando realizou uma política externa considerada por parte da historiografia incoerente, instável e arriscada, ao realizar acordos praticamente que simultaneamente com castelhanos e britânicos:

Após a ascensão ao trono, D. Fernando, tendo em conta as suas ambições, fez várias promessas de casamento ao longo do seu reinado, com objetivos políticos. Desta forma, é possível prever alguma “inconstância”, mas os resultados mostrarão que o rei agiu de maneira a tentar beneficiar-se a si e ao reino, ao invés de proceder sem planificação prévia (MOREIRA, 2020, p. 126).

A nomeação como Inconstante seria por causa dos vários acordos de casamento que D. Fernando propôs, mas não cumpriu, porém as diversas negociações matrimoniais

realizadas pelo monarca demonstram a ambição dele para aumentar seu poder, e beneficiar o seu reino. No entanto, no plano geral a política externa dos reinos que era atravessada por diversos interesses não possibilitou ao monarca benefícios válidos.

O monarca realizou três guerras contra Castela, pois acreditava ser herdeiro do trono. Dois anos após se tornar monarca, em 1369, Pedro I de Castela, primo direito de D. Fernando, morreu sem deixar herdeiros masculinos. Este rei foi morto por seu irmão bastardo D. Henrique de Trastâmara, que se declarou rei castelhano. Tal fato motivou o começo da guerra contra o reino vizinho.

A 1ª Guerra Fernandina (1369-1371), foi um fracasso, pois a estratégia militar e a ineficácia do cerco diplomático de D. Fernando resultaram na sua primeira derrota. Assim, em março de 1371 é assinado o Tratado de Alcoutim, pondo fim à 1ª Guerra Fernandina. As condições do Tratado incluíram o alargamento da fronteira de Portugal para o norte e leste, e o matrimônio entre D. Fernando, e Leonor de Castela, filha de Henrique II.

Com a assinatura do Tratado de Alcoutim, D. Fernando renunciou às suas pretensões de tornar-se rei de Castela, ao prometer casar-se com a princesa castelhana. Contudo, a celebração era proibida, pois seria necessária a dispensa do Papa, tendo em conta os princípios do direito canônico, já que D. Fernando e Leonor de Castela eram primos co-irmãos (MOREIRA, 2020).

“Em 1358, D. Pedro tinha prometido o infante a Beatriz de Castela, filha do rei Pedro I, o Cruel e, mais tarde, em 1366, a infanta Beatriz foi enviada a Portugal, no entanto, o rei português mudou de ideias” (MOREIRA, 2020, p.126). Ao não realizar o casamento com Leonor de Castela, D. Fernando demonstrou sua inconstância, pois foi levado por sentimentos, como a paixão, e descumpriu um acordo político estabelecido para o bem do seu reino. Essa atitude colocou novamente Portugal em conflito com Castela, piorando a situação da economia, como aponta Saraiva (1988). A instabilidade e os problemas sócio-econômicos se agravavam cada vez mais, acentuados pela escassez de alimentos, pela peste, e por tantos outros fatores que impossibilitaram a manutenção do poder nas mãos da nobreza tradicional.

A questão é que antes da celebração matrimonial consumar-se, D. Fernando teria se apaixonado por Leonor Teles de Menezes, sobrinha do conde de Barcelos e de Ourém, esposa de João Lourenço da Cunha. “Entretanto, D. Fernando casa-se, em segredo, em 1371, com Leonor Teles de Menezes, uma nobre da corte, e usou esse casamento para não cumprir a promessa que estabeleceu no Tratado de Alcoutim” (MOREIRA, 2020, p. 130). Após conseguirem a anulação do primeiro matrimônio dela, tornou-se D. Leonor Teles, rainha de Portugal, a união pública ocorreu em 1372:

Apesar de Leonor influenciar o rei em certos aspetos, no que concerne à política externa este tomava as suas próprias decisões, porém, é de realçar que este casamento lhe fechou algumas portas. Se, por exemplo, D. Fernando tivesse firmado o matrimónio com Leonor de Castela, e se esta realmente fosse a filha legítima de Henrique II e de Joana Manuel, o rei português poderia mais facilmente chegar ao trono castelhano do que através da guerra (MOREIRA, 2020, p. 132).

Assim, o matrimônio de D. Leonor Teles com D. Fernando ocasionou a anulação do Tratado de Alcoutim, que previa não apenas a paz com Castela, como também o casamento de D. Fernando com a filha do rei castelhano (COSER, 2019, p. 157). O acordo traria vantagens para Portugal, que iria anexar territórios; a sua quebra resultou na 2ª Guerra Ferdinanda (1372-1373). Porém,

A guerra (1369-71) não foi favorável aos portugueses. mas não tardou que o monarca se envolvesse num segundo (1372-73) e, depois, num terceiro conflito com o país vizinho (1381-82), de ambas as vezes integrado, como comparsa menor, nesse outro conflito mais vasto, conhecido por Guerra dos Cem Anos. Renunciando às suas anteriores pretensões ao trono de Castela, o rei português passou a apoiar um novo candidato, o pretendente inglês João de Gante, filho de Eduardo III de Inglaterra e marido de Constança, filha ilegítima do falecido rei Pedro I de Castela (MARQUES, 1996, pás. 114).

As sucessivas derrotas de D. Fernando contra Castela desgastaram a sua governança. O envolvimento de Portugal nesses conflitos internacionais era considerado desnecessário, e atribuído à instabilidade e à incoerência do rei, que realizava uma política diplomática ineficaz para Portugal ao realizar acordos tanto com a Inglaterra, quanto com Castela, que naquele momento eram inimigos declarados.

Castela e Inglaterra estavam em conflito por causa do trono. De acordo com o discurso dos ingleses, o reino castelhano deveria ser governando por João de Gante, por ter se casado com D. Constança, a herdeira legítima do trono, nesse entrelaçamento de interesses o monarca D. Fernando deveria escolher um lado. Se ele se casasse com a filha do rei de Castela, estaria rompendo relações com a Inglaterra. Seguindo esta linha de raciocínio a quebra do Tratado de Alcoutim pode ter sido possivelmente uma estratégia do rei de não perder um aliado tão importante (MOREIRA, 2020).

Apesar de ter desistido de suas pretensões ao trono de Castela, por não cumprir o Tratado de Alcoutim, D. Fernando se envolve em uma segunda guerra contra os castelhanos. Em busca de uma vitória, o monarca português precisou realizar aliança com a Inglaterra, reforçando seu contingente.

Enquanto o acordo de Alcoutim vigorava entre os reinos de Portugal e Castela, o quarto filho de Eduardo III, João de Gante (1340-1399), que estava viúvo casou-se pela

segunda vez, com a filha de Pedro I, Constança de Castela (1354-1394). Por meio deste matrimônio, o duque de Lencastre declarou também ter direito ao trono de Castela.

Quando D. Fernando descumpriu o Tratado de Alcoutim, o rei da Inglaterra, que também tinha interesse em retirar o monarca castelhano do poder régio, para que fosse ocupado por seu tio, João de Gante, une-se a Portugal, formando uma aliança luso-britânica. A convergência de interesses políticos possibilita a união entre os reinos durante um curto período de tempo em que a dinastia de Borgonha governava em Portugal.

Os conflitos entre os reinos ocasionaram uma convergência de interesses entre Portugal e Inglaterra contra Castela, o que levou D. Fernando a praticar uma política externa arriscada e perigosa. A posição do monarca colocou Portugal em um conflito de grandes proporções que onerava custos para seus súditos (“*arraia miúda*”), comerciantes, nobres secundogênitos), que não concordavam com essas ações.

Em busca de apoio, “D. Fernando pensava que apesar de o Duque de Lencastre representar um potencial pretendente à coroa de Castela e, além disso, ser filho de Eduardo III, a aliança seria mais proveitosa para Portugal, considerando o apoio que ia receber” (MOREIRA, 2020, p. 140). Mediante o interesse mútuo de derrotar o mesmo inimigo, tendo uma correlação de interesses políticos, Portugal e Inglaterra realizam uma aliança militar com a finalidade de destronar o rei de Castela, assinada em 1372, na Igreja de S. Salvador de Tagilde (concelho de Vizela). Unindo forças, o duque de Lencastre e D. Fernando atacam os castelhanos, dando início a 2ª Guerra Ferdinanda (1372-1373). Após a segunda derrota, mesmo sem grande apoio material da Inglaterra, D. Fernando escolhe novamente se aliar aos ingleses, como afirma Silva (2014):

Durante a vida de Enrique II de Castela e Leão, Fernando I de Portugal cumpriu as obrigações impostas pela aliança com o reino vizinho que foi obrigado a aceitar em 1373 em Santarém. Porém, após a morte daquele monarca, decidiu reativar o tratado que havia estabelecido com Inglaterra pela mesma época. O comportamento do rei de Portugal continuava a primar pela incoerência. Ao mesmo tempo que assinava um contrato em que comprometia formalmente a filha de 7 anos a se casar com o herdeiro da Coroa castelhana, filho do novo rei Juan I, logo que aquele atingisse a maioridade, e que garantia apoio ao papa de Avinhão, Clemente VII, combinava secretamente com o vassalo do duque de Lancaster, Juan Fernández Andeiro, uma estratégia que de novo unisse Portugal e Inglaterra contra Castela (SILVA, 2014, p. 96).

Após a morte do rei Henrique II, seu filho torna-se o rei de Castela, Juan I, a partir deste momento as relações entre os reinos ibéricos retomam a crise, pois D. Fernando decidiu aproximar-se novamente dos britânicos, que eram inimigos dos castelhanos, com isso ocorreu a 3ª Guerra Ferdinanda:

A terceira fase (1381-1382) vem em conformidade das contínuas ambições de D. Fernando. Este sentia-se traído por todos e decide reunir um conselho para que fossem estabelecidas estratégias de guerra contra Castela, porém é-lhe recomendado que não avance. Contudo, o rei declara novamente guerra ao reino castelhano em maio de 1381 Portuguesa. Constantes e linhas de força. Esta terceira guerra foi um fracasso para Castela, visto que o rei castelhano aceitou uma paz sem negociação, com receio de uma invasão inglesa. Apesar disso, a aliança anglo-portuguesa ficou deteriorada e Castela conseguiu alcançar os portos do Atlântico Norte, desejados por Portugal. E, se D. Fernando quisesse ter acesso aos mesmos teria de se aliar ao inimigo. Desta feita, o conflito termina com a celebração do Tratado de Salvaterra de Magos, em 1383, que estabelecia a paz entre os dois reinos reforçada pelo casamento entre a infanta Beatriz, única filha legítima de D. Fernando, e Juan I, rei de Castela, que acabara de enviuar (MOREIRA, 2020, p. 136).

Juan I de Castela, ao descobrir a aliança entre os reinos luso e britânico, declara guerra contra Portugal, dando início à terceira e última Guerra Fernandina (1381-1382). Neste conflito a ajuda inglesa não foi tão presente, o que colaborou para a derrota dos portugueses. Pois, “A guerra de 1381-1382 não ocorreu bem. Peter E. Russel descreve pormenorizadamente a sucessão de erros cometidos por todas as partes envolvidas, do lado português e inglês e do lado castelhano-francês” (SILVA, 2014, p. 97). A terceira derrota abalou ainda mais as relações diplomáticas de Portugal, e ocasionou o agravamento da crise em Portugal, em que nobres secundogênitos, comerciantes e a “arraia-miúda” reuniram-se contra a nobreza tradicional.

O reinado de D. Fernando enfrentou diversos problemas, como: as guerras nas regiões fronteiriças, especialmente as contra Castela, que ganharam uma proporção maior por se relacionarem ao contexto da Guerra dos Cem Anos e do Grande Cisma, que gerou um jogo de troca de alianças; a modificação na correlação de forças internas; os anseios dos “homens bons” das cidades; a insatisfação dos filhos secundogênitos da nobreza; e o casamento que ocasionou descontentamento de parte do reino. Todos esses fatores geraram uma crise que foi herdada por D. Leonor Teles ao tornar-se regente de Portugal (COSER, 2017).

A representação de um rei inconstante e frágil vai sendo construída por Fernão Lopes de forma gradual no discurso lopesiano. As suas ações são distorcidas e qualificadas como negativas, pois ao romper com os tratados, o monarca colocou em risco seu reino, negligenciando o bem comum.

Sem uma ajuda eficiente dos ingleses, D. Fernando é forçado a negociar outro acordo de paz com Castela, que é assinado em 1382 em Elvas. Entre as exigências, a que causou mais impacto na política interna de Portugal foi a obrigatoriedade da filha de D. Fernando casar com o filho de Juan I, estabelecida no Tratado de Salvaterra de Magos.

Porém, como Leonor de Aragão, esposa do rei Juan I de Castela, faleceu em 1382, após o parto, o monarca preferiu casar-se com D. Beatriz. “Aos 11 anos, em 1383, a jovem foi entregue a seu marido. Feita soberana de Castela, a infanta Beatriz abria as portas do reino português ao consorte, mesmo que o contrato de casamento procurasse estabelecer a garantia da soberania do reino português” (TREVISAN, 2016, p. 116). O matrimônio teria trazido uma maior instabilidade ao reino de Portugal, pois abria a possibilidade da união entre os reinos ibéricos.

Mediante o matrimônio da sua única herdeira com o rei de Castela, para evitar a união dos reinos ibéricos, e preservar a autonomia de Portugal, D. Fernando determinou a autonomia de Portugal no Tratado de Salvaterra de Magos em 1383. O casamento ocorreu em maio de 1383, e logo após D. Fernando morreu, o que deu início ao Movimento de Avis (1383-1385).

Acerca da dinastia de Borgonha, o último rei da sua linhagem, D. Fernando morreu em 1383, sem deixar herdeiros masculinos, redirecionando a sucessão ao trono, ao deixar assinado o Tratado de Salvaterra do Magos (1383). O monarca era casado com D. Leonor Teles, e dessa união nasceu uma única filha, D. Beatriz, que, por meio de acordo, contraiu matrimônio com o rei de Castela. Em relação à sucessão ao trono em Portugal, Ventura (1992) afirma que:

As implicações deste Tratado na sucessão ao trono de Portugal são sobejamente conhecidas. Resumidamente, diremos que o Tratado estipulava que, caso D. Fernando morresse, lhe sucederia o seu filho varão legítimo, se tal houvesse. D. Fernando morre a 2 de outubro de 1383 sem deixar filho varão. Logo, era as outras hipóteses previstas no Tratado que seriam levadas em conta: a herança caberia a D. Beatriz e a seu marido, que passaria a intitular-se Rei de Portugal como marido da dita infante. Unicamente no caso de não haver filhos desse matrimônio à data da morte de D. Beatriz, é que D. João seria Rei de Portugal, reservando-se, contudo, a autonomia do reino, com Cortes, moeda e funcionários próprios. Havendo filhos do matrimônio, o mais velho seria Rei de Portugal, e até aos 14 anos a regência estava confiada a D. Leonor Teles (VENTURA, 1992, p. 10).

O Tratado de Salvaterra de Magos determinava duas linhas sucessórias: 1. a infante D. Beatriz, que tinha apenas 10 anos, e seu marido Juan I tornavam-se rei e rainha de Portugal e Castela, preservando a autonomia dos reinos; 2. D. Leonor Teles, a viúva de D. Fernando, seria regedora e rainha de Portugal até o filho de D. Beatriz com o rei de Castela completar 14 anos de idade. Acerca da situação política em Portugal, Zierer (2018) afirma que:

[...] o momento histórico da ascensão do primeiro monarca avisino ao poder, D. João, nascido em 1357, era filho do rei D. Pedro com uma dama galega chamada Teresa Lourenço, da qual e de cuja família segundo as palavras do historiador

Armando de Sousa, “não se sabe dizer nada”. Havia entrado para a Ordem de Avis e, por essa condição, não podia contrair matrimônio. A morte do rei D. Fernando (1367-1383), seu meio-irmão e sucessor do rei D. Pedro (1357-1367), sem herdeiros masculinos, abriu a possibilidade para que D. João pleiteasse o poder político. A sucessão tinha como possibilidades as seguintes: 1. o trono passar para a viúva, D. Leonor Teles; 2. ir para o rei de Castela, D. João, casado com a filha de D. Fernando, D. Beatriz, na época com apenas dez anos de idade; 3. ser transmitido a um dos filhos de D. Pedro e Inês de Castro, considerados ilegítimos; 4. ser ocupado pelo meio-irmão de D. Fernando, D. João, o Mestre de Avis, opção que acabou por se realizar. Este último, com o apoio de membros da nobreza secundogênita (como o seu comandante militar, Nuno Álvares Pereira), de comerciantes e outros cidadãos, além de pessoas pobres da cidade de Lisboa (ZIERER, 2018, p. 228).

A situação política em Portugal em 1383 era desordenada e confusa, por isso, percebe-se um abismo entre o vivido e o determinado em lei. Pelo Tratado de Salvaterra de Magos, assinado por D. Fernando (1367-1383) havia duas possibilidades de sucessão imediata, porém no desenrolar dos acontecimentos, surgem mais duas possibilidades sucessórias para ocupar o trono português.

Após a morte do último monarca da dinastia de Borgonha, o Tratado de Salvaterra de Magos determinava duas linhas sucessórias possíveis para ocupar o trono português. Mas no desenrolar das relações de poder, identificam-se 4 possibilidades para a sucessão régia, como aponta Zierer (2018). Nesse enlace, conseguiu alcançar o trono aquele que realizou alianças e negociou com diferentes grupos sociais, que precisavam de uma representação que subvertesse a ordem, nem que fosse apenas no campo simbólico.

D. Fernando e sua família representavam a continuidade das relações de poder. Quando D. Leonor Teles assume a regência do trono, de forma legítima, sua governança é questionada, principalmente por sua ligação com Castela, já que sua filha era casada com o rei castelhano. No discurso lopesiano a rainha é deslegitimada por sua suposta relação extraconjugal, o cronista-historiador escolhe signos sociais que determinavam se uma mulher era honrada ou não, para legitimar a tomada de poder realizada pelo Mestre de Avis.

A regência de Leonor Teles durou somente três meses; o curto período de governança inviabilizou as ações políticas da rainha, que enfrentava uma oposição ao seu governo herdada do seu esposo. Apesar de a regente ser culpabilizada por Fernão Lopes pelas más ações de seu marido, é importante salientar que as guerras contra Castela realizadas por D. Fernando começaram antes de seu matrimônio. Em contraposição ao último rei e rainha da dinastia de Borgonha, o Mestre de Avis, na lógica lopesiana, simbolizava a inovação, enquanto a monarca representava a continuidade dos problemas políticos, econômicos e sociais.

Como produto ideológico, a *Crónica de D. João I* constrói dicotomias entre diversas representações e ações. Lopes compara, sem usar termos comparativos, as ações diplomáticas dos reis D. Fernando e D. João I, com o objetivo de enfatizar a diplomacia do Mestre de Avis. Como um bom rei, segundo a visão lopesiana, ele conseguiu realizar um tratado benéfico para Portugal, ao contrário de seu meio-irmão,

Após várias hesitações que reflectem a inconstância de D. Fernando em política internacional. D. Beatriz casa com D. João de Castela, por contrato de 2 de abril de 1383. O Tratado foi jurado, ao corpo de Deus consagrado, pelos principais prelados e nobres do reino. Do mesmo modo, foi jurado em Badajoz, em 21 e 22 de maio, pelos fidalgos castelhanos e portugueses (VENTURA, 1992, p. 9).

Ventura (1992) aponta que as inconstâncias de D. Fernando ocasionaram o matrimônio de sua filha, D. Beatriz, com o rei de Castela, e por conseguinte, o Movimento de Avis, ou seja, o rei português demonstrava uma inabilidade para conduzir a política internacional de Portugal.

A suposta falta de habilidade para governar é colocada em segundo plano na *Crónica de D. João I*, para que a imagem do rei permanecesse positiva; em busca de culpados, a responsabilidade dos erros de D. Fernando recaí sobre D. Leonor Teles. Em uma sociedade em que os corpos masculinos dominam os femininos, retratar o meio-irmão do Mestre de Avis como um homem fraco e sem condições para governar era questionar o espaço de dominação em que os cavaleiros eram a cabeça da família, da sociedade e da governança.

Este fato é explorado por Fernão Lopes na Crónica, porém o monarca morto é eximido da culpa, que recaí sobre seus conselheiros e sua esposa, a qual interferia em assuntos que não seriam para mulheres. A sua posição de soberania é respeitada, para que não houvesse contradições acerca das hierarquias que determinavam os papéis próprios dos homens e das mulheres no Medievo. Alguns classificam as ações do monarca como uma:

Política desastrosa, que era, em boa verdade, o resultado de uma tentativa, pela aristocracia terratenente, de conservar força e privilégios tradicionais, D. Fernando juntou um casamento impopularíssimo, ao fazer de Leonor Teles de Meneses sua rainha. Esta senhora e seu partido conseguiram torna-se odiados por parte da população. **Para a maioria dos portugueses, a rainha encarnava os interesses da nobreza latifundiária e – com razão ou sem ela – incorporava todos os maus conselhos que o rei aparentemente seguia** (MARQUES, 1996, p. 115, grifo nosso).

A regente D. Leonor Teles é culpabilizada, assim como os conselheiros do rei, pela sua política desastrosa, principalmente, no que tange às relações diplomáticas, porém a

“inconstância” de D. Fernando já era demonstrada desde o início do seu reinado. Para não culpar diretamente o rei morto por seus erros, vários discursos, incluindo o lopesiano, utilizam a figura da rainha como bode expiatório para culpar pela crise em Portugal. Acerca da participação da rainha:

É notável uma intervenção de D. Leonor na política do reino: os tratados de casamento da filha de ambos, Beatriz, nascida em 1373, eram assinados tanto por D. Fernando como pela sua esposa. A rainha teve um grande papel político, que pode ter surgido fruto das suas capacidades, as quais o rei podia valorizar, ou de manipulação, como sugere Fernão Lopes. O que o povo pensava do casamento entre D. Fernando e Leonor Teles? “Não admira, portanto, que esse casamento, realizado em segredo no ano de 1371 e publicamente em 1372, precedido de relações adúlteras notórias, tenha servido de motivo alegado para revoltas populares como até aí nunca se viram”. O povo era completamente contra a união entre o monarca e a fidalga, pois acreditava-se que punha em risco a paz do reino (MOREIRA, 2020, p. 133).

A rainha D. Leonor Teles obteve uma atuação expressiva no governo do seu esposo, isto foi utilizado contra ela no discurso lopesiano para classificá-la como uma mulher manipuladora. Porém, possivelmente sua participação foi devida à sua habilidade política, que foi ocultada da narrativa de Fernão Lopes, para invalidar o poder legítimo de reger Portugal.

O objetivo de Fernão Lopes é qualificar negativamente o governo de D. Fernando, porém possivelmente pelo seu laço parentar com o Mestre de Avis, o último rei da dinastia de Borgonha não é culpado pelas suas ações, que recaem sobre a rainha. O cronista-historiador consegue converter a culpa para a regente, a transformando em uma antagonista perigosa, e que deveria ser retirada do trono por seu comportamento moral duvidoso.

Ao monarca D. Fernando é atribuída somente a fraqueza, que foi adquirida pela cegueira por amar sua esposa. Porém, o governo era exercido pelo rei, e por mais que sua esposa o influenciasse, no discurso patriarcal de Lopes, ele é uma marionete, o que conduz os leitores a não questionarem as ações do último governante da dinastia de Borgonha.

Percebe-se que na narrativa o tempo do Mestre de Avis seria uma temporalidade de prosperidade para Portugal; no jogo político, o governo anterior deveria ser culpabilizado e descredibilizado, porém ele era exercido pelo meio-irmão de D. João I. Assim, para Lopes, atribuir à culpa a regente foi uma saída para a dinastia de Avis, que precisava validar a descendência de D. Pedro, pai de D. Fernando e de D. João I.

Coser (2019) afirma que a rainha foi descrita da seguinte forma por Lopes: bela, sedutora, ardilosa e adúltera. Essa “[...] caracterização de Leonor Teles traz consigo a caracterização de um rei fraco, um rei que cedia aos desejos da mulher e que não foi capaz de deixar herdeiros homens, trazendo um fim melancólico para a dinastia de Borgonha”

(COSER, 2019, p. 163). A culpa pelo fim da dinastia de Borgonha recaí sobre a rainha, que era considerada uma mulher inadequada para ocupar o lugar de esposa do rei. Suas características comportamentais e físicas são utilizadas no discurso lopesiano para invalidar seu poder de regente, que lhe pertencia de forma legítima, segundo constava no Tratado de Salvaterra de Magos.

D. Leonor Teles, além de não ter concebido um herdeiro, desvia-se do modelo vigente para os corpos femininos casados, principalmente porque teria uma relação extraconjugal com o súdito de seu esposo. Vecchio (1990) assinala que na Idade Média a boa esposa deveria ser uma mulher irrepreensível sobre qualquer ângulo, ou seja, deveria ser perfeita, evitando as falhas e tentações que a cercavam, para isso, era necessário ser conduzida pela racionalidade, que seria uma característica masculina. Ao manter uma suposta relação extraconjugal, a rainha colocava em dúvida a paternidade da sua filha D. Beatriz, deslegitimando a descendência da família à qual pertencia.

O corpo feminino durante o Medievo foi modelado a partir das perspectivas de poder em que estava inserido, influenciado pelas ideias religiosas; as sociedades medievais impuseram padrões de comportamento adequados às mulheres casadas, solteiras e viúvas pautados na ótica maniqueísta ocidental de extremos, ou a mulher era honrada ou desonrada. Para as mulheres casadas, segundo Vecchio (1990) elas deveriam ser noras respeitadas, fiéis, mães cuidadosas, boas donas de casa, que possuíam uma rede de deveres elaborados a partir da lógica eclesiástica.

As mulheres casadas receberam especial atenção dos clérigos, elas eram um modelo social fundamental para a constituição familiar. Salienta-se que a Igreja também impôs o modelo de comportamento ideal para os homens casados, ao corpo masculino havia uma certa flexibilidade e tolerância em relação às cobranças acerca de suas condutas, o que possibilitava aos homens uma maior liberdade. Porém, a elaboração de uma moral conjugal instituía deveres tanto para homens, como para as mulheres.

No discurso lopesiano são apresentados os argumentos que invalidam a sucessão régia de D. Leonor Teles, D. Beatriz e dos filhos de D. Pedro com Inês de Castro, Fernão Lopes conduz o leitor a inviabilizar quase todas as possibilidades, menos a do Mestre de Avis, mesmo este sendo um filho ilegítimo, ele torna-se legítimo por sua honra, ou seja, seu poder é justificado por características que incluem ser um homem justo e que ama sua terra natural.

Ao duvidar da fidelidade de D. Leonor Teles, apontando que ela teria uma relação extraconjugal com o conde de Andeiro, Fernão Lopes invalida a sua permanência no cargo como regente pois ela era uma mulher desonrada. E, por consequência ele também conduz os

leitores a duvidarem da paternidade de D. Beatriz; Saraiva (1996) expõe como a rainha é constantemente caracterizada como uma mulher pouco casta, logo a paternidade seria questionável, e por isso, a sua filha não poderia ser rainha de Portugal.

Em relação aos filhos de D. Pedro com Inês de Castro, que também seriam herdeiros, Saraiva (1996) assinala que Fernão Lopes utiliza o argumento de que o casamento não teria sido realizado de forma correta, assim os herdeiros seriam ilegítimos. Por meio de exposição longa que ocorre no Volume I, o cronista-historiador utiliza o personagem João das Regras para arguir e defender os argumentos que colocam o Mestre de Avis como a única opção viável a ser escolhida pelas Cortes de Coimbra.

Assim, como afirma Saraiva, Fernão Lopes utiliza dois planos para legitimar o Mestre de Avis no poder: o plano jurídico e o plano providencial. Ambos se completam em uma simbiose que gera um argumento único, legitimador e apologético, que utiliza outros pilares para configurar uma “nova” dinâmica política em Portugal.

Ventura (1992) afirma que mediante a resistência à nomeação de D. Beatriz como rainha de Portugal, D. Leonor Teles torna-se a regente do reino, porém o problema sucessório continuou incitando insurgências. Nesse ensejo a figura do Mestre de Avis vai ganhando notoriedade, e liderando as forças contrárias ao grupo que estava governando Portugal em 1383.

O direito de regência de Leonor Teles, em caso de morte do rei D. Fernando, foi estabelecido no Tratado de Salvaterra de Magos, que determinava que a rainha Leonor Teles seria a única regente do reino português, caso o rei morresse antes que sua filha Beatriz, casada com o rei de Castela D. Juan, tivesse um filho em idade de governar. Nesse sentido, a regência de Leonor só cessaria quando essa condição fosse cumprida: um legítimo herdeiro atingisse a idade de catorze anos. Entretanto, os acontecimentos que a historiografia convencionou chamar de Revolução de Avis (1383-1385) levaram à deposição de Leonor, seu confinamento no convento de Santa Clara em Tordesilhas e ao estabelecimento de uma nova dinastia com a aclamação do filho ilegítimo de D. Pedro, João I, o Mestre de Avis (COSER, 2019, p. 155).

Na ausência de um herdeiro masculino, e como D. Beatriz ainda não havia nem mesmo consumado o casamento, pois tinha apenas 11 anos de idade, D. Leonor Teles assume a regência de Portugal, e a partir disso, começa uma série de insurgências contra a sua governança, comandadas pelo seu cunhado, o Mestre de Avis. Levantam-se contra a regência de D. Leonor Teles a “arraia miúda”, que não se esquecia dos problemas gravíssimos que as Guerras Fernandinas lhe trouxeram; os nobres secundogênitos, que desejavam algo que lhes garantisse terras, honras e títulos; e os comerciantes. Todos esses grupos apoiaram e

formaram a base para que D. João I conseguisse alcançar o poder. Zierer (2018) correlaciona como Fernão Lopes interpretou os grupos políticos em Portugal:

De acordo com o cronista, os que apoiavam D. João I eram os “verdadeiros portugueses”, ou a mansa oliveira portuguesa, em oposição aos “enxertos tortos” dessa árvore, cujo fruto dava “amargo licor”, representados pelos “maus portugueses”, em especial, a nobreza tradicional, que apoiava o rei de Castela no trono português. Ao comparar os dois grupos, Fernão Lopes considera os partidários do Mestre de Avis “mártires” a lutar para “defender o reino contra os mortais inimigos”, os castelhanos, os quais, conforme o cronista, eram “induzidos pelo espírito de Satanás”, adoravam “ídolos”, além de serem apoiados pelos “falsos portugueses” (ZIERER, 2018, p. 232).

A divisão política em Portugal por meio da ótica de Lopes é perpassada pelo discurso religioso em que o bem e o mal são lados distintos. O maniqueísmo cristão no qual o cronista-historiador estava inserido dá significado e significante aos signos elencados nos enunciados, criando uma memória simbólica que reverbera nas ações políticas dos sujeitos envolvidos.

Fernão Lopes, por meio de signos, reforça na *Crónica de D. João I* que D. Fernando era inconstante; este estereótipo é usado a serviço da legitimação da dinastia de Avis. Pois, o que se percebe é que o meio-irmão do Mestre de Avis era um homem ambicioso, e por isso envolveu-se em diferentes conflitos em busca de um acordo que atendesse aos seus anseios. Tal denominação impossibilita a compreensão da complexidade que possibilitou o Movimento de Avis em Portugal, e o entendimento das tessituras sociais que envolveram o último rei da dinastia de Borgonha.

Imbuído de significados e significantes, o cronista-historiador utiliza as ideias que circulavam na sociedade medieval portuguesa, para construir uma ponte com os leitores, e os conduzir a acreditar nos argumentos por ele expostos, que alicerçam o poder avisino no plano simbólico por meio de uma memória construída com esta finalidade.

3.2 A Construção da Memória da Política Externa de D. João I por Fernão Lopes

De forma gradativa Fernão Lopes vai dando ênfase à família dos Lencastres criando na narrativa um ambiente propício para a efetivação do casamento entre D. João I e D. Filipa de Lencastre, que ocorre no Volume II na *Crónica de D. João I*. Além disso, o cronista-historiador valida a ajuda que Portugal concedeu a João de Gante para reaver o reino castelhano que estava sendo governado por Juan I de Castela.

A diplomacia seria uma atitude necessária para começar uma boa governança, como rei de Portugal, D. João I, o primeiro da sua dinastia, realizou, segundo consta na Crónica escrita por Fernão Lopes, contato com o reino britânico por meio de seus embaixadores, em busca de apoio militar e financeiro contra a invasão de Castela.

A ação diplomática do rei avisino é classificada como bem-sucedida na *Crónica de D. João I*, pois é a partir dela que ele consegue um bom casamento que trouxe vantagens políticas para Portugal, em contraposição ao seu meio-irmão D. Fernando, que tinha uma política internacional ambígua e perigosa, que ocasionou um problema para a sucessão do trono português após a sua morte. Assim, como o matrimônio, o tratado com a Inglaterra torna-se uma das colunas na construção das relações de poder que consolidam o rei avisino e seus sucessores no trono. Visto que,

A acção política visa sempre e apenas a capturar, exercer e manter o poder político. Capturar o poder traduzia-se, para o Mestre de Avis, ou para os seus partidários, em fazer inflectir a seu favor as diversas linhas de legitimidade do poder tal como concebidas na Idade Média. O apoio de algumas áreas da nobreza e do povo, as ajudas internacionais – traduzindo-se em poder militar e económico -, o a pelo aos legistas, ganham sentido quando integrados numa teoria da legitimidade (VENTURA, 1992, p. 3).

Como o Mestre de Avis não era filho legítimo do rei D. Pedro, na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes agrega ao discurso diversos argumentos para legitimar a ascensão avisina ao poder régio, dentre eles está a diplomacia internacional. Consegue não somente o apoio militar para combater Castela, mas também a assinatura do Tratado de Windsor, e por consequência, casa-se com uma infanta nobre. Portanto suas ações externas são validadas como positivas para Portugal.

Na *Crónica de D. João I* a colaboração entre os reinos adquire sentido de acordo com o desenrolar das ações políticas de D. João I, pois ela se traduz como uma demonstração de poder militar e econômico (VENTURA, 1992). A validação de sua política externa é traduzida pelo cronista-historiador como uma contraposição a ações externas do monarca anterior, D. Fernando.

A concepção de poder em Fernão Lopes é difusa, já que tem como objetivo atender a diversas demandas sociais; o problema da sucessão em Portugal é cadenciado e sequencializado pelo autor com a finalidade de organizar e categorizar um discurso coeso, coerente e legitimador do poder avisino. Assim, Rebelo (1983) aponta qual a argumentação utilizada pelo cronista-historiador para justificar a tomada de poder:

Dona Leonor prosseguia e acabara por agravar a política administrativa dos últimos dias do reinado de D. Fernando na medida em que continuava a manter os mercadores afastados dos negócios da governação. Impossibilitados de exercer qualquer pressão sobre o Conselho Régio e de fazer vingar medidas destinadas a proteger os seus interesses e os daqueles que directa ou indirectamente deles dependiam, os “homens bons” não haviam tido outra alternativa que não fosse a do recurso a um golpe de força (REBELO, 1983, p. 25).

No discurso lopesiano, o golpe contra a regente D. Leonor Teles era inevitável, pois a mesma não deixou alternativas, pois as suas ações estariam prejudicando os “homens bons”. Segundo Lopes, o Mestre de Avis tentou negociar com a rainha, episódio narrado no Capítulo XIII. Porém, ela demonstrava resistência em atender ao apelo de seu cunhado porque estaria com ódio pelo assassinato de seu suposto amante, o conde de Andeiro.

O Mestre de Avis também tentou casar-se com ela aconselhado pelos seus aliados, que argumentavam: “*Meestre casasse com a Rainha dona Lionor; dizemdo que ella avia daver o rregimento do rregno por certos anos, segumdo nos trautos era comtheudo*” (CDJ I, (Volume I), Capítulo XXV, p. 50). As tentativas de aproximação do Mestre de Avis com a regente demonstravam para os leitores a flexibilidade e a tolerância dele, por tentar negociar, enquanto a resposta dela demonstra inflexibilidade por não aceitar a proposta, o que a tornaria inapta a governar, já que a rainha não conseguiu negociar e nem se adaptar a situações adversas. Além disso, D. Leonor Teles não estaria pensando no bem dos seus súditos, outro argumento empregado contra ela na narrativa lopesiana:

O estopim que desencadeou os conflitos foi o assassinato do conde Andeiro, principal aliado de Leonor, pelo Mestre de Avis e seus companheiros. A cidade de Lisboa foi então palco de conflitos generalizados e a Rainha parte para Alemquer, de onde procura organizar sua resistência. Recebeu ainda uma proposta de casamento por parte de D. João, o Mestre de Avis, que seria uma forma de contemporizar a revolta. Leonor recusa e insiste em seus direitos como regente, seguindo para Santarém. De lá, pede o apoio do rei de Castela para recuperar seus direitos. O rei castelhano atende o chamado, mas obtém de Leonor a desistência da regência do reino em seu favor. Logo ficaria claro para a rainha que havia perdido todas as suas prerrogativas e tenta ainda sublevar-se contra o rei castelhano, mas é presa por este e enviada para Tordesilhas, tendo morrido algum tempo depois, por volta de 1405. O desenrolar dos acontecimentos em Portugal, como é bem sabido, levaram ao reinado do Mestre de Avis, dando início a uma nova dinastia que teria como segundo rei seu filho D. Duarte (COSER, 2019, p. 158).

De forma gradativa, Fernão Lopes utiliza o assassinato para desencadear outros acontecimentos na Crónica. É a partir deste fato que ocorre o desentendimento entre a regente e o Mestre de Avis, e D. Leonor acaba abdicando do trono em favor da sua filha, D. Beatriz, o que ocasiona a invasão do reino português pelo rei Juan I de Castela.

Segundo Lopes, D. Leonor Teles, levada pelo ódio ao Mestre de Avis, realizou uma política pró-castelhana, ao manter contato com Juan I, e até mesmo lhe pedir ajuda contra a insurgência, fato que piorou ainda mais a sua imagem, que já era questionável por ser uma suposta adúltera. Esses dois fatores foram utilizados para deslegitimar a monarca a exercer o poder de regente, adquirido legitimamente por meio do Tratado de Salvaterra de Magos. No desenrolar da narrativa, o cronista-historiador direciona os leitores a acreditarem que a rainha não estava preocupada em governar, mas tomada por sentimentos, que seriam uma característica feminina, ela recorre a meios ardilosos para conseguir sua vingança, conforme já nos referimos no Capítulo 2. Pois,

Ella avia certos fundamentos pera quem tinha maa voomtade, numca lho poder conhecer; e omde emtemdia fazer gram dâpno, aazava mortaaes empeçimentos cõ mostrança de todo o contrario. Assi que pero ella tevesse ao Meestre huũ tam mortal ódio por a morte do Comde Joham FERMAMDEZM em guisa que de nehuũ mal lhe poderá emtom viir tam gram parte, que a ella fora abstada viingança; pero com todo isso ella pode tamto com seu grande coraçõ a mui poucos ligeiros de fazer, que nêhuũs signaaes de mal quereança mostrava ao Meestre de fora, como see lhe nuca ouvesse feito nehuũ desprazer (CDJ I, (Volume I), Capítulo XV, p. 36, grifos nossos).

Quando o Mestre de Avis assassina o conde de Andeiro, principal conselheiro de D. Leonor Teles em seus Paços, ocorre na *Crónica de D. João I* a ruptura das relações “amistosas” entre a rainha e seu cunhado. Por meio deste acontecimento, o reino inglês é citado pela primeira vez por Fernão Lopes. Na cadência da narrativa, a morte do principal conselheiro da regente é o acontecimento que possibilita o desenrolar dos fatos, e interliga os personagens.

Na sequência da narrativa, No Capítulo XIII, o Mestre de Avis pede desculpas a rainha por matar o conde de Andeiro em seus Paços, com isso Lopes conduz o leitor a atribuir a humildade como uma das características do futuro rei de Portugal, além de sua nobreza ao assumir que cometeu uma ação em um local inadequado.

Em contrapartida, na passagem acima é conferida a D. Leonor Teles a dissimulação, quando Lopes afirma: “*numca lho poder conhecer*”, já que ela sempre demonstrava o oposto do que pretendia fazer ou falar; para enfatizar a ideia, o cronista-historiador emprega as palavras “todo” e “contrário” juntamente, ao afirmar: “*mostrança de todo o contrario*”; o termo totalizante busca caracterizar de maneira irrefutável para o leitor a rainha como uma mulher astuta, falsa e dissimulada. Os termos reforçam a construção do argumento lopesiano em que a monarca era uma mulher desonrada, por isso, não poderia

ocupar o trono luso, ao contrário de seu cunhado, o Mestre de Avis, que foi construído como um homem honrado e justo na Crónica. Pois,

A forma como a rainha Leonor Teles foi caracterizada nas crônicas de Fernão Lopes é bem conhecida: bela, sedutora, ardilosa e adúltera. O primeiro cronista oficial do reino português e guarda mor da Torre do Tombo influenciou gerações de historiadores que identificaram a rainha como a grande responsável pelos erros de D. Fernando e pela perda de sua própria regência. A intenção aqui não é buscar uma mulher real por traz da narrativa de Lopes, mas sim procurar compreender em que medida o discurso de uma natureza feminina frágil e deficitária seria veiculado pelo cronista ao narrar o desenrolar dos acontecimentos que levaram à deposição de Leonor Teles (COSER, 2019, p. 163).

A inabilidade de governar da rainha D. Leonor Teles, segundo o discurso lopesiano, é embasada na sua fraqueza de caráter, que é baseado em suposto adultério que ela teria cometido com o vassalo do seu marido, o conde de Andeiro. Para deslegitimar o lugar que por direito, resguardado pelo Tratado de Salvaterra de Magos, era dela, de reger Portugal, o cronista-historiador utiliza o discurso da moral cristã que determinava o comportamento da mulher casada. Já que,

A mulher deve estar ligada a um só homem é dedutível não só de uma praxe universal e consolidada, mas também de uma série de motivações de caráter racional: a relação com mais homens subverte a natural subordinação da mulher ao marido e impede a manutenção da paz familiar, mas sobretudo prejudica a prole, na realidade, por um lado, a frequência e a diversidade de relações impedem a gerações de filhos, como se verifica com as prostitutas, que são mais estéreis do que as outras mulheres (VECCHIO, 1990, p. 153).

Durante o Medievo os homens da Igreja foram desenvolvendo discursos que consolidavam a subordinação do corpo feminino ao corpo masculino. O lugar de subordinação da mulher para eles era uma verdade universal, consolidada e incontestável, dentro desta lógica o matrimônio tornou-se uma instituição de suma importância para o controle da sexualidade, e também no aspecto econômico, pois se supunha um controle da paternidade, atestando que a herança fosse para filhos legítimos.

Ao comparar os personagens femininos e masculinos na *Crónica de D. João I*, identifica-se a permanência destes discursos que circulavam pela sociedade portuguesa. Em contraposição a D. Leonor Teles, o cronista-historiador formula a trajetória honrada de D. João I, que se configura como um fio condutor para legitimar a dinastia de Avis no poder régio.

O Mestre coloca sua vida em risco para restaurar a honra de seu irmão, demonstrando abnegação, e que seus interesses pessoais estariam em segundo plano, enquanto

D. Leonor Teles demonstra o contrário, pois sua prioridade, segundo Lopes, seria a vingança pela morte do conde de Andeiro, o que a fez deixar as questões do reino luso de lado, ou seja, os seus assuntos pessoais se sobrepõem ao bem comum, ao bem dos portugueses.

Fernão Lopes, no começo da *Crónica de D. João I*, enfatiza que D. Leonor Teles, não aceitou a interferência do Mestre de Avis nos assuntos régios, e a situação piorou quando ele liderou o assassinato do seu suposto amante, o conde de Andeiro. Tomada pelo ódio, a rainha estaria buscando vingança, mesmo após o Mestre de Avis ter lhe pedido desculpas, quando a procurou para resolver as diferenças. Assim, temendo por sua vida,

[...] o Meestre veemdo as cousas que sse depois seguïrom, dizemdo que ell no reino, e nom por outra cousa, se moveo a matar o Comde Joham Fernamdez; ca sua voohtade numca esta foi, nem sobio em seu coraçom tall desejo; mas somente por husar dhuñ homrosa façanha, viingamdo a desomrra de seu irmão, amte pos sa vida e homrra em grande aventura tremetemdosse de fazer tall obra, despoemdo de deixar o rregno e ho Meestrado por esto, como de feito quisera fazer. Porque tanto que a Rainha partio pera Allamquer e ell ficou na cidade, ouve ho Meestre comsselho por seguramça de sua vida, de sse hir pera Imgraterra, veemdo que lhe nem comviinha ficar no rregno; e mamdou fazer prestes todo o que compria pera sua hida, em duas naaos que jaziam amte o porto da cidade, carregadas daver de mercadores (CDJ I, (Volume I), Capítulo XVII, p. 38, grifos nossos).

O cronista-historiador realiza um jogo de palavras, ressignificando o assassinato do conde de Andeiro, positivando a ação ao adjetivar como uma “honrosa façanha”, e a ideia é ratificada ao ser correlacionada com os laços familiares, pois o Mestre cometeu um ato que seria condenável, mas que se tornou aceitável e honrado, já que era para vingar e restabelecer a honra do seu irmão morto, o rei D. Fernando.

Fernão Lopes conduz o leitor a enxergar o assassinato do conde de Andeiro como uma ação honrada, em que o Mestre colocou sua própria vida em risco, pois, segundo o cronista-historiador, D. Leonor Teles queria a morte de seu cunhado para vingar o assassinato de seu suposto amante. Nesse ensejo, para assegurar a sua vida, o futuro rei de Portugal cogita a possibilidade, e conversa com seus aliados acerca de fugir para o reino inglês, ao afirmar: “*de sse hir pera Imgraterra*”. Assim, Fernão Lopes introduz a relação entre D. João I, e a Inglaterra que se firmou por meio do casamento com D. Filipa de Lencastre.

Nas tessituras lopesianas o reino britânico é introduzido a partir do Capítulo XVII, quando o Mestre de Avis, temendo por sua vida, pensa e conversa com seus aliados acerca da possibilidade de sair de Portugal, e fugir para a Inglaterra. Essa menção inicial cria uma ligação entre os reinos, que justifica o apoio e a aliança contra Castela. Acordo que foi

concretizado como casamento entre D. João I, e D. Filipa de Lencastre, que também é retratado na *Crónica de D. João I*.

Destaca-se que Fernão Lopes emprega o visualismo ao utilizar os termos “*veemdo*” e “*ouve*”, conferindo dinamicidade à cena, o que ocasiona sensações aos leitores, e os aproxima do texto. Além disso, utiliza a palavra “*todo*”, conferindo a totalidade, e reafirmando a ideia de homogeneidade, o que leva aqueles que estão lendo imergirem na narrativa. A mescla desses elementos na construção da narrativa ratifica o discurso avisino, e cria uma espacialidade e temporalidade que convergem em um discurso apologético, que busca atender aos interesses políticos. Em relação à partida do Mestre de Avis para a Inglaterra, Lopes diz que:

Certas rrazoões assinam os autores, por que o Meestre determinou nom ficar no rregno e sse hir pera Imgraterra, das quaaes he bem de saberdes alguũas. Primeiramente el sse temia muito da Rainha, por a morte do Comde Joham Fermamdez, posto que estamdo na cidade, ella nom desse a emtemder; que lhe por tall cousa tinha nêhuũ maaõ desejo (CDJ I, (Volume I), Capítulo XVIII, p. 40, grifos nossos).

No discorrer do Capítulo XVIII, o cronista-historiador cita, objetivamente, apenas uma razão para o Mestre de Avis partir para a Inglaterra: o temor da vingança de D. Leonor Teles. Segundo Lopes, esse fato é citado por outros autores em diferentes escritos, porém ele não os referencia. Destaca-se que as “*outras taaes rrazoões*” (CDJ I, Capítulo XVIII, p.40) não são expostas, pois o interesse discursivo é enfatizar a desmedida vingança arquitetada silenciosamente pela rainha regente.

Do início ao fim do Capítulo XVIII, Fernão Lopes utiliza como recurso estilístico o pleonasma, repetindo a mesma ideia, com palavras diferentes, reforçando a razão principal pela qual o Mestre de Avis sairia de Portugal para a Inglaterra, tornando os outros motivos secundários e insignificantes, por isso, não precisavam ser mencionados. Para reforçar ele emprega o advérbio de intensidade “*muito*”, que conjugado intencionalmente com a repetição de formas diferentes da mesma ideia, dá ênfase ao fato selecionado para a construção de uma memória que favoreça a trajetória de D. João I.

Segundo Lopes, o ódio da rainha pelo Mestre de Avis, após ele ter matado o conde de Andeiro, era mortal, para evidenciar ele repete o vocábulo “*todo*”, além de usar termos como “*tamto*” e “*gramde*”, criando uma hipérbole, ou seja, ele emprega intencionalmente expressões exageradas para passar uma ideia de intensidade para os leitores, com o objetivo de os convencer acerca dos perigos representado pela presença de uma rainha dissimulada para governar Portugal. Ao empregar tais vocábulos para caracterizar a monarca,

o cronista-historiador direciona a narrativa com o objetivo de validar os Avis no poder régio, e aqueles que o apoiaram em sua jornada. A atribuição de sentimentos negativos a D. Leonor Teles a coloca na posição de antagonista na Crónica. Destaca-se a repetição do vocábulo: “*viingamça*”, que ocorre também no Capítulo XXI, associada a D. Leonor Teles, pois

“[...] homde há mui grade amor se geeram desvairados cuidados, por çedo percallçar a fim de seu desejo, assi o que tem rancor dalguña pessoa, nom çessa pemssar desvairados caminhos com que apague a sede da sua mortal sanha. E por tanto a Rainha dona Lionor per vomtade feminina que geerallmente he muito desejador de viingamça, desi husamdo dhuñ grandioso coraçom de que natureza lhe nom fora escassa, nenhuña cousa por estomçe a seu emtendimento era mais rrepresentada, que cuidar ameude todollos modos, per que do Meestre podesse aver comprida emenda (CDJ I, (Volume I), Capítulo XXI, p. 44, grifos nossos).

Ao repetir a palavra vingança, Lopes enfatiza para o leitor que o objetivo da rainha era conseguir sua retaliação contra o Mestre de Avis, que teria matado seu suposto amante. E, o perigo era maior, pois seu tipo de vingança era silenciosa, já que a mesma não demonstrava suas reais intenções. Para intensificar e conferir dramaticidade, o cronista-historiador emprega palavras como: muito (advérbio de intensidade), grande (adjetivo) e grandioso (adjetivo), associadas aos sentimentos de amor, vingança e desejo, que seriam tipicamente femininos. O termo totalizante “*todollos*” é empregado no final do parágrafo para ratificar que a rainha recorrerá a todos os meios para alcançar seu objetivo.

O discurso lopesiano é construído com o sensorialismo, identificado no vocábulo “*sede*” que remete ao paladar, mas que por estar conectado com o sentimento de rancor adquire sentido figurado fazendo alusão ao desejo vivo, ardente e necessário de D. Leonor Teles de conseguir vingar a morte de seu suposto amante, o conde de Andeiro. As características para desqualificar a rainha como regente de Portugal reforçam o arquétipo social, em que as mulheres eram dominadas pelos seus sentimentos, por isso, precisavam ser tuteladas pelos homens, que eram norteados pela razão.

Para ratificar a simbologia da vontade de vingança, que só poderia ser alcançada por meio da morte, sangue se paga com sangue, é usada a palavra “*mortal*”, associada a “*sede*”, validando a afirmação de Fernão Lopes de que o Mestre de Avis temia por sua vida, por isso, cogitava a possibilidade de ir para a Inglaterra. Assim, com o entrelaçamento de termos, o cronista-historiador buscava legitimar sua versão dos fatos narrados como a “*verdade nua*”. Assim,

De acordo com a filosofia do poder adoptada por Fernão Lopes, a rainha afastara-se por completo da linha da justiça. E se um tal desvio justificava a escolha de D. João,

Mestre de Avis, para dirigir os destinos do reino, a ausência nele das qualificações consensuais e a deficiência no carisma de sangue põem ao cronista o tema central da legitimidade electiva (REBELO, 1983, p. 19).

O cronista-historiador fundamenta a inaptidão de D. Leonor Teles para governar segundo os seus parâmetros de justiça, que estariam corrompidos pelo sentimento de vingança. A carência da rainha torna-se moral; Lopes constrói uma representação com ausência de valores morais que seriam a base de um bom governo; em contrapartida o Mestre de Avis preenche essa lacuna, pois sua deficiência de sangue é suprida pela sua honra.

Lopes acena para os perigos de sentimentos como o amor e o rancor, que seriam geralmente, femininos. Com a finalidade de reforçar essa ideia é empregada duas vezes a palavra “*desvairados*”, qualificando os termos cuidados e caminhos, pois segundo ele aquele que ama ou sente rancor de forma demasiada, é alguém que perdeu o juízo, e que está fora de si, logo seus caminhos e cuidados seriam desvairados (loucos, malucos e alucinantes).

No Capítulo XXII o cronista-historiador retorna a escrever acerca das razões que o Mestre de Avis teria para ir morar na Inglaterra, a partir do diálogo com Álvaro Vasquez, é afirmado que seria “*servir elRei na guerra que ouver com seus ãmiigos, e ganhar homra e fama que todollos boõs desejam percalçar*” (CDJ I, (Volume I), Capítulo XXII, p. 46). Para convencê-lo a ficar é utilizado o argumento de que era bem melhor ganhar a tão desejada honra e fama, “*domde sooes natural*” (CDJ I, (Volume I), Capítulo XXII, p. 46); mediante a argumentação, D. João I teria decidido ficar em sua terra para ajudar àqueles que precisavam.

Segundo Fernão Lopes, após ser nomeado regedor e defensor do reino Português em 1385, o Mestre de Avis manda dois embaixadores: Fernando, Mestre da Ordem de Santiago e Lourenço Fogaça, então chanceler de Portugal, para solicitar auxílio de Ricardo II (1367-1400). Eles desejavam que o monarca autorizasse que os seus súbditos pudessem livremente participar na luta ao lado dos portugueses contra Castela, e também financiassem a campanha ou seja, foram pedir auxílio militar e financeiro.

Na narrativa, os embaixadores, ao chegarem em Londres, teriam sido bem recebidos pelos senhores da corte, incluindo o duque de Lencastre, que teria sido convocado pelo monarca inglês para participar da reunião com os representantes portugueses. Neste encontro é proposto:

[...] Que seemdo o rreino per seu aazo despachado e livre dos emmiigos, que toda ajuda que os Portugueeses fazer podessem, assi de galles come de seus corpos, omde ell mais por seu serviço emtemdesse, que eram muito prestes de o fazer [e que se o duque dAlencastro por seu corpo vir quisesse cobrar o regno de Castella que lhe por aazo de sua molher de direito pertencia, que tinhaõ o tempo muito prestes e todo

Portugal em sua ajuda], levando o Mestre e Lourenç Eanes para firmar esto, e outras cousas, grandes e largos poderios, per procuraçom do Mestre e de Lixboa e do Porto. ElRei avudo sobrello acordo, prougue a ell, e a todollos do Comsselho, que quaaes quer gemtes darmas que por seu soldo em ajuda de Portugall lhes prougesse viinr, que livremente o podessem fazer, juramdo elRei e prometemdo, que nom faria menos para poer em obra toda boa ajuda que neste feito dar podesse, do que faria por deffemder seu reino (CDJ I, (Volume I), Capítulo XLVII, p. 96, grifos nossos).

Nesta passagem do Capítulo XLVII, o Conselho do reino inglês, juntamente com João de Gante, o duque de Lencastre, realizam uma proposta aos embaixadores que deveria ser levada ao regedor e defensor do reino de Portugal, D. João I. No acordo, seria fornecida “*toda*” ajuda ao Mestre de Avis para combater os inimigos, e em troca este deveria apoiar o duque de Lencastre quando este cobrasse o reino de Castela, que seria de direito da sua esposa, D. Constança. Em seguida, o rei da Inglaterra pede para que “*todollos*” do Conselho ajudem.

Os termos totalizantes (*todo, toda, todollos*) são utilizados quatro vezes, reforçando a ideia de união e cooperação mútua entre os reinos. O reconhecimento externo do Mestre de Avis como defensor do reino geraria “*grandes e largos*” poderes que beneficiariam ambos os lados. Assim Lopes aponta para as tessituras políticas que possibilitaram a ascensão da dinastia avisina em Portugal no âmbito da política externa.

Na narrativa lopesiana, a linhagem dos Lencastres vai adquirindo importância conforme surgem as demandas do Mestre de Avis de efetivar os acordos políticos necessários para sua manutenção e fortalecimento no poder régio. O casamento com D. Filipa de Lencastre se configura como um dos ritos fundamentais para embasar a ascensão avisina. Na sequência, o cronista-historiador pontua que, para firmar o acordo, o rei envia uma carta em que diz:

Ricardo, pella graça de Deos Rei dImgraterra, e Senhor dIbernia, ao mui nobre e grande barom johane, per essa mesma graça Mestre da Hordem da Cavallaria dAvis, Regedor e Deffemssor dos rreinos de Portugall e do Algarve, nosso mui preçado amigo, saúde e desejo de limpa amizade. Pouco há que rreçebemos ledamente os nobres e excelemtes cavaleiros, Fernamdo, Mestre da Hordem de Santiago, e Lourenço Fogaça, Chamceller moor de Portugall, vossos Embaxadores a nos enviados; e claramente emtemdemdo todo o que nos da vossa parte disserom. E certamente, mui preçado amigo, de coração vos gradeçemos o boom desejo que vos, e os gentiis homeês dessa terra, a nos por vosso aazo teem, segũdo per obra e conhecimento veemos. E quanto he ao que nos per elles foi declarado sobre vossos offereçimêtos, assi de serviço de galles, come doutras cousas, que nos desses regnos cumpridoiras fossem, isto vos gradeçemos muito; e amtre eles e os do nosso Comsselho, foi sobrello feito certo trauto, segumdo esse mesmo Louremco vos mais largamente pode rrecontar. E pera ho acorrimento que a vos e vossos aliados desses reinos cumpridoiro era, nos outorgamos aos ditos Embaxadores, que de nossa terra

podessem tirar homeês darmas e frecheiros por seu soldo, quamtos e quaees lhe prouguesse (CDJ I, (Volume I), Capítulo XLVII, p. 97).

Com o objetivo de evidenciar o apoio, o respeito e o reconhecimento externo à ascensão da dinastia de Avis ao poder régio, no Capítulo XLVII é descrita a correspondência enviada por Ricardo II, rei da Inglaterra de 1377 a 1399, ao Mestre de Avis. Na *Crónica de D. João I*, o monarca inglês, advindo de uma linhagem dinástica, reconhece por meio de palavras que assim como ele, o recentemente nomeado regedor e defensor do reino de Portugal também é um homem de honra ao afirmar que: “*per essa mesma graça Meestre da Hordem da Cavallaria dAvis, Regedor e Deffemssor dos rreinos de Portugall e do Algarve*” (CDJI, Capítulo XLVII, p. 97). As palavras atribuídas ao monarca da Inglaterra equiparam os dois homens em honra, o que valida o espaço ocupado pelo filho bastardo de D. Pedro I⁷, o Mestre de Avis.

Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes estabelece quais seriam os termos que perpassavam a política externa adotada com a Inglaterra, que resultou em uma aliança de colaboração mútua entre os reinos que perdurou durante muitos anos. Para o cronista-historiador a estratégia de D. João I, com a ação diplomática de enviar dois embaixadores para o reino inglês, demonstrava os bons princípios do futuro rei, que estaria salvaguardando e promovendo os interesses da sua terra natural ao buscar alianças contra os inimigos, garantindo a segurança de seus aliados.

Ao se referir ao Mestre de Avis, o rei da Inglaterra teria utilizado termos como: amigo, saúde e desejo, demonstrado apreço pela figura do regedor e defensor do reino de Portugal. Ricardo II demonstra sua gratidão pela troca entre os reinos, e garante a ajuda necessária de que o reino luso precisava para enfrentar os inimigos. A ação de reconhecimento do monarca inglês é assinalada por Fernão Lopes como uma grande vitória para os portugueses, já que o rei não tinha a legitimidade sanguínea para ocupar o trono.

Fernão Lopes no Capítulo XLVII sequencializa as ações, conferindo dinamismo ao governo provisório de D. João I, pois em pouco tempo, o Mestre de Avis consegue estabelecer uma política externa, ou seja, um conjunto de estratégias e ações empreendidas pela sua governança para interagir com o reino Inglês. A atividade diplomática objetivava salvaguardar e promover os interesses, valores e segurança dos “verdadeiros portugueses”, contra Juan I de Castela, e seus aliados em solo português, a nobreza tradicional, que ligada aos valores, insistia em não apoiar o Mestre de Avis, segundo narra Fernão Lopes.

⁷ Governou Portugal de 1357 a 1367, apelidado de o Justiceiro ou o Cruel, pai de D. Fernando, último rei da dinastia de Borgonha.

Nas linhas finais da correspondência é ratificado o resultado positivo da visita dos embaixadores à Inglaterra, em que o Mestre de Avis consegue apoio moral e financeiro contra os inimigos, no seguinte trecho: “*homeãs darmas e frecheiros por seu soldo, quantos e quaees lhe prouguesse*” (CDJ I, Capítulo XLVII, p. 97); isto se configura como uma vitória para a causa avisina, tanto no aspecto financeiro, quanto no plano simbólico.

Lopes utiliza a ação do monarca inglês como um dos pilares para construir uma memória apologética que validou o lugar social ocupado por D. João I e seus sucessores. No plano simbólico, era necessário o reconhecimento internacional e o estabelecimento de uma aliança que trouxesse benefícios para Portugal, pois isso se contrapunha às ações do rei da dinastia anterior. Em contraposição ao discurso de Lopes,

Segundo revela Peter E. Russell, a primeira embaixada que chegou a Londres em fevereiro de 1384 para expor a questão luso-castelhana em nome do mestre de Avis foi recebida com indiferença. Os mensageiros eram um obscuro português e um exportador de têxteis de Bristol com negócios em Lisboa e os seus esforços resultaram em nada. Mas valendo-se de Lourenço Eanes Fogaça, um anglófilo, falante de anglo-normando e com conhecimentos em Inglaterra, e ainda do mestre da Ordem de Santiago, Fernão Afonso de Alburquerque, o adversário de Juan I conseguiu que as suas razões fossem ouvidas em maio por Richard II e pelos seus conselheiros. A situação dos defensores da integridade de Portugal era, na altura, aflitiva em termos militares, e o pedido de Fogaça e o mestre de Santiago fizeram foi de um contingente de homens e de arqueiros para os combates que se tratavam em solo português (SILVA, 2014, p. 98).

Conforme expõe Silva (2014) Na *Crónica de D. João I* não são mencionados os primeiros embaixadores, mas somente os enviados pela segunda vez, que são: Loreço Fogaça e Fernão Alburquerque, possivelmente devido ao fracasso dos primeiros, a informação é ocultada por Fernão Lopes. No discurso lopesiano a recepção dos representantes do Mestre de Avis foi muito boa, como consta no Capítulo XLVII, porém Silva (2014) refuta esta informação, e afirma que ocorreu até uma demora para serem atendidos.

A urgência para obter auxílio militar contra Castela justifica o envio de duas ofensivas diplomáticas em um curto espaço de tempo, sendo que somente a segunda obteve resultados significativos por ter um peso sócio-político, conseguindo uma assembleia com o rei Ricardo II, e seus conselheiros (MORENO, 1988), que se comprometeram em ajudar a causa do então regedor e defensor do reino português, o Mestre de Avis. A insistência em conseguir o apoio de Ricardo II justifica-se pela iminente ameaça castelhana, e a falta de contingente necessário para combater o inimigo.

Os embaixadores teriam passado uma longa temporada no reino britânico em busca de ajuda da corte inglesa, também para recrutar homens, porém Moreno (1988) assinala

que o contingente de homens alcançado foi bem pouco, em contrapartida conseguiram uma boa quantia financeira de três mil e quinhentas dobras. Além disso, o rei Ricardo II envia para o Mestre de Avis uma mensagem demonstrando satisfação e agradecimento pela diplomacia.

Segundo Silva (2014), mesmo após o rei britânico concordar em ajudar, foi somente em meados do ano seguinte que ocorreu o recrutamento do contingente desejado, que foi em seguida embarcado para Portugal. Esta informação contradiz o que Lopes afirma, pois, a ajuda não foi imediata como ele afirma; talvez seja por isso que o reino inglês e os Lencastres somente são citados novamente no Volume II da crônica.

Os capítulos na crônica lopesiana são cronologicamente posicionados, de forma estratégica, conferindo cadência e dinamicidade à narrativa, assim o reino inglês e a família dos Lencastres são citados nos capítulos XVII, XVIII, XXI, XXII, XL e XLVII do Volume I da *Crônica de D. João I*, que corresponde ao período em que o Mestre é nomeado como regedor e defensor do reino de Portugal. Nos capítulos subsequentes, são elencadas as diversas batalhas contra os inimigos, incluindo Castela. E somente no Volume II, no Capítulo LXIV, Lopes volta a fazer menção ao duque de Lencastre, afirmando que:

E estando ell Rey em este cuidado, chegou de sospeita huñ cavaleiro ingres que desembarquara no Porto e vinha com recado do Duque dAlemcastro, o quoaal lhe enviava dizer que por quanto ouvera çertas novas por seu recado e embaixadores que ell Rey de Castela fora desbaratado na batalha que com elle ouvera, que sua tenção era detriminadamente lhe por direito pertemçia, por elle ser casado com dona Costança, filha maior delRey dõ Pedro, a que o Reino per direito pertemçia; e que lhe rogava que lhe mandasse allgũs navios e guales pera ajuda de sua passagem. Ell Rey ouve graõ prazer com esto por azo da guerra em que era posto, emtendmdo que guerreamdo o Duque de hũa parte e isso mesmo elle per outra, que faria a guerra muito melhor e mais a seu salvo, porquoanto ell Rey de Castella nnaõ podia cõ sua defemsaõ tam bem acodir aa ambas como a huña soo. Emtaõ mamdoou armar em Lixboa seis guales e doze naoos (CDJ I, (Volume II) Capítulo LXIV, p. 166, grifo nosso).

No trecho anterior, segundo o cronista-historiador, para João de Gante a informação da derrota de Juan I de Castela seria um momento oportuno, que deveria ser aproveitado, pois, o inimigo estaria fraco. Assim, o duque de Lencastre recorre ao acordo que foi firmado entre os reinos luso e inglês, e pede navios e gales a D. João I para atacar Castela. O rei português, prontamente ajuda, já que, ao pensar estrategicamente em relação à guerra, teria duas frentes de ataque, o que enfraqueceria ainda mais o reino castelhano.

Conforme o acordo citado no Capítulo XLVII, Volume I, na *Crônica de D. João I*, quando fosse necessário, D. João I deveria retribuir a ajuda que foi lhe dada pelo reino inglês quando foi nomeado regedor e defensor de Portugal. Esta colaboração era direcionada

especificamente, para auxiliar o duque de Lencastre a obter o reino de Castela, e como um homem honrado, o monarca português prontamente teria ajudado.

Fernão Lopes, com a finalidade de relembrar ao leitor do motivo dos Lencastres se tornarem inimigos do rei Juan I⁸, cita novamente a disputa pelo trono castelhano entre o duque de Lencastre e o rei de Castela. Destaca-se que no discurso de João Gante, o trono teria sido usurpado, já que por direito, ele pertenceria a D. Constança, sua esposa, que era filha do rei morto Pedro I⁹ de Castela.

Por meio do discurso indireto, Fernão Lopes atribui a seguinte fala a D. João I: “[...] e que se o Duque dAlemcrasto, seu tio, quisesse vyr demandar o reino de Castela que lhe per direito pertemça, quue lhe ofereçião toda ajuda per mar e per terra, de guissa que lhe prouguese” (CDJ I, Capítulo LXXVIII, V.II, p. 193); ratificando o acordo entre os reinos, o cronista-historiador dá visibilidade às relações externas estabelecidas por D. João I, o que fortalece o seu poder régio e enaltece a sua habilidade de uma governança. Além disso, ao contrário do seu meio-irmão, D. Fernando, o Mestre de Avis cumpriu seus acordos, ou seja, seria um homem honrado. Em sequência é afirmado que:

E depois em Coimbra quando o Mestre foy alçado por Rey, enviou seu recado e outra procuração a estes mēssageiros, que por este negoçio imda alla eraõ deteudos, em que lhe dava poder abastamte pera trautar com elle Rey de Imgraterra e com o Duqye dAlemcastro e asy outras pessoas, de quoll quer honrra e estado que fosẽ, aqueleas liamças e amizades quer por prol e serviço do Reino e homrra da sua pessoa emtemdesẽ, avemdo por firme todo o que dante tinhaõ feito e quomto dally em damte fizesẽ, e outras tais razões dabastamça. Os quais mēssageiros falarã a ell Rey, contamdolhe toda a ordenança que o povo em esto teverae como o Mestre, seu Senhor, fora alçado por Rey per os seus embaixadores ao Padre Santo, pedimdo lhe por merçe que ouvesse por firme sua emliçõa e aprovasse quomto em ella aviãõ obrado. Easy hera verdade, que tamto que elle foy alçado por Rey (CDJ I, (Volume II), Capítulo LXXVIII, p. 193, grifos nossos).

Segundo a narrativa lopesiana, após o Mestre de Avis ter sido nomeado rei, mandou uma nova procuração ao monarca da Inglaterra e ao duque de Lencastre, reafirmando a sua aliança e amizade. Destaca-se que essa ação teria sido realizada em favor do reino. Este ato segue a lógica discursiva da crônica em que o recém-eleito rei priorizava os assuntos de Portugal, colocando suas questões pessoais em segundo plano. O cronista-historiador emprega o termo “*verdade*” e “*tamto*” dando destaque às suas ideias, para que o leitor seja convencido de que a sua versão dos fatos é incontestável, única e verdadeira. Além disso, utiliza os termos

⁸ Rei de Castela entre 1379 a 1390.

⁹ Monarca de Castela de 1350, até seu assassinato em 1369, em que seu irmão bastardo e sucessor o matou.

totalizantes “*todo*” e “*toda*” dando uma ideia de coesão, que era necessária para ordenar os acontecimentos.

Os termos “*rey*” e “*homrra*” são repetidos diversas vezes, reforçando o discurso avisino, no qual a carência de sangue do Mestre de Avis é suprida pela sua honra, construída gradativamente no decorrer de cada capítulo da Crónica. Em contraposição, D. Fernando, da dinastia de Borgonha, é caracterizado negativamente, principalmente nos aspectos morais e comportamentais.

Pontua-se que o rei eleito pelo povo deveria ser reconhecido por “*defemder ousase daquel sismatico a elle revell que se chamava el Rey de Castela*” (CDJ I, Capítulo LXXVIII, V.II, p. 194). O inimigo dos reinos de Portugal e da Inglaterra é mencionado várias vezes, o que justifica a aliança externa e as posteriores colaborações. Ao rei Juan I de Castela é atribuído o adjetivo “sismatico” (cismático), que seria uma pessoa com tendências a cismar. O sujeito cismático seria aquele que realiza ações hostis um tanto gratuita; ou que age com prevenção, desconfiança e antipatia.

Juan I de Castela tinha o direito legítimo de governar Portugal ao lado de sua esposa D. Beatriz, porém o rei é classificado por Fernão Lopes como um homem hostil, desconfiado e antipático. Esta caracterização do monarca reforça o discurso avisino de que o rei ideal para governar Portugal seria D João I. Além disso, o rei castelhano era denominado de usurpador por não querer conceder o direito a D. Constança de tornar-se rainha de Castela. Assim, as intenções do rei D. Juan I de Castela com o reino luso,

[...] por evitar grandes danos e periguos das almas e corpos e bẽis, ficando os Reinos de Portuugall per morte dell Rey dõ Fernamdo sem rey nẽ guuovernador que os defemder ousase daquel sismatico a elle revell que se chamava ell Rey de Castela, emtramdo em eles forçosamente por os sogegar e destruyr, sem temdo o Reino duque nem capitão que açerqua de sua guovernança algũ cuidado tivesse, e por esto serẽ eles em grandes medos e trabalhos postos; que porem pedirão por merçe ao muito nobre [Señor] dõ João, Mestre da Cavalaria da Ordem dAvis e irmão do dito Rey dõ Fernamdo, que lhe prouguese de tomar carguo de sua guovernança (CDJ I, V. II, Capítulo LXXVIII, pág, 194).

Fernão Lopes aponta no trecho acima, assim como em outras passagens da crônica, que a governança do Mestre de Avis foi um desejo do povo para evitar o domínio do rei de Castela do território de Portugal. Para enfatizar o perigo ao qual o reino luso estava exposto, o cronista-historiador emprega a hipérbole ao afirmar que “*grandes danos e periguos das almas e corpos e bẽis*” (CDJ I, V. II, Capítulo LXXVIII, pág, 194). De forma intencional é utilizada a figura de linguagem, que passa uma ideia de intensidade por meio do

exagerado, dando vivacidade ao perigo relatado. Em relação ao direito legítimo dos Lencastres, Lopes recorre à linguagem oralizante, ao atribuir a seguinte fala a D. Constança:

Senhor, de quantas boas amdamças vos Deus deu neste mundo em vossas guerras e trabalhos por os feitos alheios, pareçeme que rezaõ seria trabalhades vos por vossa homrra e por cobrar a herança que [he] minha e de vossa filha, de que estamos deserdados; ca o reino de Castella a my pertemçe de direito ca não aos filhos do tredor bastardo que matou meu padre como não devia. E em dizemdo esto choravaõ ambas, a filha e a madre (CDJ I, Capítulo LXXIX, V. II, p. 196).

As mulheres respeitáveis na narrativa lopesiana são aquelas que possuem uma ligação com o sagrado, assim, inicialmente D. Constança recorre a Deus para que ele restabeleça a honra e cobre aquilo que lhe pertenceria por direito. O ato de clamar e pedir demonstra a devoção, característica de uma mulher honrada.

Destaca-se o uso dos pronomes “*minha*” (possessivo), “*my*” (obliquo átono) e “*meu*” (possessivo), termos que enfatizam a relação de posse e afetividade que são vinculados no discurso lopesiano à herança e à paternidade (“*padre*”), o que evidencia o desejo de reparação da desonra, e também coloca em destaque o sentimento de angústia da princesa sem reino.

No contexto narrado por Lopes, o ato de reivindicar o trono não seria ganância do duque de Lencastre, mas sim uma demonstração de afeto por sua esposa, sua preocupação passa a ser um ato de amor pela família, pois D. Constança estaria sofrendo por não usufruir dos seus direitos legítimos.

Nesta passagem, Lopes utiliza o visualismo para recriar de forma dinâmica os acontecimentos; intercalando a descrição com diálogos, o cronista-historiador estrutura uma cena em que a duquesa D. Constança expõe para a corte inglesa a sua insatisfação por ter perdido o trono de Castela para um bastardo. É a primeira vez na crônica que ela declara em público estar inconformada.

Ao dar voz a D. Constança, Lopes buscou reforçar o discurso em que os Lencastres teriam sido injustiçados, pois a busca pelo trono de Castela não seria fruto da ganância de João de Gante, mas um desejo de sua esposa, que se sentia furtada do seu direito legítimo de governar. A forma como o cronista-historiador expõe a declaração pública da duquesa é imbuída de subjetividades e perpassada por recursos linguísticos expressivos como “*bastardo*”.

Apesar de o Mestre de Avis ser um filho ilegítimo, em nenhum capítulo da crônica é mencionada a palavra “*bastardo*” relacionada a ele, porém o termo é utilizado com o

rei de Castela, Juan I. Ambos pertencem a dinastias que começaram de filhos ilegítimos, só que para o Mestre de Avis é atribuída a honra, seu ato de assassinar o conde de Andeiro é justificável, já que foi para reparação da honra de seu irmão morto. Enquanto para o rei de Castela era atribuída a desonra, por ser filho de Henrique II, que matou seu meio-irmão para alcançar o trono, ação que demonstra a ambição desmedida.

Juan I foi o segundo rei da sua dinastia, seu pai, o primeiro da dinastia foi Henrique II, que alcançou o poder régio em 1369. Henrique II assassinou seu antecessor e meio-irmão Pedro I de Castela e ocupou o trono. Durante a sua governança, lutou várias vezes contra as pretensões de João de Gante que desejava tornar-se rei de Castela, após casar-se com a filha de Pedro I, D. Constança.

Até o Capítulo LXXIX do Volume II, não existe nenhuma outra fala atribuída a D. Constança em relação à sua herança, até então o direito ao trono de Castela é defendido pelo duque de Lencastre, seu esposo. Porém ao demonstrar a insatisfação da duquesa por perder o trono, o discurso ganha uma outra conotação, em que as conjunturas familiares são colocadas em destaque, assim como as afetividades que as acarretam.

Segundo Fernão Lopes descreve no Capítulo LXXX do Volume II, o duque de Lencastre, após o apelo da sua esposa, e o conselho do Mestre de Santiago que concordava com as colocações de D. Constança: “*Em verdade Senhor, a my parece que estas senhoras vos pedem grande razão*” (CDJ I, Capítulo LXXIX, V. II, p. 196). João de Gante decide atacar Castela; para realizar tal ação ele teria pedido permissão e ajuda ao rei Ricardo II da Inglaterra, e aos seus conselheiros, assim:

[...] deshy como todos bem sabião como ell era casado cõ a mayor filha dell Rey dom Pedro, rey que fora de Castella, a que o reino per direito pertemçia e não aquel que o tinha per força; e porem tomara já dias avia titulo de Rey de Castella e sua molher nome de Rainha, temdo em vomtade, cõ ajuda de Deus e sua de o aver de hir conquistar, mas por as guerras que ditas avia em que ataa estomçe fora embarguardo, o não poderá fazer (CDJ I, Capítulo LXXX, V. II, p. 197).

Assim como em outros capítulos, Fernão Lopes emprega o pleonasma, recurso linguístico que possibilita a repetição de uma ideia. Por meio do pleonasma literário, o cronista-historiador enfatiza o discurso em que D. Constança seria a herdeira legítima do trono de Castela. Ao repetir a mesma informação de formas diferentes, ele busca não somente dar visibilidade, mas conferir veracidade ao fato. Para isso utiliza o termo totalizante “*todos*”. Com a estruturação do enunciado, Lopes buscava sensibilizar os leitores, que são direcionados a enxergar o rei de Castela como um homem desonrado.

No Capítulo LXXIX do Volume II, Juan I de Castela não seria apto a ser rei por descender de um monarca que cometeu assassinato, e no Capítulo subsequente, ele é deslegitimado por ter sua dinastia começado por meio da força. As justificativas se complementam e constroem a imagem de um homem desonrado, desleal e ganancioso. A falta de lealdade com sua linhagem o coloca em contraposição ao rei D. João I e ao duque de Lencastre, e sensibiliza os leitores. Em relação ao pedido de João de Gante, Lopes aponta que:

E ora pois que, a Deus graças, seus feitos estavam em boõ assosseguo, que ell queria hir demandar seus reinos, o que muy bem podia fazer, pois tinha el Rey de Portugall em ajuda, que avia guerra cõ seu aversario; e porem pedia a ell Rey por merçe que lhe desse licemça e o ajudasse pera poder pasar a Espanha e dar fim este negociocio, que tanto era sua homra e da casa de Imgraterra. El Rey que seria estomçe pouco menos de vimte años, falou cõ aqueles cõ que esto cumpria de falar, e acordarão que era bem de lhe outorguar aquelo que pedia. E pera se esto melhor fazer e seus feitos serem bem emcaminhados, que cumpria primeiro trautar boa liamça e amizade cõ el Rey de Portugal, em que estava gramde ajuda de sua requesta (CDJ I, Capítulo LXXX, V. II, p. 197).

De forma gradativa e com uma linguagem simples, Fernão Lopes, em cada capítulo, estabelece como a relação entre os Lencastres e os Avis foi construída; ambos possuíam o interesse de derrotar o rei Juan I de Castela, ou seja, tinham um inimigo em comum. Pontua-se que, para guerrear, o duque precisava da ajuda e da licença do monarca inglês, e assim procedeu, antes de atacar o inimigo. Segundo Moreno (1988), um dos principais interlocutores na negociação entre Portugal e Inglaterra foi João de Gante, por conta de seu interesse.

O cronista-historiador emprega o discurso indireto ao atribuir ao monarca inglês o conselho em que direciona o duque de Lencastre a buscar ajuda e aliança com o rei de Portugal. No enunciado é enfatizado que um contrato entre as famílias seria uma grande ajuda para conseguir alcançar a vitória. Assim, realizar um acordo com D. João I, segundo o discurso lopesiano, é uma diretriz essencial para que o duque de Lencastre prosseguisse com seu plano.

Para ilustrar a importância dos Lencastres, ratificando os benefícios de uma aliança para os portugueses com essa família, Fernão Lopes demonstra no Capítulo LXXXI do Volume II, como antes de João de Gante viajar para estabelecer acordo com D. João I, é firmado o tratado entre o Ricardo II, rei da Inglaterra e Portugal por meio dos embaixadores:

Fazendose ho Duque prestes e encaminhamdo sua passagem, os embaixadores portugueses trautavaõ em tanto cõ aqueles que ell Rey escolhera suas avemças, em que despenderão asaz despaço por se comcordar em boa amizade. E hũ dia, que eraõ nove de Mayo da era quem emtaõ corria de quatro çentos e vimtaquatro, no

castelo de Vimdesoure, que são hũas sete leguoas de Lomdres, no paço que tinhaõ costume de falar, presentes tres homrrados bispos e o Duque dlorca, tio dell Rey, e outros senhores e obres varõis, pera ouvir esto aly chamados [...] (CDJ I, (Volume II), Capítulo LXXXI, pág, 198, grifos nossos).

Ao empregar o verbo no gerúndio “*fazemdose*”, o cronista-historiador confere dinamicidade ao contexto narrado, pois indica a continuidade dos acontecimentos, que no caso é a cerimônia em que é firmada a aliança entre Portugal e Inglaterra. O uso do termo colabora para que o leitor entenda a importância da conservação das boas relações entre os reinos, e reforça a ideia de uma contínua e boa amizade, aprovada pelo rei e sua corte, pois no final do trecho em destaque é citada a presença de figuras, que possuíam uma relevância social na realização da cerimônia.

Os embaixadores de Portugal Lorenzo Fogaça e Fernão Albuquerque, homens com prestígio social, como afirma Moreno (1988), passaram uma longa temporada na Inglaterra. Ao chegarem tinham o objetivo de pedir auxílio para combater Castela, pois o Mestre de Avis era regedor e defensor do reino português, e quando ainda estavam em terras britânicas este foi eleito rei de Portugal nas Cortes de Coimbra. Portanto, enquanto durava a negociação dos emissários, o *status* político de D. João I mudou, lhe garantindo uma maior legitimidade.

Como se encontravam ainda em solo britânico, receberam uma nova missão: formalizar a relação diplomática com a Inglaterra por meio de um tratado de amizade e paz. De acordo com as diretrizes recebidas, os representantes do rei avisino negociaram as cláusulas do Tratado de Windsor, que foi assinado em 1386.

3.2.1 O Tratado de Windsor

Após ser eleito rei em 6 de abril de 1385 nas Cortes de Coimbra, o Mestre de Avis buscou consolidar as relações diplomáticas entre Portugal e Inglaterra, ordenando os embaixadores Lorenzo Fogaça e Fernão Albuquerque, que permanecessem em Londres, para informarem oficialmente ao rei Ricardo II a sua mudança de *status* político. Os representantes de Portugal foram autorizados a negociar uma aliança formal com Inglaterra.

Além da eleição do Mestre de Avis como rei de Portugal, a corte inglesa recebeu a notícia da vitória contra Castela na Batalha de Aljubarrota (1385). Este último fato teria segundo Moreno (1988) impactado o duque de Lencastre. Para o duque, esta seria a oportunidade de conseguir o trono castelhano para sua esposa D. Constança. João de Gante

pede a Ricardo II autorização para lutar, o que agiliza o acordo com Portugal, pois a pretensão era que houvesse ajuda do exército português para destronar o monarca Juan I de Castela.

O Tratado de Windsor se constitui como um signo, que como tal “resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação” (BAKHTIN, 2009, p. 45). A convergência de interesses entre os reinos de Portugal e da Inglaterra possibilitou o desenvolvimento de um diálogo processual em que grupos, pessoas e fatos transformam-se em signos, originando os símbolos empregados por Fernão Lopes na narrativa com a finalidade de produzir uma memória oficial e ordenada do Movimento de Avis.

A memória coesa e ordenada de Fernão Lopes diverge do momento histórico narrado, porém ela dá sentido às espacialidades e às temporalidades produzidas a partir dos entrelaçamentos sociais que possibilitaram uma mudança dinástica em Portugal em 1385. Nessa ocasião, o Mestre de Avis foi eleito regedor e defensor do reino, concretizando a sua posição de governante do reino, que perante o Tratado de Salvaterra de Magos, deveria estar sendo governado ou por D. Leonor Teles, ou pelo rei Juan I de Castela com sua esposa D. Beatriz.

Em cada etapa do Movimento de Avis (1383-1385), Fernão Lopes insere grupos, pessoas e fatos particulares que encontram sentido no corpo social da sua narrativa, criando uma ideia de coletividade. Por isso, dão origem a espacialidades e temporalidades específicas, que criam signos complexos, possuindo significado e significante para a sociedade portuguesa dos anos finais da Idade Média.

Na narrativa, o Tratado de Windsor (1386), como um signo, tem um índice de valor social com características ideológicas, ou seja, além de seu aspecto diplomático (político), adquiriu uma importância socialmente construída, pois integra realidades distintas que estavam em constante transformação. Atravessado por discursos que o constituem em um todo que ganha espaço na construção de uma memória coletiva. Em relação ao acordo, este foi assinado em Windsor em 9 de maio de 1386,

Deverá entender-se a realização do tratado de Windsor na premência sentida pelo futuro rei de Portugal em alcançar o apoio da Inglaterra, que tem antecedentes na luta que teve de travar com o rei de Castela. Como aliás bem observa o cronista Fernão Lopes, cumpria ao Mestre de Avis logo a seguir a morte de João Fernandes de Andeiro (6 de dezembro de 1383), solicitar a Ricardo II autorização de modo a permitir que os seus súditos pudessem livremente participar na luta que os portugueses iriam realizar frente aos castelhanos (MORENO, 1988, p. 213).

A assinatura do Tratado de Windsor é o resultado de um processo de conversações diplomáticas iniciadas desde a insurgência do Mestre de Avis contra a regente D. Leonor Teles, e posteriormente contra Castela, fatos que estreitaram as relações entre os reinos de Portugal e Inglaterra. Por isso, na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes constrói gradativamente a aproximação que resultou no estabelecimento de um acordo de paz eterna e amizade mútua, que

Continha treze cláusulas o tratado de Windsor de 9 de Maio de 1386. Logo na cláusula inicial estabelecia-se que entre os naturais e os reis dos dois países haveria uma amizade perpétua que obrigava ambas as partes à prestação de socorro mútuo, sempre que uma das nações estivesse ameaçada. Ressaltava no acordo a importância do comércio marítimo, pelo que se comprometiam as duas partes a não prestar qualquer auxílio a inimigos comuns, do mesmo modo, que não poderiam fretar embarcações de países inimigos de um dos lados. Caberia, ainda, a cada um dos signatários o dever de avisar o outro sempre que houvesse conhecimento de algum perigo externo que representasse ameaça para qualquer uma das nações. O princípio da livre circulação de pessoas e bens aparece-nos igualmente consagrado no corpo do tratado em apreço (MORENO, 1988, p. 215).

O tratado, que está disponível na Biblioteca Virtual da Torre do Tombo (<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4186035>), possui 13 (treze) cláusulas, dentre as quais incluem: entre os súditos e os reis dos dois reinos haveria uma amizade perpétua que obrigava ambas as partes à prestação de socorro mútuo, sempre que um dos reinos estivesse ameaçado, exceto contra o soberano pontífice, Urbano VI, e seus sucessores legítimos; o imperador alemão, Venceslau IV; o rei legítimo de Castela; e João de Gante.

Outra cláusula determinava que os vassallos de cada um dos reis poderiam ir aos domínios do outro para circular, residir e comercializar. Esta consagração converge com o princípio da livre circulação de pessoas e bens entre os territórios das duas coroas. Em outra determinação se acordava que nenhum dos monarcas, nem os seus súditos, dariam apoio de qualquer natureza contra o outro reino inimigo.

Os súditos deveriam considerar os inimigos dos reis, terras e domínios e os de seus herdeiros e sucessores como seus próprios e mortais inimigos, devendo evitar ter contatos com estes, mas antes persegui-los utilizando todas as suas forças.

O Tratado de Windsor configura-se como uma estratégia econômica de ambos os reinos, mas também foi motivado pelas pretensões inglesas de disputar o trono de Castela. Tanto que em troca da ajuda inicial, quando ocorreu a conclusão da assinatura do tratado, o monarca D. João I se comprometeu a enviar dez galés armadas e equipadas para auxiliar a Inglaterra contra os inimigos (SILVA, 2014).

Lopes realiza, assim como em outras passagens da crônica, uma dramatização dos acontecimentos, lhes conferindo certa subjetividade, porém logo em seguida ele emprega a objetividade, ao citar a data e local, demonstrando sua preocupação com a pormenorização, ou seja, descreve e informa detalhadamente ao leitor, com o objetivo de conferir veracidade à sua narrativa.

Articular informações subjetivas e objetivas confere à narrativa lopesiana uma maneira diferenciada de apresentar os acontecimentos aos leitores. O texto torna-se envolvente e dinâmico, somado a isso o cronista-historiador caracteriza os personagens e utiliza os diálogos para narrar os acontecimentos. Em relação ao acordo entre os reinos de Portugal e Inglaterra, no Capítulo LXXXI do Volume II, é estabelecido o seguinte:

Primeiramente, que por bem pubriquo folgança de seus reinos e sobditos seja amtre eles e os herdeiros que depois vierem boa e firme pãz por sempre e por nenhũa guisa britada. E que huũ ao outro de sobcorro e ajuda comtra quoãis quer pessoas que sajaõ, salvo Vemceslao, Rey dos Ramãos, e dom João, Rey de Castella, Duque dAlemcastro, tio dell Rey noso Senhor; que cmtra estes se naõ emtemda, ne ysso mesmo comtra o Papa Urbano que ora he, sob cuja obidiência e de todos seus sobçessores canonicamente emlegidos ambos devem de viver (CDJ I, (Volume II), Capítulo LXXXI, p. 199, grifos nossos).

O tratado entre Portugal e Inglaterra se torna público (“*pubriquo*”), esta ação valida o reconhecimento do Mestre de Avis como rei, e dos seus sucessores, pois a legitimação estava partindo de um monarca: Ricardo II, soberano da Inglaterra, advindo de uma família de nobreza incontestável. No discurso lopesiano o acordo entre os reinos é a demonstração do triunfo da dinastia avisina no poder régio; a declaração pública do rei inglês valida e colabora para estabelecer as bases em que D. João I é um rei ideal e honrado para governar Portugal, pois conseguiu estabelecer ações diplomáticas profícuas para seu reino.

A ação de D. João I, ao enviar seus embaixadores para o reino britânico, foi utilizada no plano simbólico da narrativa lopesiana para colaborar com o discurso legitimador avisino, em que a governança do Mestre de Avis inaugurava um tempo novo em Portugal, em contraposição aos atos de D. Fernando, que teria levado o reino a momentos de dificuldade que poderiam ter sido evitados. A dualidade das ações do último rei da dinastia de Borgonha é caracterizada como negativa, porém elas são fruto da necessidade de adequação do monarca as dificuldades que surgiram durante sua governança.

Destaca-se que ele utiliza o termo “*sempre*”, advérbio de tempo, que caracteriza o acordo como uma ação contínua, reforçando que o tratado deveria ser mantido pela eternidade. Para fortalecer ainda mais esta ideia, ele também emprega a palavra “*herdeiros*”.

A aliança constituída durante os reinados de D. João I e Ricardo II deveria ser mantida pelos seus sucessores continuamente. Com o objetivo de validar o tratado é realizada uma cerimônia pública em que é estabelecida a paz e a colaboração entre os reinos. Pois,

O tratado tinha a particularidade de estabelecer uma aliança de três tipos de interesses diferentes embora conectados: militar, político e económico. O acordo obrigava os dois reinos a auxiliarem-se mutuamente, quer em situação ofensiva quer defensiva, contra todos os restantes, à exceção do papa, do imperador e do legítimo rei de Castela. Foi formalmente proclamado no dia 9 de maio no castelo de Windsor e, mais tarde, a 17 de maio, selado em Westminster, sempre perante uma assembleia numerosa e ilustre. Ao mesmo tempo, os enviados de D. João I, tal como estavam autorizados pelo seu rei a fazê-lo, prometeram a Richard II de Inglaterra o envio de dez galés das grandes, a expensas do Tesouro português, para proteger as populações costeiras do reino do seu aliado (SILVA, 2014, p. 100).

O acordo entre Portugal e Inglaterra configura-se como bilateral, já que foi um compromisso assumido por dois reinos, com diversas finalidades mutuamente benéficas conectadas pelos interesses político, militar e económico, que possibilitou uma aliança que permitia a circulação de ideias, pessoas e bens.

Além disso, o Tratado de Windsor, assinado em 9 de maio de 1386, determinava a obrigação de ajuda mútua tanto na defesa contra inimigos, como na ofensiva (ataque). A cerimônia pública realizada em 17 de maio do mesmo ano, para comunicar a sua efetivação aos súditos britânicos simbolizava o apoio de Ricardo II da Inglaterra ao rei D. João I. A formalização com a promessa de ajuda não poderia ser quebrada pelo monarca português, pois isso poderia gerar uma comparação ao rei anterior, algo que deveria ser evitado pela dinastia de Avis, já que, no plano simbólico a governança do Mestre de Avis era o prelúdio de paz e prosperidade para Portugal.

A partir da sua aplicabilidade o Tratado de Windsor poderia gerar mudanças no âmbito económico, político, social e cultural, além de engendrar obrigações recíprocas para ambos os reinos, que poderiam ser punidos em caso de descumprimento. Na Crónica, Fernão Lopes expõe os seguintes termos¹⁰ que fariam parte da aliança entre Portugal e Inglaterra:

¹⁰ Fernão Lopes expõe quais seriam os termos do tratado entre Portugal e Inglaterra no Capítulo LXXXI, do Volume II, utilizando o discurso indireto, porém para melhor compreensão, realizamos uma escolha metodológica, em que separamos cada determinação, e as enumeramos. Para fins demonstrativos, segue ao lado o trecho da Crónica correspondente a cada diretriz.

Quadro 3 – Termos do Tratado de Windsor descritos na Crónica de D. João I

Termos do Tratado de Windsor descritos na Crónica de D. João I		
1º	Primeiramente, que por bem publico de seus reinos e súbitos seja entre eles e os herdeiros que depois vierem boa e firme paz por serem e por nenhuma razão brigar.	<i>“Primeiramente, que por bem publico folgança de seus reinos e sobditos seja entre eles e os herdeiros que depois vierem boa e firme paz por sempre e por nenhuma guisa britada”</i> (CDJ I, Capítulo LXXXI, V. II, p. 199).
2º	E que um ao outro de socorro e ajuda contra quaisquer pessoas que sejam salvos Venceslau IV, rei dos Romanos ¹¹ ; O Rei de Castela (o legítimo); Duque de Lencastre, tio do rei; e o Papa Urbano, que ora é, sob cuja obediência e de todos seus sucessores canonicamente elegidos ambos devem de viver.	<i>“E que huã ao outro de sobcorro e ajuda contra quoãis quer pessoas que sajaõ, salvo Venceslao, Rey dos Ramãos, e Rey de Castella, Duque dAlemcastro, tio dell Rey noso Senhor; que cmtra estes se não emtemda, ne yssso mesmo contra o Papa Urbano que ora he, sob cuja obidiência e de todos seus sobçessores canonicamente emlegidos ambos devem de viver”</i> (CDJ I, Capítulo LXXXI, V. II, p. 199).
3º	Que todos e cada um vassalo dos ditos reis, assim como os eclesiásticos, os duques, os barões, e outras quaisquer pessoas de maior ou menor “status”, possam livremente e seguramente ir e vir de um reino para o outro.	<i>“Outrosy, que todos e cada huã vassalo dos ditos reix, asy eclesiásticos perlados, como duques e barõis’, e outras quoaisquer pessoas de mayor estado destes ata ho mais pequeno, posã livre e seguramemte hir de hũ reino pera outro”</i> (CDJ I, Capítulo LXXXI, V. II, p. 199).

¹¹ Monarca da Boémia da casa de Luxemburgo, que governou entre 1363 e 1419, e também foi rei da Alemanha de 1376 a 1400. O seu governo foi antecedido por seu pai, Carlos IV de Luxemburgo, e foi sucedido por Sigismundo, Sacro Imperador Romano-Germânico.

Quadro 3 – Termos do Tratado de Windsor descritos na Crónica de D. João I

Termos do Tratado de Windsor descritos na Crónica de D. João I		
4º	receber por meio de tratado, honestamente seus direitos com honra, segundo as condições de cada um, pagando tais pessoas aos reis e senhores das ditas terras seus direitos e costumes usados nos lugares em que vir acontecer.	<i>“terras e senhorios e partidas deles, asy por comprar e vender, como por estar quanto quiserem e partir se lhe prouver, e sendo recebidos e onestamente trautados cõ homrra e bõ guasalhado, segumdo a comdição de cada huũ, pagamdo tais pessoas aos rex e senhores das ditas terras seus direitos e costumes quoyal se husar nos ligares huu aomeçer de vir”</i> (CDJ I, Capítulo LXXXI, V. II, p. 199).
5º	Por nenhum modo convém aos ditos reis ou aos seus súditos, de qualquer grau ou dignidade que seja, dar conselhos, favor ou ajuda, por mar ou por terra a alguma nação de gente rival e contrária a cada um deles, mas que cada um dos ditos e os que depois vierem, sejam obrigados a destruírem com todas as suas forças. E se algum de seus súditos contra isto quiser obrar, logo será punido pelo seu senhor, de acordo com a ofensa cometida.	<i>“[...] por nenhũ modo naõ convenha aos ditos rex ou a algũ de seus sobditos, de qual quer graoo e dinidade que seja, que dee comsselho, favor, ou ajuda, per mar nem per terra, a algũa nação de gente revel e comtraira a cada hũ deles, mas que a cada hũ dos ditos e os que depois vierẽ, sejaõ teudos e obrigaudos que os comtrairos de cada hũ ajudẽ a destruir com todas suas forças. E se algũ de seus subdytos comtra isto quiser obrar, loguo sem outro detrimento seja dinamemente ponido per o senhor cujo for, a vomtade de qual que delles a que for feita a ofemsa”</i> (CDJ I, Capítulo LXXXI, V. II, p. 199).
6º	E ainda mais outra coisa: que se pelos tempos que hão de vir cada um destes reis ou seus herdeiros quiser ajuda do outro, por qualquer razão que seja, que lhe faça saber primeiro por seis meses,	<i>“E aimda mais outra cousa: que se pelos tempos que hamde vir cada hũ destes reix ou seus herdeiros quiser ajuda do outro, per qualquer guisa que seja, que lho faça saber primeiro por</i>

Quadro 3 – Termos do Tratado de Windsor descritos na Crónica de D. João I

Termos do Tratado entre Portugal e Inglaterra descritos na Crónica de D. João I	
6º	<p>para que a parte requerida tenha tempo para o melhor que bem puder fazer, sem engano e má tardança, pedindo para os seus razoável soldo, ou segundo concondarem aqueles que para ordenar forem escolhidos.</p> <p><i>seis meses, e a parte requerida seja theuda de a da aaquel tempo o melhor que o bem poder fazer, sem ãguanno e maa tardamça, pedimdo pera os seus razoado soldo, ou segumdo comcordarem aqueles que pera ordenar esto forẽ escolhidos”</i> (CDJ I, Capítulo LXXXI, V. II, p. 199).</p>

Fonte: *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes

Na narrativa constam 6 (seis) cláusulas que constituiriam o acordo entre Portugal e Inglaterra, porém o documento oficial do Tratado de Windsor é composto de 13 (treze) cláusulas. Como cronista-historiador, Fernão Lopes seleciona e menciona os termos da aliança que contribuem com a sua lógica discursiva, e legitimam seu discurso.

Lopes menciona a 1ª cláusula: “*Primeiramente, que por bem pubriquo folgamça de seus reinos e sobditos seja amtre eles e os herdeiros que depois vierem boa e firme pãz por sempre e por nenhũa guisa britada*” (CDJ I, Capítulo LXXXI, V. II, p. 199). A manutenção da paz entre os reinos deveria ser mantida entre os súditos e os herdeiros de D. João I e Ricardo II, por nenhum motivo deveriam guerrear um contra o outro.

A paz é caracterizada pelas seguintes palavras: “*boa*”, “*firme*” e “*sempre*”. Os dois primeiros vocábulos são adjetivos que qualificam como deveria ser a relação entre os súditos e herdeiros dos reis luso e inglês. Com a finalidade de delimitar a temporalidade é empregado o advérbio de tempo “*sempre*”, logo a paz deveria ser contínua, constante e eterna, sem interrupções.

A 2ª cláusula determina a colaboração e ajuda mútua, quando esta fosse necessária, contra qualquer pessoa exceto “*Vemceslao, Rey dos Ramãos, e Rey de Castella, Duque dAlemcastro, tio dell Rey noso Senhor; que cmtra estes se não emtemda, ne ysso mesmo comtra o Papa Urbano*” (CDJ I, Capítulo LXXXI, V. II, p. 199). O termo define que qualquer inimigo de Portugal seria da Inglaterra, e vice-versa, menos as exceções citadas por Fernão Lopes. E todas as vezes que fosse necessário, um poderia solicitar o auxílio do outro

para combater um oponente. A partir deste termo os opositores da Inglaterra tornam-se também de Portugal, e assim ao contrário.

A livre circulação de pessoas é definida na 3ª cláusula exposta por Fernão Lopes. Assim como a ajuda mútua, a definição em acordo de que os vassallos de cada reino, incluindo os eclesiásticos, os duques, os barões, e outras pessoas de maior ou menor “*status*” poderiam livremente, e com segurança ir e vir de um reino para o outro, colaborava para o estabelecimento de uma associação. O que facilitava a locomoção entre pessoas, bens e informações, possibilitando conexões e trocas culturais entre Portugal e Inglaterra.

A 3ª cláusula na Crónica afirma que: “*Outrosy, que todos e cada huũ vassalo dos ditos reix, asy eclesiásticos perlados, como duques e barõis, e outras quoisquer pessoas de mayor estado destes ata ho mais pequeno, posã livre e seguramemente hir de huũ reino pera outro*” (CDJ I, Capítulo LXXXI, V. II, p. 199). O emprego do termo totalizantes “*todos*” inclui cada um que pertencia aos reinos de Portugal e da Inglaterra, sem exceção, criando uma unidade coesa e indissociável.

Os vassallos dos reis D. João I e Ricardo II de diferentes “*status*” poderiam a partir do Tratado de Windsor circular livremente entre os reinos, podendo sair e voltar em qualquer momento que desejasse. A liberdade de se deslocar facilitava o acesso de pessoas e mercadorias através das fronteiras.

Na crônica lopesiana o tratado bilateral entre os reinos configurou-se como um dos instrumentos de legitimação avizinha no poder, pois ele certificava a habilidade de D. João I em estabelecer relações diplomáticas que tinham relevância para Portugal. Além disso, o acordo apontava para aptidão do monarca para resolver conflitos, o que o diferenciava de seu irmão D. Fernando.

O acordo anula a necessidade de que os vassallos precisassem de uma autorização para viajar entre os reinos, isso possibilitava ainda mais as trocas comerciais, mas também as conexões culturais. Assim, o tratado bilateral proporcionava a circulação de pessoas, e o intercâmbio de ideais e costumes de sujeitos que viviam em espacialidades distintas, mas que se conectavam por interesses diversos.

Além de permitir a livre circulação dos vassallos entre os reinos, na 4ª cláusula exposta por Fernão Lopes, os súditos também poderiam comprar ou vender terras e senhorios pela quantia que achassem justa, porém deveriam pagar “*tais pessoas aos rex e senhores das ditas terras seus direitos e costumes quoa se husar nos ligares huu acoeteçer de vir*” (CDJ I, Capítulo LXXXI, V. II, p. 199). A permissão para realizar negociações possibilita a circulação das riquezas, e gera benefícios para a economia.

Conforme a determinação da 1ª cláusula: aliança de paz perpétua, o cronista-historiador, nesse ensejo para ratificar esta ideia, expõe a 5ª cláusula em que de nenhuma maneira os reis de Portugal e da Inglaterra, ou os seus súditos ajudariam de alguma forma os inimigos um do outro. Mais uma vez, Fernão Lopes reforça o discurso de que a partir da assinatura do Tratado de Windsor os inimigos de Portugal seriam também da Inglaterra, e vice-versa.

Ainda na 5ª cláusula é determinado que “*cada hũ ajudẽ a destruir com todas suas forças. E se algũ de seus subdytos contra isto quiser obrar, loguo sem outro detrimento seja dinamemte ponido per o senhor cujo for, a vomtade de qual que delles a que for feita a ofemsa*” (CDJ I, Capítulo LXXXI, V. II, p. 199). Os reis deveriam se ajudar quando fosse necessário para combater o inimigo, e punir o súdito que cometesse o crime de traição conforme o tamanho do delito cometido.

O prazo para requisitar subsídio para combater um inimigo é determinado na 6ª cláusula. O auxílio entre os reis e seus herdeiros deveria sempre estar disponível, porém deveria ser requerido com antecedência de 6 meses, para que houvesse tempo hábil para que a parte solicitada a realizar a ajuda pudesse se preparar, e assim “*da aaquel tempo o melhor que o bem poder fazer, sem ãguanno e maa tardamça, pedimdo pera os seus razoado soldo, ou segundo comcordarem aqueles que pera ordenar esto forẽ escolhidos*” (CDJ I, Capítulo LXXXI, V. II, p. 199). Fernão Lopes justifica o prazo de 6 meses utilizando o argumento de que era preciso dar tempo para que a ajuda fosse a melhor possível a ser oferecida.

O documento oficial do Tratado de Windsor é constituído de 13 cláusulas, porém Fernão Lopes selecionou a partir da documentação consultada quais as cláusulas que mais endossavam o discurso avisino. A partir disso, o cronista-historiador elenca em sua narrativa as 6 cláusulas, que contribuíam para a formação de uma memória coesa e coerente acerca dos eventos que cercaram o Movimento de Avis.

Após mencionar os 6 termos do Tratado de Windsor (1386), e ele ser assinado pelos reis de Portugal e da Inglaterra, Fernão Lopes enfatiza na narrativa o discurso endossado pelos Lencastres descrito no Capítulo LXXXIII. Há uma mudança de prisma em que o cronista-historiador em cada capítulo que envolva o reino inglês cita, o seguinte discurso:

[...] que como o Duque foy em Gualiza, *ẽviou recado a ell rei de Castella, e não per seu irmão como algũs sizem, ca ho não trazia cõsyguo, mas per outrẽ lhe fez sabẽr que ell era vimdo em aquella terra, como já ouviria comtar, e que trazia cõssyguo a Rainha dona Constamça sua molher, filha dell Rey dom Pedro de Castella e de Liaõ, por aver aquelles reinos que seus heraõ de direito, os quais emtemdia de cobrar pois lhe pertemção* (CDJ I, Capítulo LXXXIII, V. II, p. 202).

O trecho selecionado do Capítulo LXXXIII é constituído de repetições responsáveis por reafirmar um argumento. O cronista-historiador utiliza como recurso linguístico a repetição de ideias reforçando para o leitor a informação de que o reino de Castela pertencia a Dona Constança, e seu esposo, o duque de Lencastre, por direito, para isso, ele emprega termos como “*Rainha*”, “*molher*”, “*filha*” e “*direito*”.

A repetição se constitui como uma das estratégias utilizadas por Fernão Lopes para convocar o público a participar do discurso, ou seja, ele buscou imprimir interatividade e argumentatividade textual com os leitores. Este recurso linguístico colabora para que o discurso lopesiano seja compreendido, já que ele é dividido em tópicos que narram de forma linear e contínua os fatos.

As repetições estão entre uma das estratégias mais utilizadas por Lopes, sobretudo para conferir a coesão sequencial, o que colabora para a condução da narrativa, servindo como estratégia para reafirmar, contrastar ou contestar os argumentos.

Assim, as repetições de ideias se constituem com um recurso interativo empregado por Fernão Lopes para convencer os leitores, pois o autor repete constantemente os fatos. Além disso, essas ideias demonstram as influências que constituíram as subjetividades do cronista-historiador, que são demarcadas pelo uso da linguagem oralizante.

Destaca-se que no referido Capítulo LXXXIII, do Volume II, o cronista-historiador utiliza também o recurso linguístico da repetição para reforçar que o duque de Lencastre tentou negociar com o rei de Castela, para que ele entregasse o trono para dona Constança de forma pacífica, reconhecendo o direito legítimo dela como herdeira, porém as tentativas foram malsucedidas:

E loguo o doutor Alvaro Martinz, como este acabou, começou a dizer asy: Senhor! E eu por parte dell Rey de Castella, meu Senhor, e por goarda de todo seu derecho, vos diguo em esta guisa: que os reinos de Castela e de Lião que vos demamdais por azo de vossa molher, dizemdo que há em eles derecho por ser filha dell Rey dom Pedro, a esto respondo que, salva vosa senhoria, vosa molher a Duquesa dona Costança naõ há em eles nenhũ direito (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXIV, p. 204).

Neste trecho, utilizando a linguagem oralizante, a partir do uso do diálogo e interjeição, o cronista-historiador elabora a fala de um dos embaixadores que estaria representando os interesses do rei de Castela, respondendo ao duque de Lencastre acerca do seu pedido para que o trono fosse entregue à sua esposa de forma pacífica. O direito à herança é negado a dona Constança, ao utilizar o termo “*nenhũ direito*”, é definida a inexistência da herança.

No Capítulo LXXXV ocorre a repetição do discurso a favor do reconhecimento dos direitos de dona Constança, quando, em um diálogo, um dos embaixadores dos Lencastres diz: “*Cavaleiro! Vos dizey asy a ell Rey voso senhor que ell Rey meu senhor, que aquy esta, brevemente lhe diz que elle haa direito nos reinos de Castela e de Liaõ por parte de sua molher a Rainha dona Constança, filha legitima herdeira del Rey dom Pedro seu padre*” (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXV, p. 206). Neste trecho Lopes chama dona Constança de “*Rainha*” e o duque de Lencastre de “*ell Rey*”, mesmo que não ocupassem o trono de Castela, o discurso tem como objetivo reafirmar para convencer o leitor da veracidade do argumento.

Nos capítulos subsequentes que abordam as relações com a Inglaterra, Lopes redireciona a narrativa, ao deixar de lado o discurso em que o reino de Castela era por direito de dona Constança, esposa do duque de Lencastre, e fora usurpado.

A partir do Capítulo LXXXVII, do Volume II, o cronista-historiador, ao escrever acerca do reino britânico, evidência a construção da linhagem dos Lencastres. Tais enunciados conduzem o leitor a reconhecer a importância desta família, o que colabora para a constituição de argumentos que legitimam a aliança política estabelecida por meio do casamento entre D. Filipa de Lencastre e D. João I.

CAPÍTULO 4 - A ALIANÇA POLÍTICA ENTRE OS LENCASTRES E OS AVIS: UMA ESTRATÉGIA DE PODER ENTRE LINHAGENS

O casamento é uma instituição pública e privada, constituída de ritos entre os nubentes, que envolvem o corpo social em que estão inseridos. Ao longo dos séculos esta instituição foi resignificada e remodelada de acordo com os interesses sociais, econômicos e políticos de cada sociedade. Nesta parte da tese utilizamos apenas o Volume II da *Crónica de D. João I*, já que a finalidade deste capítulo foi examinar como o matrimônio foi utilizado para sedimentar o Tratado de Windsor (1386), por meio da união entre D. Filipa de Lencastre e D. João I, a partir da ótica de Fernão Lopes.

Segundo Coser (2018), durante a Idade Média o matrimônio era um negócio entre homens e linhagens que ocasionava diversas consequências no âmbito das relações políticas. A aliança luso-britânica é um exemplo deste tipo de ação realizada pelos corpos masculinos durante o Medievo. Esses acordos dinamizavam o corpo social, possibilitando interconexões e circulação de pessoas, ideias, mercadorias e culturas que se encontravam em espaços diferentes.

Destaca-se que é entre os séculos XI e XII que a Igreja dá ao casamento a estrutura que Fernão Lopes utiliza como padrão para avaliar e comparar os casamentos régios em suas narrativas. Paulette L' Hermite-Leclercq (1990) define o matrimônio como uma estratégia que para as linhagens estava a serviço do poder e da riqueza. Neste jogo entravam os filhos, mas sobretudo as filhas, que serviam como moeda de troca para sedimentar os negócios entre os homens no Medievo. De modo geral:

O modelo conjugal cristão que se manteve até a época moderna: o casamento único e indissolúvel, celebrado para toda a vida na base de inclinações mútuas, do *consensus* dos cônjuges. Para os homens, o casamento único significava a limitação do número de filhos legítimos; para a geração mais velha o casamento por consentimento implicava uma verdadeira provocação para as estruturas hierárquicas estabelecidas. Com efeito, no decurso dos séculos anteriores os casamentos eram sobretudo decididos por acordo entre os grupos familiares (OPTIZ, 1990, p. 362).

A Igreja constituiu o matrimônio como um dos seus sacramentos, logo ele é único e indissolúvel como afirma Optiz (1990). Este discurso foi utilizado para sustentar as sociabilidades entre as famílias dinásticas no Medievo. O casamento possibilitou uma dinamização das relações por meio de acordos que, por meio dessa união, tornavam-se indissolúveis.

O matrimônio de D. João I com D. Filipa de Lencastre concretizou uma aliança duradoura e benéfica entre os reinos luso e britânico, fato que se opõe ao casamento de D. Leonor Teles e D. Fernando, que pertenciam à dinastia de Borgonha, segundo Fernão Lopes. Examinamos a partir da lógica lopesiana como o matrimônio do primeiro monarca avisino foi um instrumento utilizado pelo poder monárquico para fortalecer alianças. Portanto, neste capítulo, a união matrimonial é abordada sob o prisma político.

Na Idade Média, mais precisamente a partir do século XII, o matrimônio passou a ser integrado como sacramento da Igreja Cristã. Além disso, o padrão do casamento modificou-se devido às crenças que a religião ia estabelecendo. Os casamentos entre reis e princesas de outros reinos não eram realizados por amor; tratava-se apenas de diplomacia, uma vez que eram concebidas alianças políticas por intermédio dos mesmos. Além disso, podiam também unir-se territórios através dos dotes (MOREIRA, 2020, p. 125).

O matrimônio durante a Idade Média foi o principal formador de alianças políticas, tornando-se um constituidor de poderes no qual os homens negociavam entre si acordos sedimentados por meio da aliança entre as famílias, já que o casamento era considerado pela Igreja um sacramento, logo, indissolúvel.

Um dos alicerces utilizados por Fernão Lopes para demonstrar aos leitores a predestinação do Mestre de Avis, ocultando a sua ilegitimidade consanguínea, foi o enlace com uma mulher, de origem nobre. D. João I fortaleceu o seu poder como rei de Portugal com o reconhecimento da legitimidade da dinastia avisina por meio da diplomacia com assinatura do Tratado de Windsor (1386), entre Portugal e Inglaterra. Por consequência, após o acordo ter sido consolidado, ocorreu a união matrimonial do monarca com D. Filipa de Lencastre.

Na narrativa lopesiana as relações diplomáticas luso-britânicas devem ser decodificadas em um contexto particular, pois integram os signos que constituem a legitimidade por símbolos ordenados por Fernão Lopes, com a finalidade de forjar uma memória coesa e coerente dos fatos que possibilitaram a ascensão avisina ao poder régio. Pois,

Esse jogo de alianças políticas através do casamento trazia uma série de vantagens, mas também conseqüências muitas vezes imprevisíveis. Mesmo que a sugestão dos povos na corte de Coimbra de 1385 fosse acatada, e os casamentos régios passassem a ser assunto do Parlamento, esse dado do imponderável não seria evitado. Entretanto, a importância que significava o casamento régio, a legitimidade dos herdeiros e imagem da realeza perante os súditos levava a um processo de regulamentação do casamento e dos direitos concernentes às mulheres em Portugal (COSER, 2009, p. 99).

Em busca de solidificar o poder régio em face das dissidências, o casamento em Portugal adquiriu uma dimensão legitimadora para a dinastia de Avis. A imagem que o grupo avisino teria perante os súditos passou a ser uma preocupação constante, o que acarretou uma simbologia positiva para a aliança luso-britânica na *Crónica de D. João I*.

Fernão Lopes, ao narrar como foi realizada a aliança entre os reinos de Portugal e Britânico, enfatiza os fatos que colaboraram para que o matrimônio de D. João e D. Filipa de Lencastre fosse considerado legítimo, pois seguiu os ritos que deveria, principalmente, foi um acordo entre cavaleiros.

4.1 Um Acordo Entre Cavaleiros: os Prelúdios do Matrimônio de D. João I e D. Filipa de Lencastre na Crónica de D. João I

A ação de D. Fernando de cumprir o acordo, casando sua filha D. Beatriz com Juan I de Castela, afeta as pretensões de João de Gante e D. Constança de reconquistarem o trono castelhano, pois aquele matrimônio simbolizava a união entre os reinos ibéricos. Sem o apoio de Portugal para combater e invadir Castela, o duque de Lencastre não teria forças militares suficientes para realizar sua campanha.

Porém, quando o Mestre de Avis conseguiu ascender ao poder régio, as aspirações do duque de Lencastre ganham novamente um ânimo. Apesar de inicialmente ser relutante em apoiar um bastardo, segundo assinala Silva (2014), João de Gante coloca à frente suas ambições e apoia a realização de um tratado luso-britânico. Inicialmente,

John encontrava-se certamente relutante em apoiar abertamente esta tomada de poder por parte de um bastardo contra uma herdeira jurada em cortes como era D. Beatriz, agora rainha de Castela. mas, apoiado nos seus objetivos pelo rei da Inglaterra, o seu sobrinho Richard II, acabou por anuir quando, como conta Fernão Lopes, logo após a vitória em Aljubarrota em 14 de agosto desse mesmo ano de 1385 (SILVA, 2014, p. 99).

Como um homem de família nobre, João de Gante demonstrou relutância em apoiar o Mestre de Avis, e sua causa, porém após a notícia da vitória na batalha de Aljubarrota¹², o duque passou a apoiar uma aliança entre os reinos de Portugal e Inglaterra

¹² Urgia recuperar para Portugal vilas e castelos que tinham voz por Castela. Passava-se assim à preparação para a grande batalha portuguesa, que se daria em Aljubarrota ainda no ano de 1385, cuja vitória seria um marco na justificação do novo rei e da nova dinastia inaugurada em Portugal (TREVISAN, 2016, p. 128).

perante os seus pares, e como ele tinha grande influência sobre a governança de seu sobrinho Ricardo II, o acordo diplomático foi assinado.

Um dos motivos que levaram Ricardo II a assinar o Tratado de Windsor em 1386 com Portugal foi para auxiliar João de Gante a obter o trono castelhano. No mesmo ano, o duque conseguiu a aprovação do financiamento para a sua expedição contra Juan I de Castela no Parlamento inglês.

Manuela Santos Silva (2014) aponta que não foi fácil convencer o Parlamento a patrocinar a campanha contra os castelhanos, pois os membros desconfiavam das ações do duque e de suas ambições, o que retardou a sua empreitada.

Após “*Os trautos ffirmados e tall liamça feita, o Duque se fazia em tanto prestes pera pasar a Espanha poderosamente*” (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXII, p. 200). João de Gante tinha urgência para colocar em prática o ataque contra Juan I de Castela. Enquanto o duque de Lencastre se organizava para partir em direção à Península Ibérica, Ricardo II enviou um emissário até a cidade do Porto para encontrar D. João I, para lhe pedir embarcações suficientes para transportar os militares ingleses.

Fernão Lopes afirma na Crónica que antes de o tratado ser assinado, o duque teria ido realizar sua campanha contra Castela, demonstrando a urgência dele em realizar a empreitada militar. Manuela Santos Silva (2014) assinala que João de Gante partiu para a Península Ibérica antes da assinatura final do Tratado de Windsor. Pela cronologia, o duque viajou um mês antes das negociações finais. Em relação ao pedido do monarca britânico por auxílio para transportar a grande comitiva de seu tio:

E em esto chegou hũ dia Afonso Furtado, capitão de Purtugall, cõ as naos e guales que de Lixboa partiraõ quoamdo el Rey jazia sobre Chaves, a hũ lugar do ducado de Cornoalha que he chamado Faulbie, e achou hy Loremçe Anes Fogaça que por cousas algũas de sua embaixada era estomçes aly vimdo, e tornou se cõ ell nas guales a Lomdres. Pera esta vimda do Duque foy jumta em amtona e em Preamũa graõ frota de naos [e galles] e doutros navios; e toda gente se veio a estes lugares pera averem com elle de embarquar (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXII, p. 200).

Na narrativa Fernão Lopes, afirma que naus e galés partiram de Lisboa para ajudar o duque de Lencastre a transportar sua comitiva e exército. Sob o comando do capitão Afonso Furtado, chegam à Inglaterra as embarcações enviadas por D. João I, o que indica que o monarca português iria cumprir sua parte do acordo ao auxiliar João de Gante contra Juan I de Castela.

Para demonstrar a grandiosidade do empreendimento do duque de Lencastre, o cronista-historiador utiliza palavras como “*graõ*” e “*doutros*” termos que qualificam a quantidade de embarcações, que seria uma quantidade grande.

Outra questão apontada por Fernão Lopes era que a ação de João de Gante era de conhecimento de todos, pois “*toda gente*” foi assistir à partida, para demarcar o sensorialismo é empregado “*averem*”. Destaca-se que o termo totalizante é empregado para atestar a veracidade do fato, pois, teriam ido “*toda gemte*” até o local de partida; vê-lo embarcar, o que demonstra a sua importância social naquele contexto. O duque é mostrado como um homem de relevância social para a sociedade à qual pertencia.

Ao receber a solicitação do monarca Ricardo II, D. João I cumpria sua palavra, enviando embarcações para ajudar o duque de Lencastre a transportar sua comitiva. Sabe-se que foram 6 galés e 12 naus; enquanto isso, na Inglaterra os oficiais do duque de Lencastre estavam recrutando as tropas para combater Castela.

A vitória parecia certa, tanto que João de Gante partiu para a Península Ibérica na companhia da esposa, D. Constança, das três filhas, de um número considerável de criados e de artesãos (costureiros, ourives, pintores, bordadeiras, menestréis), capelães e oficiais. A intenção era conquistar e povoar Castela com parte da corte inglesa (SILVA, 2014).

Devido à quantidade de pessoas para transportar, a viagem tornou-se muito onerosa, fazendo com que até mesmo o rei Ricardo II pedisse empréstimo aos lombardos para custear o empreendimento. Quando as embarcações de Portugal chegaram, a frota militar e a comitiva, que incluía a família de João de Gante, partiram,

E daly paetio o Duque, e seguiu sua viagẽ, cõ emtemçaõ daportar em terra de Galiza, do senhorio de Castela. E vimdo pelo mar cõ vemto comtrario foylhe forçado tornar em Bretanha a hũ lugar que chamaõ de Clipso, comdestabre de Framça, cõ muitas gemte tinha çerquando emtaõ; e mamdaraõ fazer, perto dele a trayçaõ [a tiro] de virotaõ, hũ castelo de madeira quoamto se pode obrar de forte, em que se colhiaõ daquelas gẽtes e tinhaõ todos seus mantimentos (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXII, p. 200).

Quando o duque de Lencastre partiu da Inglaterra, o objetivo era chegar à Galiza, terra que pertencia a Castela, porém segundo Fernão Lopes os ventos não deixaram, e houve um desvio emergencial em terras que pertenciam à França. Em terras inimigas, João de Gante teve que guerrear: “*O Duque sahio em terra cõ suas gemtes e começaraõ de o combater*” (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXII, p. 200). Após derrotá-los, a sua comitiva partiu abastecida de mantimentos para a vila de Corunha. Ao chegarem, o duque manda voltar as embarcações que pertenciam à Inglaterra, e ficam somente as enviadas por Portugal. Devido aos conflitos,

principalmente, contra a França, era necessário proteger os territórios do reino inglês, por isso, as embarcações britânicas retornaram.

No Capítulo subsequente, Lopes explica que o duque de Lencastre tentou negociar com Juan I de Castela de forma diplomática, mandando uma mensagem explicitando o motivo de ele ter invadido Galiza: reaver o direito de sua esposa D. Constança de governar o reino castelhano, como era de direito por ser filha legítima do rei Pedro de Castela.

O trono, segundo João de Gante, era por direito da sua esposa D. Constança, e eles estavam ali para tomar posse do que lhes pertencia, “[...] *que ell o queria livrar per batalha, aventurando poder per poder. El Rey de Castella reço beo bem o mēsaigeiro e deulhe algũas joyas, e enviou dizer ao Duque que vira sua embaixada e que ell lhe mandaria reposta per seus msaigeiros muy çedo* (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXIII, p. 202). O aviso “cordial” de João de Gante soa como uma ameaça, pois antes de atacar ele teria resolvido mandar dizer ao monarca castelhano que queria livrá-lo do transtorno de entrar em uma batalha. Pois,

A mensagem que enviou ao rei de Castela era curta e esclarecedora: como este devia ter já sido informado, ele chegara com sua mulher a rainha D. Constanza, filha do rei D. Pedro de Castela e Leão, para obter aqueles reinos que entendia serem seus de direito. Concluía desafiando Juan I: se ele não concordasse com a sua perspectiva, teria se se enfrentar com as tropas inglesas (SILVA, 2014, p. 108, grifo nosso).

Na narrativa lopesiana, ao receber a mensagem de João de Gante, o rei Juan I de Castela demonstrou calma, recebendo bem o mensageiro do duque, e lhe informando que mandaria uma resposta depois acerca da missiva de seu oponente. E assim, ocorreu; após alguns dias, ele envia mensageiros. Em reunião com João de Gante, o Prior do monarca castelhano transmite a seguinte resposta acerca da reivindicação ao trono:

Que elle tem e pesue os reinos de Castela de Liaõ per justo titolo e herança direita, e que vos não fostes bem efformado per quẽ vos fez emtemder que vossa molher tinha nelle melhor direito. E que se ysto quizerdes demandar peramte aquele que de tall feito pode ser juiz, que elle he prestes pera de sy fazer direito e justiça. E pois elle esto quer fazer, que elle vos requiere da parte de Deus que lhe não emtreis em seus reinos, nẽ lhe daneis sua terra. E se o asy não quizerdes cumprir, que emtemde que o fazeis cõ orgulho e soberba e não per direito que emtemdais de ter; e faz desto juiz o Senhor Deus (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXIII, p. 203).

No discurso lopesiano, o rei Juan I de Castela defende seu reinando utilizando termos “*justo titolo*” e “*herança direita*”, se contrapondo a D. Constança, que era considerada filha ilegítima de Pedro I, já que ela teria sido fruto de uma relação extraconjugal

com a nobre senhora Maria de Padilha, filha de Juan de García de Padilha, Senhor de Vilagera.

O rei castelhano casou-se com a mãe de D. Constança, a nobre Maria de Padilha, porém no reino de Castela circulava a informação que antes eles teriam tido uma relação extraconjugal, e que o nascimento da criança teria sido anterior à oficialização da união, fato que a deslegitimava como herdeira.

O rei Pedro I alegou ter casado com Maria de Padilha antes do nascimento de D. Constança, o que a tornou filha legítima, e herdeira do trono castelhano. A alegação passa a ser aceita como verdade, pois a cerimônia teria sido realizada secretamente, e por isso, não teria registros, tanto que ela só obterá o título de rainha após a sua morte, a pedido do rei.

Apesar de ter casado em 3 de junho de 1353 com Branca de Bourbon, ele desfez o matrimônio e voltou para Maria de Padilha em três dias, e a união durou até a sua morte. Consta que o nascimento de D. Constança seria em julho de 1354, porém o nascimento da sua irmã Beatriz, ambas filhas da mesma mãe, ocorreu no mesmo ano, só que no mês de março; quando se comparam as datas que tornaram a filha sua legítima herdeira, ocorre uma incoerência em relação a versão de Pedro I.

Porém, Juan I de Castela que utiliza os termos para questionar a herança de D. Constança, tornou-se rei também por vias duvidosas já que seu pai, Henrique II para alcançar o trono matou seu meio-irmão o rei Pedro I. Lopes utiliza a ironia ao afirmar que: “*vos não fostes bem ãfformado per quẽ vos fez emtemder que vossa molher tinha nelle melhor direito*” (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXIII, p. 203). A afirmação corrobora a ideia acerca de que circulava a informação que D. Constança era resultado de uma relação extraconjugal na Península Ibérica.

Fernão Lopes emprega as palavras “*orgulho*” e “*soberba*”, que teriam sido utilizadas por Juan I de Castela para se referir ao duque de Lencastre. Segundo o discurso lopesiano para o rei castelhano, se João de Gante continuasse com o ataque seria por vaidade e arrogância, pois a situação apontava que aquele lugar teria sido dado pelo senhor justo e juiz, Deus, para Juan I de Castela.

No Capítulo LXXXIV, os representantes de Juan I de Castela continuam argumentando com o duque de Lencastre na tentativa de demonstrar que D. Constança não teria direito ao reino castelhano. João de Gante teria ouvido atentamente os mensageiros, logo após os convidou para jantar, conforme afirma Fernão Lopes.

Após a refeição, o duque reuniu-se com seus conselheiros, e pediu para que eles transmitissem aos mensageiros de Juan I de Castela que não aceita uma negociação

diplomática, já que sua contestação era legítima. O porta-voz de João de Gante ao transmitir ao mensageiro do rei castelhano, reforça os argumentos de que D. Constança era rainha, pois era filha legítima do rei D. Pedro de Castela e Leão, e que João de Gante iria continuar a lutar para reconquistar o trono da sua esposa.

4.2 A Descendência de D. Filipa de Lencastre: que Homem Era o Duque d'Alemcastro?

João de Gante, que adquiriu o título de duque de Lencastre após seu primeiro casamento, nasceu na Inglaterra em 1340, e morreu em 1399. Foi um dos membros da Casa Plantageneta, sendo o terceiro dos quatro filhos do monarca Eduardo III da Inglaterra com D. Filipa de Hainault. Segundo Silva (2014), sua vida pública teria começado cedo, o jovem príncipe recebeu o título de conde de Richmond entre 2 a 3 anos de idade. Aos 5 anos de idade seu pai já planejava um casamento para ele com uma das filhas de Afonso IV, rei de Portugal, porém, o acordo não deu certo.

Em 1359, João de Gante casou-se pela primeira vez com Blanca de Lencastre. A nubente era uma noiva pertencente a uma grande família aristocrática. O duque é descrito como um elegantíssimo cavaleiro magro, alto, com uma boa postura e sério, enquanto a sua esposa era apresentada como rica, bonita, inteligente e de caráter, segundo citam as pesquisas realizadas por Manuela Santos Silva (2014).

Como tio do rei da Inglaterra, João de Gante exerceu uma grande influência sobre o trono inglês durante a menoridade do filho de Eduardo, o Príncipe Negro, que se tornou o Rei Ricardo II, citado na narrativa de Fernão Lopes. É com este monarca que é firmado o Tratado de Windsor em 1386, formando uma aliança luso-britânica.

Destaca-se que Eduardo, o Príncipe Negro, era o filho mais velho do rei Eduardo III da Inglaterra, logo era herdeiro do trono, porém quem assumiu o reino foi seu filho, Ricardo II. Assim, João de Gante era tio do rei britânico, e por ter acompanhado sua trajetória, tornaram-se bem próximos.

O Tratado de Windsor é assinado sob o governo do rei Ricardo II, principalmente para ajudar João de Gante contra Castela, o que demonstra sua influência na governança do trono britânico. Após se casar com uma das filhas de Pedro de Castela, o duque recorre à corte inglesa para conseguir o trono que pertenceria a sua segunda esposa. Sobre a trajetória do duque:

[...] casara na sua juventude com uma rica herdeira que ainda lhe proporcionara o aceso a títulos nobiliárquicos e a funções de enorme importância dentro da monarquia inglesa. Mas independentemente das benesses trazidas pelo matrimónio, John era um príncipe da dinastia plantageneta, que, sem necessidade já de conquistar riqueza, podia auxiliar a família reinante de que fazia parte consociando-se em segundas núpcias com algum membro feminino de uma dinastia com interesse estratégico para a Inglaterra (SILVA, 2014, p. 65).

Em 1371 João de Gante, como membro da dinastia Plantageneta, casa-se pela segunda vez com uma esposa que poderia trazer vantagens à sua família, D. Constança, a herdeira do rei Pedro de Castela, assassinado por seu irmão. O casamento anglo-castelhano acarretaria benesses tanto para a Inglaterra, quanto para João de Gante.

Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes redireciona a narrativa a partir do momento em que João de Gante sai da Inglaterra em direção a Península Ibérica, existe uma mudança de eixo narrativo, pois o cronista-historiador começa a construir a linhagem dos Lencastres por meio do patriarca, o duque.

Essa mudança que ocorre a partir do Capítulo LXXXVII, do Volume II, é justificável pois precede as negociações para que ocorra o matrimônio entre D. Filipa de Lencastre e D. João I na *Crónica de D. João I*. O casamento do monarca português torna-se de suma importância para atestar a sua descendência, que foram de filhos honrados, a “*íclita geração*”.

A legitimidade sanguínea de D. Filipa de Lencastre e seus antepassados, dá à sua descendência o direito de governar, pois D. João I era um filho bastardo, o que tornava o seu poder e de seus filhos questionável pela nobreza tradicional. Porém, o matrimônio que ele realizou além de trazer vantagens diplomáticas para Portugal, também o auxiliou no campo simbólico, já que os Lencastres eram uma das famílias mais importantes da Inglaterra, e descendiam diretamente da nobreza.

O título do Capítulo LXXXVII é o seguinte: “*Que homẽ era ho Duque Dalemcastro e sua Molher Dona Constança*”; por meio deste, Fernão Lopes traça a linhagem de João de Gante com riqueza de detalhes, a ênfase é nele, somente no final ele menciona D. Constança, possivelmente a menção de poucas informações acerca da origem dela deve ser por conta das dúvidas sobre a data do seu nascimento, fato que determinava a legitimidade da sua reivindicação de ocupar o trono de Castela. No começo Lopes afirma que:

A nos parece errarem muito quomantos naquele tempo screpveram a vimda deste Duque e casamento dell Rey com sua filha nam poerem que homẽ hera e o linhagem domde vinnha. E pois que a preguiça de taẽs autores foy madre daqueste error, e as cousas tostemente pasaõ e se dam a esquecimentto, por se esto de todo nam perder da memoria queremos aquy em breve nembrar, quamto fezer a nosso proposito,

quem foy seu padre e madre, pois que os reix de Portugall em elle tem graõ divido (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXVII, p. 210).

O cronista-historiador se coloca como agente reparador de um erro cometido pelos autores anteriores, para enfatizar essa ideia ele emprega “*errarem muito*”; “muito” é um advérbio de quantidade que intensifica o sentido, ou seja, dá mais ênfase ao verbo “errarem”. Lopes, ao se tornar presente no texto, passa ao leitor veracidade aos fatos narrados por ele em cada capítulo. A presença do narrador é uma das características que enriquecem a narrativa lopesiana, pois é por meio dela que identificamos os silenciamentos. Os signos empregados por Fernão Lopes constituem o discurso oficial que significa e ressignifica determinados elementos, em detrimento de outros.

Fernão Lopes utiliza um vocábulo popular ao dizer: “*preguiça de taës autores foy madre daqueste error*”, ele justifica que a preguiça foi a mãe que fez com estes autores anteriores não tivessem tido o trabalho para responder questões importantes como: quem seria o duque de Lencastre e qual seria sua linhagem. O cronista-historiador contrapõe-se diretamente aos seus pares, que também escreveram acerca do Movimento de Avis, e suas consequências.

Como funcionário régio, conhecedor do Arquivo Oficial da Monarquia, que era localizado na Torre do Tombo, Fernão Lopes utiliza seu lugar de prestígio, conquistado a partir da ascensão avisina, para refutar as versões contrárias à sua. A sua cadência ao narrar os fatos lhe permite ratificar cada acontecimento narrado pela memória oficial propagada pela dinastia de Avis.

O cronista-historiador faz um alerta para o perigo de um trabalho preguiçoso: “*cousas tostementemte pasaõ e se dam a esqueçimento*”, o risco estaria no esquecimento, pois com o passar do tempo os fatos poderiam se perder. Ele utiliza duas justificativas para detalhar a linhagem do duque de Lencastre: 1. não perder a memória; 2. gratidão pela dívida dos reis de Portugal aos Lencastres. Acerca da descendência do duque:

Homde, segumdo tam tarde arranhar podemos, deveis de saber que ell Rey de Imgraterra, dom Duarte o quarto, ouve da Rainha dona Isabel çimquo filhos baroeës. Ao primeiro, segumdo custume de nosso falar, que foi o Primçipe de Gualdez, chamaraõ dom Duarte asy como seu padre. O segumdo ouvee nome dom Manuell, que foy Duque de Craremça. E o terceiro disseram dom joam. O quarto dom Edemomdo. O quimto Thomas Ulestoque, Duque de Glosestre. E tornamdo a falar do terceiro e quarto filhos, acomteço desta guisa: que semdo aquell ifamte don João solteiro, casou dona Bramca, filha herdeira do muito homrrado e excelemte primcepe dom Amrique, Duque dAlemcastro, huñ senhor muy riquo e dalto linhagem e em autos de cavalaria muy famoso (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXVII, p. 210).

Com a finalidade de demonstrar ao leitor que os Avis descendiam de uma linhagem nobre, o cronista-historiador cita o pai de João de Gante, o rei Eduardo III da Inglaterra. Ao traçar a linhagem do duque, Fernão Lopes enaltece a descendência que nasceu da união entre D. João I e D. Filipa de Lencastre.

Fernão Lopes traça a linhagem de João de Gante e também de sua primeira esposa D. Branca, duquesa de Lencastre, a mãe da rainha de Portugal, D. Filipa de Lencastre. Para dar ênfase ele emprega as palavras: “*filha*”, “*herdeira*”, “*homrrado*” e “*exçelemte*” na mesma frase, além disso, ele repete o termo “*muy*” (advérbio de intensidade), conferindo intensidade a “*riquo*” e “*famoso*”. Nesse jogo de palavras entra também “*dalto*”, que qualifica “*linhagem*” construída a partir do matrimônio.

Os termos usados pelo cronista-historiador qualificam a ascendência de D. Filipa de Lencastre como famosa, honrada, excelente, rica e de linhagem, porém este enaltecimento ocorre por meio do pai da rainha de Portugal, João de Gante. Esta escolha de Fernão Lopes exprime os valores sociais dos Anos Finais do Medievo em Portugal, em que o lugar adequado para os corpos masculinos pertencentes às famílias da nobreza era no centro das negociações políticas, enquanto os corpos femininos eram coadjuvantes nestes espaços. Pontua-se que estas tipificações acerca da família dos Lencastres são empregadas no discurso lopesiano para legitimar não somente o poder monárquico de D. João I, mas de seus descendentes ao ocuparem o trono português.

Em relação a D. Constança, segunda esposa de João de Gante, que se tornou madrasta de D. Filipa de Lencastre, Lopes não narra acerca de sua mãe ou sua linhagem, provavelmente por conta das dúvidas sobre seu nascimento que interferiam no discurso utilizado por ela e seu esposo, João de Gante, de que ela teria direito de herdar o trono de Castela. Acerca de quem era D. Constança, o cronista-historiador escreve que:

Hora asy foy, como temdes ouvido, que el Rey dom Pedro de Castella, estando em Sevilha e sabemdo que dom Amrique seu irmão se corouara em Burguos e tomara titollo de rey e lhe diziã que vinha sobre Gualiza e de hy a bayona, lugar de Imgraterra, levamdo comssiguo suas três filhas, comvem a saber: dona Britêz e dona Costamça e dona Isabel. E feitas suas avemças cõ o Primcepe de Gualêz sobre auella ajuda que lhe de fazer avia, foy posto nos trautos amtre eles comcordados que ataa que avia daver, fycasem suas filhas per maneira darreféis em Imgraterra. A batalha feita como comtamos, el Rey posto em pose do reino, tornouse o Primcepe bem mal comtemte, sem lhe ser feito pagamento. Foy ell Rey depois vemçido e morto como ouvistes; ficaram estas ifantes orfaãs de todo, sem terras nem remdas nem outra cousa que tivessem; faleçemdo dona Britez per morte, ficaram as duas em tall desemparo. Em esto açertouse de fazer fim de a vida dona Bramqua, molher do Duque dAlemcastro; e o muy poderoso e mui exçelemte senhor dom Duarte, Rey de Imgraterra, vemdo a orfydade destas ifantes, husamdo de hũa nobre e façanhosa gramdeza, casou a mayor delas, chamada dona Costamça cõ este dom Duque

dAlemcastro, e dona Isabel a mais pequena, com o seu quarto filho dom Ademom (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXVII, p. 211).

Fernão Lopes usa o coloquialismo neste enunciado ao empregar o verbo na 2ª pessoa “*temdes*”, e logo em seguida a palavra “*ouvido*”, sugerindo uma interação com a oralidade, o que provoca uma interpelação do interlocutor aos leitores. A linguagem coloquial que é geralmente encontrada na fala é utilizada pelo cronista-historiador para criar uma proximidade com os leitores de sua narrativa, e também para os convencer acerca da veracidade das assertivas que ele vai esmiuçando durante o discorrer dos fatos.

Na Crónica, o então rei de Castela, Pedro I, vai até a Inglaterra com suas três filhas: D. Constança, D. Isabel e D. Beatriz. “Em 1368, Pedro, o Cruel, pede para prolongar a aliança de 1362 com Inglaterra e que lhe fosse prestado um novo auxílio militar, visto que lhe tinha sido prometido por Eduardo III. Contudo, o governo inglês não cumpriu, deixando o monarca “à sua sorte”, sem sequer o informar” (MOREIRA, 2020, p. 127). A sua ida até as terras britânicas gera um acordo entre os reinos, em que ele consegue a promessa de auxílio financeiro. Destaca-se que o monarca castelhano deixou suas filhas em solo inglês.

Porém, depois de um tempo o monarca é assassinado e suas filhas ficam órfãs em terras estrangeiras, para ressaltar a má sorte das princesas o cronista-historiador utiliza o termo totalizante “*todo*”, e na frase: “*sem terras nem remdas nem outra cousa que tivessem*”, usa a palavra “*sem*” que é uma preposição que indica falta e/ou ausência de algo, logo em seguida emprega duas vezes o vocábulo “*nem*”, que é um advérbio de negação; em conjunto os termos empregados enfatizam a ideia de que as princesas não herdaram absolutamente nada do pai, o que as teria colocado em uma situação de vulnerabilidade.

Uma das filhas morre, e as duas que sobrevivem; D. Constança e D. Isabel, teriam ficado desamparadas, neste mesmo período a esposa do duque de Lencastre, D. Branca morreu. Para ajudar as filhas de Pedro I de Castela, o rei da Inglaterra casa D. Constança com João de Gante, e D. Isabel com seu quarto filho. Para enaltecer a atitude do monarca britânico, Fernão Lopes qualifica os vocábulos “*poderoso*” e “*exçelemte*” com respectivamente “*muy*” e “*mui*”. O advérbio “muito” é de intensidade, o que confere magnitude e honra à atitude do rei. No final do capítulo, o cronista-historiador volta a utilizar um termo sensorial: “*vemdo*”, sugerindo uma interação entre o texto-contexto-leitor, que dá dinamismo à narrativa.

No Capítulo LXXXVII, em que o cronista-historiador se propõe a escrever sobre a origem de João de Gante e de sua segunda esposa, D. Constança, ele não menciona nada que poderia ir de encontro ao discurso dos Lencastres. Acerca da ascendência de D. Constança

não é citado nada que possa colocar em dúvida que ela era herdeira de Pedro I de Castela, e que, como tal, teria direito de ocupar o trono castelhano.

Para D. Constança ser herdeira, precisava ser filha de união matrimonial legítima; como já citado, circulavam informações no reino castelhano de que seus pais, Pedro I de Castela e Maria de Padilha, teriam tido uma relação amorosa antes do casamento. Desta forma, ela teria nascido antes da oficialização da união, o que a tornava uma bastada, logo não seria uma legítima herdeira do trono de Castela.

No Capítulo LXXXVIII intitulado “*Como ho Duque Partio da Crunha e Ouve a Cidade de Samtiago*”, o cronista-historiador narra acerca da saída do duque de Lencastre de Corunha para Santiago, acompanhado de sua esposa, filhas e tripulação. Segundo consta na narrativa, João de Gante enviava:

[...] chamandose em suas cartas Rey de Castela e de Liaõ e doutros lugares...E sua molher chamavaõ na Rainha dona Costança e suas filhas Ifamtas, por bem daquell ditado. E nas cartas e desembarguos punha o Duque por sinal: *Nos ell Rey*; e sua molher dona Costança escrevia: Ha Rainha (CDJ I, Volume II, Capítulo LXXXVIII, p. 212).

A nomeação dos membros da família do duque de Lencastre como Rei de Castela e de Leão (João de Gante), Rainha (D. Constança) e Infantas (filhas) por Fernão Lopes os colocam como uma dinastia de prestígio e tradição, mesmo que eles ainda não tivessem conseguido alcançar o trono, o uso de tais terminologias ratificava o discurso em que D. Constança seria herdeira de Pedro I de Castela.

Segundo explica Silva (2014), quando o duque de Lencastre chega em Galiza, com sua comitiva, Juan I de Castela teria ficado sabendo da chegada do ataque, e manda as suas tropas, porém sem apoio militar da França e Aragão, que eram seus aliados, o monarca castelhano resolve dispensar suas tropas.

Enquanto isso, o exército do duque de Lencastre avançava em direção a Santiago de Compostela, dominando a parte ocidental e central da Galiza, e preparando-se para entrar no reino de Leão. Em contrapartida, Juan I, que não contava com muitos recursos, optou por uma tática de desgaste do inimigo, removendo as colheitas para que o inimigo não usufruísse das mesmas. Em Santiago, ao chegar:

[..] cobrou loguo a cidade, e asy pola mayor parte toda terra de Gualiza, sem outra peleja nem combate de lugares, vimdo se pera elle muitos cavaleitos gualeguos e castelaõs, prometendo lhe as villas e lugares que tinhaõ de beijamdo lhe a mão por senhor. Hos povos isso mesmo em bestas e carros lhe traziaõ muitos mantimemtos e cavalos a vemder, as quais cousas os imgreses compravaõ por acostumados preços a

vomtade dos donos que lhas vendiaõ, sem tomamdo a seus donos valor de huĩ dinheiro, sob pena de perder a cabeça quoaill quer que o comtrairo fezese, segumdo a ordenamça do Duque. O quall vemdo este bõ começo, cuidamdo que todo Castella lhe obedeçese por azo de sua molher (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXVIII, p. 212).

O cronista-historiador, para ressaltar que João de Gante teria conquistado uma boa parte da Galiza, utiliza o adjetivo “*mayor*”, que indica superioridade, e para reforçar a ideia emprega o termo totalizante “*toda*”, que é um advérbio de modo que exprime a noção de inteiro. Ao cobrar Santiago, assim como os outros territórios de Castela que o duque de Lencastre reivindicou, segundo consta na Crónica, não ocorreu nenhuma batalha ou combate, pelo contrário os cavaleiros destas terras o reconheciam como rei, e sua esposa, D. Constança, como rainha de Castela.

Ao chegar em Santiago com sua família e sua comitiva, João de Gante teria sido recebido como o rei de Castela, tanto que as pessoas teriam “*promêtemdo lhe as villas e lugares que tinhaõ de beijamdo lhe a maõ por senhor*” (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXVIII, p. 212). Ao retratar esta ação dos cavaleiros galegos e castelhanos mediante a presença do duque de Lencastre, Fernão Lopes endossa o discurso de que D. Constança era a legítima herdeira do trono, pois os súditos castelhanos a reconheceram como monarca. O ato de beijar a mão era o reconhecimento público de vassalagem, lealdade e humildade que um vassalo deveria ter ao seu soberano.

A coletividade também participa, sendo nomeadas de “*povos*”; estes foram vender mantimentos e cavalos ao duque de Lencastre, para demonstrar como ele os ajudou comprando os itens que vendiam, Lopes utiliza o advérbio de quantidade “*muitos*” que valoriza e dá intensidade à ação de João de Gante.

Os territórios invadidos por João de Gante que pertenciam à Castela, não teriam resistido à sua presença, nem tomado a voz pelo rei Juan I de Castela, pois “*todo Castella lhe obedeçese por azo de sua molher*” (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXVIII, p. 212). Ao empregar novamente o termo totalizante “*todo*”, Fernão Lopes ratifica o discurso dos Lencastres de que a rainha dos castelhanos seria D. Constança. Esta narrativa foi endossada pelos avisinos para justificar não somente o apoio à luta contra Castela, mas também para que no plano simbólico a linhagem honrosa de D. Filipa de Lencastre não fosse questionada. Neste mesmo capítulo o cronista-historiador discorre acerca dos aspectos físicos de João de Gante, ao afirmar que:

Este dom Joam Duque dAlemcastro, hera homem de bem feitos membros, cõpridos e direito, naõ de tamtas carnes como requeria a gramdeza de seu corpo, e seria de idade ataa sesemta anos, de poucas caãs seguumdo tais dias, e de boa palavra naõ

muito triguosa, mesurado e de boas condições (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXVIII, p. 211).

Poucos personagens retratados por Fernão Lopes são descritos fisicamente, geralmente, o cronista-historiador traça o perfil comportamental, ou seja, foca na personalidade, porém ele realiza uma descrição física de João de Gante. Ao descrevê-lo como um homem de membros bem feitos, compridos e direito, magro, alto, aliás magro demais por ser alto, o fenótipo do duque torna-se um dos pontos para legitimar a união matrimonial de D. João I com D. Filipa de Lencastre, os seus bons atributos físicos iriam gerar bons descendentes para ocupar o trono português.

O cronista-historiador “descreve de forma também positiva os aspectos físicos e a sociabilidade do pai da futura rainha de Portugal” (SILVA, 2014, p. 114). Além dos atributos físicos, Fernão Lopes o descreve tendo uma boa oratória, pois utilizava palavras de fácil compreensão e não enfadonhas, equilibrado e/ou regulado (“mesurado”), ou seja, se movimentava ou tinha atitudes com cadência e/ou regularidade. Como último atributo que lhe conferia uma boa descendência, o cronista-historiador aponta que o duque de Lencastre era um homem de boas condições. Assim, a articulação das características físicas, aspectos comportamentais e a riqueza de João de Gante validam a sua filha, D. Filipa de Lencastre como uma boa esposa para o Mestre de Avis.

Três pontos convergem para endossar o discurso lopesiano, de que o D. João I realizou uma escolha acertada ao optar por casar-se com D. Filipa de Lencastre: 1.o pai da rainha de Portugal era rico, 2. tinha boas características físicas, 3. possuía um comportamento adequado e equilibrado. Este conjunto de fatores convergiam para enaltecer os descendentes da dinastia de Avis. Os herdeiros avisinos seriam assim como João de Gante, cavaleiros honrados, e preparados para governar.

Como o matrimônio é um acordo entre cavaleiros, Fernão Lopes enaltece a figura de João de Gante, pois a descendência de uma linhagem de nobres advém de sua família. A sua filha, D. Filipa de Lencastre, passa a ser uma coadjuvante no processo, o seu papel restringe-se a situações pontuais.

Na narrativa lopesiana após descrever os atributos físicos e a sociabilidade de João de Gante, o cronista-historiador volta a expor como o duque de Lencastre procedeu ao chegar em terras castelhanas. A partir deste ponto Fernão Lopes começa a narrar os acontecimentos que possibilitaram o estreitamento da relação entre o duque de Lencastre e D. João I, aliança que foi sedimentada com o casamento da sua filha com o rei de Portugal.

4.3 A Sedimentação da Aliança Luso-Britânica: negociações Para o Casamento de D. João I Com D. Filipa de Lencastre

No Capítulo LXXXIX começa o estreitamento da relação entre o duque de Lencastre e D. João I; os dois, após o consentimento do rei da Inglaterra, se unem para derrotar Castela. Para demonstrar afeição ao monarca português, João de Gante envia uma carta avisando que se encontrava em terras castelhanas, e que gostaria de encontrá-lo. Em Corunha,

O Duque isso mesmo, *segundo algũs afirmão*, enviou logo a ell Rey suas cartas em que lhe fez saber como elle hera vindo em Gualiza e aportara naquell lugar da Crunha, trazendo comsyguo sua molher e filhos, por cobrar o reino de Castella que lhe per dereito pertemçia, e que lhe prazeria de se ver com elle (CDJ I, V. II, Capítulo LXXXIX, p. 213).

O fato exposto por Fernão Lopes de que o Duque de Lencastre teria enviado uma carta para D. João I, não tem uma documentação que comprove, por isso, ele diz: “*segundo algũs afirmão*”, ou seja, ele teria obtido tal informação a partir de conversas com pessoas que teriam vivenciado os fatos. O vocábulo “*algũs*” expressa algo ou alguém desconhecido ou indeterminado. Fernão Lopes, como cronista-historiador, para preencher as lacunas em sua narrativa, emprega o pronome indefinido *alguns*, que designa sujeitos indeterminados. Acerca da resposta de D. João I, Silva (2014) afirma que:

Assim ainda em setembro ou já em outubro, o rei de Portugal enviou este seu embaixador e Vasco Martins de melo como portadores de cartas e mensagens suas para o duque de Lancaster, dando-lhe as boas-vindas e propondo que ambos se encontrassem para combinar a projetada invasão conjunta de Castela e Leão. A resposta veio célere. John de Lancaster recebera prazenteiramente os enviados de Portugal, reunira o seu conselho e combinara encontrar-se a 1 de novembro com João I, no lugar de Ponte de Mouro, entre Melgaço e Monção. A agenda da cimeira deve ter ficado logo estabelecida desde então e, além das matérias de índole militar, acordou-se desde logo que também se acertariam os pormenores relativos ao casamento do rei de Portugal com uma das infantas filhas do duque (SILVA, 2014, p. 111).

Tanto D. João I, quanto o duque de Lencastre, precisavam que a aliança luso-britânica se consolidasse. Por isso, entre as pautas que deveriam ser abordadas no encontro entre os cavaleiros, estava o casamento com uma das filhas de João de Gante. Havia duas pretendentes: D. Filipa de Lencastre (filha mais velha, do primeiro casamento); e D. Catarina (filha do segundo casamento). O monarca português enfrentava ainda uma resistência à sua governança, o que requeria um apoio externo diplomático que validasse seu espaço de poder.

Enquanto, o duque necessitava de apoio militar para derrotar Juan I de Castela. A convergência de interesses possibilitou que eles se reunissem. No Capítulo XC, diz-se que:

Ordenou el Rey de envyar seus embaixadores ao Duque e mandou Ilaa Vasquo Martinz de Mello e Louremçe Anês Foguaça, e com suas cartas e mensagem, cuja final conclusão hera que lhe prazia muito de sua vinda e da temção que trazia, e que compria de se vêre ambos por comcordar e aver comselho que maneira aviam de ter no proseguimento da guerra de Castella, os quais levaraõ caminho de Gualiza e chegaraõ ao Duque, omde pousava, a oras que se levamtava de jamtar (CDJ I, V. II, Capítulo XC, p. 215).

Segundo narra Fernão Lopes, D. João I enviou seus embaixadores para encontrar o duque de Lencastre em Galiza, lhe enviando uma correspondência em que declara sua satisfação em sua vinda; para ressaltar ele utiliza o termo “*muito*” que é um advérbio de intensidade que confere veemência às expressões, as realçando. O rei de Portugal concorda que deve haver um encontro para que possam alinhar as estratégias na guerra contra Castela. Durante o encontro entre os embaixadores e João de Gante ocorreu que:

Hora aquy dizem algũ que loguo nesta embaixada foy falado sobre casamento del Rey cõ hũa das Ifantes filhas do Duque; mas quomdo quer que fose movido, ell Rey teve <seu> cõselho sobre ello, no qual lhe muitos comselhavaõ que casase com dona Catarina, neta del Rey dom Pedro, dizemdo que por ally lhe poderia vir azo de irdar depois os reinos de Castella, outros dizia com a Ifamte dona Felipa; e a conclusão de todos foy que ell a quem esto mais pertemcia escolhesse quoll sua merçe fose. El Rey dise que pois a escolha avia de ficar nelle, como era de rezão, que suua vomtade não se outorgava casar com a Ifamte dona Catarina, porque lhe parecia casamento cõ mestura darroydo de nunqua perder guerra quẽ com ella casase, por azo da eramça que sua madre entemdia daver no reino de Castella. Doutra guisa, leixamdo de ho fazer quem a ouvese pr molher, que lho comtariaõ por minguoa e seria sempre prasmado. E que pois, a Deus graças, elle estava com vitória de seus imiguos, que lhe não entemdia de mover mais guerra, salvo por cobrar o que lhe tomado tinhaõ e ataa que lhe desẽ pãz, e estomçe viver assosseguado guovernamdo seu Reino em direito e [em] justiça (CDJ I, V. II, Capítulo XC, p. 215).

Com a intenção de inserir o acordo matrimonial entre D. João I e D. Filipa de Lencastre na narrativa, Fernão Lopes recorre novamente ao “*dizem algũ*”; sem uma documentação que comprove a veracidade de sua afirmação, ele recorre ao termo “alguns”, indeterminando os sujeitos que lhe passaram a informação, o que impossibilita a verificação da veracidade do fato. Neste trecho o cronista-historiador emprega a linguagem oralizante e o coloquialismo, aproximando os leitores da sua narrativa, com o objetivo de que sua versão fosse vista como a única possível, a “verdade nua”.

Conforme citado, segundo Fernão Lopes, o rei D. João I tinha duas pretendentes: D. Filipa de Lencastre, filha de João de Gante com sua primeira esposa, D. Branca de

Lencastre; e D. Catarina também filha de João de Gante, porém com a sua segunda esposa, D. Constança. Assim, as duas meias-irmãs eram opções que constituíam uma aliança com os Lencastres, e por consequência com a Inglaterra. Porém,

Colocava-se, portanto a D. João I um dilema matrimonial que podia ter sérias implicações no que respeitava ao equilíbrio peninsular, já de si tão frágil após a vitória alcançada em Aljubarrota. Aceitar casar com Catalina representaria um novo desafio direto a Castela e a D. Juan I e a sua mulher D. Beatriz, pois a jovem Lancaster corporizava as aspirações do retorno da monarquia castelhana à linhagem de Pedro I (SILVA, 2014, p. 112).

Casar-se com Catarina representava a possibilidade de Portugal continuar em guerra contra Castela, o que envolvia investimentos em campanhas para batalhas, o que causaria instabilidade e desgaste à governança de D. João I, e por consequência a insatisfação dos “verdadeiros portugueses” que apontavam as constantes guerras como um dos problemas do governo do rei D. Fernando. Assim,

Uma vez aclamado rei, D. João volta-se para a escolha da futura rainha e vai procurar aliança justamente com o mesmo duque de Lancaster que fora aliado de D. Fernando. D. João vê-se diante da possibilidade de desposar D. Catarina, filha do segundo casamento do duque de Lancaster e neta de D. Pedro de Castela, ou D. Filipa, filha do primeiro casamento do duque. O rei opta por Filipa, justamente para evitar novos conflitos com Castela (COSER, 2008, p. 99).

O casamento com D. Catarina poderia trazer implicações que D. João I preferiu evitar. Na narrativa os conselheiros de D. João I estavam divididos entre as duas infantas, pois se o monarca se casasse com D. Catarina, neta do rei Pedro de Castela, teria direito ao trono castelhano em futuro próximo. Outra parte o aconselhava a se casar com D. Filipa, “*e a conclusão de todos foy que ell a quem esto mais pertemçia escolhesse quoall sua merçe fosse*” (CDJ I, V. II, Capítulo XC, p. 215). A decisão seria do rei, e mais uma vez Fernão Lopes ratifica a honra do Mestre de Avis, pois ele não gostaria de contrair matrimônio com a infanta D. Catarina por causa da herança a que ela teria direito.

Percebe-se uma mudança de prisma na colocação de Fernão Lopes, quando ele afirma: “*eramça que sua madre emtemdia daver no reino de Castella*” (CDJ I, V. II, Capítulo XC, p. 215). A convicção de que o reino de Castela pertencia aos Lencastres recaí sobre D. Constança. Até então, ao narrar o discurso em que o reino castelhano pertencia à herdeira do rei assassinado, Pedro de Castela, o cronista-historiador emprega a retórica, levando o leitor a ter piedade de uma “rainha” injustiçada. A coesão demonstrada até o Capítulo XC é atravessada por uma sutil divergência.

Fernão Lopes insere uma segunda argumentação que teria sido elencada por D. João I: o monarca não gostaria de continuar seu tempo dedicado à guerra. Para o rei, se casar com D. Catarina seria “*mover mais guerra*” (CDJ I, V. II, Capítulo XC, p. 215), e seu objetivo era “*pãz, e estomçe viver assossegado guovernamdo seu Reino em direito e [em] justiça*” (CDJ I, V. II, Capítulo XC, p. 215). O matrimônio com D. Catarina iria lhe demandar problemas que poderiam ser evitados, e o rei poderia se concentrar em resolver os problemas do seu reino.

Ao não aceitar o casamento com a infanta D. Catarina, D. João I demonstra não somente sua honra, mas também que ele não era ganancioso e egoísta, pois sua maior preocupação era com Portugal. “*E asy ficou determinado, prazemdo a Deus, com a Ifamta dona Felipa*” (CDJ I, V. II, Capítulo XC, p. 215), evidenciando sua sabedoria, e em busca da paz, ele teria decidido casar com a filha mais velha de João de Gante, D. Filipa de Lencastre.

O local de encontro proposto pelo duque de Lencastre foi a “*Pomte de Mouro, amtre Melgaço e Momçam, que eraõ dezavove leguas do Porto*” (CDJ I, V. II, Capítulo XC, p. 215). Silva (2014) assinala que o duque de Lencastre partiu de Orense para o Mosteiro de Celanova, onde teria deixado sua família, e seguiu acompanhado pelo seu exército, reduzido por conta da epidemia. Ele seguiu até Melgaço, chegando à fronteira, enquanto D. João partiu da cidade do Porto com um contingente de 500 lanças e 2000 homens. Os cavaleiros encontraram-se às margens do rio da Ponte do Mouro.

Segundo consta na narrativa lopesiana, D. João I estava acompanhado por 500 homens que o serviam como combatentes. Enquanto João de Gante, para além dos seus fiéis seguidores ingleses, fez-se acompanhar por senhores galegos e castelhanos. No dia 2 do mesmo mês, iniciaram-se em particular as negociações. No Capítulo XCI, Fernão Lopes narra como foi o encontro entre o rei e o duque:

Ell Rey, *quoamdo vio que o Duque asy vinha*, pasou da parte além, e açertaramse ambos em hũa ladeira. E ell Rey hia armado de todas as armas, que lhe não mingoava senão o bacinete, e muitos dos seus daquela guisa. E os do Duque traziam cotas e braçaees com jorneaes borladas e os outros farpadas, asaz vistosos e bem corregidos. E vinhaõ de mestura algũs gualleguos e castelaõs, dos que pera ell vieram e receberam, por senhor. *E aly se receberam, abraçamdose e fazemdose suas mesuras com prazer e lediçe*; estiveram hũ pouco falamdo, e deshy passaram-se aquê do rio, omde el Rey tinha suas temdas postas. E ally sedesarmaraõ e *asemtaramse a comer ambos de hũa parte*, sem curarẽ de parte direita nem esquerda, ca imda emtaõ não hera em huso, e asy os que vinhaõ cõ o Duque. *E era esto o primeriro dia do mês de Novembro em festa de Todolos Samtos* (CDJ I, V. II, Capítulo XCI, p. 216).

Conforme o combinado no Capítulo XC, ocorre no dia seguinte, dia 2 de novembro a reunião entre o duque de Lencastre e D. João I, no Capítulo XCI. O encontro foi

amistoso, e eles teriam trocado abraços e “*fazendose suas medidas com prazer*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCI, p. 216). A cena narrada demonstra afeto entre os homens, pois estariam contentes por estarem na presença um do outro. Lopes caracteriza que ambos sentiram “*prazer*” por estarem compartilhando aquele momento, tanto que o cronista-historiador afirma que teria sido com “*ledeça*”, o que nos leva a entender que os cumprimentos aconteceram lentamente, ou seja, demoraram mais do que o normal. Depois trocaram algumas palavras, e sentaram-se à mesa e comeram juntos.

A descrição do encontro entre João de Gante e o rei português é atravessada por subjetividades, sentimentos são descritos, porém para validar as informações subjetivas que expõe, Fernão Lopes cita a data do encontro, e a festa que estava ocorrendo no dia: 01 de Novembro, dia da festa de Todos os Santos.

Citar um dia específico evidencia a sua preocupação com a veracidade, ou ao menos passar esta ideia aos leitores, que precisavam destes dados para acreditarem na sua versão dos fatos. Neste trecho do Capítulo XCI há uma mescla de subjetividade e objetividade, pois o cronista-historiador confere sentimentos e ações que expressam afetividade, como o abraço, mas para confirmar o fato narrado, cita uma data singular conferindo veracidade ao acontecimento narrado. Em relação à “*verdade nua*”, Fernão Lopes escreve no Capítulo XCII que:

As alianças e convenções que aly trautaram comtam algũs per desvairados modos, mas a verdade, que errar não pode, nos çertifiqua que foram desta guisa. Ell Rey e o Duque, com os Perlados e Baroẽs de sua falla, avendo sobre esto conselho maduro, hordenaram amtre sy – que por bem e homrra de suas pessoas e estados de seus reinos, fosem ambos e seus sibçesores e povos a eles sogeitos boõs e leaçs amiguos, sem malicia nem emgano; e que esta *liança e amyzade* fose jumta e hunida, de guisa que se *ajudem huũ ao outro, e isso mesmo seus herdeiros, contra quoaõs quer pessoas que comtestar quisesẽ seus reinos ou parte delles, tam çedo e triguosamente como cada huũ fazer podese* (CDJ I, V. II, Capítulo XCII, p. 217).

Neste Capítulo, Fernão Lopes discorre acerca da aliança entre João de Gante e o rei de Portugal, contra Juan I de Castela. O encontro não somente teria fortalecido a colaboração entre o duque de Lencastre e D. João I para ocupar o trono castelhano, como gerou um acordo, em que ambos se comprometeram a se ajudarem, e para selar firmaram o contrato político por meio do casamento entre a D. Filipa de Lencastre e D. João I.

O cronista-historiador emprega o pronome indefinido no plural; “*algũs*”, o que indetermina quem seriam estes sujeitos que escreveram de “*desvairados modos*”, o que impossibilita aos seus leitores checarem a veracidade das informações, consultando as fontes

utilizadas por ele. Para Fernão Lopes aqueles que relataram acerca dos termos que fizeram parte da aliança entre o duque de Lencastre e D. João I não teriam sido fiéis à verdade.

Saraiva (1988) assinala que o olhar histórico de Fernão Lopes é rico em detalhes, diferente de Zurara. O empenho em narrar o Movimento de Avis (1383-1385), realizado pelo cronista-historiador, poderia ser devido à sua identificação com os insurgentes, pois o seu ponto de vista coincidia com os grupos que se revoltaram contra a manutenção da hierarquia tradicional representada pela regência de D. Leonor Teles. A sua identificação e seu espaço social lhe possibilitaram uma percepção aguçada acerca das estruturas sociais, e das possíveis mudanças de mobilidades e valores.

Como cronista-historiador, Fernão Lopes demonstra sua preocupação com a verdade, segundo ele, aqueles que exercem esta profissão “*errar não pode, nos certifica que foram desta guisa*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCII, p. 217). Os que narram este fato erram, e isto seria inaceitável entre os seus pares, pois eles deveriam se certificar da veracidade dos acontecimentos antes de expô-los, para não apresentar inveracidades. Pois,

[...] diferentemente dos outros de seu tempo, agia com preocupação em encontrar documentos verdadeiros e buscava atestar a veracidade das fontes – ia a locais para verificar dados, conferia o nome em túmulos e consultava a documentação a que teve acesso na Torre do Tombo. Isso não quer dizer que seus escritos fossem “neutros”, uma vez que escreveu como funcionário contratado da Dinastia de Avis e com o objetivo de legitimar esta dinastia (ZIERER, 2018, p. 230).

Fernão Lopes buscou certificar a veracidade das informações, porém as lacunas em seus escritos são preenchidas geralmente pela interferência do sagrado. E como todos aqueles que se propõem a escrever acerca dos fatos históricos, ele não atingiu a neutralidade, até mesmo porque a sua missão era forjar uma memória oficial que legitimasse os Avis no poder. “Assim, na nova dinastia era tempo de erguer uma teoria de legitimidade inabalável. E, quanto mais irregular ou pouco comum fosse essa tomada de poder, tanto mais a teoria se reportaria à fonte de todo o poder: Deus” (TREVISAN, 2016, p. 129). No preenchimento das lacunas e na tentativa de justificar as ações humanas nas relações de poder, o cronista-historiador aplica uma solução “inquestionável”, ao atribuir a intervenção divina aos fatos incomuns ou inexplicáveis.

Ao empregar determinados termos, o cronista-historiador demonstra que: “[...] a palavra, como signo, é extraída pelo locutor de um estoque social de signos disponíveis, a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais” (BAKHTIN, 2009, p. 117). Como um homem inserido em determinada

espacialidade e temporalidade, Fernão Lopes utiliza palavras que possuem significado e significante para o contexto em que está inserido. A sua linguagem é fruto das relações sociais e está atravessada pelos signos que circulavam em Portugal naquele período.

A narrativa lopesiana é composta por enunciados formulados pelos signos que o cercavam, por isso, o seu conteúdo ideológico não pode ser isolado. Para entendê-lo é necessário levar em consideração as subjetividades e objetividades que o atravessam em diferentes níveis. Para Bakhtin (2009) a enunciação que compõe e formula os discursos é de natureza sociológica; logo ela não pode ser entendida isoladamente, mas sim em um contexto que leve em consideração os signos que constituem o conteúdo ideológico.

O signo é produto ideológico, e como tal cria símbolos que só fazem sentido em determinado espaço e temporalidade, assim, ao escrever a *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes realizou o que Bakhtin (2009) nomeou de comunicação ideológica, pois o cronista-historiador privilegiou a interlocução por meio de palavras do cotidiano, o que possibilitou conversações discursivas com diferentes grupos sociais através de signos que foram criados por uma função ideológica. Pois,

Embora a realidade da palavra, como a de qualquer signo, resulte do consenso entre os indivíduos, uma palavra é, ao mesmo tempo, produzida pelos próprios meios do organismo individual, sem nenhum recurso a uma aparelhagem qualquer ou a alguma outra espécie material semiótica da vida interior, da consciência (discurso interior). Na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior (BAKHTIN, 2009, p. 37).

A palavra é um signo social e como tal, ela acompanha a criação ideológica, por isso, a importância de analisar o emprego de termos como a “verdade”, utilizados na seguinte passagem: “*Na narmas a verdade, que errar não pode*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCII, p. 217). A narrativa lopesiana é imbuída de signos que só podem ser analisados por meio das palavras que deixam de ser neutras e passam a ter significado e significante de acordo com o enunciado, logo a palavra “verdade”, quando colocada nos enunciados lopesianos, ratifica as ideias elencadas pelo cronista-historiador em seu discurso por meio de símbolos que legitimam as relações de poder.

O cronista-historiador utiliza a linguagem como instrumento para transcrever uma realidade que coubesse à versão avizinha dos fatos. O seu produto ideológico é constituído de signos que fazem parte da materialidade, e por isso, é formado por diversos planos das vivências em Portugal nos anos finais do Medievo. Pois,

A história de Fernão Lopes, pela sua própria realidade, pela quantidade de testemunhos e fontes de informação, pelos factores tão diferentes que abrangiam toda a vida nacional e porque não estava ainda simplificada e esquematizada pela lenda, era todavia particularmente difícil de ordenar (SARAIVA, 1988, p. 183).

A busca por ordenar os fatos e organizar a história do Movimento de Avis (1383-1385), atravessada por diversos atores sociais, conduziu o cronista-historiador a dividir a sua narração em capítulos cadenciados para ilustrar de forma coesa a memória oficial. Fernão Lopes, ao escolher determinados fatos, e a forma como os narrou, realiza o enquadramento das ações para que não houvesse divergências acerca de como e porque o Mestre de Avis, tornou-se o primeiro rei da dinastia de Avis.

Estrategicamente sua narrativa é dívida em capítulos, e cada um esmiuça os fatos de forma detalhada, principalmente, no Volume I da *Crónica de D. João I*, este detalhamento é uma busca por ordenar a desordem, e fazendo convergir as versões em uma única, suplantando as divergências, e silenciando as vozes contrárias ao Mestre de Avis e sua descendência, que questionavam a ocupação do poder régio por um filho ilegítimo.

Em relação à verdade na narrativa, após confrontar seus pares que teriam faltado com esta, Fernão Lopes expõe qual seria o termo central da união de “*liança e amizade*” entre João de Gante e D. João I. A aliança deveria ser respeitada pelos seus sucessores e povos, pois seria entre bons e leais amigos, sendo que ambos se ajudariam, assim como seus herdeiros, que deveriam ser contra aqueles que tentassem contestar seu reino.

Segundo Fernão Lopes, o auxílio que D. João I iria dar ao duque de Lencastre seria custeada pelo rei, pois “*esta ajuda que ell Rey de Portugall avia de fazer fose a sua custa e despesas, e naõ que o Duque ouvese de pagar a ell Rey nem a suas gementes soldo nem outra cousa, como algũs mal escrevẽdo disseram*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCII, p. 218). O fato inverídico a que se refere o cronista-historiador no início do enunciado é exposto ao longo do Capítulo.

Para o cronista-historiador, seus pares mentiram ao escreverem que a ajuda de Portugal ao duque de Lencastre seria parcial; ele se propõe a expor a verdade. Fernão Lopes afirma que o auxílio seria total, já que João de Gante não teria nenhum custo com soldo, pois não iria precisar pagar aos soldados portugueses, ou qualquer outra despesa com eles. Lopes não cita quem seriam esses que faltaram com a verdade, utilizando novamente o pronome indefinido “*algũs*”, o que inviabiliza a verificação das suas referências.

Na narrativa, a ajuda de D. João I ao duque tinha um tempo determinado, 8 meses, segundo estabelecido pela aliança com o monarca, porém “[...] *se a batalha fose feita*

durando o dito tempo dos oito meses, que ell Rey de Portugall tornase pera seus reinos ou huu lhe mais prouvese; e tornamdo, se asy o dito Duque ouvese mister de suas gêtes, que ell Rey lhe dese liçemça e cõgeito de ficarem, e esto a custa do Duque” (CDJ I, V. II, Capítulo XCII, p. 218). Segundo afirma Fernão Lopes, o soldo dos soldados enviados por D. João I para lutar contra Castela seria custeado pelo rei durante 8 meses, depois deste período se a guerra continuasse, João de Gante, com a licença do monarca português, iria custear o pagamento dos militares.

Como já fora citado, esta informação seria a “*verdade nua*”, não aquela que os pares do cronista-historiador afirmaram em seus escritos de que o soldo dos portugueses que iriam lutar contra Castela seria pago pelo duque. Acerca da aliança entre o rei e o duque salienta-se que:

Na essência tratava-se de uma aliança que servia, nesta primeira fase sobretudo os interesses de John de Lancaster na sua demanda pelo trono de Castela herdado pela sua mulher. Se a operação militar conjunta – que estava projetada para oito meses, entre os últimos dias de dezembro de 1386 e os finais de agosto de 1387 – resultasse, então o rei de Portugal veria a recompensa da sua participação. Não só aumentaria territorialmente o seu reino, recebendo uma faixa fronteiriça a Leão e Castela, como gozaria de satisfação de ter um amigo e familiar próximo ao trono vizinho. Mas para que esse desiderato fosse conseguido, D. João I teria de contribuir com uma hoste constituída por 2000 lanças, 1000 besteiros e 2000 peões, cujas despesas decorreriam inteiramente à sua custa, durante todo o tempo que durasse a campanha mesmo para além do tempo previsto (SILVA, 2014, p. 114).

Apesar do apoio interno dos nobres secundogênitos, da “*arraia-miúda*” e dos comerciantes, D. João I, no cenário político internacional, encontrava-se isolado e ameaçado. O apoio financeiro exacerbado à Inglaterra seria nocivo aos cofres portugueses, mas constituiria uma aliança que fortaleceria sua governança. O Tratado de Windsor (1386) rompia com o isolamento, e o casamento com D. Filipa de Lencastre, prima direta do rei Ricardo II, e filha do seu mais influente conselheiro, perpetuava o acordo luso-britânico (SILVA, 2014). Pois,

A aliança e as ligações familiares com a Inglaterra também seriam uma base diplomática e de representação do projeto político avisino. D. Filipa continuaria ao longo de sua vida a se corresponder com seus parentes do reino de origem. Os infantes avisinos também manteriam elos de amizade e solidariedade com o clã lancastriano (TREVISAN, 2016, p. 133).

No plano simbólico a construção da narrativa lopesiana utiliza a aliança luso-britânica como um signo. O elo entre os reinos de Portugal e da Inglaterra simbolizava uma

vitória avulsiva, o que enaltecia a ação diplomática de D. João I, como um monarca eficiente. A relação externa teria possibilitado uma aliança mútua e perpétua com a Inglaterra.

Destaca-se que a vitória contra Castela em Aljubarrota fortaleceu o governo do monarca português, porém, alguns problemas ainda persistiam como a insistência de Juan I de Castela em cobrar o direito que considerava ter de governar Portugal por ter se casado com D. Beatriz, e a demora da dispensa dos votos eclesíasticos pelo papa de Roma, realizado por D. João I quando entrou para Ordem de Avis. Pois,

Era sabido que os principais apoiantes do papa Urbano VI era precisamente os governantes da Inglaterra. Até por essa razão, D. João I tinha razões para querer as suas boas graças, pois enquanto não chegasse a bula papal contendo a dispensa dos votos eclesíasticos não só a sua posição política estava comprometida como não podia contrair matrimónio (SILVA, 2014, p. 115).

Por conta do isolamento internacional e da demora da dispensa papal para garantir sua posição política como aliado do reino britânico, D. João I decide casar-se com D. Filipa de Lencastre, sedimentando a aliança entre os reinos, e evitando guerras futuras, pois o casamento com a infanta D. Catarina possivelmente iria envolvê-lo em conflitos com Castela. Porém o matrimônio demorou a acontecer por conta da demora da dispensa papal. Lopes salienta que com a finalidade de sedimentar a aliança, foi estabelecido que:

E por mais liança damizade e seguramça destas cousas hordenaram emtaõ e prometeram – que o Duque dese sua filha a Ifante dona Felipa a ell Rey de Portugal por molher, e que ell Rey a rezebese, avemdo primeiro despemssaçaõ pera que tall casamento fose valioso, e que esa dona Felipa jurase de recebêr ell Rey de Portuuguall por marido, avida primeiro aquella despemssaçam. E por bẽ e rezam deste matrimonio e ajuda que ell Rey de Portugall avia daver a sua custa (CDJ I, V. II, Capítulo XCII, p. 219).

O matrimônio entre D. Filipa e D. João I consolidou a aliança não somente com o duque de Lencastre, mas também entre os reinos de Portugal e da Inglaterra. Para D. João a escolha de D. Filipa de Lencastre simbolizava uma legitimação da sua linhagem, pois ela pertencia ao ducado mais poderoso da Inglaterra, que era uma linhagem real da mais alta nobreza, descendente da dinastia Plantageneta. Enquanto:

[...] a um homem com as ambições de John of Gaunt, que depois de ter conseguido o principal ducado inglês tentara arranjar um trono para si próprio sem torpedear a família, o trunfo de uma filha solteira, que poderia ajudar a estender a rede familiar para campos estratégicos e vitais, era essencial (SILVA, 2014, p. 116).

Apesar de D. João I ser um bastardo, e isso deveria causar uma certa preocupação ao duque, João de Gante decide unir sua família por meio do matrimônio de sua filha D. Filipa com o monarca português, vislumbrando um aumento de sua influência e poder, e também buscando o apoio necessário para sua campanha para reaver o trono de Castela que ele considerava pertencer a sua esposa D. Constança.

Fernão Lopes caracteriza o casamento como valioso, ou seja, a ação teria um grande valor, porém para ele acontecer conforme os ritos, a mulher deveria jurar receber seu marido, confirmado socialmente que concordava com o matrimônio. O cronista-historiador cita também quais seriam os benefícios para o reino de Portugal ao afirmar:

[...] ordenou o Duque e sua molher por sy e seus sobçessores, per aquell titolo de Rey e Rainha que traziam, que eles desem e outorguasê a ell Rey de Portugall pera sempre coroa de seus reinos, hũa parte de Castella e de Liam per villas e lugares nomeados desta guisa, a saber: a vila de Ledesma com seus termos, e o castelo de Matilha; o lugar de Meeleaaõ, asy como vay ho caminho de Plato com a cidade de Plazemça, e dhy imdo direito ao lugar que dizem Grimoalldo, e asy a outro que se chama Canaverall; e dahy pasamdo a Alconetra; e deshy e Çaçeres e a Losqua, e emtaõ a Merida e a Fomte do Mestre; e deshy a Çafra e pelas Torres de Medina, e de hy direito a Frrixinall, e quoãisquêr outras villas e lugares que amtre esses e os reinos de Portugall fosem comteudos, com todos seus termos elugares, salvo o lugar dAlcamtara e Valemça dAalcamtara (CDJ I, V. II, Capítulo XCII, p. 219).

Por meio do discurso indireto, o cronista-historiador expõe o que seria a última resolução que teria sido acordada entre o monarca português e João de Gante. Como “*Rey e Rainha*” os dois decidiram ceder ao monarca de Portugal alguns territórios de Castela e Leão, esta ação tem relevância no discurso avisino, pois a ajuda de D. João I não gerou somente benefícios no âmbito pessoal, mas para a coletividade, já que, seriam anexados territórios ao reino de Portugal. Ao citar as vilas e lugares cedidos, Fernão Lopes emprega o visualismo por meio da enumeração, que é um recurso que confere expressividade ao relato.

Ressalta-se que mesmo sem terem conquistado o trono, conforme já foi citado, na narrativa lopesiana o duque de Lencastre e sua esposa D. Constança utilizavam os títulos de Rei e de Rainha de Castela e Leão, e pelos “*poderes*” que tinham como tais, cederam terras que pertenciam ao reino de Castela, antes mesmo de conseguirem alcançar a vitória.

O cronista-historiador finaliza o Capítulo XCII com a seguinte frase: “*E esto foy o trauto da avemça que amtre eles ally foy firmada; doutra guisa naõ*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCII, p. 219). Fernão Lopes começa e termina o capítulo afirmando que a sua versão é a verdadeira, e as outras não, pois, conforme o mesmo afirma, os seus pares erraram ao narrar os termos que fizeram parte da aliança entre o duque de Lencastre e D. João I. No entanto,

O início da campanha anglo-portuguesa em terras castelhanas ficara assim, a partir de Ponte de Mouro, dependente do calendário matrimonial de Philippa e João. E este encontrava-se parcialmente condicionado pelo atraso na chegada da bula que deveria dispensar João dos votos de celibato que havia feito no passado (SILVA, 2014, p. 116).

Havia pressa para a realização do casamento, porém D. João I não tinha ainda conseguido a concessão da dispensa papal, por ser membro da Ordem de Avis, o monarca não poderia casar-se. Isso poderia atrasar a cerimônia, porém enquanto estava negociando com o duque, o papa Urbano VI envia uma correspondência concordando com a dispensa, declarando que, de tudo que foi solicitado, o rei de Portugal estaria dispensado.

Após a resposta de Urbano VI foi elaborada a bula, para que o papa dispensasse o monarca. Na bula de dispensa incluía: a legitimação de D. João como filho de D. Pedro I e D. Teresa Lourenço; liberação do hábito de Avis para poder ser rei; absolvição da excomunhão; dispensa do voto de castidade realizado quando entrou na Ordem de Avis; perdão pela irregularidade por ter violado locais sagrados ou violência exercidas contra eclesiásticos; dispensa para o casamento com quem pretendesse (SILVA, 2014).

A questão é que mesmo com a documentação confeccionada e enviada para Urbano VI, ela não foi reenviada assinada para Portugal. Com o conjunto de dispensas aprovado e assinado, seu casamento poderia acontecer, mas para além disso sua posição como rei de Portugal estava garantida, assim com a manutenção de sua descendência no poder régio.

Enquanto isso, para que ocorresse a cerimônia, era preciso revisar as cláusulas do acordo, que foram analisadas durante três dias, segundo narra Fernão Lopes, pelas seguintes pessoas: D. Constança, João de Gante, D. Filipa de Lencastre e fidalgos, que *“louvaraõ e apravoraõ os trautos que disemos, por sy e por seus sobçesores, quoamto a cada huõ pertemçia, fazemdo juramento de os guardar e firmes escrituras sobre ello”* (CDJ I, V. II, Capítulo XCIII, p. 220). A aprovação do matrimônio não dependia somente dos homens, mas a palavra da noiva tinha também participação no processo. Apesar de ser essencialmente um acordo entre cavaleiros, o casamento, para ser válido, precisava da aceitação da nubente.

O acordo ficou oficialmente finalizado após a aprovação dos fidalgos, João de Gante, D. Constança e D. Filipa, sua pretendente, em seguida o documento foi elaborado nas proximidades da Ponte do Mouro. Por isso, este acordo ficou conhecido como Tratado de Ponte do Mouro, por meio dele iniciava-se a participação portuguesa no processo de conquista do trono castelhano.

Depois do acordo firmado, o duque de Lencastre “[...] *outorgouo loguo de enviar sua filha ao Porto pera a ell Rey receber e casar com ella*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCIII, p. 220). Fernão Lopes denota que havia uma certa pressa em realizar o casamento para que tanto o pai da noiva, quanto o esposo, pudessem se dedicarem a combater Juan I de Castela. Após o tratado ser firmado, a nubente foi enviada para encontrar o monarca português na cidade do Porto. Acerca da chegada da noiva:

E amdamdo ell em este cuidado, e estamdo entã em Evora, foy emtamto tragica muy homrradamemte de mamdado de seu padre a Ifamta dona Felipa aa cidade do Porto, segumdo dizemos que fora acordado. Homde foy recebida com graõ festa e prazer, vimdo muito acompanhada de imgreses e portugueses, asy como mõsye Joam dOlamda, comdestabre do Duque; e Tomas Pessy, almirante da frota; e Richarte Burley, seu marichall; e aquell dom Joam Goterez, Bispo dAcree; e o Arcebispo de Bragua; e Vasco Martinz de Mello; Joam Rõiz de Saa e outros que ala foraõ (CDJ I, V. II, Capítulo XCIII, p. 220).

A preocupação constante de Fernão Lopes com a verdade aparece no Capítulo XCIII por meio da pormenorização dos fatos, pois ele coloca em destaque cada passo para que ocorresse o matrimônio. Esta riqueza de detalhes valoriza a sua escrita, e envolve os leitores com a trama narrada.

O detalhamento dos fatos que possibilitaram o casamento de D. Filipa de Lencastre com D. João I destoa da forma como são expostos os outros acontecimentos no Volume II, pois esta característica é muito mais identificável no Volume I. Na segunda parte da Crónica, Lopes não se preocupa tanto em detalhar cada cena, as construindo com riqueza de detalhes. Esta valorização da união matrimonial do monarca português é explicável no plano político, pois seu casamento validou a aliança diplomática com o reino da Inglaterra, episódio que demonstra a atuação do rei, e sua política externa vitoriosa.

O cronista-historiador, para ressaltar como D. Filipa foi conduzida, utiliza o termo “*cuidado*”, o adjetivo visa a dar destaque para a nubente, que foi tratada de forma especial, com zelo e preocupação. Para reforçar esta ideia ele emprega os termos “*muy homrradamemte*” caracterizando a maneira como a noiva foi conduzida até seu futuro esposo. Para destacar a palavra honradamente, o cronista-historiador usa o advérbio “muito”, que dá ênfase ao enunciado do discurso.

De acordo com os ritos, a jovem dama foi até a cidade do Porto “*muito*” acompanhada de uma comitiva que incluía portugueses e ingleses, ao chegar na cidade teria sido recebida com alegria. Para demonstrar que D. Filipa tinha muitos acompanhantes para

resguardar a sua honra, o cronista-historiador utiliza o recurso da enumeração ao citar nomes, o que confere visualismo à cena narrada.

Com objetivo de intensificar, Fernão Lopes emprega “*graō*” interligado a “*festa*” e “*prazer*”. O adjetivo “grande” remete a excessivo, então a festa teria sido grandiosa, assim como teria provocado uma sensação agradável e prazerosa para aqueles que recebiam a futura rainha na cidade do Porto.

Ao esmiuçar cada passo que resultou na união de D. Filipa de Lencastre com D. João I, Fernão Lopes utiliza os padrões sociais estabelecidos por seus contemporâneos para que uma união matrimonial entre os nobres fosse reconhecida como honrosa. O matrimônio do rei e da rainha de Portugal torna-se um padrão que deveria ser seguido pelos próximos monarcas. Nesse ensejo:

No que diz respeito à única rainha inglesa de Portugal – Philippa de Lancaster, ou Filipa de Lencastre como lhe chamaram em Portugal –, os testemunhos coevos, ou pouco posteriores ao seu tempo, todos contribuem para configurar a imagem de uma mulher muito amiga de Deus – segundo o cronista Gomes Eanes de Zurara – uma alma que ascendera à santa gloria por ser em todas grandes virtudes *muy perfeyta* – opina o filho primogénito – muyto exçelente raynha – classifica-a o infante D. Henrique – santa rainha por ser mui virtuosa – insiste o rei D. Duarte, apresentando-a como modelo e guia para todas as senhoras destes reinos (SILVA, 2015, p. 17).

D. Filipa de Lencastre se torna no discurso lopesiano a representação de uma esposa perfeita, principalmente, pela sua atuação no campo religioso. As suas ações são enaltecidas pelos seus filhos, que buscavam demonstrar uma mulher virtuosa, e por isso deveria ser referência e modelo para as súditas do reino. Assim, a significação da existência da monarca se tornou um símbolo imbuído de signos que estabeleceram as relações de poder em Portugal. Pois,

Nas crônicas, a soberana, para além do papel de rainha, esposa e mulher cristã, simbolizava paz em meio à guerra, esperança em meio ao caos, gerando ao soberano português oito filhos, seis homens e destes, cinco chegaram à vida adulta, um símbolo de fertilidade que garantiria a sucessão da dinastia, o grave problema que causou a crise dinástica de 1383 - 1385 em que D. João se tornou rei (AZEVEDO, 2017, p. 1).

Apesar da idade avançada da rainha para os padrões medievais, a monarca conseguiu atender às expectativas dos seus súditos, conseguindo gerar herdeiros que pudessem ocupar o trono português, evitando a vacância, e posteriores conflitos em relação à sucessão régia. Logo, sua representação obteve um destaque positivo como um símbolo que

se configurou na medida em que foi necessário legitimar não somente D. João I, mas seus herdeiros.

A memória oficial produzida por Fernão Lopes a pedido de D. Duarte é idealizada, conforme afirma Azevedo (2017). No processo de idealização, a representação de D. Filipa de Lencastre foi necessária, pois sua descendência, a sua educação e seus modos foram utilizados para fomentar padrões sociais que deveriam ser seguidos. A linhagem da monarca a tornava uma rainha ideal para Portugal, pois:

D. Filipa de Lencastre nasceu no dia 31 de Março de 1360, no Castelo de Leicester, na Inglaterra. A futura rainha tinha uma privilegiada descendência das Casas reais, inglesa e francesa, e de grandes famílias nobres europeias. Seu pai, João de Gante, o Duque de Lencastre, era o quarto filho do Rei Eduardo III da Inglaterra e D. Filipa de Hainault. Seus avós maternos, pais de Dona Branca, eram a Dona Isabel Beaumont e o Duque de Lencastre anterior a seu pai, Henrique de Frosmont, de quem João de Gante herdou o ducado. Portanto, ela descendia da prestigiada dinastia dos Plantagenetas e da linhagem dos Lencastres, que era uma ramificação da primeira, além de manter um grau de parentesco com outras casas nobiliárquicas europeias da época (AZEVEDO, 2017, p. 4).

D. Filipa de Lencastre era uma mulher advinda de uma linhagem de nobres, que possuía ramificações em outros reinos. A sua ascendência privilegiada a colocava como uma mulher ideal para o casamento com um rei ilegítimo. Assim, no discurso lopesiano a monarca é comparada, sem o termo comparativo, a Virgem Maria, um signo social com grande adesão em Portugal.

Fernão Lopes utiliza signos sociais estabelecidos em Portugal para narrar o Movimento de Avis, dentre eles inclui-se o matrimônio, que é um dos pilares de sustentação no plano simbólico do poder político de D. João I. Portanto, o cronista-historiador, em seus enunciados, discursiva e é o discurso, ao mesmo tempo em que ele é uma profusão de discursos (polifonia), ele torna-se também um discurso político e apologético da dinastia de Avis.

Após D. Felipa de Lencastre chegar à cidade do Porto, alojou-se com sua comitiva nos paços episcopais, e ficou esperando seu futuro esposo durante três meses para a realização do cerimonial definitivo (SILVA, 2024, p. 119). D. João I quando chegou *“foy ver a Ifamta que aimda não vira, e falou cõ ella, presente aquel Bispo”* (CDJ I, V. II, Capítulo XCIII, p. 221). Como uma mulher honrada, a futura rainha de Portugal conhece seu esposo acompanhada pelo Bispo. O encontro entre eles ocorre pela primeira vez, após a combinação acerca do casamento que foi realizada entre os corpos masculinos, como era de costume durante a Idade Média. O matrimônio era um negócio entre homens que tinha como finalidade assegurar a linhagem, por isso, principalmente, a importância de resguardar a honra da

mulher. O casamento era uma forma de criar ou manter alianças políticas e militares pela nobreza.

Segundo Fernão Lopes D. João I e D. Felipa de Lencastre teriam trocado joias como presentes na noite em que se conheceram, e em seguida o monarca português, demonstrando sua generosidade, ordena que *“lhe fizesse dar todas as cousas que a ella e a suas gentes pertencessem”* (CDJ I, V. II, Capítulo XCIII, p. 221). Para evidenciar a generosidade do monarca português, Fernão Lopes finaliza o capítulo atribuindo uma ordem dada pelo rei ao seu vassalo, de dar tudo aquilo de que sua futura esposa e seus acompanhantes precisassem.

Devido à demora para a realização da cerimônia, D. João I não cumpriu o acordo de começar a campanha contra Castela em dezembro, juntamente com o duque de Lencastre. Pois, ainda faltava a carta de dispensa assinada pelo papa, “também se falava de arrependimento por parte do duque de Lancaster por ter comprometido a filha com um bastardo régio (SILVA, 2014, p. 120). Mesmo rodeado por incertezas João de Gante continuou cumprindo o acordo, concedendo D. Filipa para casa-se com o rei de Portugal.

“Mas estando para breve o início da Quaresma, alguém foi lembrar ao noivo de Philippa de Lancastre que, após o domingo seguinte – 3 de fevereiro -, só mais de dois meses depois se poderia realizar o casamento” (SILVA, 2014, p. 121). Se a cerimônia não ocorresse logo, teria que ser adiada ainda mais, o que não agradava ao duque e nem ao rei; a situação entre ambos ficaria tensa por essa demora.

Porém, “Sem que a bula de Urbano VI tivesse chegado, a consumação do casamento entre os dois nubentes era, em termos religiosos e mesmos legais, uma atitude arriscada” (SILVA, 2014, p. 122). Mediante a urgência da situação o rei de Portugal pediu licença para casar com D. Felipa de Lencastre ao Bispo do Porto por meio de uma carta, explicando a situação; ele conseguiu obter a autorização para efetivar a união. Durante a cerimônia a:

Ifamta foy tragida muy homrradamemte dos paços omde pousava [a See]; e aly, em nome do Senhor Deus, a reçeneo [ell Rey], presentemte todos, por sua esposa e molher lidima, fazendo lhe tall ofiço e o mais solene que se pode fazer. E esto foy dous dias de Fevereiro em festa da Purificação da Bemta Virgem, avemdo estomçe ell Rey vimte e nove años e a Ifamte sua esposa vimte e oito. E esto acabado, ordenou loguo ell Rey de fazer sua voda e tomar casa, de quinta feira seguinte a oito dias (CDJ I, V. II, Capítulo XCIV, p. 221).

Com a finalidade de enfatizar que o trajeto de D. Felipa respeitou os costumes determinados para a manutenção da sua honra, ou seja, seu trajeto foi virtuoso, honesto e

digno, Fernão Lopes utiliza o termo “*mu*” e logo em seguida “*homrradamente*”, certificando aos leitores que a infanta foi conduzida até a cerimônia de maneira respeitosa, para denotar ele usa o advérbio “muito”. Destaca-se que o casamento ocorreu no dia 2 de fevereiro de 1387.

Ao contrário do seu meio-irmão, o rei D. Fernando, que se casou em uma cerimônia secreta, D. João I realiza uma união matrimonial pública; para enfatizar isso, o cronista-historiador emprega o termo totalizante “*todos*”. No enunciado o casamento é validado no plano espiritual: “*em nome do Senhor Deus*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCIV, p. 221); e no plano terreno: “*presemte todos*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCIV, p. 221), o que o torna legítimo e legitimador dos descendentes da dinastia de Avis.

Para validar a dramatização dos fatos citados, Fernão Lopes menciona as datas em que ocorreu o casamento, a festa religiosa que estava ocorrendo na época e a idade dos noivos, o que confere veracidade aos acontecimentos narrados, e também visualismo, a narrativa com a participação do coletivo (todos). No mesmo Capítulo, após a cerimônia, o monarca português teria enviado cartas às cidades e vilas comunicando o seu casamento da seguinte forma:

Cõcelho e homẽis boõs de nossa vila ou cidade de tall lugar. Nos el Rey vos enviamos muito saudar. Cremos que bem sabẽis como avemos jurado e prometido de casar com a Ifamta dona Felipa, filha del Rey de Castela e Duque dAlemcrasto. Ora estando nos em Guimarãis prestes pera seguir noso caminho, segumdo bem sabẽis, fomos requerido per o dito Rey de Castella, seu padre, que a tomemos por molher, segumdo avemos com elle posto amte que desta terra partisemos, dizemdo que o emtemde asy por serviço de Deus e sua homrra e melhor aderemcamentto de seus feitos e nosos (CDJ I, V. II, Capítulo XCIV, p. 222).

A necessidade de comunicar aos súditos acerca de seu casamento validava sua política externa, era necessário que o Conselho e os homens bons das cidades e vilas soubessem da notícia. Sem citar, Fernão Lopes realiza um comparativo, pois ao contrário de D. Fernando, que prometeu se casar com Leonor, filha do rei de Castela, mas não cumpriu sua palavra, o seu meio-irmão, D. João I, como um homem honrado, segundo o discurso lopesiano, cumpre sua parte no trato e casa-se com a nubente prometida.

Para afirmar essa contraposição, o cronista-historiador utiliza as palavras “*jurado*” e “*prometido*”, como um rei honrado, D. João I cumpriu sua palavra e casou-se com a infanta D. Filipa de Lencastre. Na narrativa lopesiana o primeiro rei da dinastia de Avis é caracterizado principalmente por meio da sua honra, em contraste aos membros da dinastia de Borgonha.

Com a finalidade de salientar a linhagem de D. Filipa de Lencastre, o cronista-historiador emprega os termos “*Rey de Castella, seu padre*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCIV, p. 222). O fato é que o duque de Lencastre não conseguiu alcançar seu objetivo que era se tornar rei de Castela, mesmo assim o título lhe é atribuído. No discurso lopesiano esta informação é usada com o objetivo de dignificar os Avis, e apagar da memória que o Mestre de Avis era um filho ilegítimo.

Em toda a *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes dedica apenas um capítulo para escrever acerca de D. Filipa de Lencastre. No *Capítulo XCVII – Dalgũs Costumes e Bondades da Rainha Dona Felipa*, o cronista-historiador disserta acerca dos hábitos e ações bondosas da rainha, fatores que fariam com que o casamento entre a infanta e o monarca português gerasse uma “*fermosa geração de bemaventurados e virtuosos filhos*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCVII, p. 226). A descendência dos Avis é caracterizada por três adjetivos: formosa, bem-aventurados e virtuosos; a convergência das atribuições geraria uma linhagem de filhos com boa aparência, harmoniosos, felizes, honestos, valorosos e nobres. Assim, a família constituída por D. João I e D. Filipa de Lencastre torna-se um modelo social para Portugal.

A evocação de Deus para validar o matrimônio também é utilizada, pois ele ocorreu pela vontade divina: “*por serviço de Deus*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCIV, p. 222). Conforme outros acontecimentos relacionados ao Mestre de Avis narrados na *Crónica*, Fernão Lopes utiliza o sagrado para justificar a ocorrência da situação. Em diversas passagens o cronista-historiador usa a intervenção do divino para preencher lacunas ou justificar certas ações dos personagens.

Apesar da afirmação de Fernão Lopes de ter um compromisso com a “*verdade nua*”, no decorrer das descrições dos acontecimentos ele emprega, para preencher as lacunas, e justificar o espaço político ocupado por D. João I, a ação do sagrado. O divino justifica a trajetória vitoriosa do Mestre de Avis, pois ele é um escolhido por Deus para governar Portugal para os “*verdadeiros portugueses*”.

A pressa para realizar a cerimônia religiosa é justificada no final do Capítulo XCIV: “[...] *mas porque a nos cumpre de seguiremos logo nosa guerra, abrevyamos o tempo em que se esto avia de fazer*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCIV, p. 222). Assim, como D. João I estava ocupado com suas batalhas contra Castela, lutando contra a resistência da nobreza tradicional em Portugal, o duque também desejava agilizar para que ocorresse o casamento, pois queria consolidar a aliança com o monarca português, e, posteriormente, receber sua ajuda para conquistar o trono castelhano. Portanto, ambos tinham urgência em

validar a aliança militar e política. No Capítulo XCVIII, por meio do discurso direto, Fernão Lopes narra o encontro entre o duque de Lencastre e D. João I, após o casamento; o monarca português teria dito diante de todos que:

Que bem sabia como amtre eles era trautado per capitulos e juramento *feito liança e amizade*, per sy e per seus sobçesores, amtre os quaes era comtheudo que elle com certas *lamças, besteiros e homens de pee*, per sua pesoa o ajudasse *aquella guerra que hordenada tinham*; e que pelo cassamemto que elle com sua filha avia de fazer, e por esta ajuda que a sua custa avia de ser feita, que ele ouvesse dele certas villas e lugares de Castela depois que por eles fosse cobradas, quaes no trauto eram comtheudos. E eu guisamdo se elle com suas gentes pera começar seu caminho, segumdo prometido tinha, que elle ouvera taes *empedimentos*, [asy do matrimonio] que com sua filha a seu requerimêto ffezera, como doutras cousas neçesarias, de *guysa que nã poderá tam asinha fazer nem comprar aquella ajua que theudo era. Mas que elle estava aly prestes com suas gentes pera o ajudar e fazer o que prometera*; e que esto lhe dizia por seu boom comtemtamemto, com tanto que a eles prouguerra dello. E que sua ajuda nam emtemdesse porem ser começada salvo des o primeiro dia da Coresma, que elle partira do Porto com suas gentes e mais nã (CDJ I, V. II, Capítulo XCVIII, p. 227).

Por meio do diálogo, Fernão Lopes resume através de palavras atribuídas ao monarca português a trajetória que possibilitou a aliança política e militar entre o duque de Lencastre e D. João I. No primeiro momento após a assinatura do Tratado de Windsor (1386) com a Inglaterra, o monarca inglês autoriza a aliança entre João de Gante e o rei luso.

A aliança e amizade entre o duque de Lencastre e D. João I foi realizada por meio de um juramento, como homens honrados deveriam então cumprir. O monarca português teria prometido: “*lamças, besteiros e homens*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCVIII, p. 227), custeadas por ele, para que João de Gante lutasse contra Castela, além disso, iria casar-se com a filha do duque, em troca o monarca português iria receber vilas e lugares de Castela contidas no tratado. O cronista-historiador demonstra que o matrimônio é o alicerce da aliança política e militar entre os reinos luso e britânico, e também entre as famílias dos Lencastres e dos Avis.

Porém, o auxílio não teria ocorrido no tempo combinado, devido à demora em realizar o casamento e a outros imprevistos enfrentados por D. João I, mas como prometido, ele estaria ali para cumprir sua parte no acordo. Ocorreu uma demora significativa para acontecer o matrimônio, o que inviabilizou a ajuda ao duque de Lencastre, e prejudicou sua estratégia de ataque.

A demora com a chegada de auxílio possivelmente desgastou a frente de combate. Uma boa parte dos combatentes ingleses morreram por conta de doenças, o que deixou o exército do duque prejudicado. Com isso, seria imprescindível receber o auxílio de D. João I para continuar adentrando o território de Castela. Conforme a construção narrativa de Fernão

Lopes, D. João I, como um homem honrado, mesmo diante de situações adversas, demonstra ser firme e cumpridor de seus compromissos. Em relação à demora de Portugal a auxiliar João de Gante na luta contra Castela, o duque responde a D. João I:

Que bem certos eram de sus razoados empedimentos e de todo o que proposerá; e que lhes prazia e se contentavaõ de quanto per elle ateli ffora feito, e nam aviam por ello o trauto amtre eles posto em algũa guissa ser quebrado, e que se desto quisesse algũas escrituras, que mandasse fazer quantas lhe aprouguesse (CDJ I, V. II, Capítulo XCVIII, p. 228).

Diante da situação e das desculpas de D. João I, o duque de Lencastre afirma que compreende suas razões; para salientar o entendimento acerca da situação por parte de João de Gante, o cronista- historiador emprega o termo totalizante “*todo*”. O que ratifica e salienta que os motivos expostos pelo monarca português foram compreendidos e plausíveis. Assim, como havia prometido:

E as gemtes que ell Rei levava eram trezemil lamças e dous mil besteiros e mais de quatro mil mil peões, affora outras que se foram loguo acerqua per aquell geral mandado como ordenara quando foy sobre Coyra. E se alguem poser duvida que el Rei nam levaria tamta gemte, por nam ser theudo segumdo o trauto, deshy por a despesa que se recrecia de pagar mais soldo, rezam tem desto cuidar (CDJ I, V. II, Capítulo XCIX, p. 229).

Fernão Lopes emprega o recurso linguístico do visualismo ao enumerar a quantidade de armas e soldados e os itens fornecidos por D. João I para auxiliar João de Gante a invadir Castela. No discurso lopesiano, para demonstrar a generosidade do monarca português, o cronista-historiador afirma que o rei enviou outras coisas anteriormente.

O cronista-historiador cita mais uma vez que havia dúvidas acerca de quem iria realizar o pagamento do soldo aos combatentes, e se D. João I iria mesmo cumprir o acordo de enviar a quantidade de ajuda que prometeu, arcando com as despesas. Porém, o monarca teria cumprido sua palavra. Fernão Lopes não menciona quem são aqueles que duvidam do rei português, ele se refere a eles com o pronome indefinido invariável: “alguém”, o que indetermina o sujeito.

Em contrapartida “*O Duque levava muito poucas das suas, porque gram parte eram já mortas, asy dos capitaens de boa comta como darcheyros e outros homẽ darmas, e estou naquele inverno emquanto esteve em Gualiza*” (CDJ I, V. II, Capítulo XCIX, p. 229). De acordo com Fernão Lopes o número de combatentes de João de Gante diminuiu devido à peste ou por desviarem o caminho em busca de mantimentos em bosques em terras desconhecidas. Assim, a ajuda de D. João I seria essencial para realizar a invasão de Castela,

pois o duque de Lencastre tinha um contingente reduzido de armas e soldados, conforme afirma Fernão Lopes. Tal afirmação ratifica ainda mais a importância da aliança com o monarca português, e dá mais destaque a imagem de herói construída na narrativa lopesiana ao Mestre de Avis.

Na narrativa, o monarca de Portugal, juntamente com João de Gante, se dirigem rumo ao reino castelhano para efetivarem a invasão anglo-portuguesa a Castela. O rei Juan I de Castela sabendo, manda defender o território. Porém, as tropas inglesas e portuguesas nunca chegaram a adentrar na região de Castela, alcançaram somente a parte de Leão.

Apesar do acordo entre João de Gante e D. João I ter sido firmado em novembro de 1386, somente em março de 1387 os contingentes armados dos dois se juntam em Bragança para lutarem. Marques (1996) destaca que a guerra contra Castela passou por três fases, porém foi “Na terceira e última fase (Julho de 1386-Novembro de 1387), um tratado formal entre Portugal e Inglaterra trouxe o duque de Lancaster à Península Ibérica como pretendente à coroa castelhana” (MARQUES, 1996, p. 116). Após realizarem algumas batalhas sem grandes vitórias, Lopes afirma que:

El Rei de Portugall isso mesmo, vindo como nenhũa villa da que tomavam eram tam demtro no reino e asy mal aazadas pera manter, que nã era cousa pera poer em obra, achou que tall amdada per esta guisa era pouco homrrosa e de muito trabalho, e dando taes cuydados a discreto pemssamemto, fallou el Rei estas cousas com o Duque, dizendo quomantos dias avia que em ello tinha maginado. E pois que todo ho regno era huũ contra ell, nam o queremdo aver por senhor, deshi tamtos estramgeiros em ajuda de seu adversairo, e outros mais per que esperavam, e elle com poucas gemtes alomguado de as terra, que lhe parecia tall demãda como esta, se ele esperava tomar toda Castella villa e villa, cousa pera numca vir a ffinm (CDJ I, V.II, Capítulo CIX, p. 246).

Segundo Fernão Lopes a situação teria ficado insustentável, mesmo querendo ajudar João de Gante, D. João I percebeu que eles não estavam conseguindo avançar nas conquistas: “*nenhũa villa da que tomavam eram tam demtro no reino*” (CDJ I, V.II, Capítulo CIX, p. 246). Frente a ineficiência dos ataques, para salientar isso o cronista-historiador emprega o termo: “*nenhũa*”, que demarca a inexistência, ou seja, a ausência ou falta de algo ou alguém.

Além disso, o rei português estaria vendo aquela situação como “*pouco homrrosa e de muito trabalho*” (CDJ I, V.II, Capítulo CIX, p. 246). Com a finalidade de denotar e fazer os leitores entenderem os motivos que estariam levando o rei a questionar o duque de Lencastre, o cronista-historiador realiza um jogo de palavras em que qualifica as palavras “*homrrosa*” e “*trabalho*” com os advérbios “*pouco*” e “*muito*”. Essa caracterização direciona

os ledores a participarem, pois quem quer estar em uma missão pouco honrosa, e que dê mais trabalho do que o esperado, diante de tantas dificuldades, o mais sensato seria desistir.

Fernão Lopes não afirma que a vontade de D. João I é desistir, mas quando ele explana suas insatisfações para o duque chega-se à conclusão de que qualquer pessoa sensata desistira. O monarca português continua sendo um homem de honra, pois cumpriu sua palavra, ajudando, mesmo “*que todo ho regno era huï contra ell*” (CDJ I, V.II, Capítulo CIX, p. 246). O rei de Portugal teria sido aconselhado a não ajudar o duque com tantos provimentos, mas ele teria ido contra seus conselheiros. Para salientar como o rei é um homem que cumpre sua palavra, Fernão Lopes emprega o termo totalizante: “*todo*”.

Para finalizar o argumento de D. João I, Fernão Lopes afirma que: “*cousa pera numca vir a ffin*” (CDJ I, V.II, Capítulo CIX, p. 246). O monarca estava percebendo que não havia chance de vitória, e nem mesmo de um fim para aquela situação, tanto que é empregado o termo “*numca*”, ou seja, jamais e em nenhuma circunstância eles teriam chance de conseguir alcançar Castela, logo a luta era uma desonra.

D. João I na Crónica aconselha o duque a voltar para a Inglaterra e reordenar suas forças, aumentar seu contingente, e atacar de maneira mais eficiente Castela. “*O Duque, ouvindo todas estas cousas em que larguamente ouveram falado, dise que lhe parecia suuas razões boas*” (CDJ I, V.II, Capítulo CIX, p. 246). João de Gante, demonstrando também sua sensatez, aceita os conselhos do monarca português, para afirmar e salientar que ele concordou com as palavras ditas pelo rei, o cronista-historiador emprega o termo totalizante “*todas*”.

Enquanto isso, o “*Rei de Castella cahiria em qual quer boa avemça que homrra dambos ffose, especialmente daquel casamento do Iffamte seu filho com sua filha dele*” (CDJ I, V.II, Capítulo CIX, p. 247). Para acabar com as desavenças com João de Gante, o rei de Castela propõe casar seu filho com D. Catarina, a filha do duque com sua segunda esposa, D. Constança. O casamento selaria a paz, e acabaria com as investidas anglo-lusas contra as terras castelhanas.

Mediante esta ação de Juan I de Castela, oferecendo um acordo de paz por meio de um casamento, o duque pede ao “*Rei de Castella cartas de salvo comduto pera pasar per sua terra, emtemdêdo que se avia com ele de comvir*” (CDJ I, V.II, Capítulo CIX, p. 247). Depois de conseguir a benesse do monarca castelhano, João de Gante partiu para Portugal, juntamente com seu genro, e sua comitiva para visitar sua filha que estava grávida do primeiro filho.

Em relação às aspirações de João de Gante, o desfecho acabou resultando em um fracasso, pois ele não conseguiu nenhuma vitória significativa contra Castela que abalasse significativamente o poder de Juan I de Castela. Por não conseguir conquistar o trono castelhano, ainda teve que firmar um acordo de casamento entre a sua filha D. Catarina (1373-1418), com Henrique (1379-1406), o filho de Juan I de Castela.

Contudo, para D. João I a campanha militar exigiu investimentos que poderiam ser empregados em outras áreas, ou em outras guerras com mais chances de vitória. Já que somente o contingente oferecido pelo monarca português não tinha forças para combater Castela, e as forças militares do duque de Lencastre estavam debilitadas, pois muitos morreram por conta da peste ou por falta de mantimentos.

D. Fernando, meio-irmão de D. João I, foi acusado de gastar excessivamente com as guerras ferdinandas, o que teria ocasionado maiores problemas econômicos para Portugal. O que nos leva a considerar que os cofres régios estariam com poucas reservas, e mesmo assim, o Mestre de Avis financia a campanha do duque de Lencastre. Na narrativa lopesiana o gasto é qualificado de forma positiva, porque acarretou benefícios ao reino, porém ao analisarmos as consequências da diplomacia, não identificamos um benefício prático substancial para o reino luso.

O monarca português gastou excessivamente na campanha, ainda mais que recrutou um número alto de tropas, que foram pagas exclusivamente por ele, que havia se comprometido a realizar o pagamento dos soldos dos combatentes, sem a ajuda do duque. A tropa militar angla, liderada por João de Gante, era muito pequena, e sofreu baixas consideráveis. Todos esses fatores conduziram o duque de Lencastre ao fracasso.

Porém, para D. João I houve um ponto positivo; com esta campanha, os portugueses exerceram mais pressão sobre os castelhanos, dissipando a ideia de uma nova invasão a Portugal. Segundo Ventura (1992), após o auxílio nas campanhas do duque de Lencastre, o monarca português passa a se dedicar às questões de administração do reino, com a ordenação de terras e casas da Rainha, o controle da Ordem de Avis, a política de casamentos das mulheres de sua casa e outras questões de caráter administrativo.

Apesar do fracasso na campanha contra Castela comandada pelo duque de Lencastre, D. João I conseguiu validar sua posição internacional perante outros reinos, por meio de uma política diplomática que se iniciou com o Tratado de Windsor (1386) consolidando uma aliança luso-britânica ao realizar casamento com D. Filipa de Lencastre, que com sua descendência nobre legitimou as gerações da dinastia de Avis no poder régio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Crónica de D. João I* é um fragmento da História que os homens queriam que nós soubéssemos acerca das tessituras políticas que envolveram o Movimento de Avis em Portugal entre 1383 a 1386. Mesmo sendo um texto sob encomenda, as vozes, os silêncios e as estratégias utilizadas por Fernão Lopes nos possibilitaram compreender a lógica política que circulava no reino, e suas consequências.

Nas mais de 1.000 páginas da Crónica são construídos por Fernão Lopes significados e significantes para diversos signos que sustentam a teia discursiva por meio de enunciados coesos e cadenciados. A finalidade é legitimar a dinastia de Avis, e o seu próprio espaço social, como funcionário régio. A crônica é uma metáfora também da ascensão social alcançada pelo cronista-historiador, assim como D. João I; a espacialidade que ambos ocupam não lhes pertencia quando a nobreza tradicional estava no poder, representada pela dinastia de Borgonha.

No Medievo a crônica passou por um processo de laicização, até o século XIII, os clérigos dominavam este tipo de escrita. Mas com o avanço do processo de centralização do poder e fortalecimento das monarquias, as famílias da nobreza perceberam a importância desta escrita para fundamentar seu espaço social.

As crônicas escritas pelos clérigos seguiam o calendário da Bíblia, e narravam uma história universal que interligava todos. As especificidades culturais, políticas e territoriais eram deixadas de lado, porém com a laicização das narrativas, as peculiaridades passaram a ter um espaço de relevância. Destaca-se que o sagrado continuou presente, mas ajustado a lógica da narrativa e do contexto que se referia.

Em Portugal, a crônica era um gênero da escrita histórica que foi largamente difundido a partir dos anos finais da Idade Média. É um discurso histórico, que apesar das falhas factuais, deve ser considerado como relevante para a compreensão da cultura política e do contexto social e cultural da época.

Como um cronista-historiador de seu tempo, Fernão Lopes tinha um método e uma forma de narrar os fatos históricos. Na sua narrativa identificamos a polifonia nos enunciados, que estão perpassados por signos que ocasionam contradições, tensões e conflitos que se embricam, constituindo o corpo social. A fórmula de Fernão Lopes é identificável, ele possuía um método para escrever.

A estratégia literária oficial avisina foi eficiente, pois conseguiu centralizar o poder régio que estava sendo ameaçado pelos grupos que divergiam. A representação de uma

família exemplar com a dinastia de Avis serviu para consolidar o poder monárquico em Portugal por meio de uma memória edificante que foi reafirmada durante alguns séculos por parte da historiografia. A crônica histórica lopesiana forjou uma memória oficial para ocultar e diluir as contradições.

As estratégias discursivas de Fernão Lopes demonstram um esforço para ordenar fatos desordenados que confluíram para que ocorresse em Portugal o Movimento de Avis. Dentre as estratégias mais relevantes identificadas durante o desenvolvimento desta pesquisa, por meio do método da Análise do Discurso, destacamos: a linguagem oralizante, capítulos cronologicamente posicionados, o dinamismo com a sequencialização gradativa das ações, a dramatização de fatos com a encenação dos personagens, a articulação entre subjetividade e objetividade, a participação do narrador, emprego de termos dicotômicos como honra e desonra, visualismo com a utilização de palavras que remetem ao sensorialismo, citação de pormenores (detalhamento), emprego de advérbios e preposições para enfatizar acontecimentos ou ações.

O grande feito de Fernão Lopes foi conseguir utilizar estas estratégias discursivas citadas, dentre outras, e entrelaçar com os costumes e a moral vigente em Portugal; isto possibilitou uma ponte com seus leitores, a ponto de sua narrativa ser considerada a verdade incontestável dos fatos. O imbricamento e a confluência possibilitaram ao cronista-historiador escrever uma versão vencedora dos fatos históricos, ele forjou uma unidade por meio de uma memória oficial, silenciado as vozes dissidentes que não concordavam com a ascensão de um rei bastardo ao poder régio.

Fernão Lopes é um homem de seu tempo e de sua espacialidade, e como tal, sua escrita está impregnada pelas tessituras sociais às quais pertencia. Ele se nomeia como historiador, e cita como realizou seu trabalho, por meio de pesquisas em arquivos, biblioteca, em túmulos e pela oralidade, porém o que conhecemos hoje como ciência histórica invalida seu trabalho como historiador. Afinal ele não foi objetivo como deveria ser, escamoteou fatos, preencheu lacunas com a presença do sagrado, e escreveu uma crônica, texto considerado literário, todos esses fatores invalidariam seu labor como historiador. Porém, a História que conheço dá voz, e respeita os sujeitos, então por isso, denominei este homem do seu tempo como cronista-historiador.

Como um homem de seu tempo, Fernão Lopes utiliza os discursos que circulavam em Portugal. As referências que o cronista-historiador leu sobre os fatos foram filtradas e fundamentaram sua narrativa. Assim, sua escrita se torna um discurso imbuído de signos socialmente construídos.

O maior desafio de Fernão Lopes foi fazer convergir diversos atores e fatos sociais que estavam ocorrendo quase que simultaneamente, ou não, e entrecruzar essas histórias, as tornando uma memória oficial e apologética de uma dinastia que começou com um rei bastardo. Para ordenar as diversas histórias em um ponto de convergência foi necessário dividir em capítulos cadenciados para que não houvesse dúvidas de que sua versão era a verdadeira.

Ao buscar a coesão e a ordenação dos fatos em seus escritos, para que sua versão fosse considerada uma verdade irrefutável, Fernão Lopes preenche as lacunas por meio do sagrado, aquilo que ele não consegue explicar de forma lógica é atribuído à interferência divina, geralmente, em favor do Mestre de Avis, que era o escolhido por Deus para conduzir Portugal para um tempo de paz e prosperidade.

A coexistência de vários grupos divergentes não possibilitava a criação de uma unidade coesa, então para forjar esta ideia Fernão Lopes recorre novamente ao maniqueísmo, dividindo a sociedade, denominando aqueles que estavam do lado do Mestre de Avis de “verdadeiros portugueses”, que eram sujeitos que amavam sua terra natural. Porém, após o momento de insurgência era preciso governar para todos, e silenciar as vozes dissidentes; para isso D. Duarte, segundo rei da dinastia de Avis, contrata Fernão Lopes para escrever a memória oficial do reino de Portugal.

A ascensão de um filho ilegítimo ao poder régio subverte a ordem no campo simbólico das relações de poder; essa mudança de lógica insere novos atores sociais como a “arraia-miúda”, o povo. A coletividade torna-se um dos pilares de sustentação da legitimação simbólica do Mestre de Avis como rei de Portugal.

Fernão Lopes constrói uma narrativa maniqueísta e dicotômica, em que o Mestre de Avis é um herói e seus antagonistas são a nobreza tradicional, personificada nas representações de D. Leonor Teles e Juan I de Castela, sujeitos construídos na narrativa lopesiana como ambiciosos, desonrados e gananciosos.

Para validar o Mestre de Avis como rei português, e a sua dinastia, a rainha regente legítima de Portugal é deslegitimada por seus atributos físicos e comportamentais. Fernão Lopes atribuí a D. Leonor Teles as seguintes características: desonrada; modos desmedidos; astuta; dissimulada; rir de forma exarcebada; adúltera por supostamente ter um caso extraconjugal; pouco casta; coração cavaleiresco; traidora de Portugal; astuta; falsa; bonita; vingativa. A tudo isso soma-se o fato de que seu matrimônio com D. Fernando não teria gerado nenhum benefício político ou econômico ao reino, pelo contrário, ocasionou a 2ª Guerra Ferdinandina.

Na narrativa lopesiana, o corpo masculino e o corpo feminino são perpassados pelo crivo da moral cristã, assim as relações de gênero constituem-se como uma forma de manutenção das estruturas sociais que excluem as mulheres dos lugares de poder. Assim como ocorreu com D. Leonor Teles, que, apesar de ser nobre, na ótica lopesiana possuía uma carência moral, ou seja, ausência de valores, o que a deslegitimava para ocupar o trono. Em contraposição, o Mestre de Avis era um homem honrado, justo, pacífico, flexível, temente a Deus, amava sua terra, e fiel.

Por meio de indagações e ideias sugestivas, Fernão Lopes questiona a governança de D. Fernando. De forma estratégica são silenciadas as ações positivas do último rei da dinastia de Borgonha, e as tensões sociais e políticas, que ameaçavam a autonomia do reino, o que levou o monarca a praticar uma política de sobrevivência ambígua.

O rei D. Fernando precisou fazer alianças com antagonistas, pois reinou durante um momento de tensões sociais em que estavam ocorrendo mudanças. Por isso, o monarca teria inaugurado uma forma de governo inédita. Uma governança conjunta com sua esposa D. Leonor Teles, que participava ativamente das decisões. Este fato foi utilizado contra a própria rainha, pois ela estaria deslocada do lugar social próprio para um corpo feminino. Além disso, a representação da monarca é de uma mulher que possuía uma carência moral. Pela ausência de valores morais, não poderia ocupar o trono como regente de Portugal.

O poder régio centralizado estava sendo ameaçado pela representação de uma família exemplar com a dinastia de Avis serviu para consolidar o poder monárquico em Portugal por meio de uma memória edificante que foi reafirmada durante alguns séculos.

A lógica de casamento de Fernão Lopes condena a coexistência da paixão e do amor como motivadores para a realização de uma união matrimonial, exemplificados na narrativa por D. Leonor Teles e D. Fernando. O matrimônio aceitável é aquele em que os nubentes poderiam ter benefícios políticos e/ou econômicos. O casamento realizado pelos reis em Portugal é um assunto de política, é público e deve gerar benefícios ao reino, assim como ocorreu com D. João I e D. Filipa de Lencastre, que sedimentaram a aliança luso-britânica ao casarem-se.

O matrimônio, para Lopes, é um assunto a ser tratado por homens, assim ao expor os trâmites que possibilitaram a realização da união entre D. João I e D. Filipa de Lencastre, o cronista-historiador enfatiza que a nubente não conhecia o noivo, e que todos os pontos da aliança foram combinados entre cavaleiros, o que honra a cerimônia. Em Portugal o casamento é um assunto de interesse do reino, logo ele é público e discutido pelos apoiadores do rei, conforme o cronista-historiador retrata na Crónica.

O cronista-historiador cita que o rei português podia escolher entre as duas filhas de João de Gante, D. Catarina que tinha 14 anos, e D. Filipa com idade de 29 anos. A primeira era bem mais nova, e possuía a possibilidade de ter mais herdeiros, e era considerada herdeira do trono de Castela, pela lógica seria a escolhida, pois a segunda era bem mais velha, o que poderia acarretar problemas com a fertilidade e a descendência da dinastia, mas o rei decide pela filha mais velha.

Segundo, Fernão Lopes, D. João I ponderou de forma racional acerca da sua união matrimonial; ao casar-se com a infanta D. Catarina, ele poderia se envolver em futuros conflitos com Castela, algo que ele queria evitar, então ele tomou uma decisão política ao contrair matrimônio com D. Filipa de Lencastre, pois pensou e colocou o bem do reino como prioridade.

D. Filipa de Lencastre era uma mulher que pertencia a uma linhagem real da mais alta nobreza do seu reino, então o casamento com ela também lhe acarretaria vantagens políticas e econômicas como deveria ser um matrimônio realizado por um rei. Nesta pesquisa, a união matrimonial foi examinada pela lógica lopesiana, então não foi discutido acerca do amor, mas sim como o casamento era um instrumento utilizado pelas famílias nobres e as dinastias para sedimentar acordos que poderiam lhes trazer benefícios políticos, econômicos e militares.

Apesar da relevância da rainha para a construção da imagem da “*ínclita geração*”, na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes dedica apenas o Capítulo XCVII – Dalgs Costumes e Bomdades da Rainha Dona Felipa (Volume II, p. 225). O cronista-historiador escreve sobre os hábitos da rainha, destacando os religiosos. Enquanto D. Leonor Teles, que é um contramodelo de monarca, é mencionada em diversos capítulos do Volume I, o que demonstra a importância dela nas relações políticas durante o Movimento de Avis.

O Tratado de Windsor assinado em 1386 estabeleceu uma aliança de auxílio mútuo luso-britânica que foi sedimentada por meio do matrimônio entre D. João I e D. Filipa de Lencastre. A partir do acordo, o monarca português ajudou João de Gante, pai da rainha de Portugal, a tentar reconquistar Castela, destronando Juan I. A campanha do duque de Lencastre fracassou, porém para D. João I o auxílio exacerbado acarretou uma política diplomática eficiente, pois ele, assim que foi eleito como rei, encontrava-se isolado politicamente.

A aliança luso-britânica tem relevância para os Avis, pois a união com uma família de linhagem inquestionável validava os herdeiros do trono. Além disso, o Tratado de

Windsor possibilitou a circulação de bens e pessoas, o que criou uma conexão entre os reinos que possuíam o interesse político, militar e econômico.

Ao realizar o tratado com a Inglaterra, D. João I valida seu espaço político, demonstrando sua eficiência como governante, em contraste com a ótica lopesiana que deturpou a governança de D. Fernando. Para Fernão Lopes, o meio-irmão do Mestre de Avis realizou uma política externa desastrosa e inconstante. Por isso, o acordo é utilizado como um dos pilares para validar a governança do monarca português na crônica.

A ascensão de D. João I ao poder régio configura-se com um golpe sucessório em que não houve uma mudança hierárquica, mas uma inversão da lógica de poder até então estabelecida em Portugal. O Mestre de Avis foi eleito para ser monarca por suas atribuições comportamentais: honrado, justo, calmo, ama sua terra, flexível, tolerante e abnegado, e não por sua ligação consanguínea legítima com a dinastia à qual pertencia. Ao conseguir centralizar o poder político, o rei restringiu a influência das grandes casas nobiliárquicas portuguesas, e aumentou a dominação da casa real.

A construção da imagem da dinastia de Avis foi por meio de signos selecionados que forjaram uma memória para que não houvesse contradições acerca da “verdade”. Esta verdade foi selecionada, moldada e formulada a partir dos interesses avisinos, o objetivo era dar sentido ao caos, e criar uma unidade homogênea. Para isso Fernão Lopes utilizou estratégias discursivas, ao evocar signos que moldavam a realidade e apagavam as dissidências.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAÇÃO

Crônica de D. João I (CDJ). Escrita por Fernão Lopes. Lisboa: Civilização, 1990, 2 v.

OBRAS TEÓRICO/METODOLÓGICAS, ESPECÍFICAS E GERAIS

ACCORSI JUNIOR, Paulo. “**Do Azambujeiro Bravo À Mansa Oliveira Portuguesa**”: A Prosa Civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438). Dissertação apresentada na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

AMADO, Teresa. **Fernão Lopes, contador de História**. Lisboa: Estampa, 1991.

AMORIM, Marina Alves. Combates pela História: a “guerra dos sexos” na historiografia. **Cadernos Pagu**, n. 20, Campinas: UNICAMP, 2003.

AZEVEDO, Hugo Rincon. Um Símbolo de Paz em Meio a Guerra, de Esperança em Meio ao Caos: Memórias Idealizadoras de D. Filipa De Lencastre nas Narrativas de Fernão Lopes e Gomes Zurara. XI Semana de História: Goiânia/Goiás, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. Michel Lahud & Yara Frateschi (tradutoras). São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.

BARROS, José D’ Assunção. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. In.: _____ **Secuencia** (103), enero-abril, 2019.

BARROS, José D’ Assunção. História Política: Da Expansão Conceitual Às Conexões Interdisciplinares. In.: _____ **OPIS**, Catalão, v. 12, n. 1, p. 9-55- jan./jun. 2012.

BARROS, José D’ Assunção. HISTÓRIA E LITERATURA – novas relações para os novos tempos. In.: _____ **Contemporâneos**- Revista de Artes e Humanidade, n.6, maio-outubro, 2010.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**: Do ano mil à colonização da América. Tradução Marcelo Rede. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. In.: _____ **Revista de Teoria da História**, Ano 1, n. 3. Goiás: Goiás: junho/ 2010.

BOVO, Cláudia Regina; BAYARD, Adrien. Histórias Conectadas da Idade Média: abordagens globais antes de 1600. In.: _____ **Dossiê: Histórias Conectadas da Idade Média. Esboços**- histórias em contextos globais, Florianópolis. v. 27, n. 44, p. 10-16, jan./abr.2020.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. Tradução Nilo Odalia. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In.:_____ **A Escrita da história: novas perspectivas**\ Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

COSER, Miriam Cabral. Mulheres “bem guardadas” e mulheres “de coração”: gênero, política e identidade na produção cronística de Fernão Lopes. In.:_____ **Canoa do Tempo** - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. v. 3 - n.º 1 - jan./dez., 2010.

COSER, Miriam Cabral. Gênero e Poder: Leonor Teles, Rainha de Coração Cavalheiresco. In.:_____ **Revista Esboços**. n. 18. UFSC, 2011.

COSER, Miriam Cabral. Casamento, Política e Direitos das Mulheres na Idade Média Portuguesa. In.:_____ **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v.10-nº11, p.93-105, 2008.

COSER, Miriam Cabral. Modelo Mariano e Discurso Político: o exemplo de Felipa de Lancaster (1360-1415). **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, Seropédica/RJ, v.31. n. 2, (Julho/Dezembro), p. 73-96, 2009.

COSER, Miriam Cabral. **Política e Gênero: o modelo de rainha nas crônicas de Fernão Lopes e Zurara** (Portugal - séc XV). Tese. Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora da UnB, 1994, 2ª Ed.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In.:_____ **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi, 1990.

DALARUN, Jacques. Olhares de Clérigos. In.:_____ **História das Mulheres do Ocidente**. Volume 2: Idade Média. Georges Duby e Michelle Perrot (Orgs.). Porto: Edições Afrontamento, 1990.

EFFGEN, Augusto Ricardo. **A Construção de Modelos e Contramodelos Régios na Obra de Fernão Lopes** (século XV). Dissertação apresentada para a Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador, Volume I: Uma história dos costumes**. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ESTEVEVES, Julieta Araújo. Fontes de “saber” nas crônicas medievais: Fernão Lopes. In.:_____ **Hist. R.**, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 167-179, jan. / jun. 2013.

FALCON, Francisco. História e Poder. In.: _____ **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FERREIRA, Suelda de Albuquerque. **A Identidade no processo de construção da nova identidade**. Artigo publicado no Livro da APEC: La producción del conocimiento y los desafíos (in) sostenibles del mundo contemporâneo. XIII Seminário Apec. Participo mediante la presentación del trabajo: Imigração brasileira: representação das imagens no espaço urbano de Lisboa. Barcelona, Espanha 2008.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História I**. Portugal: Editora Presença, 1997.

FICKER, Sandra Kuntz. **Mundial, transnacional, global: Um ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales**. In.: _____ OpenEdition Journals, Débates, 2014.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. A história portuguesa medieval preservação, ordenação e esquecimento. In.: _____ **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: p.490-499, Jul/Dez 2007.

FLAMARION, Ciro Cardoso & VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de textos. In.: _____ **Domínios da História**: ensaios de teorias e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 - 21ª reimpressão.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média**: nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2006.

HOFFMANN, Raquel. **Filipa Rainha – D. Filipa de Lencastre e o processo de legitimação da Dinastia de Avis**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

L' HERMITE-LECLERCQ, Paulette. A Ordem Feudal (séculos XI-XII). In.: _____ **História das Mulheres do Ocidente**. Volume 2: Idade Média. Georges Duby e Michelle Perrot (Orgs.). Porto: Edições Afrontamento, 1990.

GIANEZ, Bruno. **Fernão Lopes (C. 1380/90-1459†)**: Crônica e História em Portugal (SÉC. XIV E XV). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

GUIMARÃES, LIMA, Darlan Pinheiro de; MACEDO, José Rivair. Vícios, Virtudes e a Representação do bom cristão para a Ordem dos Cistercienses: O exemplo de Alcobaça. In.: _____ **Nas Trilhas da Antiguidade e Idade Média**. Adriana Zierer, Ana Livia Bonfim Vieira e Elizabeth Sousa Abrantes (Orgs.). São Luis: Editora UEMA, 2014.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os Príncipes de Avis?. In.:_____ **Seminário Facetas do Império na História**. Universidade Federal do Paraná, 2006.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Crônica de um gênero histórico**. In.:_____ Revista Diálogos Mediterrânicos. Número 2 – Maio/2012.

GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. **A Imagem de D. Fernando na Crônica de Fernão Lopes**. Trabalho de conclusão de Curso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. **Fernão Lopes e a Retórica Medieval**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **A Sociedade Medieval Portuguesa**. Lisboa, 1974.

MARTINS, Aemando Alberto. D. Fernando, “pela graça de deus rei de Portugal e do algarve”: dignidade e ofício. In.: _____ **O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade**. Carlos Nogueira (org.). São Paulo: Alameda, 2010.

MARTINS, Armando. Cluny e a formação de Portugal. In.:_____ . José Rivair Macedo (organizador). Vidrúguas: Porto Alegre, 2011.

MATTOSO, José. **História de Portugal**. vol. 2. Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

MOISÉS, Massaud. **A literatura Portuguesa**. 14ed., São Paulo: Cultrix, 1978.

MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes. Texto e Contexto**. Coimbra: Minerva, 1988.

MOREIRA, Renata – **A Política Externa de D. Fernando, o Inconstante**. In *Omni Tempore: Atas dos Encontros da Primavera 2019*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020. pp. 120-163.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha - nova história. In.:_____ **Dossiê Débats**, História Cultural no Brasil, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 2 ed.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação, Pelotas**, p. 31 - 45, 01 set. 2003.

PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. Das viagens dos monarcas e outras “Gentes Del Rey”: Deslocamento espacial e consolidação da monarquia portuguesa nos séculos XIV e XV. In.:_____. **História Antiga e Medieval- Viagens e Viajantes: cultura, imaginário e espacialidade**. Zierer, Adriana & Vieira, Ana Lúvia Bonfim (Orgs.). São Luís: Editora UEMA, 2012, v. 3.

PINTO, Vitor Manuel Inácio. **De Tratado em Tratado até ao Casamento Final**. O Casamento de D. João I Com D. Filipa de Lencastre. Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 2015 (Tese de Mestrado).

REBELO, Luís de Sousa. **A concepção de poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In.:_____ **Por Uma História Política**. René Rémond (organizador). Tradução de Dora Rocha. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 1996.

RIBEIRO, Josena Nascimento Lima. **“Voz por Portugal”**: Construções de Tempo e Espaço na *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes (1383-1434). Dissertação de Mestrado, apresentada na UNIRIO, Rio de Janeiro: 2017.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. Em torno da conquista de Ceuta: guerra e gênero na Idade Média. In.:_____ **História Antiga e Medieval. Conflitos sociais, guerras e relações de gênero**: representações e violência\ Adriana Zierer, Ana Lúvia Bomfim Vieira (Orgs). São Luís: EDUEMA, 2017, v. 6.

RUSSO, Rute Isabel Rodrigues. **A Crônica de D. Pedro I**: a estratégia cronística em Fernão Lopes. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais. Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Portugal, 2019.

SARAIVA, António José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. 5ª edição. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. **Cronos**: Revista de História, Pedro Leopoldo, n.6, p. 194-223, 2002.

SILVA, Manuela Santos. **Filipa de Lencastre**: a rainha inglesa de Portugal. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2014.

SILVA, Manuela Santos. A Construção Coeva de D. Filipa de Lencastre como uma “Santa Rainha”. In: VILELA, Ana Luísa et al. **Representações do Mito na História e na Literatura**. Braga: Ed. Universidade de Évora/Publito, 2014, p. 137-147.

SILVA, Renato Sérgio Costa da. Uma dinastia refundada: A expansão marítima e a legitimação dos Avis durante o reinado de Dom Manuel I (1495-1521).In.:_____ **Anais Eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH - SP - SANTOS**, 2014b.

SILVA, Marcelo Cândido da. Uma história global antes da globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média. In.:_____ **Dossiê: Um História Global Antes da Globalização**. **Revista hist.** (São Paulo), n.179.

SILVEIRA, Ana Márcia Alves. Representações simbólicas do cavaleiro em Portugal: guerreiro de Cristo e defensor da pátria. In.:_____ **História Antiga e Medieval. Conflitos sociais, guerras e relações de gênero**: representações e violência\ Adriana Zierer, Ana Lúvia Bomfim Vieira (Orgs). São Luís: EDUEMA, 2017, v. 6.

SOUZA, Ana Aparecida Arguelho de. Literatura e História na Educação Medieval. In.:_____. As relações entre História e Literatura no Mundo Antigo e Medieval. COSTA, Ricardo da (coord.). **Mirabilia**, Nº 13, Jun-Dez 2011.

TREVISAN, Mariana Bonat. **A Primeira Geração de Avis: uma Família “Exemplar”** (Portugal – Século XV). Tese apresentada ao Curso de História Social, da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro/Niterói, 2016.

TREVISAN, Mariana Bonat. A Cidade "Genderizada": Lisboa e o Contexto de Afirmação da Dinastia de Avis no Século XV. In.:_____ **Historiae**, Rio Grande, 2012.

VAUCHEZ, André. **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental** (séculos VIII a XIII). Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

VECCHIO, Silvana. A Boa Esposa. In.:_____ **História das Mulheres do Ocidente**. Volume 2: Idade Média. Georges Duby e Michelle Perrot (Orgs.). Porto: Edições Afrontamento, 1990.

VENTURA, Margarida Garcez. **O Messias de Lisboa**. Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415). Lisboa: Edições Cosmo, 1992.

VIEIRA, Ana Carolina Delgado. **“Como he doce cousa reinar”**: A construção de uma dinastia sob a ótica de Fernão Lopes. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Fernão Lopes, o rei D. João I e a historiografia luso-brasileira: algumas considerações. In.: _____ **A escrita da história de um lado a outro do Atlântico**. Maria Eurydice de Barros Ribeiro & Susani Silveira Lemos França (organizadoras). Cultura Acadêmica: São Paulo, 2018.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Guerra e atributos arturianos dos heróis da Crónica de D. João I. In.: _____ **História Antiga e Medieval. Conflitos sociais, guerras e relações de gênero: representações e violência** \ Adriana Zierer, Ana Livia Bomfim Vieira (Orgs). São Luís: EDUEMA, 2017(a), v. 6.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Elementos Religiosos da Ascensão de D. João I Ao Poder: o Messias, o Povo e a Cidade de Lisboa. In.:_____ **XXIX Simpósio Nacional de História**, Recife: UFPE, 2017(b).

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Forças Diabólicas e Cristãs: Confronto e Poder na *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes. Revista **Signum**, vol. 16, n. 1, p. 102-130, 2015.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. D. João I, o iniciador da Dinastia de Avis entre a identidade portuguesa e a alteridade. In.:_____ **Dimensões**, vol. 33, p. 36-60, 2014.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Entre o Paraíso e o Inferno: os Sonhos n’A Demanda do Santo Graal. In.:_____ **Politeia: História e Sociedade**. Vitória da Conquista- BA, v. 13, n. 2, p. 43-65, 2013.